LILIANA MARÍA SÁNCHEZ MAZO

MEDELLÍN: UMA CIDADE CONSTRUÍDA A “VÁRIAS MÃOS”?

**Participação e política urbana na transformação da cidade popular
contemporânea**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

São Paulo

2017

LILIANA MARÍA SÁNCHEZ MAZO

MEDELLÍN: UMA CIDADE CONSTRUÍDA A “VÁRIAS MÃOS”?

**Participação e política urbana na transformação da cidade popular
contemporânea**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Área de concentração: Habitat. Linha de pesquisa: participação social e políticas públicas. A produção e gestão do habitat

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Lourdes Zuquim

São Paulo

2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DA AUTORA: liliana.sanchez@udea.edu.co

S211m Sánchez Mazo, Liliana María
Medellín: uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea / Liliana María Sánchez Mazo. -- São Paulo, 2017.
360 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: Habitat) – FAUUSP.
Orientadora: Maria de Lourdes Zuquim

1. Participação comunitária 2. Política urbana 3. Espaço público
4. Bairros populares 5. Medellín – Colômbia I. Título

CDU 711.4

LILIANA MARÍA SÁNCHEZ MAZO

MEDELLÍN: UMA CIDADE CONSTRUÍDA A “VÁRIAS MÃOS”?
Participação e política urbana na transformação da cidade popular

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Habitat. Linha de pesquisa: participação social e políticas públicas. A produção e gestão do habitat, sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Lourdes Zuquim

Aprovado em:

Banca examinadora

Profa. Dra.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

DEDICATÓRIA

Desde o mais íntimo do meu ser, à María Isabel, por ser minha fonte inspiradora de pensamentos capazes de imaginar horizontes emancipatórios, de emoções capazes de vibrar perante limitações avassaladoras; e de ações que tentam decididamente reivindicar, a cada momento, novas possibilidades para uma vida melhor. Ao Beto, por ser o confidente de minhas mais profundos segredos, por sempre compartilhar comigo palavras que enriquecem minha reflexão, por seus respiros profundos que me convidam a uma pausa tranquila, e por sua mão sempre estendida que acompanha o ideal de uma sociedade mais justa.

Desde o âmbito público, aos habitantes dos bairros populares de Medellín, especialmente, aos da zona nordeste, por me revelarem sua luta incansável e desejo pela dignificação da vida, e me ensinar que a “Memória se constrói caminhando”: Adolfo Taborda, Anderson Suarez, Anderson Urrego, Carolina Marín, Christian Álvarez, Lizet Roldán, Faber Murillo, Felipe Urrego, Henry Valencia, Isabel Cristina Echavarría, Jhonatan Macias e Sergio Higueta.

AGRADECIMENTOS

Durante a realização do Doutorado, tive a oportunidade de me relacionar com diversas pessoas em São Paulo e Medellín que me ajudaram neste processo. A todas elas, levo no meu coração e agradeço-lhes de maneira especial.

À Prof^ª. Dra. Maria de Lourdes Zuquim, pela orientação, acompanhamento permanente e apoio em todas as iniciativas da pesquisa, por sua postura sempre instigadora que me iluminou com novas reflexões, permitiu-me conflitar para amadurecer, e me estimulou a repensar sobre minha vida e profissão. Agradeço sua mente e mão abertas para me ajudar a debruçar na realidade dos bairros populares de Medellín - Colômbia e de São Paulo - Brasil, tão semelhantes, e, por sua vez, tão diferentes.

À Prof^ª. Dra. Evelina Dagnino e ao Prof. Dr. Reginaldo Luiz Nunes Ronconi pelas imensuráveis contribuições no exame de qualificação que me ajudaram a aprimorar a pesquisa.

Aos Professores Paulo Cesar Xavier Pereira, Ermínia Terezinha Menon Maricato, João Sette Whitaker Ferreira, Antônio Claudio Moreira Lima, Ana Fani Alessandri Carlos e Marta Inez Medeiros Marques, pelos conhecimentos compartilhados em aula, produtores de tantas inquietações que atravessaram a construção da Tese.

À Capes – Pec-Pg, à Fapesp; ao Departamento de *Trabajo Social* da UdeA, à *Estrategia de Sostenibilidad de Vicerrectoría de Pesquisa*, pelo financiamento ofertado; e aos grupos Maso e Napplac pelas capacidades instaladas que fizeram possível a realização da pesquisa.

Ao professor Alberto León Gutiérrez por me acompanhar de perto durante este processo, ajudar-me com sua leitura atenta e crítica que sempre estimulou novas reflexões. Agradeço-lhe, meu amor, pelo companheirismo, apoio e motivação.

A minha querida amiga María Cecilia Múnera por me estimular a caminhar as trilhas da participação, por ser sempre mentora.

Ao Luis Alberto Hincapié por sua disposição para me acompanhar na busca de informação, na elaboração de mapas e no trabalho em campo, por me compartilhar suas reflexões sobre a produção dos bairros populares, por seus momentos silenciosos, sempre de muito significado pra mim.

À Eli Pessoa do Nascimento por seu acompanhamento e dedicação na complexa tarefa de revisar meu “portunhol”, por suas recomendações sempre certas que melhoraram o texto.

Ao Santiago Gutiérrez por me ajudar na tradução de artigos, na elaboração de apresentações, por me brindar com informação sobre Medellín, por me permitir falar longamente da Tese e escutar-me atentamente, por seus questionamentos.

Aos colegas do Napplac Miguel Bustamante, Ana Julia Brandão, Marcia Prestes, Marcia Itani, Ariela Kleiton, com quem mês a mês oxigenei ideias em elaboração. Ao Ronaldo Motta por sua disponibilidade para me ajudar com trâmites administrativos e com o reconhecimento da Universidade de São Paulo.

Aos moradores da zona nordeste Henry Valencia, Jhonatan Macias, Faber Alonso Murillo, Christian Álvarez, Jhon Anderson Suarez, Isabel Cristina Echavarría, Anderson Urrego, Andrés Felipe Urrego, Carolina Marín, Adolfo Taborda, Sergio Higuita, Alba Lizet Roldán, Mary Luz Correa, Richard Delgado, María Isabel Pérez, Luz Amparo Montoya; Rosalba Cardona, por compartilharem comigo suas experiências de vida; seus relatos foram de grande ajuda para esclarecer a disputa pela produção de espaço popular.

Aos funcionários públicos Edgar Díaz, María Victoria Rivera, Juan Diego Lopera, por compartilharem comigo sua experiência no PUI-nor, por emprestarem seus ouvidos atenciosos para escutar minhas preocupações e perguntas e por me facilitarem informação primária riquíssima sem a qual a reconstrução do processo da participação não teria sido possível.

Aos meus queridos amigos Christian Álvarez, Elizabeth Espinosa e Henry Valencia, pelo seu acompanhamento incondicional de cada um, responsabilidade, seriedade e comprometimento no componente comunicativo da pesquisa, pelas suas valiosas ideias para que os produtos derivados do processo “A memória se constrói caminhando” tenham uma ampla difusão.

Às instituições da zona nordeste: Corporação *Mi Comuna 2*, Junta de Ação Comunal de *Santo Domingo Savio*, Mesa de Direitos da *comuna 1*; ao FEPI do bairro *Popular*, aos gestores culturais e direção dos *Parques Bibliotecas España e Granizal*, por abrirem as portas dos bairros, por emprestarem as sedes para a realização de oficinas, por contribuírem com sua companhia, tempo e interesse na realização deste estudo.

Aos colegas Alberto Gutiérrez, Catalina Vanegas, David Alzate, Diana Avendaño, Juan Diego Lopera, Luis Hincapié, Robinson Manco, por terem aceitado formar a equipe de Medellín que desenvolveu a pesquisa “Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: Estudo das transformações territoriais em assentamentos precários. São Paulo/Brasil – Medellín/Colômbia”. Meu agradecimento pelos conhecimentos e reflexões discutidas em torno da política urbana e habitacional em Medellín - Colômbia, e das transformações do bairro *Santo Domingo Savio* em moradia, saneamento ambiental, espaço público e mobilidade urbana, valorização imobiliária e participação e organização comunitária.

A minha querida equipe parceira no trabalho de campo conformada por Adolfo Taborda, Lizet Roldán, Anderson Urrego, Felipe Urrego, Carolina Marín, Christian Álvarez, Henry Valencia, Isabel Echavarría, Faber Murillo, Anderson Suarez, Jhonatan Macias, Sergio Higuita, habitantes da *comuna 1 e 2*, que me produzem admiração por sua luta decidida, visão artística, poética e comunicativa. Agradeço a vocês porque me possibilitaram reflexões riquíssimas sobre a cidade, a zona nordeste e Medellín; por me abrirem as portas de seus bairros e entrarem comigo, “de mãos dadas”, para caminharmos juntos; por me fazerem acreditar que é possível se apropriar do espaço público de forma alternativa.

Ao Brasil, a São Paulo e à Universidade de São Paulo, respectivamente, país, cidade e universidade imensos; agradeço pela acolhida, pelas riquíssimas experiências acadêmicas, culturais, esportivas que alimentaram o meu corpo e espírito durante a realização do Doutorado.

Por fim, agradeço a minha família por sua paciente espera, por sempre se preocupar e me perguntar o andamento de tudo, por me apoiar em silêncio.

RESUMO

MAZO, S. L. M. **Medellín: uma cidade construída a várias mãos? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.** 2017. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, março de 2017.

Esta tese trata dos avanços e impasses da participação e da política urbana na transformação da Medellín popular, numa linha do tempo que vai desde 1950 até 2011. Seu objetivo central é revelar a disputa em que se debate a produção social de espaço, que em meio a um jogo de forças desequilibrado, marca a transformação contemporânea dos bairros periféricos. Essa disputa adquire significado enquanto elemento estruturante na construção de cidade a “várias mãos”, atrelada a contradições e possibilidades que mudam, ocasionalmente. Participação, política urbana e transformação territorial reúnem-se no Projeto Urbano Integral da zona nordeste, que permite reconhecer o cotidiano dos bairros antes do projeto, a participação derivada durante o processo de intervenção e as mudanças geradas na apropriação pelo espaço público construído. A metodologia usada articula a análise documental de normatividade, atas e referências teóricas com trabalho de campo inspirado na cartografia da ação social apoiada na observação participante, fonte oral, oficina participativa e percurso pelos bairros. Da análise extrai-se um quadro de avanços na concepção, gestão e execução da participação e da política urbana que posicionou o “Modelo Medellín”, a partir de uma intervenção catalogada como integral, com uma metodologia participativa, e que garantiu direitos em mobilidade urbana, espaço e equipamentos públicos, moradia e entorno, convívio e segurança. A urbanização atrela transformações visíveis no fortalecimento da organização social; na diminuição da violência, no acesso a bens e serviços sociais; na apropriação dos espaços públicos; na inclusão socioespacial dos bairros periféricos à cidade formal; na abertura dos bairros a novas dinâmicas; na mudança do imaginário dos habitantes e na existência de novos sentidos de vida. No entanto, embora o processo de urbanização rebata em uma melhora significativa para a população, também gera impasses em participação como a sua restrição à legitimação do projeto urbano, a predominância do interesse político-programático sobre a necessidade social, o aprofundamento da dominação e do controle exercido por grupos ilegais, o ocultamento da disputa entre diferentes agentes envolvidos, e, em termos da transformação territorial, produz a consolidação de centralidades urbanas nas quais se concentram as melhorias que aparecem à primeira vista como garantia de direitos, mas que terminam por ser parciais e por realocar antigos conflitos na *periferia da periferia*. Esses impasses são agravados pela descontinuidade da política urbana que terminou por reproduzir e até fortalecer os males que se pretendeu combater. No marco de avanços que se debatem em tensões e de impasses que estimulam renovadas trilhas de luta social, apresenta-se uma nova faceta da disputa pela produção da cidade periférica, na que sai fortalecida a consciência urbana do morador, permitindo hoje, a (re)apropriação dos espaços públicos pelo viés da cultura; e a exigência do reconhecimento e vinculação das condições territoriais e das necessidades sociais em intervenções públicas e privadas.

Palavras-chave: Bairros populares, espaço público, Medellín - Colômbia, participação comunitária, política urbana.

ABSTRACT

MAZO, S.L.M. Medellín: a city built to "several hands"? Participation and urban politics in the transformation of the contemporary popular city. 2017. Thesis (Doctorate) - Architecture and Urbanism College, University of São Paulo, São Paulo, March 2017.

This thesis deals with advances and impasses of participation and urban politics in the transformation of popular Medellín, reviewed in a timeline that goes from 1950 to 2011. Its central objective is to reveal the dispute in which social production of space is debated, between an unbalanced game of forces, that marks the contemporary transformation of peripheral neighborhoods. This dispute acquires importance as a structuring element in the construction of a city in "several hands", tied to contradictions and possibilities that change from time to time. Participation, urban politics and territorial transformation meet in the Integral Urban Project of the northeast zone, allowing to recognize the daily life of neighborhoods before the project, participation derived during the intervention process and appropriation changes generated by the built public space. The used methodology articulates documental analysis of norms, records and theoretical references with fieldwork, inspired in the cartography of social action supported in participant observation, oral source, participatory workshop and walk through the neighborhoods. From the analysis, it was possible to obtain a framework of advances in the conception, management and execution of participation and urban policy that positioned the "Medellín Model", from an intervention cataloged as integral, with a participative methodology, and that guaranteed rights in urban mobility, public space and equipment, housing, coexistence and security. Urbanization evidences visible transformations such as the strengthening of social organization; reduction of violence, access to social goods and services; appropriation of public spaces; socio-spatial inclusion of peripheral neighborhoods to the formal city; opening of neighborhoods to new dynamics; change of the imagination of the inhabitants and existence of new senses of life. However, while the urbanization process contrasts in a significant improvement for the population, it also generates impasses in participation as its restriction to the legitimization of the urban project; predominance of political-programmatic interest over social need; deepening of domination and control exercised by illegal groups; concealment of the dispute between different agents involved; and in terms of territorial transformation, it produces the consolidation of urban centralities in which the improvements appear at first sight as guarantee of rights, but end up being partial and reallocating old conflicts in *the periphery of the periphery*. These impasses are worsened by the discontinuity of the urban policy that ended up reproducing and even strengthening the evils that it intended to combat. Within the framework of advances in tensions and impasses that stimulate new paths of social struggle, there is a new angle of the dispute for production of the popular city, in which urban conscience of resident is strengthened, allowing today's reappropriation of public spaces by cultural bias; and the need to recognize and link territorial conditions and social needs to public and private interventions.

Keywords: Medellín-Colombia, public space, slums, social participation, urban politic.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Guia metodológica para o estudo da participação em processos de urbanização popular	249
ANEXO B - Guia para a revisão de literatura sobre participação e política urbana em assentamentos precários	250
ANEXO C - Oficina Medellín (Colômbia). Memória urbana. A vida depois da intervenção do Projeto Urbano Integral PUI-nor em Santo Domingo Savio	251
Anexo D - Plano operativo oficinas “A memória constrói-se caminhando”. Transformações nas apropriações dos espaços públicos, <i>comunas</i> 1 e 2 da zona nordeste	255
ANEXO E - Produtos da cartografia social “Desejos participativos”	259
ANEXO F - Rota de percursos pelos bairros da zona nordeste	260
ANEXO G - Anotações de campo durante os percursos pelos bairros	263
ANEXO H - Guia para a realização de entrevista	286
ANEXO I - Entrevista na íntegra	288
ANEXO J - Consentimento informado	331
ANEXO K - Canções como produto da “Memória constrói-se caminhando”	347
ANEXO L - <i>Fotopoemario</i> produto da “Memória constrói-se caminhando”	350

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do bairro <i>Santo Domingo Savio</i> , zona nordeste - <i>comunas</i> : 1 <i>Popular</i> e 2 <i>Santa Cruz</i> ; Medellín no contexto estadual, colombiano e sul-americano	28
Figura 2 - Contínuo êxodo de população de seus lugares de origem	39
Figura 3 - A fotografia ilustra os bairros populares de Medellín	39
Figura 4 - Demolição de barracos na década de 1960	43
Figura 5 - Moradia original construída pelo programa <i>Casitas de la Providencia</i> no bairro <i>Villa del Socorro</i>	44
Figura 6 - Linha do tempo do marco legislativo de participação e política urbana, Medellín-Colômbia, 1930-1979	47
Figura 7 - Processo de formação de assentamentos populares na zona nordeste, entre 1950 e 1970.	48
Figura 8 - Sacerdote cívico em processos de autoconstrução	49
Figura 9 - Crescimento dos assentamentos populares na zona nordeste, décadas de 1980 e 2000	54
Figura 10 - Bairro construído por Pablo Escobar Gaviria na zona centro-leste de Medellín	56
Figura 11 - Intervenções urbanas em assentamentos precários em Medellín entre 1980 e 2011	70
Figura 12 - Linha do tempo do marco legislativo de participação e política urbana, Medellín-Colômbia, 1979-2003	74
Figura 13 - Expressão popular pela reivindicação de direitos	79
Figura 14 - Planos de Desenvolvimento Local, <i>comunas</i> 1 e 2 da zona nordeste	80
Figura 15 - Linha do tempo do marco legislativo de participação e política urbana Medellín - Colômbia, 2003-2015	85
Figura 16 - Áreas de influência dos Projetos Urbanos Integrais em Medellín, 2004-2011	87
Figura 17 - Perímetro de intervenção do PUI-nor ao redor do eixo do <i>Metrocable</i>	94
Figura 18 - Perímetro inicialmente considerado pelo PUI-nor para intervir na consolidação habitacional <i>A Herrera</i> no bairro <i>A Francia</i>	94
Figura 19 - Linha do tempo sobre o espaço público na política urbana Medellín-Colômbia, 1989-2015	107
Figura 20 - Custos das obras construídas pelo PUI-nor	118
Figura 21 - Processo metodológico do PUI-nor emergente durante o processo de intervenção	121
Figura 22 - Articulação interinstitucional para a execução do Projeto Urbano Integral	125
Figura 23 - Ponte construída no bairro <i>Santo Domingo Savio</i> por convite comunitário simultaneamente ao PUI-nor	130
Figura 24 - Delimitação espacial das estratégias participativas do PUI-nor	132
Figura 25 - Oficinas de imaginários, estratégia participativa do PUI	138
Figura 26 - Resultados de oficinas de imaginários <i>Parque Pablo VI</i> , setor <i>Popular</i>	139
Figura 27 - <i>Pozo</i> localizado no bairro <i>Popular</i>	140
Figura 28 - <i>Lavadero</i> comunitário no bairro <i>Popular</i>	140
Figura 29 - <i>Balcones del Ajedrez</i> no bairro <i>Popular</i>	141
Figura 30 - <i>Galeria urbana Pintando La Esperanza</i>	141
Figura 31 - Inauguração do <i>Parque Biblioteca España</i> com os Reis da Espanha; autoridades nacionais e locais.	142
Figura 32 - <i>Cedezzo Santo Domingo Savio</i>	143
Figura 33 - Comitês comunitários. Exemplo de formato participativo institucional do PUI-nor	145
Figura 34 - <i>Parque Biblioteca España</i> de <i>Santo Domingo Savio</i> : demolição, construção e	

inauguração	148
Figura 35 - <i>Casa de Justicia</i> de <i>Santo Domingo Savio</i>	153
Figura 36 - Intervenção quebrada <i>Juan Bobo</i> bairro <i>Andalucía</i> , antes e depois do PUI-nor	154
Figura 37 - <i>Calle 107</i> localizada no setor de <i>Andalucía</i>	155
Figura 38 - <i>Ponte A Paz</i> – à esquerda – no bairro <i>Villa del Socorro</i> e <i>O Mirador</i> – à direita – no bairro <i>A Francia</i> .	155
Figura 39 - Comunicado de opinião pública, bairro <i>A Francia</i>	157
Figura 40 - Lixeira de cabeça para baixo: apropriação social que confronta o uso orientado pela institucionalidade (exemplo de contra-uso)	162
Figura 41 - Manifestações cotidianas de paz em espaços públicos	167
Figura 42 - Mudanças, derivadas do PUI-nor, em equipamento público, moradia, saneamento ambiental e mobilidade urbana	168
Figura 43 - Manifestações do cuidado do espaço público, escadas próximas ao <i>Parque Mirador Santo Domingo Savio</i> (esquerda), <i>Parque La Imaginación</i> bairro <i>Villa del Socorro</i> (direita)	169
Figura 44 - Crescimento da atividade econômica entre 2004 e 2008 em <i>Santo Domingo Savio</i>	171
Figura 45 - Linha do tempo das premiações obtidas pelo modelo Medellín entre 2004 e 2016	174
Figura 46 - Evolução da centralidade urbana de <i>Andalucía</i> , <i>Popular</i> e <i>Santo Domingo Savio</i> : à esquerda (1999), centro (2006), à direita (2014)	176
Figura 47 - Moradores dos bairros da zona nordeste e pesquisadores do Maso que participaram no trabalho de campo “A memória se constrói caminhando”	180
Figura 48 - Regulação do cotidiano pelo viés da ocupação do espaço público com escombro	182
Figura 49 - Regulação do cotidiano pelo viés do turismo	182
Figura 50 - Regulação do cotidiano pelo viés da prostituição infantil	183
Figura 51 - Barraco construído pelos agentes ilegais no bairro <i>A Francia</i>	183
Figura 52 - Placa de advertência sobre depositar lixo fora dos dias de coleta no bairro <i>Popular</i>	184
Figura 53 - Regulação do cotidiano pelo viés dos ícones religiosos	187
Figura 54 - Polícia presente no cotidiano dos bairros populares	188
Figura 55 - Inauguração do Centro de Desenvolvimento Zonal à comunidade do bairro <i>Santo Domingo Savio</i>	191
Figura 56 - Processo de construção e ruínas da ponte de <i>Guaduas</i> , bairros <i>Santo Domingo Savio</i>	193
Figura 57- Moradia usando materiais da Ponte de <i>Guaduas</i>	194
Figura 58 - Parque Biblioteca <i>España</i> em processo de reconstrução	194
Figura 59 - <i>Parque Pablo XI</i> , do lado esquerdo, em 2007, no bairro <i>Popular</i> , e a construção UVA, à direita, no mesmo lugar, em 2016.	196
Figura 60 - Imagens de espaços públicos construídos pelo PUI-nor, deteriorados	196
Figura 61 - Turismo em <i>Santo Domingo Savio</i>	200
Figura 62 - <i>Bulevar del Santo</i>	201
Figura 63 - Imagens do comércio informal no <i>Parque La Candelaria</i> em <i>Santo Domingo Savio</i> , e motocicletas e veículos estacionados em suas calçadas	202
Figura 64 - Denúncia do aumento da tarifa dos serviços públicos domiciliários	204
Figura 65 - Contra-usos que surgem da necessidade social	209
Figura 66 - Lixo no córrego <i>Juan Bobo</i>	210
Figura 67 - Ocupação em espaço vazio em <i>Santo Domingo Savio</i> entre 1998 (esquerda) e 2010 (direita).	211

Figura 68 - Construção de moradia sem licença (à esquerda); e barracos construídos em espaço vazio (à direita)	211
Figura 69 - Móveis ocupando o espaço público	212
Figura 70 - Promoção de atividades para reapropriar os espaços públicos, lideradas por organizações sociais, universidade pública e secretaria da prefeitura	216
Figura 71 - (Re)apropriação do <i>Parque Biblioteca España</i> pelas crianças de <i>Santo Domingo Savio</i>	217
Figura 72 - Práticas sociais de regulação do cotidiano pelo viés do cuidado e proteção	217
Figura 73 - (Re)apropriação do <i>Parque de la Imaginación, Villa del Socorro, Andalucía</i> no marco do processo “A memória se constrói caminhando”	225

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Crescimento populacional em Medellín, 1930-2010	41
Gráfico 2 - Índice de desemprego em Medellín, 1994-2007	55
Gráfico 3 - Histórico de homicídios em Medellín, 1980-2014	57
Gráfico 4 - Coeficiente de Gini	77
Gráfico 5 - Número de pessoas despejadas entre 1999 e 2012	77
Gráfico 6 - Obras construídas e inauguradas nos bairros da zona nordeste pelo PUI	118
Gráfico 7 - Frequência da implementação das estratégias participativas durante o processo de intervenção	131
Gráfico 8 - Evolução do Índice de Qualidade de Vida, <i>comunas</i> 1-2 de Medellín, 1997-2009	172
Gráfico 9 - Evolução do Índice de desenvolvimento Humano, <i>comunas</i> 1-2 de Medellín, 2001-2010	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Primeiro momento, 1930-1979: surgimento e expansão dos bairros populares	51
Tabela 2 - Intervenções urbanas em assentamentos precários, Medellín, 1980-2004	67
Tabela 3 - Segundo momento, 1980-2003: consolidação e tratamento da problemática urbana	75
Tabela 4 - Terceiro momento, 2004-2011: novos contextos, discursos e práticas que transformam os bairros populares	88
Tabela 5 - Alinhamentos do espaço público na política urbana de Medellín-Colômbia, 1989-2015	108
Tabela 6 - Componentes e finalidades do PUI-nor	116
Tabela 7 - Agentes envolvidos no processo participativo do PUI-nor, diferenciados por funções	123

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Agencia para la Cooperación Internacional de Medellín
ADEM	Alcaldía de Medellín
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
ANU	Agência de Nações Unidas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES/CNPQ	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CC	Centro Cívico
CEDEZO	Centro de Desenvolvimento Empresarial Zonal
CENUEH	Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
CM	Concejo Municipal
CFP	Conselho Federal de Planeación
CONPES	Conselho Nacional de Política Econômica e Social
CORVIDE	Corporação de Moradia de Medellín
CPC/1991	Constituição Política de Colômbia 1991
CPMAM	Consejería Presidencial para Medellín e sua Área Metropolitana
CTPM	Conselho Territorial de Planeación de Medellín
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estadística
DAP	Departamento Administrativo de Planejamento
DNP	Departamento Nacional de Planeación
EDU	Empresa de Desenvolvimento Urbano
EIB	Escola Interamericana de Bibliotecologia
EPM	Empresas Públicas de Medellín
ETSAB	Laboratório de Urbanismo da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona
EVM	Empresas Varias de Medellín
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FOVIMED	Fondo Municipal de Vivienda de Interés Social
GPU	Grandes Proyectos Urbanos
GTZ	Agência Alemã de Cooperação Internacional
JAC	Junta de Acción Comunal
JAL	Junta Administradora Local
ICT	Instituto de Crédito Territorial
ICV	Índice de Condições de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEP	Índice de Espaço Público
INER	Instituto de Estudios Regionales
INURBE	Instituto Nacional de Vivienda de Interes Social y Reforma Urbana
ISVIMED	Instituto Social de Vivienda y Hábitat
LAUR	Laboratório de Urbanismo e Arquitetura
MASO	Medio Ambiente y Sociedad
MIB	Melhoramento Integral de Bairros
MST	Movimento dos Sem-Terra
NAPPLAC	Núcleo de Apoio à Pesquisa: Produção e Linguagem do Ambiente

	Construído
NBI	Necessidades Básicas Insatisfeitas
OI	Organismos Internacionais
OEPUN	Oficina de Estudos e Projetos Urbanos do Norte
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPPAM	Observatório de Políticas Públicas da Alcaldía de Medellín
OPM	Organizações Populares de Moradia
PAE	Programa de Aperfeiçoamento de Ensino
PAZ	Plano Alternativo Zonal
PC	Pactos Cidadãos
PCT	Planejamento, Cidadania e Território
PD	Plano de desenvolvimento
PDF	Plano de Desenvolvimento Federal
PDL	Plano de Desenvolvimento Local
PDMM	Plano de Desenvolvimento Municipal de Medellín
PEEPM	Plano Especial de Espaço Público de Medellín
PFMIB	Política Federal de Melhoramento Integral de Bairros
PIZ	Plano de Intervenção Zonal
PM	Plano Mestre
PMIB	Programa de Melhoramento Integral de Bairros
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POT	Plano de Ordenamento Territorial
POTM	Plano de Ordenamento Territorial de Medellín
PPLOP	Programa de Planejamento Local e Orçamento Participativo
PR	Programa de Reassentamento
PRIMED	Programa Integral de Melhoramento de Bairros subnormais
PRLU	Planos de Regularização e Legalização Urbanística
PUI	Projeto Urbano Integral
PUI-nor	Projeto Urbano Integral zona nordeste
RPZ	Rede de Planos Zonais
ROC	Rede de Organizações Comunitárias
RPZM	Rede de Planos Zonais de Medellín
SFP	Sistema Federal de Planeación
SMP	Sistema Municipal de Planeación
UdeA	Universidad de Antioquia
US	Urbanismo Social
USP	Universidade de São Paulo
UVA	Unidades de Vida Articulada
VCPDM	Veeduría Ciudadã Plano de Desenvolvimento de Medellín
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZNE	Zona nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 MEMÓRIA DA MEDELLÍN POPULAR. Trajetórias da participação popular e da política urbana, 1930-2011	39
1.1 Primeiro momento, 1930-1979. Surgimento e expansão dos bairros populares	40
1.1.1 Processo de formação dos assentamentos precários	41
1.1.2 A ação do poder público	42
1.1.3 A luta social pela inclusão da cidade popular	47
1.2 Segundo momento, 1980-2003. O aprofundamento e tratamento da problemática urbana, e as novas coordenadas da participação e da política urbana	52
1.2.1 A explosão da crise urbana	54
1.2.2 Florescimento de experiências sociopolíticas em processos de urbanização popular	60
1.2.3 O giro da participação popular e da política urbana em assentamentos informais	63
1.2.4 Avanços e impasses da participação em processos de urbanização popular	71
1.3 Terceiro momento, 2004-2011. Novos contextos, discursos e práticas que transformam os bairros populares	76
1.3.1 Novas condições para enfrentar a problemática urbana. A luta social pela exigibilidade de direitos	76
1.3.2 Participação e política urbana: Um momento de excepcionalidades?	80
1.3.3 Projeto Urbano Integral	86
1.4 Permanências e mudanças da participação popular e da política urbana	89
2 REFAZENDO A MEDELLÍN POPULAR. Participação e projeto urbano em processo, 2004-2011	94
2.1 Arcabouço institucional do Urbanismo Social e o Projeto Urbano Integral. A convergência de inspirações internas e externas	95
2.1.1 A influência internacional	96

2.1.2	A influência federal e local	101
2.1.3	“Modelo Medellín”	110
2.2	A concretização do Urbanismo Social no PUI-nor	120
2.2.1	A arquitetura da participação: metodologia de intervenção social	120
2.2.2	Os agentes envolvidos no processo participativo e seus interesses	123
2.3	O alcance participação popular no processo de intervenção	126
2.3.1	O controle territorial por agentes armados. A institucionalidade nos bairros populares: como entrar e ficar?	127
2.3.2	Entre os limites do progresso e a fragmentação socioespacial	129
2.3.3	Espaços participativos para a ressignificação da práxis social e política. Entre relacionamentos que articulam e desarticulam	133
2.3.4	“Participação imaginária” e qualificação do Projeto Urbano Integral	138
2.4	O A explosão da disputa	146
2.4.1	Despejo da população em nome do espaço público como “bem comum”	147
2.4.2	As tensões do Programa de Melhoramento de Bairros na <i>Herrera</i>	153
2.5	Impasses e avanços da participação no PUI-nor: para uma política de direitos?	158
3	A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO. A disputa entre forças de dentro e de fora	162
3.1	Reescrevendo a cidade popular. Da antiga à nova realidade	163
3.1.1	A transformação recente da Medellín popular. O usufruto dos novos privilégios urbanos	165
3.1.2	A repercussão da transformação territorial no cotidiano dos moradores e da cidade	171
3.2	O cotidiano “falando”. A outra face da transformação da apropriação dos espaços públicos	178
3.2.1	A violência nos segue rondando. Bairros populares abertos a um poder instituído por “armas”	180
3.2.2	Dois grupos, um só poder. Bairros populares abertos, mas não resgatados para o controle institucional	188
3.2.3	Entre o turista e o comerciante: dinamização do comércio como apropriação de espaço público	198

3.2.4 (Re)apropriação do espaço público por moradores (não armados)	206
3.3 Medellín popular para quem?	218
3.3.1 Avanços na garantia do direito à cidade	218
3.3.2 Impasses no processo de urbanização	219
3.3.3 Os agentes reprodutores da Medellín popular contemporânea e a nova geração de problemas urbanos	221
4 FECHAR PARA ABRIR. Aprendizados do processo de urbanização popular	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233
LISTA DE WEBSITES CONSULTADOS	248
ANEXOS	249

INTRODUÇÃO

A Tese “Medellín: uma cidade construída a várias mãos? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea”¹ implicou reunir achados decorrentes de minha trajetória investigativa que se enriqueceram com outros vividos durante os quatro anos de Doutorado.

A aproximação ao tema sempre foi constante no meu percurso formativo de graduação e pós-graduação, o qual se foi desenvolvendo nas experiências vividas nos grupos de pesquisa *Medio Ambiente y Sociedad* - Maso, da *Facultad de Ciencias Sociales y Humanas* da *Universidad de Antioquia* - FCSH/UdeA; *Hábitat*, da *Facultad de Arquitectura y Urbanismo* da *Universidad Nacional de Colômbia* - FAU/UNALMED; e no Laboratório Produção e Linguagem do Ambiente Construído - Napplac, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP.

Esse percurso sucedido em Medellín e São Paulo tem contribuído para a fundamentação de um acervo conceitual e empírico que, em um processo de ida e volta, renova-se continuamente. Dos processos de pesquisa empreendidos ao longo de minha carreira profissional, ressaltam-se quatro por seu grande rebatimento nesta pesquisa.

O primeiro teve como cenário o mestrado em Estudos Urbano-Regionais, cursado na FAU/UNALMED, entre 2002 e 2005. Nessa oportunidade, aproximei-me dos avanços e impasses da participação no âmbito do planejamento urbano a partir da análise da participação na formulação do Plano de Ordenamento Territorial de Medellín - POTM. Evidências como a fragmentação da ação coletiva, o individualismo, a despolitização e as várias formas de luta para a reivindicação de direitos sociais começavam a tipificar a trajetória da organização e participação popular, enquanto a política urbana caracterizava-se como ação descontínua, parcial e fragmentada, sem consulta às necessidades da população. Ambas, participação e política urbana estavam cruzadas por contextos altamente conflitivos gerados pela violência urbana.

¹ A pesquisa teve apoio do Programa Estudantes-Convênio de Pós-graduação - Pec-Pg, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes-Brasil, no período entre março de 2013 e março de 2017; contou com o aval da *Universidad de Antioquia*, representado na comissão de estudos outorgada para a realização do curso de doutorado; com o apoio financeiro da *Estrategia de Sostenibilidad de Vicerrectoría de Pesquisa*, 2013-2014 e 2015-2016, concedida ao Grupo Maso, e do Departamento de *Trabajo Social* da UdeA. Também contou com a ajuda de entidades governamentais que ofereceram informação pública; assim como de moradores e lideranças comunitárias habitantes da zona nordeste.

No exercício investigativo seguinte, realizado entre 2005 e 2007, houve um avanço no estudo da participação orientada ao desenvolvimento da sociedade, contribuindo significativamente para seu embasamento conceitual e empírico. Nessa oportunidade, realizou-se uma pesquisa documental que ampliava o estado da arte sobre os elementos que permitiam valorizar a participação em processos de desenvolvimento.

À véspera do início do doutorado na FAU/USP, entre 2012 e 2013, foi desenvolvida uma pesquisa sobre a participação em programas de urbanização em assentamentos precários em Medellín (1950-2011). Desse processo derivaram-se dois entendimentos: i. “várias mãos” em disputa produzem a cidade popular; e ii. de todas as intervenções públicas implementadas em Medellín, o Projeto Urbano Integral-PUI, levado a cabo entre 2004 e 2011, apresenta condições sociopolíticas e econômicas particulares que mostram novos avanços e impasses necessários de serem estudados em matéria de participação, de política urbana e de transformações dos bairros populares.

Ao fim de 2013, já como estudante de doutorado, participei da pesquisa “Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários. São Paulo/Brasil - Medellín/Colômbia”. Desse processo, retomam-se achados sobre a política urbana, a transformação físico-espacial e socioeconômica do bairro *Santo Domingo Savio* da zona nordeste de Medellín.

Durante o curso de doutorado pude participar de eventos científicos, preparar publicações produto de resultados parciais², visitar favelas urbanizadas em São Paulo (Vila Nova Jaguaré, Sapé, Real Parque), no Rio de Janeiro (Complexo do Alemão e Manguinhos), assim como os bairros populares de Medellín. Essas experiências possibilitaram-me conversar com pessoas interessadas no tema, assim como o rebatimento empírico dos referentes conceituais em que se embasa a pesquisa.

A literatura que trata da transformação da cidade popular contemporânea no âmbito da participação e da política urbana em assentamentos precários é clivada em diversas vertentes. Trazem-se reflexões abertas pelas ciências sociais aplicadas nos campos disciplinares da sociologia urbana, da arquitetura e do urbanismo, planejamento urbano, e da assistência social.

² As referências para pensar a cidade popular no âmbito da participação e da política urbana publicadas como resultados parciais da pesquisa durante o doutorado são: Zuquim; Sánchez; Domingues (2013); Sánchez (2011; 2013; 2014; 2015); Sánchez; Gutiérrez; Hincapié (2013a; 2013b); Hincapié; Gutiérrez; Sánchez (2014); Zuquim; Sánchez (2014); Sánchez; Gutiérrez (2014a; 2014b; 2015; 2016); Sánchez; Hincapié (2016); Sánchez; Moraes (2016); Zuquim; Sánchez (2017).

A ampla literatura parte de estudos comparativos entre cidades ou de casos específicos, dos quais emergem diferentes discussões. A mudança das cidades latino-americanas no contexto da confluência dos projetos políticos³: democrático-participativo e neoliberal, mais visível na nossa região desde finais dos anos 1980, é uma das tendências de maior interesse para esta Tese⁴. A disputa gerada pela confluência das finalidades contraditórias desses projetos é o pano de fundo que acompanha a maior parte das referências consultadas, com desdobramentos variados. As de maior relevância contribuem, ao longo do texto, para a argumentação e explicação da realidade colombiana e de Medellín, fazendo parte da indagação. Situa-se aqui a reformulação da participação e da política urbana, analisada seus dilemas, suas dificuldades e suas possibilidades na construção da democracia-participativa. Tal reformulação acontece pelas influências recíprocas e pelos elementos comuns de ambos os projetos.

Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 45) anotam que como patamar mínimo, ambos acrescentam-se e filiam-se à democracia representativa e às indispensáveis instituições do Estado de direito, com as configurações sociais, culturais, políticas, econômicas particulares de cada país; e, como patamar máximo e no extremo oposto, identifica-se no continente a existência de uma visão que caracteriza a construção democrática pelo “princípio de radicalização, ampliação e aprofundamento da democracia [...] apoiada na ideia da participação da sociedade no exercício do poder como condição de sua realização”. Essa visão ainda não tem sido implementada empiricamente em nenhum dos países latino-americanos, mas suas ideias têm orientado de diferentes maneiras a prática política de um significativo número de agentes⁵.

Compartilha-se a visão desses autores na qual a radicalização e o aprofundamento da **democracia** fundamentam-se na ampliação da política traduzida na construção de cidadania, na abertura de espaços públicos para a deliberação sobre assuntos de interesse coletivo, na generalização e ampliação do exercício dos direitos⁶. No contexto específico da garantia de

³ Projeto político designa, num sentido próximo da visão gramsciana, o conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos (DAGNINO, 2004a, p. 97).

⁴ Revisões dessa perspectiva são feitas por Dagnino (2004a; 2004b), Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) e Maricato (2012a).

⁵ Estudos sobre os avanços e impasses da participação na política urbana, com desdobramentos em disputas, podem ser encontrados em Hirata; Pereira (2000); Cardoso (2003); Torres (2007; 2011); Múnera (2008); Velásquez (2011b); Pereira; Brasil; Carneiro (2013); Cortés (2014); Magalhães (2016).

⁶ Quando nos referimos ao discurso dos direitos, atemos-nos ao sentido depositado por Lefebvre ao “direito à cidade” (1969, p.108; 1978, p. 214), entendido como forma superior formulada como direito à vida urbana, à liberdade, ao habitar e apropriar a cidade segundo as necessidades dos habitantes – e não como receptáculo passivo do planejamento –; e à participação ativa do cidadão no controle e na gestão do território. Essa fonte,

direitos aos moradores de assentamentos precários – que entendemos como cidade popular –, esses direitos tomam forma na liberdade, justiça social, igualdade, inclusão social, econômica e política, apropriação do lugar habitado e satisfação de necessidades sociais.

Em frente à negligência das estruturas político-econômicas, os moradores da cidade popular têm satisfeito suas necessidades básicas por conta própria, em um contexto histórico de intensa luta social e violência. Diante dessa realidade desatendida, o planejamento urbano participativo tem como desafio reverter o quadro de pobreza, desigualdade, exclusão, fragmentação socioespacial, informalidade e precariedade urbana, visando à garantia de direitos⁷.

Desde a visão da democracia-participativa, a partilha do poder de decisão do Estado com outros agentes sobre os assuntos relativos ao interesse público seria a expressão máxima da participação, o que contribui para a construção democrática. É essa partilha que faz da participação uma estratégia que amplia a política, fortalece a cidadania e que incide na garantia de direitos.

As intervenções urbanas recentes que implementam a política urbana contêm um grande potencial sociopolítico para a realização dessa partilha do poder na medida em que podem ser espaços públicos para o desenvolvimento do processo deliberativo sobre o destino da cidade, onde agentes heterogêneos encontram-se com seus interesses compartilhados (ou não) para orientar a construção democrática em meio a acordos, conflitos e negociações.

Nos últimos anos, com a democracia-participativa como regime político nos países latino-americanos, pautam-se novos marcos legislativos que ampliam os direitos sociais. Não obstante, esse potencial desenvolvimento do projeto democrático-participativo se confronta com o **neoliberal**, no qual a participação e a política urbana adquirem também sentidos concretos.

No marco da liberação do mercado dos obstáculos que lhe impedem funcionar como organizador da vida social enfraqueceram-se os Estados nacionais, como condição de uma ação eficiente, estratégica e moderna. Esse enfraquecimento, que muitos autores chamam de “Estado mínimo”, tem influenciado a participação e a política pública ao sugerir: menos

restituída por muitos pesquisadores urbanos e posta como bandeira de luta dos grupos mais vulneráveis, tem uma perspectiva “redistributiva dos bens comuns” nos trabalhos de Sugranyes (2013). Igualmente, desde 1990, organizações sociais do mundo têm retomado os valores do “direito à cidade” para construir alternativas às condições de vida geradas pelas políticas neoliberais. As aulas com Ermínia Maricato durante o primeiro semestre de 2014 iluminaram-me e ajudaram a entender o valor desse conceito desde a experiência brasileira; e a interlocução com moradores da zona nordeste a fazer tangível o “direito à cidade na Medellín popular”.

⁷ A interlocução com Torres (2009); Vergel (2010); Menezes; Monteiro (2010); Marra; Gonçalves (2010); Erazo (2013); Nazareth; Zuquim (2016) foi útil para ter um panorama geral sobre os impasses e avanços da política urbana em assentamentos precários, bem focados em casos, ou com perspectiva latino-americana.

Estado e mais mercado, o que se observa na transferência de parte de suas responsabilidades à sociedade civil e ao setor privado⁸.

Nessa direção, a participação opera com um sentido instrumental que não atinge o poder de decisão nas políticas públicas, mas, sim, promove-se como elemento para legitimar a ação governamental no combate à pobreza e desigualdade urbana. Para Dagnino, Olvera, e Panfichi, (2006, p. 60), a instrumentalização da participação segue à da cidadania e da política.

Na gestão das políticas sociais, a concessão dos direitos universais é substituída por esforços emergentes e focalizados, dirigidos a sectores em situação de risco [...], a cidadania é remitida ao âmbito do mercado, estabelecendo-se uma sedutora conexão entre os dois termos [...], o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania.

Nessa visão, os sujeitos participantes são excluídos dos temas considerados como constitutivos da política, invisibiliza-se o conflito e substitui-se o potencial político-democratizante por formas estritamente individualizadas, ou seja, fortalecem-se e preservam-se as estruturas de poder excludentes, reproduzindo o *status quo*.

A transferência da lógica do mercado para o âmbito da política urbana é direta fazendo com que a gestão e o planejamento incorporem os desafios gerados pelas reformas econômicas globais, com novos processos e ferramentas à intervenção pública. As premissas básicas são a melhoria das condições de vida, a geração de competitividade econômica e a construção de uma boa imagem da cidade que incentive a atração de capitais externos e de turismo. Nesse contexto, o marketing urbano assume um papel de destaque, sendo necessária a orientação de processos participativos em intervenções urbanas que dinamizem, impulsionem e transformem as cidades em cidades modelos. Dessa forma, a cidade é reproduzida como mercadoria ao serviço dos interesses da acumulação⁹.

⁸ Desde uma análise dos movimentos sociais no Brasil (Movimento Sem Terra - MST e o partido de Trabalhadores - PT), Maricato (2012b, 92-94) adverte que a mudança profunda da estrutura governamental do Estado, em nome da modernização como resposta ao neoliberalismo, tem um impacto negativo sobre as políticas urbanas com réplica na pauperização da cidade e na participação, com o estabelecimento de relações político-sociais de cooptação, corrupção, clientelismo e aplicação arbitrária da lei.

⁹ Para uma revisão muito completa e atual dos estudos sobre a resposta da política urbana local às lógicas de homogeneização do mercado global, com predominância na ilustração de cidades latino-americanas, ver, em Barcelona: Borja (2005); Medellín: Revista Ábaco (2005); Anguiano (2005); Fajardo (2005); Curitiba, Singapura, Barcelona: Sánchez (2001); Sánchez e Moura (2005); em São Paulo: Ribeiro (2007); em Buenos Aires, cidade de México, São Paulo e Santiago: De Mattos (2010); Belo Horizonte: Meneses e Monteiro (2010); Recife e Porto: Leite (2009; 2010); Bogotá: Duque (2011); Buenos Aires, cidade de México e Quito: Delgadillo (2014). Pradilla (2014, p. 37-60) oferece uma interpretação teórica que explica como o padrão neoliberal de acumulação de capital determina as cidades latino-americanas, propondo características comuns que permitem construir uma teorização macrorregional, enquanto as diferenças remetem às particularidades microrregionais e nacionais, decorrentes dos processos de formação social e de desenvolvimento desiguais.

Na defesa desses projetos, deriva-se um relacionamento de forças em disputa entre agentes heterogêneos que conflitam, lutam e se confrontam para posicioná-los. No campo dessa disputa, Dagnino (2004a, p. 97) propõe o termo “**confluência perversa**” para se referir à utilização confusa de referências comuns (vocabulário, procedimentos e mecanismos institucionais similares), mas que abrigam sentidos muito distintos, que apontam para direções opostas. Nessa confluência opera um obscurecimento discursivo das diferenças dos referentes usados em cada um dos projetos com a consequente minimização dos conflitos¹⁰.

A “confluência perversa” é de grande ajuda na análise da participação e política urbana, já que os sentidos expostos em ambos os projetos políticos são observados, de maneira combinada, no caso de Medellín, que apostou na transformação da cidade popular mediante a implementação de processos de planejamento urbano participativos, a favor da garantia de direitos, da competitividade e da imagem de cidade modelo.

A perspectiva trazida de Henry Lefebvre sobre o que avança na direção do que é “possível”, em meio às contradições da sociedade capitalista, nutre também os nossos argumentos. Essa perspectiva é validada pelos estudos urbanos contemporâneos que citam como desafio revelar essa disputa, assim como transcender as visões orientadas à denúncia das relações sociais e espacialidades de dominação, preocupando-se também com as experiências propiciadoras de ganhos e conquistas sociais.

Privilegiar esse olhar no momento atual de mudanças aceleradas implica dar continuidade à exploração de conceitos e práticas que expliquem as transformações territoriais em curso, com orientação às necessidades de uma gestão democrática da cidade (SOUZA, 2006).

No desafio de tornar visível a disputa, “que insiste em se restabelecer continuamente no interior do processo de anulação da política” (DAGNINO, 2004b, p. 139), a literatura difunde experiências contra-hegemônicas¹¹, questionadoras da ideologia neoliberal, que, ainda incipientes e tênues, tentam percorrer um caminho por fora da área tomada pela acumulação

¹⁰ A simultaneidade dos projetos políticos também é advertida por Maricato (2012a, p.1-35) quem argumenta o surgimento de contradições sociais, políticas, econômicas nas cidades latino-americanas, com foco no Brasil, geradas com maior força desde a década de 1970, no marco da realização simultânea da ideologia neoliberal no compasso do florescimento de conteúdos e práticas democráticas, contestatárias e revolucionárias diante da pauperização produzida pelo modelo econômico.

¹¹ Essas experiências são abordadas por vários autores que apontam à compreensão da disputa política, manifestas na oposição perante as ordens dominantes. Carrión (1998); Ribeiro (2000); Velásquez; González, (2003); Dagnino (2004); Ribeiro (2007); Echavarría (2008); Maia (2010); e Blanco; Fleury; Subirats (2012) trazem diferentes reflexões a partir de casos que mostram uma influência relativa de agentes sociais na ação do poder público local que pode gerar rupturas momentâneas das ordens dominantes, novas formas de institucionalização da participação e garantia de direitos nos processos de planejamento urbano. Também valorizam ações de defesa de interesses comuns como fundamento da mobilização social.

do capital. Seu registro encontra-se na renovação de relações de poder que confrontam e se opõem ao que se pretende estabelecer como dominante. Nesse sentido, Vainer (2000, p.101) lembra:

Ali onde a mercantilização do espaço público está sendo contestada, ali onde os cidadãos investidos de cidadania politizam o cotidiano e quotidianizam a política, através de um permanente processo de reconstrução e (re)apropriação dos espaços públicos, estão despontando os primeiros elementos de uma alternativa que, por não estar ainda modelada e consolidada, nem por isso é menos promissora.

Os conceitos trazidos foram progressivamente rebatidos na aproximação empírica, sendo um “caso concreto”¹² o localizado em Medellín (Colômbia)¹³ o que permite discutir a transformação recente da cidade popular à luz da participação e da política urbana.

Escolheu-se a zona nordeste - ZNE¹⁴, especificamente as *comunas* 1 (*Popular*) e 2 (*Santa Cruz*), que foram intervindas pelo Projeto Urbano Integral - PUI, entre 2004 e 2011. A figura 1 mostra no contexto sul-americano, respectivamente, Colômbia e Medellín e, localizadas na zona nordeste, as três áreas de intervenção do PUI e *Santo Domingo Savio*, um dos bairros com maior intervenção pública recente, e, portanto, de maior transformação territorial.

¹² Assumido como estratégia metodológica segundo RODRÍGUEZ et al (1996, p. 91-101).

¹³ Em termos políticos e administrativos, a Colômbia se encontra dividida em 32 estados, 1.102 municípios e 6 distritos especiais, constituindo as entidades territoriais do país. Em termos socioeconômicos a Colômbia divide seus territórios em estratos segundo a classificação das moradias e seu entorno. Medellín é a segunda cidade em importância do país, com 2.464.322 habitantes; uma superfície total de 380,64 km² com 37.621 hectares, dos quais 10.210 ha, constituem solo urbano (27,1% do total), 401 ha, área de expansão urbana (1,1%) e 27.010 ha, solo rural (71,8%) (Departamento Administrativo Nacional de Estadística - DANE, 2015; Plano de Ordenamento Territorial-POT, 2014-2027). A economia é movimentada pela indústria têxtil, de confecções, alimentos, agricultura, mineração, produtos químicos, petróleo refinado, serviços turísticos, comerciais, financeiros, de telecomunicações, transporte, construção de moradia e serviços públicos – energia –. É centralidade de dez municípios que compõem a sub-região do *Valle de Aburrá*.

¹⁴ Medellín divide-se em termos político-administrativos em seis zonas, que, por sua vez, contêm dezesseis *comunas* e cinco *corregimientos*. As *comunas* são áreas delimitadas dentro do perímetro urbano da cidade, constituídas por bairros, enquanto os *corregimientos* são áreas que delimitam a zona rural, constituídos por veredas. A zona nordeste de Medellín é formada pelas *comunas* 1 (*Popular*), 2 (*Santa Cruz*), 3 (*Aranjuez*), 4 (*Manrique*), com uma superfície de 158 hectares e 563.731 habitantes (DANE, 2015).

Figura 1 - Localização do bairro *Santo Domingo Savio*, zona nordeste - comunas: 1 *Popular* e 2 *Santa Cruz*; Medellín no contexto estadual, colombiano e sul-americano.

Fonte: elaborado por Luis Alberto Hincapié, com dados de *Metroinformación* (2014).

Várias razões explicam a eleição da ZNE e do PUI-nor. Essa zona foi e continua sendo produzida em meio à informalidade e ilegalidade urbanística e fundiária, com deficiências em infraestrutura, saneamento ambiental, serviços públicos domiciliários; localizada em área de alto risco geológico. No início, ela foi habitada por camponeses migrantes (que fugiam da violência no campo ou que chegavam à cidade em busca de melhores condições de vida) em condições de pobreza, com uma vivência histórica marcada pelas múltiplas formas de violência urbana, desigualdade social e exclusão do acesso a bens e serviços públicos essenciais para a satisfação das necessidades básicas. Nesse processo de formação dos bairros, destacam-se a participação e a luta pelo direito à cidade da organização social da ZNE, considerada a de maior tradição de Medellín.

Com o decorrer do tempo, a ZNE tornou-se a região de maior densidade demográfica da cidade, assim como a de mais alto índice de violência e com os mais baixos índices de desenvolvimento humano - IDH e de condições de vida - ICV. Em razão disso, foi a primeira área a sofrer intervenção do PUI. Essa intervenção pública, catalogada pela institucionalidade

como bem-sucedida pelos avanços na metodologia participativa que orientou o processo, o reconhecimento de direitos e as transformações territoriais alcançadas em mobilidade urbana, espaço e equipamentos públicos, moradia e entorno, convívio e segurança, tornou o projeto de maior abrangência e de destaque nacional e internacional.

Na atualidade, os bairros dessa zona apresentam importantes transformações na apropriação dos espaços e equipamentos públicos decorrentes de agentes heterogêneos que geram forças em disputa. Por trás dessas transformações inaugura-se um momento diferente da cidade popular, que se faz necessário identificar e explicar.

Como produto da aproximação à literatura e ao cotidiano dos bairros populares, a Tese foi desenvolvendo-se, ocorrendo três mudanças significativas, explicitadas a seguir.

No começo do processo, acompanhava-me uma visão predominantemente positiva do PUI-nor; poucos questionamentos foram levantados a respeito da tendência oficial amplamente difundida sobre os resultados da intervenção como uma experiência única na garantia de direitos, – tendência esta validada pela percepção dos moradores sobre a transformação dos seus bairros –. Não obstante, na medida em que tomei distância da cidade e do país, pelo fato de morar em São Paulo durante três anos, de me aproximar à literatura latino-americana que marcava com clareza tendências pouco beneficiadoras das intervenções urbanas para a população de assentamentos precários, de seguir a evolução da participação e da política urbana de Medellín mediante notícias oficiais e denúncias populares levantadas em torno do Plano de Ordenamento Territorial, que comecei a suspeitar dessa tendência que se impunha como realidade. Dessa forma, esse ponto tornou-se um desafio: revelar o que não era publicado, o que não se difundia e que estava por trás dos avanços e benefícios da “intervenção urbana integral e participativa”. Trata-se de uma realidade “silenciada” e “oculta” que permanece no cotidiano dos bairros, isto é, na vivência dos moradores.

A segunda mudança veio na preparação do memorial de qualificação e na sua socialização à banca examinadora. Até aquele momento, eu tinha a visão afirmativa de que Medellín era uma cidade construída a “várias mãos”. Entretanto, na análise documental sobre a cidade popular e na documentação do mesmo processo participativo, iam-se manifestando referências de uma disputa permanente, porém, atrelada a contradições que mudavam ocasionalmente, tornando complexa cada vez mais a realidade urbana e estimulando renovadas trilhas de luta social. Entendi que tal afirmação devia virar interrogação, dado que por trás dessa construção a “várias mãos” há poderes desiguais e em confrontação direta.

A terceira mudança aconteceu quando voltei para Medellín em janeiro de 2016, com a pretensão de prosseguir com o trabalho de campo. Participei de uma primeira reunião promovida pela prefeitura que tinha como objetivo a formulação participativa do Plano de Desenvolvimento Municipal, 2016-2019. Lembro-me das arguições dos secretários de despacho, do prefeito recém-eleito e das lideranças das *comunas* 1 e 2 discutindo as inúmeras problemáticas da zona nordeste e da cidade em questões como moradia, espaço público, saneamento e infraestrutura, segurança e convívio, participação e organização social. Assistir a esse encontro foi revelador porque, naquele momento, rondava-me o pensamento de uma transformação profunda da Medellín popular, originada pelo processo de urbanização (pensamento generalizado pela incidência do marketing urbano). Contrariamente, e para minha surpresa, escutei os moradores demandando a presença ativa e contínua do poder público para resolver os mesmos problemas que historicamente caracterizavam a zona. Contudo, desta vez, esses problemas antigos, visivelmente agravados, acompanhavam-se de outros completamente novos, comumente associados às dinâmicas da “cidade formal”. Precavi-me da existência de mudanças, mas, sobretudo, de permanências não difundidas pela mídia nem pela documentação oficial, que deviam ser parte da indagação.

Da compreensão do objeto que trata esta Tese levanta-se a linha argumentativa, a hipótese e as perguntas de pesquisa. “Medellín: uma cidade construída a várias mãos?” surge do interesse por desvendar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação e da política urbana. Contradições e possibilidades são chaves que se revelam em discursos e práticas de agentes heterogêneos em seus interesses, que, em meio a um jogo de forças desequilibrado, influenciam a transformação dos bairros periféricos. Três argumentos desenvolvem essa questão central e costuram a tese:

A formação histórica dos assentamentos precários em Medellín é resgatada no Título 1 **“Memória da Medellín popular. Trajetórias da participação e da política urbana, 1930-2011”**, em três momentos diferenciados: surgimento e expansão comandada por moradores em cooperação com múltiplos agentes da sociedade civil (1930-1979); aprofundamento da problemática urbana e intervenção governamental pontual, descontínua, fragmentada e descontextualizada das necessidades da população (1980-2003); excepcionalidades da gestão, do planejamento urbano e da participação popular (2004-2011).

Nesses momentos, discorre-se sobre a ação popular, o poder público, setores da sociedade civil, agentes à margem da lei e agências internacionais que produzem rupturas e continuidades em discursos e práticas. Argumenta-se, a princípio, como na confluência dessas múltiplas “mãos” se reproduz a Medellín popular, em meio a um cotidiano dominante e opressor impulsionado por forças locais-globais que regularizam a desigualdade, exclusão, fragmentação socioespacial e a violência. Não obstante, esse cotidiano, ocasionalmente, é alterado por forças que rompem o que se pretende estabelecer, gerando novos sentidos de vida que ressignificam a construção coletiva de cidade.

A Medellín popular construída em meio a essas dinâmicas é transformada a partir de 2004 mediante a implementação de intervenções públicas. Aprofunda-se nos impasses e avanços da participação e da política urbana em um processo de planejamento recente, isto é, o sentido da “partilha do poder” e da construção de cidade popular a “várias mãos”. Essa relação entre participação e política urbana, também discutida no que diz respeito à transformação da cidade popular, é abordada no Título 2 **“Refazendo a Medellín popular. Participação e projeto urbano em processo, 2004-2011”**.

O segundo argumento, desenvolvido nesse Título, é que o planejamento participativo obedeceu à implementação de uma política urbana orientada a atender tanto as demandas da realidade urbana precária, referidas na garantia do direito à cidade, quanto da economia local-global. Nesse paradoxo, desenvolveram-se, simultaneamente, discursos/práticas institucionais e mecanismos populares à margem institucional, que desvelam a disputa pela deliberação do destino da cidade. Essa disputa nutre as novas formas de “refazer a cidade popular”.

Como desenlace do processo de urbanização, transforma-se a apropriação dos espaços e equipamentos públicos nos assentamentos populares, despontando, na atualidade, o reconhecimento parcial e focalizado do direito à cidade, a reinvenção de forças dominantes e opressoras, e a luta social que (re)apropria a cidade pelo viés da cultura para a vida e o benefício social. Do que muda e permanece, emergem novos impasses e avanços que atualizam a participação em processos de urbanização popular, que são evidenciados e debatidos no Título 3, denominado **“Apropriação do espaço público construído. A disputa entre forças de dentro e de fora”**.

O terceiro argumento, desenvolvido ainda nesse Título, é que as formas de apropriação dos espaços públicos estão recompondo o cotidiano dos bairros populares, apresentando uma nova faceta da cidade periférica, com ganhos e perdas para os diferentes agentes.

A reconstrução da memória da Medellín popular, dos discursos e das práticas institucionais e sociais decorrentes da análise de uma intervenção urbana, e a revelação do que permanece e muda na apropriação dos espaços e equipamentos públicos construídos pela urbanização são insumos para propor as considerações finais (em aberto) na última parte deste trabalho. A síntese dos achados analíticos constitui o Título 4, denominado **“Fechar para abrir. Trilhas dos processos de urbanização popular participativos”**.

Esses três argumentos que costuram a estrutura do texto partem da seguinte **hipótese**: as recentes intervenções públicas para assentamentos precários em Medellín apresentam uma nova faceta da disputa na construção de cidade popular a “várias mãos”, ao serem regidas por finalidades contraditórias: reconhecimento e garantia do direito à cidade e fortalecimento do mercado. Dessa contradição, visível no processo de urbanização e na transformação da apropriação dos espaços e equipamentos públicos surgem conflitos e tensões que renovam trilhas da luta social.

A exploração dessa hipótese é guiada por perguntas que conduzem a pesquisa. Quem são os agentes protagonistas da produção da Medellín popular e quais seus interesses, relacionamentos e práticas? Que forças de poder se produzem? Que contradições e possibilidades emergem em intervenções urbanas, catalogadas como integrais e participativas? Que ganhos e perdas derivam-se das transformações dos bairros populares recentemente urbanizados? Como é o cotidiano dos bairros populares de Medellín na atualidade? Quais são as referências que permanecem/atualizam os impasses e avanços da participação popular e do planejamento urbano em processos de urbanização popular?

Para desenvolver a hipótese e as perguntas, construiu-se uma **metodologia**, de natureza qualitativa e aplicada, que articulou de forma colaborativa e complementar as técnicas, estratégias e instrumentos que auxiliaram a revisão bibliográfica e o trabalho de campo. O encadeamento e a significação da informação encontrada em fontes bibliográficas, com os dados provenientes do trabalho de campo, permitem revelar a disputa com suas consequentes contradições e possibilidades, contidas no processo participativo do PUI-nor e mesmo na apropriação do espaço construído. Essa abordagem constitui a contribuição inédita desta pesquisa, pela inexistência de referências nesse sentido.

Tanto a aproximação conceitual quanto empírica foram conduzidas por um instrumento analítico denominado “Guia metodológico para o estudo da participação em processos de urbanização popular” (ANEXO A), que possibilitou a descrição e análise da zona nordeste em três tempos: antes da intervenção, durante a intervenção e na pós-

intervenção. Esse instrumento é uma construção que surge do reconhecimento do cotidiano dos bairros populares, dos arranjos institucionais da participação e da política urbana em assentamentos precários, e do desenvolvimento teórico nos temas.

Particularmente, a revisão de literatura foi de grande ajuda na definição dos argumentos, iluminando durante todo o texto a realidade de Medellín. Nessa abordagem empregou-se a técnica de análise documental¹⁵ da qual derivou um guia para a revisão bibliográfica (ANEXO B). Essa técnica permitiu identificar, na literatura especializada, os debates e o marco legislativo sobre participação e política urbana em assentamentos precários. Com a construção de linhas do tempo, que seguem detalhadamente a evolução desses marcos em Medellín - Colômbia desde 1930 até 2015, tornou-se consciente que a existência de normas é importante porque baliza a temporalidade e a espacialidade em que a participação e a política urbana mudavam de rumo, visto que, após sua implementação, gerava-se um novo quadro de possibilidades e empecilhos.

Na reconstrução da participação e da política urbana na transformação recente da Medellín popular, foram muito importantes as fontes bibliográficas históricas, por contribuírem para o esclarecimento de sua formação, seu desenvolvimento e suas mudanças; além dos sítios da web e as variadas fontes governamentais publicadas no âmbito local, nacional e internacional sobre as vantagens da intervenção urbana.

Destaca-se a revisão de documentos públicos sem editar nem publicar sobre a metodologia de intervenção social, as atas dos encontros com a população dos diferentes bairros durante o processo de intervenção entre 2004 e 2007, assim como de vídeos sobre as oficinas de imaginários e dos percursos pelos bairros com a população envolvida, levados a cabo pelo poder público. Foram lidas no total 186 atas, sendo 74 de *Andalucía*, 46 de *Popular*, 64 de *Santo Domingo Savio* e duas gerais que reunia pessoal de todas as áreas. A informação disponível nas atas e nos vídeos mostra a grande riqueza do processo participativo ao narrar histórias por trás do discurso oficial publicado. Essas vozes são resgatadas como assunto relevante e de grande utilidade para analisar o processo participativo do PUI-nor.

A análise documental foi complementada com um riquíssimo arsenal metodológico operado em **campo** desde 2010, mediante observações diretas das obras construídas pelo PUI-

¹⁵ A leitura, organização, agrupação, análise preliminar da informação e derivação de resultados foram integradas através do uso da ferramenta *Atlas-ti*, software de pesquisa qualitativa que permitiu o tratamento da informação em formato textual (livros, capítulos, artigos, atas, boletins, documentos produzidos por diversas instâncias governamentais), visual (imagens) e de som (gravações).

nor nos bairros que sofreram intervenção, fontes orais, oficina participativa¹⁶ (ANEXO C), e análise de fotografias de diferentes períodos. Durante 2016 e 2017, incorporaram-se conversas informais, observação participante, percursos pelos bairros, oficinas participativas e entrevistas. Os relatos individuais e coletivos dos habitantes e funcionários públicos encontram-se disseminados nos diferentes Títulos da tese.

A aproximação empírica teve como denominação “**A memória se constrói caminhando**”, alusiva ao sentido social depositado no processo pela equipe de pesquisa, formada por pesquisadores do grupo Maso e habitantes dos diferentes bairros da ZNE. A equipe teve como propósito revelar o cotidiano atual dos bairros populares, pondo em diálogo a memória urbana anterior à intervenção, os arranjos participativos operados durante o processo e as transformações na apropriação dos espaços públicos construídos pelo PUI-nor.

A proposta inicial, construída pelos pesquisadores de Maso, amadureceu e se complementou no contato com os interessados, sendo, no fim, uma construção coletiva (ANEXO D). Para planejar e desenvolver as atividades em campo, assim como para percorrer os bairros populares, contou-se com a orientação dos habitantes, segundo suas vivências pessoais.

O trabalho de campo está inspirado em estratégias etnográficas, orientadas por discussões conceituais. A seguir, uma breve síntese.

A “cartografia da ação social” de Ribeiro (2009, p. 153) foi de grande utilidade na implementação da pesquisa. A autora se refere a como o enfrentamento da abstração das condições de vida impostas pelo neoliberalismo exige a valorização da singularidade de experiências sociais concretas, dos contextos nos quais são vividas as transformações das relações espaço-sociedade e da cidade como arena incerta e experimental. Essa cartografia é construída mediante o conhecimento vivido da cidade (saberes populares), as narrativas e o respeito à fala do “outro”, da afirmação de racionalidades alternativas que orientam uma apropriação mais solidária e justa do espaço; de aprendizados, conquistas e projetos populares, mesmo que estes continuem retidos nas malhas da ordem dominante. Nessa perspectiva, Ribeiro argumenta a importância de estudar as formas de poder comunitário

¹⁶ Essa oficina, realizada em agosto de 2015 no bairro *Santo Domingo Savio*, liderada pelo grupo de pesquisa Maso, situa-se no âmbito da pesquisa “Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários. São Paulo/Brasil - Medellín/Colômbia”. Particularmente essa primeira oficina, realizada nas dependências do *Parque Biblioteca España*, teve como objetivo mapear e documentar a memória urbana de diversos atores sociais sobre as implicações derivadas da intervenção urbana PUI-nor, ocorridas entre os anos de 2004-2011. Contou com a participação de cerca de 25 moradores do bairro, representantes do governo de *Antioquia*, alunos e professores do grupo Napplac/FAUUSP e grupo Maso/UdeA. Os temas da oficina foram: organização e participação social; moradia; vias, mobilidade e acessibilidade; risco geológico; e saneamento ambiental.

reunidas no *lugar*, entendido como “espacialidade da ação espontânea, do inesperado, do acaso, do não-planejado, das experiências incertas”.

O arsenal operacional que permitiu a implementação dessas premissas na pesquisa, resultou em nove oficinas participativas, onze percursos pelos bairros, e quinze entrevistas. A aproximação à realidade dos bairros populares ajudou-me um pouco a superar o “olhar externo”, proporcionando um relacionamento direto com os habitantes e com as dinâmicas urbanas em andamento.

As oficinas participativas tiveram a pretensão de planejar, discutir, refletir e operar o processo (ANEXO E). Quatro das oficinas tiveram um componente formativo que permitiu a interação entre habitantes e professores da UdeA em torno de temas que fundamentavam o trabalho de campo, sendo estes: a) a forma como as comunidades e a universidade apropriariam os resultados derivados do processo; b) a reflexão sobre os sentidos das noções comunidade, participação e desenvolvimento comunitário; c) análise das transformações da Medellín popular nos últimos sessenta anos.

Os percursos pelos bairros da ZNE¹⁷ tinham como foco a observação da apropriação dos espaços e equipamentos públicos construídos pelo PUI-nor (ANEXO F). Durante os percursos construíram-se “cadeias de significação” (CARDOSO, 2004, p. 103) de fatos do passado, presente e futuro, que refletem sobre a apropriação do espaço e do uso, sempre evocando a memória urbana e em interação com as pessoas que estavam usando os diferentes espaços.

Durante os percursos ativou-se a observação participante, assumida como estratégia metodológica voltada à compreensão da apropriação social, tendo como base o respeito aos indivíduos observados e entrevistados. Sua implementação implicou por parte da equipe de trabalho: “saber ouvir, escutar, ver e fazer uso de todos os sentidos” (WHYTE, 2005). Esse autor aborda, desde sua própria experiência, a importância da sociabilidade que ocorre no espaço público do mundo popular, sendo que é nesse espaço que as decisões são tomadas, os grupos se estruturam e as relações sociais se constroem e se destroem. Alguns “mandamentos metodológicos” sobre a observação participante, emergentes durante seu processo de pesquisa em áreas periféricas iluminaram nosso trabalho de campo. Trata-se de condições que envolvem diretamente os pesquisadores na área de estudo e com um grupo social concreto,

¹⁷ Cada percurso foi planejado por subgrupos de participantes que moram nos bairros em conjunto com a pesquisadora. Assim foi definido o lugar para o encontro inicial, antes do percurso, as rotas para percorrer os espaços e os equipamentos públicos pelos bairros *Andalucía*, *Popular*, *Granizal* e *Santo Domingo Savio*, as guias de observação e reflexão e o uso de estratégias para ativar a memória urbana.

isto é, a entrada, a permanência e a aproximação dos informantes-chave, o desenvolvimento de uma rotina de trabalho, o aprendizado a partir dos erros e a devolução dos resultados do trabalho (ANEXO G).

A entrevista foi usada tanto como técnica exploratória durante a pesquisa quanto como forma de checar informações ou aprofundar temas específicos de interesse, sendo de grande ajuda para esclarecer e complementar a informação. A depender da viabilidade e da relevância inicial de cada conversa, foram realizadas entrevistas sequenciais com as mesmas pessoas. Estas foram estruturadas seguindo as premissas do “método biográfico”¹⁸, concretamente desde a técnica “histórias de vida cruzadas” por permitir compreender os sentidos depositados na experiência participativa e nas transformações da apropriação dos espaços e equipamentos públicos desde distintas vozes presentes em uma mesma história.

O roteiro da entrevista (ANEXO H), a transcrição e a produção de informação seguiram os elementos referidos na memória da Medellín popular construída, na participação durante o processo de intervenção e nas mudanças do cotidiano da participação pelos usos e pelas apropriações dos espaços e equipamentos públicos construídos. Buscou-se, na variedade de perfis dos entrevistados, obter relatos que conduzissem à elaboração de assuntos concretos assim como generalizações.

As vozes foram trazidas de diversos agentes do poder público (Departamento Administrativo de Planejamento - DAP, Empresa de Desenvolvimento Urbano - EDU, profissionais que participaram na formulação e execução do projeto), participantes do processo de intervenção e representantes de organizações sociais, moradores dos bairros que sofreram intervenções (ANEXO I). Antes de cada entrevista, foi esclarecida a natureza da pesquisa, seus objetivos, sua justificativa, sua metodologia e seus potenciais benefícios e riscos para cada um dos participantes, permitindo sua anuência voluntária de forma oral e escrita (ANEXO J)¹⁹. Resguardou-se o anonimato, quando solicitado, ou por critérios de

¹⁸ A memória autobiográfica se constrói sobre as experiências vividas individualmente; o sujeito é o ator e protagonista do relato e, ainda que compartilhando vivências, os eventos formam parte fundamental de sua biografia individual. A essa singularidade própria do indivíduo vincula-se a dimensão social, o espaço e o tempo dos que relatam sua história. Esse método refere-se à articulação de fontes orais e documentais com o propósito de capturar os mecanismos que subjazem aos processos usados pelo indivíduo para dar sentido e significado a sua própria vida. Reconhecem-se os principais inconvenientes da informação obtida através da oralidade que fazem complexa sua análise, alguns dos considerados foram: a) as lembranças podem estar potencialmente viciadas pela perda de memórias, recordações seletivas e desabilidade social; b) os entrevistados podem silenciar acontecimentos, gerar relatos imaginários ou adornar a narração; c) confusão na temporalidade da narração dos fatos (SANZ, 2005, p.101-113).

¹⁹ O tratamento de informação e a confidencialidade dos nomes de moradores e funcionários públicos seguiram as orientações éticas dos regulamentos da *Universidad de Antioquia* e da Universidade de São Paulo (Resolução 510, abril 7/2016) para pesquisas em ciências humanas e sociais.

garantia de segurança dos depoentes, segundo avaliação da pesquisadora, diante do quadro restritivo gerado pela violência.

Entre os resultados do trabalho de campo emergem como os mais destacados: os produtos de diferentes formatos denominados “A cartografia somos nós”, apresentados num bairro da zona estudada e em diferentes lugares da cidade²⁰, e a valorização positiva, realizada pelos participantes e pela pesquisadora em termos dos aprendizados deixados.

Dentre o material produzido, encontram-se a camisa e o boné usados durante os percursos e encontros coletivos, desenhados por dois dos integrantes do grupo. Outros produtos mapeiam o cotidiano atual dos bairros populares: dois microdocumentários²¹, uma obra teatral, uma declamação dramática, duas canções apresentadas à comunidade durante o processo de socialização (ANEXO K), um desenho de mural artístico, um *fotopoemario* (ANEXO L), artigos informativos em periódicos comunitários e a formulação de um projeto de intervenção social e de pesquisa que dá continuidade à segunda fase desse processo.

Esses produtos se articulam a processos sociais em andamento na ZNE, fortalecidos pela pesquisa e extensão da *Universidad de Antioquia* no meu exercício como docente no Departamento de *Trabajo Social* da FCSH/UdeA. A aderência da pesquisa à realidade dos bairros coloca-se como possibilidade para dar voz ao saber daqueles que produzem e transformam cotidianamente a cidade popular.

Outro dos resultados é o ganho percebido pelos participantes e pesquisadores do Maso. “A memória se constrói caminhando” possibilitou conhecer pessoas de diferentes bairros da ZNE e da universidade com interesse no desenvolvimento comunitário pelo viés da luta social; reconhecer em profundidade o território habitado, podendo se fazer consciente, de modo reflexivo, das mudanças atuais assim como da prática participativa vivida durante o processo. Isto foi possível ao percorrê-lo, senti-lo, pensá-lo, conversar com seus habitantes e observar a apropriação dos espaços públicos em andamento.

Outro dos ganhos pontuado é o despertar da consciência diante de como as intervenções urbanas podem potencializar o desenvolvimento comunitário e, simultaneamente, vulnerar os direitos. Consequentemente, valida-se a necessidade do

²⁰ Os produtos foram socializados no mês de dezembro no *Parque de la Imaginación*, no bairro *Villa del Socorro*, em *Andalucía*, e durante o primeiro semestre de 2017 em diferentes lugares da cidade, como: *Universidad de Antioquia*, no Museu da Memória de Medellín, no Banco da República e no Parque Explora.

²¹ Os microdocumentários produzidos pela Corporação *Mi Comuna 2* e as canções produzidas por Anderson Urrego Castaño e Lizet Roldán Sánchez, Jhon Anderson Suarez Vidal e Andrés Felipe Urrego González estão disponíveis em: <<https://lamemoriaseconstruyecaminando.wordpress.com/>> Acesso em: 31 de janeiro de 2017.

fortalecimento dos moradores como agentes ativos para participar dos processos de transformação dos bairros, e da necessidade do trabalho em rede.

Da finalização desta primeira etapa, fica no horizonte a possibilidade de continuar trabalhando num projeto que cubra a zona nordeste e outras zonas da cidade, orientado ao fortalecimento do “controle social do território”, que estimule a apropriação dos espaços públicos desde o cultural, que no momento atual é o que se observa na forma como os moradores estão habitando-os e sentindo-os, desde seu desejo.

1 MEMÓRIA DA MEDELLÍN POPULAR

Trajetórias da participação e da política urbana, 1930-2011

Figura 2 - Contínuo êxodo de população de seus lugares de origem.

Fonte: Disponível em: <http://www.banrepcultural.org/sites/default/files/la-huella-invisible_0.pdf> Acesso em: 24 de fev. 2016.

Figura 3 – A fotografia ilustra os bairros populares de Medellín.

Fonte: Disponível em: <https://javersule.wordpress.com/category/regiones/> bairros de uma Comuna de Medellín. Acesso em: 24 fev. de 2016.

Três momentos diferentes registram a memória recente da Medellín popular, transcorrendo visíveis em contextos econômicos, políticos e sociais, em discursos e práticas dos diversos agentes envolvidos¹. Constatam-se trajetórias da participação constituídas na confluência de dinâmicas antigas, novas e emergentes, que se desenrolam tanto no âmbito da vida cotidiana quanto da política urbana, transformando a cidade. Essas trajetórias revelam a disputa pela produção de espaço, dando significado à construção de cidade a “várias mãos”. Em cada momento aprofundam-se, separadamente, os avanços e impasses da participação e da política urbana, atrelados a contradições e possibilidades que mudam ocasionalmente. Na parte final, esboçam-se considerações sobre o cotidiano da participação urbana, assim como as mudanças e permanências da matriz de agentes produtores de cidade popular.

1.1 Primeiro momento, 1930-1979. Surgimento e expansão dos bairros populares

Nesse período, assinala-se a proliferação e o aprofundamento da informalidade e precariedade urbana, a pobreza, a exclusão social e a violência. Essa experiência foi enfrentada pelos moradores dos bairros populares, que cooperam com múltiplos agentes da sociedade civil, mediante lutas pela justiça social, pela posse de um lugar para a autoconstrução de moradia e pela conexão de serviços públicos domiciliares, especialmente de aqueduto.

Movimentos sociais de trabalhadores, sacerdotes da igreja católica e moradores, ainda que fragmentados, constituíam a trama social insurgente, em resistência e rebeldia. A oposição, o enfrentamento, a desobediência pública, a crítica à política pública excludente, as atitudes de ressentimento, de desconfiança, e o aproveitamento de oportunidades constituem as manifestações sociais da época.

O início da institucionalização da participação marca como tendência a cooptação das lideranças comunitárias, enquanto as respostas governamentais à problemática urbana vão desde a negligência, a repressão, a compensação, a tolerância, até a promoção de “invasões”². Desde esse momento, perfilam-se com clareza os códigos de relacionamento sociopolítico que marcam a formação da cidade popular: tradição de luta social, autoritarismo, clientelismo, fraqueza do Estado e a confluência de múltiplas formas de violência.

¹ Grande parte da informação contida nessa parte deriva de avanços parciais da tese publicados em Sánchez; Gutiérrez (2014a); Sánchez; Gutiérrez (2014b); Sánchez (2014); Zuquim; Sánchez (2014); Sánchez; Hincapié (2016).

² Diferentemente do Brasil, na Colômbia, o termo “invasão” não é criminalizado, sendo comumente utilizado na literatura sobre estudos urbanos para designar o processo de ocupação dos assentamentos informais.

1.1.1 Processo de formação dos assentamentos precários

Os assentamentos populares em Medellín registram-se desde 1840, quando um grupo de escravos emancipados formou o bairro “O Salado” na zona centro-oeste. Ainda no início do século XX, no ano de 1910, “já existiam oito lotes ilegais assentados na zona nordeste - ZNE perto de rotas existentes e de abundantes fontes de água” (MARTIN, 2012, p. 35). Observa-se o leve aumento de invasões a partir de 1930, momento em que Medellín tornou-se centro comercial, industrial e financeiro da Colômbia, sendo atrativa para a população externa.

Em meados do século XX, registram-se dois motores de crescimento demográfico acelerado: a violência e o processo de industrialização que, como nas demais cidades da América Latina, geraram mudanças territoriais. Em apenas quarenta anos a Colômbia inverteu a tendência de crescimento populacional³: a maioria dos habitantes deixou de morar no campo para se concentrar nas principais cidades. Essa tendência era correlata à crise urbana desencadeada pelas violências, pela incapacidade do sistema econômico para gerar emprego e do poder público para atender as necessidades básicas da população. As causas econômicas, sociais e políticas que aceleraram o processo de urbanização na Colômbia eram reflexos do vivido em Medellín (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Crescimento populacional em Medellín, 1930-2010.

Fonte: Elaboração própria com dados do *Departamento Administrativo de Planeación Municipal - DAPM*, Anuários Estadísticos (1942; 1951; 1961; 1965; 1985); Sistema de Indicadores Estratégicos de Medellín.

³ A Colômbia contava em 1951 com 7 milhões de habitantes camponeses (61%) e 4.5 milhões de habitantes nas cidades (39%); em 1993 registrou-se um aumento de população, sendo a camponesa de 12 milhões (31%) e de 26 milhões a dos habitantes das cidades (69%). Na atualidade a população é de 47.121.089 (MINISTÉRIO DE DESARROLLO ECONÓMICO DE COLÔMBIA, 1997).

Os bairros populares eram constituídos tanto por uma população que migrava voluntariamente do campo à cidade em busca de novas oportunidades ou da melhora de condições de vida, como por uma população intermitentemente despejada de seus territórios pela confluência de violências geradas por múltiplos agentes.

Entre 1948 e 1958, a guerra civil bipartidária, protagonizada entre liberais e conservadores pelo domínio do poder político, registrou mortes, ameaças, desaparecimentos e remoções forçadas de população camponesa; desde a metade de 1960, a confrontação da desigualdade social levou à criação de grupos insurgentes contra o Estado – guerrilhas⁴ – alimentados pelo triunfo cubano, e, conseqüentemente, mobilizados por ideologias radicais que pretendiam construir um modelo político alternativo. Desde 1970, grupos de narcotraficantes entraram na cena urbana dedicando-se à produção, ao consumo e à distribuição de drogas, mas as conseqüências nefastas para a cidade se observam no momento seguinte.

Nesse contexto criaram-se e reforçaram-se as bases da desigualdade social em Medellín pelas ações combinadas do mercado, do poder público e dos agentes do conflito armado. Martin (2012, p. 48) explica como aquela outra cidade precária e informal, aqui denominada popular, foi resultado de um padrão excludente de desenvolvimento, planejamento e gestão urbana que não ofereceram condições de emprego, acesso à terra e à moradia.

Como se aprofunda a continuação, diversas “mãos”, relacionamentos e práticas mobilizam a participação e orientam a política urbana na formação da cidade popular. Destaca-se a ação do poder público e dos moradores em associação com agentes da sociedade civil.

1.1.2 A ação do poder público

Em 1930, no contexto do desenvolvimento incipiente do processo de industrialização de Medellín, a iniciativa privada e o poder público local se encarregavam de prover moradia, construindo bairros operários para o trabalhador assalariado e sua família, mas com a

⁴ As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, constituídas em 1964 por grupos de resistência camponesa; o Exército de Libertação Nacional - ELN, composto em 1967 por sacerdotes orientados pela teoria da libertação; o Exército Popular de Libertação - EPL, que teve maior influência nos sindicatos desde 1967; o M-19, formado em 1970 por jovens de classe média desiludidos com a esquerda tradicional. Dessas agrupações, o M-19 e o EPL desmobilizaram-se mediante processos de negociação realizados com o governo em 1989 e 1991, respectivamente. Em 2016, o governo federal assinou um processo de negociação com as FARC.

intensificação da migração nos anos 1970, grande parte da população ficou à margem dessa provisão habitacional, dando origem aos assentamentos precários.

Nesses assentamentos, o acesso à terra se dava simultaneamente através de dois processos: o mercado informal dinamizado por urbanizadores piratas e as ocupações nas encostas dos morros. Sendo assim, na medida em que a alta demanda por moradia superava a capacidade de provisão do Estado e do privado, crescia a cidade popular carente de infraestrutura, saneamento básico, moradia, emprego, transporte, espaços e equipamentos públicos.

Essa problemática urbana foi inicialmente negligenciada pelo poder público e posteriormente abordada com medidas coercitivas e de controle – tendentes à erradicação de barracos (Figura 4) e com ações compensatórias, orientadas à habilitação de soluções de moradia –.

Figura 4 – Demolição de barracos na década de 1960.
Fonte: Calvo; Parra (2012, p.45).

Desde a década de 1930, criaram-se leis e mecanismos que pretendiam atender a demanda habitacional tanto da população com renda alta quanto das camadas de menor renda. O Banco Central Hipotecário - BCH (1932), o Instituto de Crédito Territorial - ICT (1939), o Fundo Federal da Poupança (1968) e o Sistema Federal de Poupança e Crédito para a Moradia de Interesse Social através da Unidade de *Poder Aquisitivo Constante* - UPAC (1972) contribuíram com a construção, o financiamento e os subsídios de moradia.

O aumento de assentamentos populares levou em 1956 à constituição do programa *Casitas de la Providencia*, criado como fundação privada, dotado com investimento público, mas administrado pela igreja e entidades da indústria e da construção. No marco desse programa, a prefeitura comprou um lote no bairro *Villa del Socorro*, na ZNE, para a construção do *bairro piloto de ação comunitária*, em 1963, que abrigaria em 1.200 moradias a população removida de zonas centrais de alto valor fundiário (CALVO; PARRA, 2012, p. 41-

42). Para esses autores, o programa aprofunda a segregação socioespacial dos bairros periféricos dos centros econômicos e políticos.

Ainda hoje existe o bairro e pode-se apreciar as moradias originais da construção inicial e as moradias melhoradas pelos moradores ao longo do tempo (Figura 5).

Figura 5 - Moradia original construída pelo programa *Casitas de la Providencia* no bairro *Villa del Socorro*.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Os autores explicam como, para essa fundação, o problema dos barracos era um assunto de ordem e estética. Seus habitantes eram vistos como pessoas inferiores, opostas às mudanças, sem respeito pela propriedade privada, com tendências ao delito, ao adultério, à prostituição e à homossexualidade, características morais que não os faziam “merecer” o apoio do Estado. Contudo, a necessidade de realocá-los das áreas centrais e o temor à agitação comunista levaram à implementação de projetos.

O cotidiano dos bairros periféricos era marcado por remoções e descumprimentos de promessas oficiais correlatas de luta social⁵, além de arranjos clientelistas, sendo uma ação comum, em tempo de eleição, a melhora de infra-estrutura, espaços e equipamentos públicos, vias e moradias.

Desde 1964, a ação municipal concretizou o *Fondo Rotatório de Habilidadación de Barrios* - FRHB, que possibilitou às Empresas Públicas de Medellín - EPM instalarem serviços domiciliares de água, esgoto e energia em bairros informais. O programa *Casitas de la Providencia* e o FRHB foram as primeiras ações públicas que procuraram atender e

⁵ Nessa luta merece destaque a resistência social como prática histórica da população de assentamentos precários para enfrentar a segregação socioespacial do modelo de cidade, pensado e construído pelas elites. Estudos nesse sentido são encontrados nos trabalhos de Nieto (2012; 2013).

regularizar a urbanização informal de Medellín. Contraditoriamente, teve-se no mesmo período o agravamento das ocupações e foram outorgadas leis federais que visavam à erradicação dos assentamentos informais, proibiam a prestação de serviços públicos e puniam os promotores ilegais (66/1968).

Em 1975, a Corporação de Moradia e Desenvolvimento Social - Corvide modificou o programa *Casitas de la Providencia* para se consolidar como encarregada da implementação das políticas habitacionais para a população de baixa renda. A partir dos anos 1970, a produção de moradia predominou como atividade econômica privada (TORRES, 2009, p. 83, 94), produto de transformações na estrutura financeira da construção civil. Com o desenvolvimento urbano especulativo, característico do privado, grande parte da população pobre ficou à margem da provisão formal.

Esse processo, caracterizado como fragmentado, pontual, focalizado e descontínuo, desenvolveu-se num ambiente de democracia representativa regida pela Constituição Política de 1886, vigente no momento, que concebia a participação apenas pelo voto, sem a possibilidade de que os cidadãos interferissem nas decisões públicas, nem a existência de mecanismos que permitissem seu exercício⁶. Na Colômbia, as contradições na democracia são historicamente presentes. No caso da democracia representativa, coexistiam instituições próprias de um Estado de direito, de liberdades e direitos civis, com a impunidade, a falta de garantias para a vida humana, as formas autoritárias e de repressão ao protesto social legítimo⁷.

Em finais dos anos 1950, promulgou-se a Lei 19/1958 “Juntas de Ação Comunal” - JAC (atualizada em 2002), responsável pela captação de recursos públicos para a construção de infraestrutura e a implementação de programas sociais nos assentamentos precários. Parte desses recursos era derivado do financiamento de políticas desenvolvimentistas da Organização de Estados Americanos - OEA, da Organização de Nações Unidas - ONU e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, orientadas a programas que tinham como pretensão atingir a maior eficácia dos planos estatais através da participação das comunidades.

A visão da participação de entidades internacionais como o BID é estudada por Rabotnikof (1999) quem adverte que esta orienta o vínculo dos afetados para melhorar a qualidade e sustentabilidade dos projetos, contribuindo para o seu desempenho, desenho, a

⁶ Torres (2011, p. 215) denomina essa democracia como de “baixa intensidade”.

⁷ Com a figura de Estados de exceção (suspendida pela Constituição Política de 1991) o Estado gerou um tratamento repressivo e de progressiva “judicialização” de todas as formas de protesto social (VELÁSQUEZ, 2011b).

redução de custos (pela obtenção de informação direta), a condução dos conflitos, e a geração de destrezas e atitudes favoráveis à integração dos atores sociais. Nessa medida, a participação colabora com a estabilidade política, o bom governo e o desenvolvimento econômico.

No caso colombiano, a partir da promulgação dessa lei, começam a estourar discursos e práticas que institucionalizam a participação da população marginalizada através de benefícios sociais oferecidos, além de sua responsabilização na administração dos programas sociais⁸. Em Medellín, a incipiente institucionalização da participação evidenciava-se na abertura de espaços para o relacionamento entre o poder público e as organizações da sociedade civil, valorizados não apenas como “mecanismo de cooptação” para reorientar a participação social aos alinhamentos da política (VÉLASQUEZ, 2011, p. 165), mas também, como será visto, para contribuir com o desenvolvimento comunitário.

A figura 6 apresenta o marco legislativo em participação e política urbana, promulgado entre 1930 e 1979.

⁸ Essa perspectiva é visível no Plano Federal de Desenvolvimento Social, Econômico e Regional *Para cerrar la brecha*, 1974-1978, de Alfonso López Miquelsen. No capítulo IX encontra-se o Programa de Integração de Serviços e Participação Comunitária em Zonas Marginais Urbanas.

Figura 6 – Linha do tempo do marco legislativo de participação e política urbana, Medellín-Colômbia, 1930-1979.

Fonte: Elaboração própria baseada na consulta às leis em participação e planejamento urbano.

1.1.3 A luta social pela inclusão da cidade popular

Em finais da década de 1950 e durante a de 1960, no contexto de violência, em frente à fraqueza do poder público para garantir o direito à cidade e diante da incapacidade do

privado para vincular a mão de obra ao mercado formal, surgem os bairros da ZNE (Figura 7) caracterizada, com o passar do tempo, como território periférico com a maior concentração de população da cidade⁹.

1950

A população organizada assumiu funções públicas com uma atitude de soberania popular dada pelo estabelecimento de redes solidárias e de cooperação voltadas ao trabalho comunitário.

O habitat popular foi produzido por moradores mediante processos de autoconstrução de moradia, infraestrutura e equipamentos públicos básicos.

1960

1970

A ocupação inicial, dispersa e fragmentada, caracterizava-se pela existência de infraestrutura de abastecimento de água, que se dava de forma clandestina.

Figura 7 – Processo de formação de assentamentos populares na zona nordeste entre 1950 e 1970.
Fonte: EDU (2004); Legado Antioquia (2013).

⁹ Dados do Anuário Estadístico assinalam na época que dos 36 assentamentos precários existentes na cidade, 12 localizavam-se na zona nordeste.

Desde sua formação inicial, os imigrantes camponeses que ocuparam a região enfrentaram o cotidiano restritivo, cooperando com múltiplos agentes da sociedade civil: sacerdotes, movimentos sociais de estudantes, professores, trabalhadores e as Organizações Não Governamentais - ONGs. A luta social visava à sobrevivência e ao direito à inclusão na cidade, isto é, a posse de um lugar para habitar e a garantia de permanência no lugar ocupado. Calvo e Parra (2012, p. 112) relatam como não desocupar o território ocupado, não assinar documentos públicos, adornar os barracos com bandeiras da Colômbia, escrever nas paredes informação associada com direitos humanos - eram símbolos de soberania popular e de defesa contra a intervenção violenta da polícia.

No decorrer da década de 1970, as EPM passaram a emprestar os serviços de aqueduto, esgoto e, posteriormente, de energia. Com a conexão formal desses serviços, os moradores podiam pagar pela sua prestação, o que produzia um sentimento de segurança de posse (MALDONADO, 1993).

Nesse processo de produção dos bairros, participaram ativamente lideranças e o sacerdote cívico¹⁰ influenciado pela teoria da libertação (Figura 8) como importante referência no trabalho das organizações populares orientado à defesa da população em frente às autoridades e grupos armados.

Figura 8 – Sacerdote cívico em processos de autoconstrução.
Fonte: Legado Antioquia (2013).

Particularmente em *Santo Domingo Savio* a igreja foi o primeiro equipamento a ser construído em 1968 que, além de ser usada para a celebração de missas e assembleias, abrigou encontros e debates em torno das necessidades comunitárias (CALVO; PARRA, 2012, p. 52).

¹⁰ Salazar (1996), Calvo e Parra (2012) aprofundam esse tema nas suas pesquisas como elemento fundamental na construção de cidade popular.

Outros poucos equipamentos além da igreja eram as escolas, os colégios, o centro de saúde, *hogar infantil* e biblioteca, também aproveitados para a realização de múltiplas atividades comunitárias; contudo, a rua ainda era o maior e principal cenário público que permitia o encontro e a reunião.

A organização social inicial que teve grande incidência na produção dos bairros foi o Centro Cívico - CC (Decreto 2/1938), criado como mecanismo de comunicação entre a prefeitura e os moradores para tratar temas de legalidade das moradias e do acesso a serviços públicos. Posteriormente, a partir de 1958, as JAC acabaram entrando em conflito com os CC que desapareceram em meados da década de 1970 (MORENO, 2014).

Se por um lado as JAC converteram-se em instrumento que fortaleceu as relações clientelistas, diminuindo a autonomia das organizações populares¹¹, por outro, também atuaram como movimento social e político em defesa da dignidade da vida e da solução de problemas associados à garantia de bens e serviços públicos, contribuindo para a progressiva consolidação dos bairros populares.

Torres (2006, p. 4) adverte a presença de outras organizações sociais, além das JAC, auto-denominadas organizações populares, identificadas com ideologias de esquerda sem vínculos orgânicos com partidos políticos, com declaração de autonomia em frente ao Estado, assim como o distanciamento crítico de práticas clientelistas (informação verbal)¹². Seu trabalho orientava uma vocação alternativa mediante atividades culturais, econômicas e de meio ambiente.

Na luta pela garantia dos direitos dos bairros populares, destaca-se o trabalho do setor educativo, das organizações mutuais e das ONGs. Embora esses setores atuassem de maneira desarticulada, eram aproveitadas as conjunturas da época para tornar visível a violação de direitos (MARTIN, 2012, p. 246). Um exemplo disso o constitui, em 1968: a II Conferência de Episcopado Latino-Americano que, segundo Calvo e Parra (2012), serviu como cenário para tornar evidentes as práticas de resistência organizada e desobediência pública diante das políticas estatais.

¹¹ Esse tema é longamente debatido nos estudos de Salazar (1996); Naranjo, Peralta e Hurtado (2001); Torres (2006).

¹² No bairro *Moravia*, localizado na zona nordeste, existiam grupos comunitários denominados “Comandos Populares” que atuavam a partir de uma ideologia de esquerda que ia diretamente contra o Estado. *María Victoria: depoimento* [fevereiro 21 de 2015]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2014-2016. Áudio. Entrevista concedida aos projetos *Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários. São Paulo/Brasil - Medellín/Colômbia, e Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.*

Nos anos de 1970, converteram-se em atores fundamentais da urbanização popular os movimentos de esquerda radical de origem religiosa, sindical e estudantil, os quais estimularam a organização e a participação comunitária, diante do que o bipartidarismo respondeu com estigmatização e arbitrariedade. Outras formas de violência começaram a se visibilizar na ZNE, impondo experiências que marcaram esse território como lugar de morte, insegurança e de êxodo intermitente.

Percebe-se como a realidade efervescente de luta pela sobrevivência e dignificação das condições de vida dos moradores de assentamentos precários ia muito além dos discursos e das práticas do poder público. Nesse contexto, foram aprofundando-se inconformidades manifestadas em uma participação contestável considerada perigosa para a estabilidade social e política, que no momento seguinte, num contexto de forte violência, seria o estopim para a explosão de uma profunda crise urbana.

Do período de 1930-1979, sintetiza-se, na tabela 1, o contexto no qual se produz a cidade popular, assinalando as “várias mãos” protagonistas.

Tabela 1 - Primeiro momento, 1930-1979: surgimento e expansão dos bairros populares.

Contexto	Agentes produtores	Práticas	Finalidades
Auge, fortalecimento e declínio da economia	Moradores Organização social: comitês cívicos Junta de Ação Comunal	- Ocupação - Autoconstrução de moradia, serviços públicos domiciliários, espaços públicos e vias - Luta pela vida, direito à cidade - Disputa pelo território	Satisfazer as necessidades básicas: sobreviver, ocupar um lugar para morar, melhorar condições de vida Inclusão na cidade
Violência política, ideológica, econômica	ONG's, sacerdotes, setor educativo	- Assessoria em processos de autoconstrução - Construção de moradia popular - Acompanhamento, proteção, respeito, coesão, ajuda, disputa pelo território	Melhorar condições de vida Inclusão na cidade
Despejo de população camponesa			
Explosão de crescimento demográfico	Iniciativa privada: fundações sociais Indústria	- Doação de terrenos - Construção de bairros operários - Implementação de programas sociais - Assistência, reabilitação, prevenção, filantropia	Caridade Beneficência Higienização Bem-estar social
Forte iniciativa do privado na produção de moradia popular	<i>Cajas de Compensación Familiar</i> , cooperativas	- Construção de moradia popular - Auxílios, subsídios, crédito	Financiamento da produção de habitat popular

Transformação da estrutura financeira da construção	Urbanizadores ilegais	- Loteamento clandestino - Invasão - Venda ilegal de terra	Acumulação capital
Fraqueza do Estado	Governo local, nacional	- Construção de bairros operários - Erradicação de barracos - Construção e subsídio para moradia popular - Prestação de serviço de aqueduto, esgoto, energia - Remoções, desaparecimentos, ameaças, clientelismo	Erradicação vs atendimento pontual da problemática urbana
	Agências internacionais	Financiamento de políticas desenvolvimentistas	Vinculação dos afetados como premissa de legitimação social Endividamento externo

Fonte: Elaboração própria

Conclusão da tabela 1

1.2 Segundo momento, 1980-2003. O aprofundamento e tratamento da problemática urbana, e as novas coordenadas da participação e da política urbana

Diferentemente do momento anterior, nesse período (anos 1980) distingue-se uma dinâmica econômica e sociopolítica que mostra mudanças no rumo da paralisia legislativa, sobre a participação e a política urbana, e também se apresenta uma crise generalizada. Como consequência, explode o cotidiano visível na forte mobilização de diferentes setores da sociedade civil, que desembocou, em 1991, em uma nova Constituição Política da Colômbia - CPC, fundamentada em uma visão de defesa e garantia de direitos fundamentais. A história da participação e da política urbana divide-se em antes e depois da CPC em termos da abertura à democracia-participativa que propôs novas mediações entre a sociedade e o Estado.

Durante os anos 1990, na passagem da democracia representativa à democracia-participativa, evoluíram imaginários, conceitos, abundantes marcos legislativos e práticas em torno do exercício dos direitos civis, políticos e sociais. Termos como participação, cidadania, cogestão, corresponsabilidade e responsabilidade social começaram a fazer parte do discurso, desencadeando novas formas de produzir a cidade popular¹³.

Nesse novo marco parecia possível deliberar e incidir nas políticas públicas sem a necessidade de representação de partido, grêmio, relação clientelista, ou pelas vias armadas ou de fato, já estabelecidas na memória urbana. A Colômbia se inscrevia na tendência latino-

¹³ Foi estudada a participação no âmbito de intervenções públicas em assentamentos precários em Medellín em Sánchez; Gutiérrez (2016).

americana¹⁴ referida por Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 35), na qual a partir das novas constituições decorrem mudanças nos processos de descentralização e de modernização do Estado, que impactam as práticas institucionais e as dinâmicas da vida pública.

A participação na política urbana começava a cobrar um novo papel, na América Latina, pela regulamentação de espaços, atores, tempos e instrumentos que geravam novas coordenadas nas relações sociopolíticas, abrindo, diversificando e pluralizando a organização, mobilização e orientação das decisões sobre o espaço urbano¹⁵. Uma das maiores expectativas depositadas nesses processos iniciantes foi a aproximação e o diálogo entre os diversos agentes da sociedade para consultar, debater, vigiar e decidir assuntos de interesse coletivo que orientaram novas formas de conceber e fazer a política.

No que se refere à Colômbia e Medellín, a efetivação da democracia-participativa demonstrou não ser automática, esta se construía no dia a dia; nesse caso, com o enfrentamento do cotidiano restritivo ao que se somava uma nova dinâmica, o livre mercado, que rapidamente regulamentou princípios neoliberais na participação e no planejamento urbano, problematizando os fins democráticos da Carta Magna. O novo projeto democrático-participativo, que já mostrava avanços, começava a se debater com o desmonte do bem-estar pelo Estado, implicando sua ação eficiente e moderna, a privatização das empresas públicas, a transferência de parte de suas responsabilidades sociais à sociedade civil e ao setor privado e a reformulação de políticas públicas em função do mercado (TORRES, 2009, p. 21).

A confluência desses projetos políticos abre uma brecha entre a prática dos direitos, que continua sendo produto da luta social e de avanços institucionais pontuais e descontínuos, e a predominância do mercado nas dinâmicas urbanas que reproduz o estado de pobreza, exclusão e de desigualdade. Dessa forma, geram-se novos avanços e impasses com incidência na produção da cidade popular.

¹⁴ No caso dos países do sul da América, a institucionalização da participação no âmbito do planejamento e da gestão pública é desenvolvida a partir da promulgação das novas constituições políticas. No Brasil, em 1988; na Colômbia, em 1991; no Paraguai, em 1992; no Peru, em 1993; na Argentina, em 1993; no Uruguai, em 1997; na Venezuela, em 1999; no Chile, em 2005; no Equador, entre 1998/2008; e na Bolívia, em 2009.

¹⁵ As referências para pensar a participação na política urbana são muito amplas, a seguir anotam-se só algumas que tratam de sua institucionalização à luz de avanços e impasses, em países e cidades concretas ou mediante estudos comparados: Restrepo (1997); Valla (1998); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD (2004); Rolnik (2003); Dagnino (2004); Souza (2006); Olvera (2007); Maricato; Santos (2007); México: Hirata; Pereira (2010); Velásquez; (2011); Cabrero; Díaz (2012); Di Virgilio (2012); Fernández (2012); Pereira; Brasil; Carneiro (2013), Zuquim; Sánchez (2014).

1.2.1 A explosão da crise urbana

Nesse período, evidencia-se um tempo de crise generalizada com sinais de paralisação, fatalismo e incerteza, mas também de explosão de inconformismo, protestos e mobilização social. O processo de crescimento dos assentamentos nas bordas da cidade continuou em aumento (Figura 7).

Figura 9 – Crescimento dos assentamentos populares na zona nordeste, décadas de 1980 e 2000.
Fonte: EDU (2004).

Essa crise foi provocada pela ação combinada de dinâmicas econômicas, sociais e políticas, na qual a prolongação e agudeza da exclusão, da desigualdade, da violência, do ambiente de impunidade e da incapacidade do Estado para garantir satisfatoriamente os direitos chegaram a seu nível mais alto, pondo em xeque sua legitimidade e governabilidade.

No aprofundamento da problemática urbana desse momento, destacam-se a desaceleração do processo de industrialização, sendo evidente o desemprego e a precarização do emprego, e a confluência de velhos e novos agentes ilegais que intensificaram ataques contra a população civil, e dinamizaram a mobilidade urbana nas cidades, aumentando a população dos bairros populares.

Durante os anos 1990, o período de crise econômica, mais crítico pelo incremento do desemprego em Medellín, foi entre 1998 e 2000 (Gráfico 2), ao que se somou o índice de violência mais alto, os mais baixos índices de desenvolvimento humano - IDH, e de condições de vida - ICV.

Gráfico 2 – Índice de desemprego em Medellín, 1994-2007.

Fonte: Elaboração própria com dados da *Veeduría Ciudadã* ao Plano de Desenvolvimento de Medellín (1995-2007).

Entre as velhas ações violentas, continuava a força pública com a criminalização do protesto social, as remoções das invasões e os desaparecimentos. Essa atuação somada à intervenção insuficiente do Estado no desenvolvimento da cidade popular gerou, por uma parte, uma grande dívida social com a população mais pobre que desencadeou imaginários de ressentimento e desconfiança manifestados em forma de vandalismo, no desinteresse social e na apatia para participar em propostas conjuntas com o governo; e, por outra, provocou o que Montoya (2014, p. 3) denominou de “ordens alternativas”, que prescindiram do Estado como ente regulador e detentor exclusivo e legítimo do poder.

Essa situação foi aproveitada pela guerrilha com sua decidida confrontação à ordem institucional, e pelos traficantes de drogas que construíram quadras esportivas, melhoraram moradias e ruas de acesso, em troca de que os bairros periféricos se convertessem em lugares para o comércio de drogas (GONZÁLEZ; CARRIZOSA, 2011, p. 127). A figura 8 ilustra o único bairro construído na cidade pelo maior narcotraficante da história colombiana, Pablo Escobar Gaviria, referência de guerra e paz para a população.

O fenômeno do narcotráfico atingiu, de diferentes formas, a toda a sociedade, incluindo os grupos do conflito armado como a guerrilha, fazendo com que suas ideologias e pautas iniciais se deslocassem posteriormente para fins lucrativos. Com o passar do tempo, o narcotráfico, convertido na maior expressão do crime organizado, marcou profundamente os bairros pobres com a formação de exércitos de *sicários* – forma de emprego generalizada para “assassinos contratados” – e a delinquência comum, que foram levados ao extremo pela população juvenil, principal protagonista da violência. Difundira-se na cidade linguagens e

práticas onde a força, o poder e o dinheiro posicionavam-se como valores essenciais, onde a vida e a morte sacralizavam-se (SALAZAR, 1996).

O bairro, construído em 1984 foi regularizado pela prefeitura em 2012.

Figura 10 – Bairro construído por Pablo Escobar Gaviria na zona centro-leste de Medellín.

Fonte: Disponível em: http://www.clarin.com/opinion/Pablo_Escobar-Medellin-Moravia-narcotrafico_0_1442855766.html. Acesso em: 13 set. de 2016.

Também incursionaram novos agentes que promoveram formas específicas de regulamento da vida social, como as milícias populares, grupos inicialmente promovidos pelos habitantes como expressão de resistência armada para a proteção da vida, a melhoria das condições básicas e o fortalecimento da participação e organização comunitária¹⁶. Tratavam-se de “pequenos Estados dentro do Estado” (TÉLLEZ, 1995, p. 63). As milícias faziam o que competia ao Estado em termos de defesa, segurança e convívio cidadão, estabelecendo instâncias de regulação: ações de “limpeza social”, controle territorial, assassinatos sem direito à defesa, negociações com outros agentes do conflito, proibição da ação política, mesmo dos grupos de esquerda, e exigências nos processos de negociação sobre o investimento para os bairros pobres (SALAZAR, 1996; *CORPORACIÓN DE VIVIENDA Y DESARROLLO SOCIAL* – CORVIDE, 1995).

No fim da década de 1990, foram criados os grupos paramilitares, de natureza contra insurgente, de extrema direita, para a defesa de bens particulares, o domínio e controle territorial, com o apoio da polícia, do exército, de empresários e pecuaristas. Começa uma campanha orientada à expulsão das milícias, da insurgência, e à manifestação de formas extremas de violência contra a população civil (NIETO, 2013).

¹⁶ Posteriormente, essas milícias se desdobraram nas “Milícias Populares do Povo e para o Povo”, formadas na década de 1980 por um grupo ex-combatente de esquerda, que questionava as práticas urbanas da guerrilha, e nas “Milícias Populares Independentes do Valle de Aburrá”, fundadas no começo dos anos 1990 por dissidentes do “Exército de Libertação Nacional - ELN” (TELLEZ, 1995, p. 101).

Entre 1988 e 1993, marca-se o período mais violento da cidade: trinta mil assassinatos, em seis anos, levando Medellín ao recorde como cidade mais violenta do mundo. Como se observa no gráfico 3, depois de uma forte diminuição dos homicídios ao fim da década de 1990, nos anos 2002 e 2009, observa-se um aumento da taxa, no primeiro caso, devido a enfrentamentos armados entre militares e guerrilha e, no segundo, a enfrentamentos entre grupos paramilitares pelo controle do território para a distribuição de drogas.

Gráfico 3 – Histórico de homicídios em Medellín, 1980-2014.

Fonte: Elaboração própria com dados do “Sistema de información para la Seguridad y la Convivencia” SISC (2015).

Medellín foi o maior foco de operação do narcotráfico na Colômbia. Essa realidade levou ao estabelecimento de processos de negociação locais com a ajuda federal, os quais tinham como pretensão reconstruir a cidade despedaçada pela violência e resgatar o controle territorial. Tais negociações foram realizadas, respectivamente, com a guerrilha, durante 1980; com o narcotráfico e as milícias populares do *Valle de Aburrá*, em 1990; e com os paramilitares, em 2003.

As múltiplas ações dos agentes ilegais recriavam um cotidiano que se debatia entre dinâmicas paradoxais: de um lado, a população vivia num campo de batalha; de outro, era possível a defesa da moral, dos valores tradicionais, da cooperação e da integração por meio do trabalho comunitário. Naranjo, Peralta e Hurtado (2002, p. 43-63) assinalam como a violência era capaz de cristalizar momentos efêmeros de coesão social e, simultaneamente, de obstaculizar processos participativos de desenvolvimento local. Uribe (2006 p. 66) reforça essa questão quando adverte como a estratégia de legitimação dos agentes armados, perante a população desprotegida, era mobilizada por um discurso oculto que se apresentava como necessário para a instauração da autoridade, da ordem, da segurança, do bem-estar, para a promoção da organização e da participação social.

O cotidiano repetitivo e generalizado de violência demonstrava sua força no condicionamento de imaginários, valores, comportamentos – que reprimem a expressão de posturas críticas –, interações e práticas individuais e coletivas; na alta mobilidade urbana nos bairros pobres; na fragmentação e ruptura de processos de organização e participação social; no estabelecimento de micropoderes territoriais que disputam, suplantam e confrontam o monopólio do poder estatal e o controle social. Nesse momento, reforça-se a estigmatização e a representação dos bairros populares como sinônimo de perigo, insegurança e violência extrema.

Particularmente, nesse cotidiano, o espaço público começou a ser privatizado devido a interesses individualistas, marcado como “lugar de ninguém”, depósito de lixo e de atividades derivadas da violência, localizado em área de risco geológico e progressivamente ocupado pela demanda de moradia popular.

O temor dos moradores, de serem vítimas da violência em qualquer de suas variadas e cruéis manifestações, instaurou-se como código de relacionamento que reforçava e agudizava a fragmentação socioespacial: não poder sair à rua em horas determinadas, sair sempre acompanhado com a ideia de que algo ruim podia acontecer; não transitar por ruas específicas por serem perigosas e obscuras; não poder transitar entre bairros para visitar familiares e amigos – pela impossibilidade de cruzar fronteiras invisíveis criadas pelos grupos criminosos –; e não poder usar livremente os poucos espaços públicos existentes – devido à cobrança por seu uso ou à insegurança de ficar na rua –.

Essa realidade fez com que a população desenvolvesse estratégias planejadas e conscientes – instrumentos normativos como a denúncia pública perante organismos nacionais e internacionais, a confrontação direta dos agentes ilegais; e intuitivas e não convencionais – processos alternativos de resistência e exigência de direitos em espaços públicos. Nieto (2012, p. 74-89) exemplifica algumas dessas estratégias: “*cabildos*”, “*plantones*”, “*boicot*”, “*mingas*”, invasões massivas, protestos públicos, assembleias comunitárias, manifestações e denúncias públicas, tomadas civis de prédios, greves, êxodos voluntários, desobediência civil (não pagamento de tributos), obediência passiva e redes de fraternidade.

Com o decorrer do tempo, essas estratégias reafirmaram-se demonstrando que a ação coletiva podia mitigar as práticas hegemônicas da violência produzida pelos atores armados e pelo mesmo Estado.

Especificamente na *comuna* 1, as motivações para reduzir a violência embasavam-se em discursos e ações coletivas pela vida e a formação de uma massa crítica. Em 1991, desenvolveram-se diversas iniciativas pela paz para manter vigente a organização social comunitária em meio às ameaças, tanto de grupos políticos extremistas (direita e esquerda) como dos agentes armados. A marcha pela vida da ZNE, convocada pela Arquidiocese de Medellín em 1993, destaca-se pela convocatória de múltiplos setores que se manifestaram diante da violência. Evidenciava-se uma vitalidade urbana especialmente ativa por jovens, reflexo de processos anteriores a 1990. Esse espaço também foi aproveitado para pedir a participação da sociedade no desenho e controle das políticas públicas de segurança (SALAZAR, 1996, p. 146, 147). A mesa de trabalho pela paz e o convívio foi uma estratégia para buscar saídas à violência, mediante a participação de atores armados em processo de reinserção à vida civil, organizações sociais e não governamentais (HIDALGO; RESTREPO, 2001).

Como no momento anterior, o acionar das organizações populares continua emergindo em resposta às necessidades sociais da população. Dessa forma, a participação responde às dinâmicas do habitar, expressas em protestos pelo aumento de salários, emprego, acesso à terra e à moradia, conexão de serviços públicos domiciliares, construção de vias, infraestrutura, dotação de transporte, acesso a bens e serviços sociais (saúde e educação). A essas exigências sociais somam-se outras de tipo político como o cumprimento de leis e o respeito aos direitos humanos.

Diferente do momento anterior, Naranjo (1992) e Naranjo, Peralta e Hurtado (2002) assinalam a reinvenção das dinâmicas sociais e políticas dos bairros populares, devido ao aumento de formas organizativas lideradas por jovens com novos referentes que orientam a ação coletiva, independentes da promoção direta do Estado, com caráter legítimo para a população, mas sem reconhecimento jurídico. As ênfases eram a cultura, emergindo num processo de culturalização da política, do gênero, do étnico, da proteção do meio ambiente.

Essa ação comunitária é uma clara disputa à cooptação e ao controle das organizações sociais pelo poder público, mediante a promulgação de leis que institucionalizam diferentes formatos participativos. A criação de marcos legislativos em participação e política urbana faz com que se combinem na luta social formatos de democracia-participativa, como foros, *cabildos*, assembleias, audiências públicas; com mecanismos jurídicos, como a tutela, o controle social à gestão pública e as ações populares.

Além dos processos de negociação e das estratégias da população para enfrentar a crise urbana, uniram-se diferentes agentes da sociedade civil (poder público, empresários, universidade, moradores, igreja) para construir um projeto coletivo de cidade, e implementaram-se programas presidenciais especiais para Medellín. Nessas ações, os bairros populares cobraram protagonismo.

1.2.2 Florescimento de experiências sociopolíticas em processos de urbanização popular

Durante os anos 1980, apresentam-se novidades no mundo político e social. A vinculação da participação e de ações públicas na urbanização popular foi incidida pela maior ou menor vontade dos governantes nas trocas de turno. Desse modo, nos planos de desenvolvimento federal, deu-se relevância à participação social e à política urbana em termos da vigilância da ação do Estado¹⁷, do fortalecimento da democracia-participativa desde a reconciliação Estado-sociedade civil e da implementação de programas para a erradicação da pobreza¹⁸.

Foram criadas normas para a descentralização do Estado, as quais abriram possibilidades à participação no setor dos serviços domiciliares, da saúde e da contratação comunitária. Criou-se a Lei de Juntas Administradoras Locais e a Lei federal 9/1989 de Reforma Urbana que teve como correlato em Medellín o Estatuto Municipal de Planejamento, Usos do Solo, Urbanismo e Construção.

Essa lei foi significativa na gestão local pelo avanço em temas como planos de desenvolvimento, regulamento de usos do solo, mobilidade, moradia de interesse social, serviços públicos domiciliares, meio ambiente, patrimônio e espaço público. Reconhece-se também a proteção aos moradores, buscando-se evitar a violação de direitos. Outra faceta da lei é advertida por Vergel (2010, p. 64-81) quando a associa ao estabelecimento de ordens de despejo, ações policiais e sanções civis e penais, orientações que, por sua vez, não estavam em sintonia com o contexto internacional que já demonstrava experiências de “autoajuda” e melhoria do local.

Entre 1990 e 2000, a história sociopolítica colombiana, renovada por ciclos legislativos em participação e política urbana, rompe com algumas práticas tradicionais. Um fato destacável que antecedeu e deu origem à CPC de 1991 foi a mobilização coletiva gerada

¹⁷ Ver: Plano de Desenvolvimento Federal *Cambio con Equidad* presidência de Belisario Betancur Cuartas (1982-1986).

¹⁸ Ver: Plano de Economia Social *Equidad social* presidência de Virgilio Barco (1986-1990).

pela Assembleia Federal Constituinte¹⁹, que abriu um caminho de possibilidades para reconstruir a sociedade. Em Medellín, no marco dessa Assembleia, atores, que nunca tinham convergido em nenhum processo social reuniram-se em espaços públicos para debater alternativas que reorientaram a crise e o futuro da cidade; com prioridade para os bairros periféricos.

Pode-se dizer que a cidade comovida e dolorida pela crise profunda, que invadia todas as esferas da vida privada e pública, acordou plenamente sua consciência urbana, sem distinção nem hierarquias políticas ou sociais. Nesse cenário de dinamização da sociedade civil surgiram, segundo González (2011), processos de poder local, manifestos em possibilidades políticas mais conscientes, profundas, modernas e qualificadas sobre a realidade urbana. Para Martin (2012, p. 279-280), a cidade assistia à reinvenção da democracia-participativa real e direta, mas a superação da tragédia implicava ir além dos atos de resistência individual e coletiva; tornando-se necessária uma nova política urbana na gestão da cidade.

A CPC de 1991 foi assumida sob o preceito de Estado Social de Direito, de democracia-participativa, inspirada nas lutas populares de décadas atrás, constituindo-se em uma conquista social que evoluiu o discurso e a prática da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais. Elevou-se a participação ao nível mais alto na história da política federal com normas que a regulamentaram como direito fundamental e dever na vida da nação (art. 95). Outra mudança transcendental foi a descentralização territorial e o planejamento urbano, que virou a ênfase política até o ângulo da realidade local, valorizando-a como espaço de gestão e inovação das políticas urbanas, e, por isso, levando à descentralização do poder, das estruturas e das funções estatais.

A democracia representativa de 1886 sujeita à participação eleitoral tutelada, reduzida apenas ao voto, dava um giro radical no espírito constitucional de 1991 com a democracia-participativa, a qual, segundo a Corte Constitucional (1994) deve ser assumida como modelo de comportamento social e político fundamentado nos princípios do pluralismo, da tolerância, da proteção dos direitos e liberdades, da responsabilidade dos cidadãos na definição do

¹⁹ No contexto de crise descrito, em 1989 um movimento social denominado “Ainda podemos salvar a Colômbia”, constituído por um grupo de estudantes de universidades públicas e privadas, promoveu que nas eleições de março de 1990 se incluísse a opção de apoiar ou se opor à convocatória de uma Assembleia Federal Constituinte que buscava reformar a Constituição Política de 1886. Essa proposta foi chamada de a *séptima papeleta* porque além de se votar nos candidatos ao Senado, na Câmara de Representantes, na Assembleia Departamental, nas Juntas Administradoras Locais, no Conselho Municipal e nas Prefeituras, devia-se votar também pela reforma constitucional.

destino coletivo. A consagração de mecanismos de participação para a tomada de decisões, a ampliação de direitos e as oportunidades constituem a estrutura em que se repousa.

Assim, a participação, concebida como eixo estruturante da política pública colombiana, estendeu-se por todo o articulado da Carta Magna, sendo reconhecida como princípio e suporte fundamental pela legislação na área econômica, administrativa e política; nos programas setoriais de educação, saúde pública, habitação, serviços públicos e domiciliares, transporte, meio ambiente, segurança, vigilância cidadã, cultura, lazer e esporte; nos programas populacionais da mulher, juventude, infância e terceira idade²⁰.

A década dos anos 1990 significou um tempo com ajustes e transformações decorrentes do ambiente de violência permanente e dos novos contextos de internacionalização e de modernização do Estado que respondiam às necessidades locais e às demandas externas.

Nesse contexto, o financiamento da política pública por parte de organismos internacionais - OI (ONU, BID, Banco Mundial - BM, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD) orientou-se em Medellín, desde o fim dos anos 1980, pela implementação de programas de melhoramento integral de bairros para a redução da pobreza e da desigualdade urbana. Castillo e Salazar (1995) e Torres (2009 p. 31-32) aludem os condicionamentos, colocados pela cooperação técnica e financeira internacional, à organização do Estado e ao uso do recurso público, isto é, às formas de gestão, administração e intervenção urbana dos governos local e federal.

Arantes (2006) e Vainer (2011) referem-se a como, a partir do Consenso de Washington, realiza-se o ajuste estrutural, tanto nos países centrais como periféricos, reconfigurando as economias nacionais. Essa influência foi vivida na Colômbia como resultado do processo de modernização do Estado, por meio da promulgação da Lei Federal de Racionalização do Gasto Público (617/2000) com impacto direto na escala local que ocasionou, entre 2001-2003, a redução de gastos no funcionamento do Estado, e implicou a

²⁰ No Capítulo 1 da CPC, a participação é catalogada como direito fundamental, com referência específica nos artigos 23 (*derecho de petición*, audiência pública, consulta prévia), 38 (reunir-se e manifestar-se pública e pacificamente, livre associação para o desenvolvimento de diversas atividades), 39 (constituir sindicatos e associações), 40 (participar na formação, no exercício e no controle do poder político; participar de eleições, plebiscitos, referendos, consultas populares e outras formas de participação democrática; constituir e fazer parte de partidos, movimentos políticos sem limitação alguma; e revogar o mandato dos eleitos). No Capítulo 2, do direito social, econômico e cultural, a participação foi incluída nos artigos 45 (juventude), 48, 49 (saúde), 57 (gestão empresarial), 60 e 64 (acesso à propriedade agrária), 68 (educação) e 74 (acesso a documentos públicos). No Capítulo 3, dos direitos coletivos e do meio ambiente, esta foi regulamentada nos artigos 78 (organizações de consumidores e usuários), 79 (ambiente) e 85 (formação, exercício, controle, fiscalização do poder político).

diminuição de pessoal, a eliminação e a criação de novas entidades com perspectiva de mercado.

Em termos gerais, emergem preocupações sobre os efeitos perversos da abertura econômica na Colômbia, que se observam no aprofundamento da desigualdade, exclusão social, pobreza e instabilidade institucional; ao que se deve adicionar, como especificidade deste contexto, a violência endêmica. A encruzilhada das pretensões democráticas participativas pela manifestação do cotidiano restritivo traduz-se para um amplo setor populacional em processos crescentes de “descidadanização” (NIETO, 2013) ou de “cidadãos a meias” (NARANJO, PERALTA e HURTADO, 2002) como evidência da impossibilidade do exercício pleno dos direitos grafados na CPC de 1991, sendo, portanto, restritos, parciais e produto da luta social.

1.2.3 O giro da participação popular e da política urbana em assentamentos informais

O período de 1980-2003 é de mudança da paralisia legislativa, do estabelecimento de relações inexoráveis entre participação e política urbana e, conseqüentemente, da emergência de novos avanços e impasses. Durante a década de 1990, o desenvolvimento desse marco legislativo, com rebatimento na escala local, teve incidência na vinculação da participação e da política urbana nos planos de desenvolvimento federal²¹.

Como anteriormente, a participação continuou sendo usada como estratégia para legitimar processos institucionais, cooptada e controlada por partidos políticos, crime e lideranças tradicionais. Por outro lado, após a CP/1991, criaram-se novos marcos legislativos em que se reconheceram a moradia e a participação como direitos que começaram a ser garantidos por intervenções urbanas em assentamentos precários.

A Lei Federal de Moradia de Interesse Social (3/1991), promulgada no mesmo ano da Constituição, teve como principal impacto o esvaziamento do papel do Estado na política habitacional, transferindo-se a construção e o financiamento da moradia ao mercado

²¹ A seguir uma síntese da forma como foram incorporadas a participação e a política urbana nos planos de desenvolvimento federal: i) a participação fazia parte de quase a totalidade dos conteúdos como instrumento para que a comunidade reconhecesse e assumisse os custos dos programas sociais, diminuindo a força democratizante (Plano de Desenvolvimento Federal *A Revolução Pacífica*, presidência de César Gaviria, 1990-1994) –; ii) reconhecia-se a problemática urbana associada à moradia, ao equipamento e aos serviços públicos, temas considerados na lei de reforma urbana (Plano de Desenvolvimento Federal *El salto social*, presidência de Ernesto Samper Pizano, 1994-1998) –; iii) a crise econômica foi enfrentada com a dinamização do setor da construção – megaprojetos de moradia de interesse social, tendo como consequência a descontinuidade da política de Melhoramento Integral de Bairros (Plano de Desenvolvimento Federal *Cambio para construir la paz*, presidência de Andrés Pastrana, 1998-2002).

imobiliário e financeiro. Consequentemente, foi eliminado o ICT e criado o Instituto Nacional de Moradia de Interesse Social e Reforma Urbana - Inurbe. Com a provisão de moradia de interesse social sendo confiada ao privado, estabelece-se uma contradição entre o discurso da moradia digna, como direito, e sua mercantilização (TORRES, 2009, p. 94; GONZÁLEZ, 2011, p. 26).

A Lei Federal de Mecanismos de Participação Cidadã (134/1994, art. 103), com atuação em todas as escalas territoriais, abriu espaços públicos decisórios nas políticas públicas mediante o voto, revogação do mandato, *cabildos abiertos*, referendo, plebiscito, consulta popular e iniciativa legislativa popular. A CPC promulgou o direito de associação para promover, organizar e capacitar diferentes organizações sem menoscabo de sua autonomia; as ações de tutela (art. 86, 87), assumidas como mecanismo para a proteção dos direitos fundamentais diante de sua ameaça, omissão ou violação; e as ações populares (art. 88) como mecanismo de proteção dos direitos coletivos.

O marco jurídico desenvolvido na participação possibilitou a intervenção estatal na regulação de diferentes espaços comunitários. Um exemplo disso foram as Organizações Populares de Moradia - OPV criadas pela lei de moradia de interesse social em 1991. Essa figura regulou o acionamento dos movimentos sociais que anteriormente lutavam pela moradia e pelos serviços públicos domiciliares sem prescrições institucionais, sendo dessa forma cooptados. Não somente a moradia constitui exemplo, mas também se institucionalizaram outras formas organizativas, como as JAL, os Conselhos Locais de Cultura, os Conselhos Comunais, os Comitês de Participação Comunitária em Saúde, etc.

O melhoramento integral de bairros e os mesmos processos participativos em Medellín possuem uma particularidade que deriva da violência desmedida e da dramática problemática urbana vivida na cidade. Essa realidade fez com que o governo federal criasse, em 1991, a *Consejería Presidencial para Medellín e sua Área Metropolitana* - CPMAM, que promoveu, em 1992, projetos urbanos com participação social. Diferentes formatos convocaram a participação massiva dos moradores dos bairros populares, sendo os *foros comunais* a estratégia coletiva que possibilitou a reunião e o reconhecimento de representantes de organizações sociais.

No marco da *Consejería*, também se implementou o Programa Integral de Melhoramento de Bairros Subnormais - *Primed* (fase I) em resposta ao fracasso das ações coercitivas e de controle do Estado e como principal ação pública para atender a problemática urbana. A melhora progressiva de serviços públicos domiciliares, equipamentos coletivos, de

infraestrutura e de moradia desses amplos setores permitiam sua consolidação e incorporação ao tecido urbano formal. A potência gerada pelo trabalho em rede das organizações sociais, catalogada como um avanço na luta social pela inclusão, foi tal que se converteu numa ameaça para a institucionalidade local, sendo desestimulada pelas políticas de participação que incidiram na sua descontinuidade.

Na Colômbia, a participação no planejamento foi institucionalizada pela Lei 152/1994: Planos de Desenvolvimento - PD (art. 339) que propôs uma conceituação estratégica, participativa, concorrente, efetiva, complementar, subsidiária orientadora do planejamento urbano federal, estadual e municipal. Para torná-la efetiva, regulamentou-se em cada escala territorial o Sistema Federal de Planejamento - SFP e o Conselho Federal de Planejamento - CFP (art. 340, 341), servindo como cenário para que diferentes representantes do governo e de setores econômicos, sociais, ambientais, comunitários e culturais discutissem os PD.

Em Medellín, a partir do ano de 1993, isto é, antes da promulgação da lei 152/1994, e do resultado da experiência da *Consejería*, registram-se numerosas práticas de planejamento participativo que permitiram a articulação de diferentes formas de organização social²². Esse antecedente foi um dos motores que alentou a criação do Sistema Municipal de Planejamento²³ – SMP (Acordo 45/1993 derogado pelo Acordo 43/1996).

Entre 1995-1997²⁴, formulou-se o Plano Estratégico para Medellín e sua Área Metropolitana, não obrigatório por lei, inspirado na experiência participativa derivada da *Consejería*, com visão de longo prazo e linhas orientadas para o tratamento do problema urbano. Desde 1997 a *comuna* 1 da ZNE liderou a formação da Rede de Planos Zonais - RPZ, articulando as experiências de cidade mediante a formulação do Plano Alternativo Zonal - PAZ.

Os moradores, apoiados por ONGs, universidades e prefeitura, geraram consensos sobre a necessidade de um novo esquema de planejamento urbanístico participativo que reorientara as atuações privadas e públicas e, por outro lado, possibilitara a aproximação Estado-sociedade civil, a inclusão de atores historicamente excluídos e o controle social da gestão pública. Lentamente, a participação foi vinculando-se nos processos de planejamento do desenvolvimento local, legitimando-se como prática democrática.

²² Essas experiências se registram no período governamental de Luis Alfredo Ramos (1992-1994).

²³ Durante 2001-2003, o governo municipal tentou reformar o SMP aduzindo mudanças administrativas derivadas da lei de recorte do investimento público, as quais não foram realizadas pela mobilização e oposição cidadã.

²⁴ Plano de Desenvolvimento Municipal prefeitura de Sergio Naranjo (1995-1997).

No ano de 1995 a política urbana federal marca um avanço com a publicação de *Cidades e Cidadania* que grafou o direito à cidade, entendendo-a como bem de consumo coletivo público por excelência e, ao mesmo tempo, cenário e fator ativo na conquista dos direitos fundamentais. No discurso dessa política, o cidadão era portador de direitos, enquanto na lei de moradia era tratado como cliente.

Posteriormente, em 1997, a Lei Federal de Desenvolvimento Territorial²⁵ (388/1997 que modificou a Lei 9/1989) transcende a visão de ilegalidade ao se fundamentar na função social da propriedade, a função pública do urbanismo e incorporar o debate internacional sobre o melhoramento, a realocação e a prevenção dos assentamentos precários. Já em 2003, a Lei Federal 810 (que modificou a Lei 388/1997 em matéria de sanções urbanísticas) estabeleceu ações preventivas e policiais que desestimularam os processos de urbanização não planejados, salvaguardando o espaço público de ocupações temporais ou permanentes sem licença.

Em 1999, seguindo as orientações federais do desenvolvimento territorial, foi formulado o primeiro Plano de Ordenamento Territorial de Medellín - POTM (Acordo 62/1999 atualizado em 2006 e 2014), convertendo-se no instrumento que possibilitou orientar o modelo de planejamento, ordenamento e de desenvolvimento do território, segundo a competitividade, a revalorização do espaço público como eixo estruturante e a intervenção focalizada e priorizada das necessidades dos habitantes das zonas informais, de maneira participativa e em equilíbrio com o meio ambiente.

Entre 1998-2000²⁶ orientou-se o fortalecimento da gestão comunitária, privilegiou-se uma política de embelezamento da cidade com a construção de obras arquitetônicas monumentais que desviaram a crise vivida pelo aprofundamento do conflito armado e da problemática urbana (NARANJO; VILLA, 1997, p. 83-84).

Entre 2001-2003²⁷ trabalhou-se na competitividade, tecnologia e inovação e educação como elementos principais da agenda urbana. Esse período marca uma tendência negativa em participação na gestão local, evidente na falta de vontade política para continuar com os processos de planejamento participativos existentes. Promoveu-se uma participação tutelada, orientada pela notificação que incidiu no seu desestímulo e enfraquecimento, não obstante,

²⁵ Os planos de ordenamento territorial que enfatizam no funcionamento espacial da infraestrutura, do espaço e dos equipamentos públicos, em referência à ocupação, à localização e ao uso da população (Lei 388/1997), têm duração de três períodos governamentais, e a atualização a cada doze anos; os planos de desenvolvimento que enfatizam o planejamento social e econômico (Lei 152/1994) têm duração de quatro anos.

²⁶ Plano de Desenvolvimento Municipal “Por uma cidade mais humana”, da prefeitura de Juan Gómez Martínez.

²⁷ Plano de Desenvolvimento Municipal “Medellín, uma cidade competitiva”, da prefeitura de Luís Pérez Gutiérrez.

continuou a luta das organizações sociais que lideravam processos zonais participativos. A resposta à urbanização popular foi incidida pela descontinuidade da política federal, implicando que não se continuasse o *Primed*.

Como referido anteriormente, em Medellín, diferentes governos desenvolveram intervenções urbanas com financiamento de organismos internacionais, buscando melhorar as condições de moradia, legalização da posse, serviços públicos domiciliares, equipamentos e infraestrutura dos bairros informais, com a participação da população afetada. A tabela 2 sintetiza as intervenções implementadas durante esse período, denominadas: Iguaná (1980-1985), Moravia (1983-1986), Limonar (1990-1998) e o *Primed* (1992-1998). Na década de 2000 implementaram-se o “*Metrocable* Linha K” (2001-2003) e os Planos de Regularização e Legalização Urbanística (2001-2011) com recursos próprios do município de Medellín.

Tabela 2 - Intervenções urbanas em assentamentos precários, Medellín, 1980-2004.

Intervenção urbana Financiamento-F	Temporalidade Zona de influência	Objetivo	Ações participativas
Iguaná F: Prefeitura de Medellín	Fase I: 1980-1985 centro-oeste Fase II: Projeto Urbano Integral - a Iguaná	Mitigação de risco por enchente, construção de moradia, realocação de população, construção de espaço público e equipamento comunitário. Mitigação por construção de rodovia, realocação dentro e fora do bairro, melhoria ambiental, mobilidade urbana, equipamento comunitário.	Formato institucional diretivo, não participativo.
Moravia F: Prefeitura de Medellín, cooperação alemã GTZ (fase I)	Fase I: 1983-1986 Fase II: 2004-2011 nordeste	Regularização e titulação de prédios; melhoramento integral no local, realocação no setor e em zonas periféricas da cidade. Construção de moradia nova, melhoramento, realocação dentro e fora do bairro, construção de espaço público e equipamento comunitário.	Fase I: diretiva e institucional, semi-participativa mediante a promoção, acordo, gestão; <i>bons de ajuda mútua</i> . Fase II: participativa: planejamento, seguimento e avaliação. Formatos: promotores de desenvolvimento, procuradores, assembleias de bairro, mesas de negociação, <i>veedurias ciudadãs</i> , centros comunitários de resolução de conflitos.
Limonar F: PNUD, governo federal, Área Metropolitana do Vale do Aburrá e Prefeitura de Medellín	1990-1998 sudoeste	Soluções habitacionais para população localizada em áreas de alto risco; realocação de população, construção de espaço público e equipamento comunitário, dotação de serviços públicos domiciliares.	Fases: antes, durante e depois. Preparação de deslocamento, execução, reassentamento e Comitês Interinstitucionais

<i>Primed</i> F: PNUD, cooperação alemã, governo federal, prefeitura de Medellín (fase I)	Fase I: 1992-1998 Noroeste centro-oeste centro-leste	Intervenção integral: melhora, construção e legalização de moradia, mitigação de risco geológico, construção de espaço e equipamentos públicos, promoção da participação comunitária	Metodologia participativa estruturada em momentos, fases, instrumentos, estratégias articuladas. Formatos institucionais e iniciativas populares: convites, comitês operativos zonais, capacitação e formação, mecanismos de comunicação alternativa e escritórios zonais.
	Fase II: 1998-2003 nordeste Investimento municipal		
Planos de Regularização e Legalização urbanística F: Prefeitura de Medellín com contratação da universidade	Fase I: 2001-2003 nordeste	Estudos técnicos para a legalização de prédios: diagnósticos, projeções e propostas de intervenção.	Fases metodológicas, formatos participativos Conformação de <i>veeduría ciudadã</i> .
	Fase II: 2009-2011 centro-oeste e noroeste		
<i>Metrocable</i> linha K F: Empresa Metrô de Medellín, Prefeitura de Medellín	2001-2004 nordeste	Melhorar a mobilidade urbana da zona nordeste conectando-a com o resto da cidade Construção de espaço público	Reconhecimento territorial, identificação de lideranças, sensibilização e socialização do projeto, espaços para a discussão, formação.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa “Medellín: uma cidade construída a várias mãos. A participação em programas de desenvolvimento urbano, 1980- 2010”.

Conclusão da tabela 2

A vinculação da participação nas intervenções urbanas aconteceu em contextos sociopolíticos diferentes, sendo a *Iguaná* e *Moravia*, em suas fases iniciais, projetos urbanos que tiveram um exíguo respaldo normativo. Particularmente em *Moravia*, os processos participativos possibilitaram, em meio a muitas tensões, o reconhecimento de direitos associados à proteção de moradores que incluía a permanência e ocupação do território (fato relevante se for considerado que o bairro havia sido objeto de várias tentativas de remoção forçada), a negociação da legalização urbanística e fundiária, e o estabelecimento de estratégias organizativas para diminuir os efeitos da violência urbana.

A intervenção *Limonar* não aproveitou a normatividade derivada da CPC de 1991 nem os aprendizados obtidos da experiência anterior; a participação foi vinculada como mecanismo de legitimação da ação governamental.

No discurso institucional, o *Primed* representa um acontecimento histórico em intervenções urbanas em Medellín e na Colômbia porque rompeu radicalmente com a experiência participativa nos processos de urbanização popular e com o tratamento da problemática urbana mediante um novo modelo de participação, planejamento e gestão urbana. O programa se orientou por assuntos diferenciadores, tais como:

- i) Vontade política;

- ii) Metodologia de intervenção participativa;
- iii) Convergência interinstitucional e descentralização da ação governamental nas zonas de intervenção – pela localização de escritórios nos territórios intervindos;
- iv) Formulação dos Planos de Intervenção Zonal - PIZ, o que permitiu o reconhecimento *in situ* das demandas do reordenamento territorial e não desde a normatividade urbanística que fechava as possibilidades de intervenção;
- v) Transformação territorial segundo o oferecimento de bens e serviços sociais com impacto positivo no cotidiano dos bairros populares.

A construção do *Metrocable*²⁸ na ZNE implicou o reconhecimento das condições de precariedade, informalidade, pobreza em meio ao recrudescimento da violência. Sua construção, seguida da adequação do espaço público no eixo do *Metrocable*, facilitou a mobilidade urbana e a articulação dos bairros periféricos à zona e ao resto da cidade, a entrada da força pública ao território historicamente dominado por agentes à margem da lei, e, consequentemente, o resgate do controle territorial por parte do Estado, criando as condições institucionais que, posteriormente, permitiram desenvolver o Projeto Urbano Integral nessa mesma zona.

Os Planos de Regularização e Legalização Urbanística - PRLU são um instrumento de planejamento e gestão territorial para as áreas de desenvolvimento incompleto, projetados durante doze anos pelo POT/1999. Esses planos apresentam-se como antecedente do PUI e se estendem a outros setores da cidade.

Na figura 11 se ilustram as intervenções urbanas realizadas em Medellín entre 1980 e 2011.

²⁸ Sistema de cabo aéreo de 2.050 metros de longitude (circuito duplo), com quatro estações fixas e bondes para oito passageiros (ALCALDÍA DE MEDELLÍN, 2004, p. 67). Aprovado como parte integral do sistema de transporte metropolitano da cidade, com incidência direta na população moradora das *comunas* 1 e 2.

Figura 11 – Intervenções urbanas em assentamentos precários em Medellín entre 1980 e 2011.
 Fonte: mapa elaborado por Luis Alberto Hincapié (2016).

1.2.4 Avanços e impasses da participação em processos de urbanização popular

Ao se realizar um balanço dos mais de vinte anos da implementação dos preceitos da CPC de 1991 – democracia-participativa, descentralização, direitos, modernização do Estado e ampla oferta de instrumentos em participação e política urbana –, observam-se mudanças nos imaginários, nos discursos e nas práticas que levantam questionamentos, tais como: que impasses e avanços surgem e quais transformações concretas incidem na vida da população dos bairros populares?

Diversas experiências participativas em processos urbanos demonstram impasses associados com o funcionamento estatal, a implementação do marco normativo e o cotidiano restritivo dos bairros.

Subsiste a fraqueza do Estado e a alternância do poder tradicional correlata à descontinuidade institucional e programática e ao rompimento de processos políticos e sociais. Revela-se a resistência das estruturas político-institucionais e sociais para ultrapassar, nas novas condições, o sentido formalista e instrumental da participação usada como requisito para legitimar determinados interesses.

Essa realidade demonstra o enraizamento das antigas estruturas que a limitam por considerá-la uma ameaça ao domínio político dos partidos tradicionais e ao controle territorial dos agentes armados. Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 35) se referem a como as instâncias e práticas inovadoras subsistem às do passado, envolvidas no geral em novas roupagens institucionais e partidárias. A persistência da violência, do clientelismo e das novas formas descentralizadas de corporativismo são os elementos mais visíveis de uma vida pública complexa.

A ampla oferta de formatos participativos institucionalizados, no dizer de Velásquez (2011b), criara um ambiente favorável de aproximação entre Estado e sociedade civil, mas gerou uma excessiva regulamentação com prazos peremptórios para o seu desenvolvimento, desestimulando o exercício da participação e fragmentando, por sua vez, a ação coletiva.

Na experiência de institucionalização da participação, é visível o desequilíbrio de poderes que leva à abertura de espaços para que a população participe nos níveis de notificação, consulta cidadã, vigilância e controle e muito pouco na partilha do poder. A decisão coletiva sobre o interesse público continua sendo um ideal, enquanto a disputa, permanente.

A violação de direitos humanos e a institucionalização da participação enfraquecem a força social, mas diferentemente do momento anterior, já não só pela via do autoritarismo, mas sim pela criação de novas formas de relacionamento sociopolítico: cooptação de lideranças via clientelismo, burocratização de processos e enfraquecimento do Estado calcado na transferência de responsabilidades à sociedade civil que antes eram do governo.

Não obstante, a despeito desses impasses, abrem-se possibilidades no relacionamento Estado-sociedade civil, visíveis em experiências relativamente recentes.

Criaram-se diversos espaços não regulamentados pela norma do direito positivo, ou seja, por fora da oferta pública em participação (VELÁSQUEZ, 2011b, p. 179-180) que respondem bem à iniciativa do governo ou da população para o tratamento de assuntos de interesse coletivo. Esse novo relacionamento possibilitou formas de mobilização e de interação que renovaram lideranças e orientações da ação coletiva²⁹. É interessante mostrar como os processos participativos no âmbito do planejamento urbano, as associações de pais de família, os comitês juvenis, a mesa de trabalho pela paz e o convívio, o Comitê de Integração Zonal da Nordeste e os Núcleos de Vida Cidadã³⁰ deram continuidade à ação coletiva existente desde décadas anteriores.

A partir da década de 1990, conforme apontado, essas organizações comunitárias continuaram trabalhando com a ajuda de outros agentes da sociedade civil no cumprimento de funções que correspondiam ao Estado. As ONGs, fortalecidas pela cooperação financeira internacional³¹, continuam cumprindo um papel importante na consolidação dos assentamentos informais e em processos de formação social, política, artística e esportiva que giram em torno da diminuição da violência e da satisfação de necessidades básicas (CORVIDE, 1995; ÁLVAREZ, 1998, p. 97).

As dinâmicas sociopolíticas das JAC, inicialmente criadas para manter nexos clientelistas com o Estado como forma de cooptação, ultrapassam essa finalidade ao constituir a base de um movimento autônomo de organizações da sociedade civil que, posteriormente, cristalizou alianças com as ONGs, as instituições universitárias, as redes sociais, como a Rede de Planos Zonais de Medellín - RPZM e a Rede de Organizações Comunitárias - ROC.

²⁹ Exemplificam essa ação, as Constituintes Municipais e Estaduais, enquanto iniciativas cidadãs para o desenvolvimento de temáticas específicas, e as mobilizações espontâneas para a exigência da implementação de políticas públicas.

³⁰ Estratégia das organizações sociais para formular planos que possibilitaram analisar a estrutura e as dinâmicas socioespaciais dos bairros. Esse trabalho orientou processos de planejamento zonal, formalizados com a regulamentação do Sistema Municipal de Planejamento.

³¹ Nesse período, pelos Países Baixos e pela Agência Alemã de Cooperação Internacional GTZ - em alemão: Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit -.

Como produto dessas alianças, impulsionou-se um discurso de cidade alternativa ao dominante, enfatizando-se na vinculação entre organizações sociais, como o movimento de comuna e de zona, para liderar estratégias de solução aos problemas sociais (CORVIDE 1995; HIDALGO; RESTREPO, 2001). Esse movimento contribuiu para a institucionalização do Sistema Municipal de Planejamento, em 1996, e para o Programa de Planejamento Local e Investimento Participativo, em 2006.

Impasses e avanços tornam-se herança local dos processos de urbanização popular, sendo significativo:

- i) A proteção a moradores como dever do Estado;
- ii) As experiências de planejamento participativo que incluem atores historicamente excluídos e contribuem para o controle social da gestão pública;
- iii) O reconhecimento institucional das forças sociais assim como da necessidade de continuar com o exercício do desenvolvimento endógeno da cidade popular;
- iv) O estabelecimento de alianças, de cooperação e de mobilização de alternativas para enfrentar a violência e a precariedade urbana, sendo importante a vinculação da universidade e das ONGs pela contribuição de conceitos, enfoques e metodologias participativas;
- v) A criação de formatos participativos como possibilidade para o encontro, a interlocução, o debate, a negociação entre agentes diversos;
- vi) A complementariedade de formatos institucionais e iniciativas populares para a construção de metodologias participativas fundamentadas em processos informativos, formativos e de capacitação.

Dessa herança local emerge uma verdade irrefutável: os processos participativos produziram a cidade popular baseada na luta social pelo direito à cidade, preexistindo a sua institucionalização no âmbito do planejamento urbano, subsistindo e evoluindo a par do contexto econômico, social e político, tentando ultrapassar os impasses descritos.

A Figura 12 sintetiza a evolução da participação e da política urbana no período de 1980-2003, enquanto que a tabela 3 demonstra o contexto em que se produz a cidade popular, assinalando as “várias mãos” protagonistas.

Figura 12 - Linha do tempo do marco legislativo de participação e política urbana, Medellín-Colômbia, 1979-2003

Fonte: Elaboração própria com base na Constituição Política de 1991 e normas afins.

Tabela 3 – Segundo momento, 1980-2003: consolidação e tratamento da problemática urbana.

Contexto	Agentes produtores	Práticas	Finalidades
Crise urbana: Decrescimento da economia Crescimento demográfico	Moradores não armados Organizações sociais: JAC, OPV, JAL, Conselhos Comunais	Invasão Autoconstrução de moradia, serviços públicos domiciliários, espaços públicos, vias Rechaço da violência Disputa pelo território	Solução de necessidades básicas Inclusão na cidade Incidência da participação na política urbana
Fortalecimento Estrutura financeira na construção Violências: narcotráfico, milícias populares, paramilitar, delinquência juvenil	Moradores armados: Milícias populares	Incidência no mercado informal ao regular a compra e venda de terra Regulamento do cotidiano: legitimidade, proteção, submissão, defesa valores integração social, disputa pelo controle territorial	Segurança e proteção às comunidades Possibilitar vida digna
Mobilidade urbana Ingovernabilidade Ilegitimidade	ONG's: cooperação financeira internacional Setor religioso educativo	Assessoria e construção de moradia popular Programas sociais	Melhorar condições de vida
Reforma urbana	Agentes do conflito armado	Incidência no mercado informal ao regular a compra e a venda de terra Construção do bairro "Pablo Escobar" e de placas esportivas (Narcotráfico)	Controle e dominação dos territórios
Constituição Política de 1991 Medidas neoliberais na política urbana e na participação	<i>Cajas Compensación Familiar</i> , cooperativas	Construção de moradia popular Auxílios, subsídios, crédito	Financiamento da produção de habitat popular para população de baixa renda
	Governo local, nacional	Intervenções em assentamentos precários Remoções, desaparecimentos, Atendimento mediante arranjos clientelistas Reconhecimento da participação popular Processos de negociação com agentes do conflito armado	Erradicação vs atendimento pontual, fragmentado e descontínuo da problemática urbana
	Agências internacionais	Financiamento da política urbana Orientação de políticas públicas federais segundo padrões externos	Redução da pobreza Endividamento externo

Fonte: Elaboração própria

Conclusão da tabela 3

1.3 Terceiro momento, 2004-2011. Novos contextos, discursos e práticas que transformam os bairros populares

Nesse período, marcam-se condições econômicas, sociais e institucionais positivas que contribuem para uma abordagem diferenciada da problemática urbana em comparação com os momentos anteriores. No marco de dois períodos governamentais contínuos, 2004-2007 e 2008-2011, implementa-se o Projeto Urbano Integral como intervenção urbana que apresenta excepcionalidades da política pública em participação, planejamento e gestão urbana local, ao gerar outras complexidades na cidade, agora reproduzida segundo parâmetros de cidade modelo, de direitos, atrativa aos capitais externos e à dinamização da economia.

1.3.1 Novas condições para enfrentar a problemática urbana. A luta social pela exigibilidade de direitos

Diferentemente do momento anterior, a partir de 2002, a Colômbia entra em um ciclo de expansão econômica e de crescimento contínuo do produto interno bruto. A reestruturação política operada também no momento anterior com a Lei 617/2000 mostrava sua efetividade refletida nas finanças públicas locais e na consolidação do cluster da construção (PÉREZ, 2010).

O contexto econômico, caracterizado pelo alto nível de pobreza diminuiu consideravelmente. Contudo, em termos de desigualdade, em 2003, a cidade apresentou o índice mais alto dos últimos onze anos (0.56), caindo no ano de 2013 (0.51). Ainda que a tendência no gráfico 4 apresente uma leve diminuição, em 2013 Medellín foi a cidade mais desigual da Colômbia³².

Entre 1985 e 2010, com o aumento em 2012 de novas ondas do conflito armado, intensificou-se a migração massiva do campo para a cidade, sendo Medellín uma das cidades de maior recepção de população despejada na Colômbia (Gráfico 5). Esse aumento demográfico fez com que a ZNE registrasse entre 1997-2011 um número de 216.288 pessoas oriundas de despejo. De ocupações individuais ou familiares e pouco coletivas, predominantes no primeiro momento, passou-se, nesse período, a ocupações massivas.

³² Segundo o PNUD no Relatório de Desenvolvimento Humano de Nações Unidas (2005), a Colômbia é um dos dez países mais desiguais do mundo, e um dos três mais injustos da América Latina.

Gráfico 4 - Coeficiente de Gini

Fonte: Departamento Administrativo de Planeación. Municipio de Medellín ASIEM³³.

Gráfico 5 - Número de pessoas despejadas entre 1999 e 2012.

Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Informação sobre *Derechos Humanos y Desplazamiento* - SISDHES.

O despejo de população camponesa representou para esse momento na cidade uma verdadeira crise humanitária que requereu a mobilização, em cenários públicos, de expressões de resistência cidadã para exigir a garantia de direitos, além do apoio de organismos internacionais de direitos humanos³⁴. Praticamente a população despejada constituiu um movimento social que se manifestava mediante as ações coletivas de cidade e microterritoriais, as quais, além de permitir a construção de identidade, impulsionaram o reconhecimento da problemática no cenário público associada com a garantia efetiva de seus

³³ Disponível em:

<<http://www.medellin.gov.co/irj/portal/ciudadanos?NavigationTarget=navurl://d3eedc82f25fda11f5daadc10ebea795>>. Acesso em: 22 fev. de 2015.

³⁴ González e Granada (2009) estudam as ações coletivas em resistência da população despejada por violência, entre 1995-2010, e sua incidência nas decisões da política pública de segurança.

direitos na cidade, chamando a atenção para a população despejada como vítimas e sujeitos de direitos.

As ações coletivas microterritoriais, desenvolvidas à margem da institucionalidade, tinham como propósito: a consecução de lotes para autoconstruir sua moradia e a realização de *convites* para a configuração de organizações comunitárias; protestar contra obras públicas; demandar a melhora do habitat, de sua segurança e proteção. Ao redor desta última problemática, surge a Associação de Ajuda Solidária e cria-se o movimento social de despejados (GONZÁLEZ; GRANADA, 2009).

Archila (2011) argumenta que na Colômbia assistimos a uma mudança da finalidade que mobiliza os movimentos sociais desde meados dos anos 1990, que se vem aprofundando até o século XXI. Trata-se da passagem de interesses materiais associados à moradia, aos serviços públicos domiciliares, aos equipamentos públicos, a interesses mais políticos e culturais. Esse argumento é visível na experiência participativa das *comunas* 1 e 2 de Medellín.

Além de persistir o acionar de organizações tradicionais, como a JAC e a JAL³⁵, são notórias outras organizações lideradas por mulheres e jovens. Observam-se transformações identitárias que reorientam a ação coletiva até a cultura pelo viés da arte, música, teatro, dança; a comunicação mediante a publicação de periódicos comunitários³⁶; os direitos das vítimas do conflito armado e de afrodescendentes. Também emergem práticas esportivas, ambientais e que reivindicam o gênero.

Ademais de exercitar esse tipo de prática, durante 2004-2011 ficou ainda mais claro o lugar da participação nos planos, programas e projetos locais. Segundo Urán (2012, p. 36), era resultado do trabalho coletivo e da mobilização social que por mais de dez anos (1994-2004) vinham-se desenvolvendo, em articulação, com o governo local, as organizações populares, os grupos acadêmicos, as redes de ONGs e as empresas privadas. Os espaços públicos para a discussão da construção do processo de planejamento zonal, em conselhos comunais, em assembleias de bairro, em encontros e jornadas de integração cultural, continuavam permitindo a colaboração crítica e comprometida na construção de políticas públicas municipais.

³⁵ Dos vinte bairros que conformam a *comuna* 1, todos possuem JAC e JAL.

³⁶ A organização e participação comunitária da *comuna* 1 têm difusão no site: <<http://www.convivamos.org/web25w/>>, <<http://comunapopular.org/>>, <www.periodicolauno.com>. Da *comuna* 2, no site: <<http://www.micomunados.com/>> e no site da Corporação Cultural “Nuestra Gente”: <<http://www.nuestragente.com.co/intro.htm>>.

O mesmo autor (2012, p. 41) afirma como a emergência de práticas em defesa do território persistem no repertório de luta social da *comuna* 1: desobediência civil – em frente do que se impõe como instituído –, respeito pela diferença, autonomia nas decisões que orientam os destinos comunitários. Em 2008, fortalece-se a articulação das organizações sociais mediante a constituição da “Rede de Redes *comuna* 1”, financiada com investimento do Programa de Planejamento Local e Orçamento Participativo - PPLOP. Dessa luta social florescem avanços importantes que contornam novos elementos no relacionamento entre atores sociais e poder público: uma subjetividade popular própria que contribui para neutralizar e desarmar simbolicamente o poder violento que se resiste a desaparecer.

Uma dessas expressões, o *Festival Comunitario por la Vida y la Dignidad*, surge do movimento comunitário como manifestação social e cultural no ano 2002 para expressar e exigir, de maneira pacífica e não armada, as propostas das organizações sobre o desenvolvimento local, a paz, os direitos humanos e a justiça. A figura 13 reafirma a antiga disputa protagonizada pela população não armada, que resiste pacificamente às diferentes formas de violência, reivindicando seus direitos, pressionando o poder público pela vinculação da participação no destino coletivo da cidade e a sua presença contínua nos bairros populares.

Figura 13 - Expressão popular pela reivindicação de direitos.
Fonte: Mesa entre bairros desligados de serviços públicos domiciliares (2012).

Entre 2011-2013, algumas *comunas*³⁷ participaram em uma pesquisa liderada pela *Universidad Nacional de Colombia* – contratada pelo DAP e em coordenação com organizações sociais da zona – que tinha o intuito de formar e capacitar a população no enfoque “construção social do habitat”. O resultado do processo foi recolhido nos Planos de Desenvolvimento Local - PDL das *comunas* 1 e 2 e, por sua vez, esperava-se que fosse

³⁷ No período de 2011- 2012 as *comunas* 1 – Popular – e 8 – Villa Hermosa –, e, entre 2012-2013, a *comuna* 2 – Santa Cruz –. Para ampliação do tema, visitar o site <<https://construccionsocialdelhabitat.wordpress.com/>>.

reconhecido e vinculado pela prefeitura de Aníbal Gaviria durante 2012-2015, o que não aconteceu.

Precisamente a experiência de planejamento participativo que se destaca é a formulação do PDL da *comuna 1 Popular* (2005-2015) e da *comuna 2 Santa Cruz* (2007-2019), – Figura 14 –, executados com recursos provenientes do PPLOP. Os diagnósticos por bairro, as linhas estratégicas e os projetos priorizados partiram das necessidades comunitárias, identificadas mediante metodologias que combinaram técnicas comunicativas, capacitação, formação e animação, com oficinas de imaginários, percursos pelos territórios, assembleias e comitês de bairro.

A moradia, o emprego, a saúde, o espaço público e a articulação social sobressaem como questões a serem priorizadas pelas intervenções urbanas. Contudo, emerge como preocupação a falta de cobertura e qualidade das políticas públicas, o contraste da realidade dos bairros a respeito da informação pública, a falta de inovação para atacar a problemática urbana, e a falta de representação social nas instâncias governamentais onde se decide sobre as políticas públicas.

Figura 14 – Planos de Desenvolvimento Local, *comunas* 1 e 2 da zona nordeste.

Fonte: PDL *comuna 1* (2009); PDL *comuna 2* (2008).

1.3.2 Participação e política urbana: um momento de excepcionalidades?

Seguindo a linha do tempo da vinculação da participação e da política urbana aos Planos de Desenvolvimento Federal, entre 2002 e 2006³⁸, a participação sofreu um declínio por se desenvolver num regime político autoritário que fez o país desinstitucionalizar a política dos mecanismos e espaços criados, individualizando a relação governante-cidadão.

³⁸ *Hacia un Estado Comunitario* na presidência de Álvaro Uribe Vélez (reeleito em 2006 até 2010).

As estruturas participativas substituíram-se por um modelo vertical, com centralização dos recursos e das funções (VELÁSQUEZ, 2011b, p. 173-175).

Um novo marco legislativo foi formulado pelo Conselho Nacional de Política Econômica e Social - Conpes (3305/2004 e o 91/2005), que orienta a política federal na redução da pobreza, sendo a implementação de medidas físicas, sociais, ambientais, econômicas e jurídico-legais a forma de melhorar as condições de vida, de integrar os assentamentos informais à estrutura funcional e produtiva da cidade. A política opera em dois programas: o Melhoramento Integral de Bairros - PMIB, orientado na parte técnica pelo governo federal para que as entidades territoriais procurem os recursos de cooperação e crédito com os bancos multilaterais; e o programa de titulação massiva de prédios localizados em assentamentos precários com possibilidade de melhoramento integral.

O Plano de Desenvolvimento Federal (2006-2010) contém um capítulo denominado *Ciudades Amables*, com a estratégia de desenvolvimento urbano: cidades compactas e sustentáveis, catalogadas como os dois maiores problemas do país. Para a implementação dessa estratégia formulou-se em 2009 o Documento Conpes 3604: Linhas para a consolidação da Política de Melhoramento Integral de Bairros - PMIB. Esse documento parte de experiências locais com o fim de recolher aprendizados que melhorem o funcionamento do PMIB. Destacam-se em Medellín o *Primed* na década dos anos noventa e os Projetos Urbanos Integrais nos anos 2000, e, em Bogotá, o Projeto SUR com Bogotá e o Programa de Serviços Urbanos (VERGEL, 2010, p. 64-81).

Nos planos de desenvolvimento federal seguintes, continua-se com políticas em moradia, serviços públicos domiciliares, espaço público, ordenamento territorial, com a política de *Ciudades Amables* e sustentáveis, redução da pobreza e melhoramento integral de bairros. Em matéria participativa abrem-se novas oportunidades com a promulgação da Lei Estatutária de Participação Democrática (1757/2015), que tem como finalidade promovê-la, protegê-la e garanti-la como direito. Desde seu princípio, a Lei reafirma o seu sentido na CPC de 1991 como eixo estruturante da política pública e dos mecanismos estabelecidos para sua efetivação (Lei 134/1994).

Sem ainda ver seus rebatimentos na realidade local, especialistas assinalam a melhora, a agilização e a flexibilização dos mecanismos existentes, a disponibilidade de dispositivos para a articulação de uma ação cidadã mais articulada, a eliminação de alguns dos empecilhos já identificados e o estímulo da participação nos planos de desenvolvimento³⁹.

³⁹ Para ampliar informação sobre o balanço da formulação da lei, visitar o site:

Passando à escala local, o período de 2004 a 2011 apresenta-se como um momento de mudança, que verifica dinâmicas locais, opostas, em termos de participação, às apresentadas no nível federal. Essa diferença pode-se explicar nas novidades políticas pelas quais atravessava a cidade como a continuidade da política urbana por duas prefeituras consecutivas no marco de um governo progressista com visão democrática, derivado de um movimento político – Compromisso Cidadão – sem ligação com os partidos liberal e conservador. Essa coalisão foi reconhecida pela maioria dos atores sociais e políticos, à exceção dos partidos tradicionais dominantes que nunca a reconheceram como processo legítimo enquanto não foram convidados a fazer parte da direção desse processo Urán (2012, p. 36).

Ambas as administrações aproveitaram os marcos jurídicos existentes, atualizaram leis locais e retomaram a mesma orientação em participação e planejamento urbano em assentamentos populares, com enfoques e metodologias que tentavam responder à grande dívida social, e, simultaneamente, às demandas da internacionalização da economia.

Estabeleceram-se modelos de gestão pública com respaldo do governo federal, do setor privado, da universidade e da população envolvida. A pretensão era transformar a cidade em modelo de desenvolvimento racional, atingindo níveis de competitividade econômica, atração comercial e turística nos níveis nacional e internacional, de sustentabilidade ambiental, prevalência do interesse coletivo e inclusão social (MARTIN, 2012, p. 452, 471).

O novo quadro político-institucional para a ação pública rompia com: a intervenção pontual e sempre em resposta a acontecimentos de ordem ambiental ou social; a gestão setorial e fragmentada entre as secretarias e as entidades descentralizadas; a alternância do poder local tradicional e a pouca efetivação da participação no planejamento urbano.

Os avanços em participação e planejamento no Plano de Desenvolvimento *Medellín, Compromiso de Toda la Ciudadanía*, do prefeito Sergio Fajardo Valderrama (2004-2007), visibilizam-se no fortalecimento do Sistema Municipal de Planejamento, mediante a reativação de cenários participativos, como os Conselhos Consultivos Comunais e a institucionalização do PPLOP (Acordo 43/2007), por *comunas* e *corregimientos*. O PPLOP é uma particularidade não grafada na normativa federal e própria de Medellín, que surgiu como conquista social derivada da luta dos processos de planejamento zonal liderados pela *comuna* 1.

Adicionaram-se indicadores de gestão para o seguimento de planos, programas e projetos, fortalecendo o controle cidadão da gestão pública. Com isso, avançaram-se na

<<http://www.procuraduria.gov.co/portal/media/file/Nueva%20Ley%20estatutaria%20de%20participaci%C3%B3n%20ciudadana.pdf>>. Acesso em: 8 fev. de 2016.

correspondência, complementariedade e concordância em matéria participativa, associadas tanto a processos de desenvolvimento local como de ordenamento territorial.

Criou-se o *Fondo Municipal de Vivienda de Interés Social* - Fovimed (Acordo Municipal 11/2004), orientou-se a atualização do plano de ordenamento territorial assim como a priorização de investimento para a implementação dos Projetos Urbanos Integrais - PUIs (DAP, 2007). A escala Metropolitana do *Valle de Aburrá*, jurisdição a que pertence Medellín, também avançava na formulação de “Diretrizes Metropolitanas de Ordenamento Territorial” (Acordo Metropolitano 15/2006). Além de reconhecê-la como “região de cidades”, essas diretrizes constituíram-se como marco determinante para a formulação e o ajuste dos planos de ordenamento municipal.

No período de 2008-2011, no que diz respeito ao Plano de desenvolvimento *Medellín, es Solidaria y Competitiva*, do prefeito Alonso Salazar, o relatório final de gestão (2011, p.128-143) destaca a continuidade do modelo público centrado em direitos humanos, civis, políticos, econômicos e ambientais, da gestão pública transparente, do fortalecimento dos processos de planejamento participativo, mediante a formulação dos planos de desenvolvimento *comunal* e *corregimental*, e a participação na estruturação dos Projetos Urbanos Integrais.

Incentivou-se a institucionalidade democrática e a participação cidadã gerando capacidades coletivas, fortalecendo os processos de descentralização administrativa, inovando perspectivas como o enfoque de gênero e populacional, dinamizando cenários de mobilização social para o fomento da deliberação pública.

Criou-se o Observatório de Políticas Públicas da Prefeitura de Medellín - OPPPM, instância técnica e de análise que explorava a evolução das políticas, dos programas e dos projetos públicos; modificou-se o Fovimed pelo Instituto Social de Moradia e Habitat - Isvimed (Acordo 52/2008), formulou-se o Plano Estratégico Habitacional, até 2020, e continuou-se com a formulação de Planos de Regularização e legalização Urbanística - PRLU na zona nordeste, centro-oeste e noroeste.

No percurso pelos planos de desenvolvimento local é clara a confluência entre a necessidade de enfrentar o passivo social, acumulado desde a perspectiva do reconhecimento de direitos, e a exigência global pela cidade competitiva, atrativa, modelo, adequada ao investimento estrangeiro e empresarial. Dessa forma, verifica-se como os esforços e recursos da política pública foram orientados na realização de ambas as finalidades.

Em termos projetivos, a política urbana local continua a mesma linha desde 2004, ainda com orientações e contextos diferentes. Entre 2012-2015, durante a prefeitura de Aníbal Gaviria, no marco da política do Urbanismo Social US, associada à estratégia do Urbanismo Cívico Pedagógico, promoveu-se a participação cidadã como elemento central da transformação urbana. Também se estimou a melhora em mobilidade urbana como fator de atração urbana para o investimento estrangeiro e a competitividade (Figura 15).

O Projeto Urbano Integral - PUI, nas zonas noroeste, centro-leste, foi complementado com as Unidades de Vida Articulada - UVA, entendidas como espaços públicos de bairro, e implementou-se o programa do *Cinturón Verde Metropolitano* nas bordas dos morros para conter a expansão da cidade (ALCALDÍA DE MEDELLÍN-ADEM, 2012, p.128; ADEM, 2015a, p. 98, 159, 203). Na prefeitura atual (2016-2019), o US e os PUIs continuam sendo considerados como intervenções em mobilidade urbana, espaço público, equipamentos, meio ambiente e moradia. Dá-se continuidade aos macroprojetos *Río Norte, Río Centro e Río Sur*, garantindo a proteção a moradores e às atividades econômicas e produtivas (ADEM, 2016, p. 444, 484).

Figura 15 - Linha do tempo do marco legislativo de participação e política urbana Medellín - Colômbia, 2003-2015.

Fonte: Elaboração própria baseada na consulta das leis em participação e planejamento urbano, 2004-2011.

1.3.3 Projeto Urbano Integral

Nesse contexto econômico, social e político-institucional, prioriza-se o investimento do governo federal, estadual e, predominantemente, local, para a implementação do PUI, que, além disso, foi co-financiado pela Cooperação Internacional Espanhola na construção do *Parque Biblioteca España* de *Santo Domingo Savio*, e pela Cooperação Internacional Francesa.

A política urbana local que orientava o plano de desenvolvimento e de ordenamento territorial da época estava longe das pretensões de uma intervenção integral orientada à consolidação de bairros. A ênfase inicial era intervir no sistema estruturante do espaço público, aproveitando as condições geradas na ZNE pela construção do *Metrocable*, linha K.

O PUI-nor, inicialmente denominado *Acciones para mi barrio*, emerge como um processo em construção no qual se consubstanciam condições favoráveis, com a vontade política pela implementação de uma intervenção integral nos assentamentos precários, o resgate das aprendizagens do *Primed* e da história de luta social da população. Esse entendimento, derivado de entrevistas com funcionários da prefeitura e da Empresa de Desenvolvimento Urbano - EDU⁴⁰, contradiz o que comumente se apresenta na literatura sobre o PUI como intervenção preconcebida, integral, estruturada e que emergiu do governo local.

Dessa maneira, a conceituação do PUI, a política do US que o fundamenta, os componentes, as obras construídas, a metodologia de intervenção social que o orienta e os recursos financeiros para sua execução foram se concretizando e emergindo paulatinamente, no contato com as experiências internacionais em intervenção urbana, os outros processos de gestão e a interação com a população envolvida.

A incidência da população da ZNE na produção de cidade popular também desmente o PUI como ação exclusiva da gestão e do planejamento urbano local. Segundo Urán (2012, p. 38), as intervenções urbanas são frequentemente apresentadas como um todo indiferenciado, em que a prefeitura é quem toma a iniciativa, e a população local acompanha passivamente. A história de tradição e luta social e a existência de processos sociais em andamento demonstram a relação de corresponsabilidade.

⁴⁰ RIVERA M.V: depoimento [fev. 21 e 25 de 2015]; LOPERA, J.D: depoimento [maio. 23 de 2015]. DÍAZ, Edgar: depoimento [mar. 13 e abr. de 2016]; Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.

Vale lembrar que, ainda que tenham sido cinco as zonas de intervenção do PUI: nordeste, centro-este, noroeste, centro-leste e sul-oeste (Figura 16), aprofunda-se no projeto urbano da ZNE, *comunas* 1-2, primeiro em ser concebido e implementado, convertendo-se num laboratório de experimentação e modelo de intervenção urbana para a ativação dos quatros PUIs restantes.

Figura 16 - Áreas de influência dos Projetos Urbanos Integrados em Medellín, 2004-2011.
Fonte: Oscar Santana (2011).

Como se verá mais adiante, na base conceitual e operativa do PUI confluem várias “formas de refazer a cidade”, que vão desde a incorporação de tendências globais da “arquitetura monumental em processos de renovação urbana” até as propostas acadêmicas orientadas a repensar o desenvolvimento urbano da cidade periférica e a sua transformação como lugar para a vida e não para a exclusão e a violência.

Como modelo de intervenção de cidade, atuando sob o marco do US, o PUI tinha como pretensão enfrentar, de forma abrangente, a problemática urbana dos territórios mais desfavorecidos, mais precários e violentos, mediante a execução de iniciativas de desenvolvimento para aproximar o governo local com as comunidades, melhorar o índice de espaço público, qualidade de vida e desenvolvimento humano, transformando-os de maneira integral e vinculando-os às dinâmicas da cidade formal. Enfim, tratava-se de uma política urbana orientada ao melhoramento do bairro para garantir o direito à cidade a todos seus habitantes (ECHEVERRI; ORSINI; 2010, p. 18).

Como se aprofunda no título seguinte, dois desdobramentos pouco explorados sobre o US oferecem elementos para o debate da política urbana local. Um, difundido por fontes

oficias, aponta sua ênfase democrática e participativa; o outro, explorado por estudos acadêmicos (VELÁSQUEZ, 2011b; QUINCHÍA, 2013; MONTOYA, 2014), adverte que se apresenta como estratégia política – discursiva – para legitimar intervenções governamentais que permitem a inserção da cidade em lógicas do mercado.

A metodologia de intervenção, fundamentada na participação popular como estratégia democrática, flexível e contextualizada às características da população, facilitou a aproximação entre os agentes e tornou constante a vinculação da gestão pública ao processo de planejamento urbano (AdeM; EDU, 2009).

Entre as práticas participativas, conhecidas pelos habitantes e as novas estratégias institucionais, foram desenvolvidas no processo PUI: oficinas de imaginários, percursos pelos bairros, comitês comunitários, assembleias de bairro, processos formativos e pactos cidadãos que permitiram a vinculação da participação popular para reconhecer, discutir, negociar e planejar e se apropriar da ação urbanística.

Como resumo do período 2004-2011, sintetiza-se, na tabela 4, o contexto no qual se produz a cidade popular, assinalando as “várias mãos” protagonistas.

Tabela 4 – Terceiro momento, 2004-2011: novos contextos, discursos e práticas que transformam os bairros populares.

Contexto	Agentes produtores	Práticas	Finalidades
Ativação dinâmica econômica	Moradores não armados	Invasão	Sobrevivência
Recrudescimento da violência	Organizações sociais: JAC, OPV, JAL, conselhos comunais	Autoconstrução de moradia Conexão ilegal de serviços públicos Disputa pelo território	Apropriação de lugar para morar Melhorar condições de vida Direito à cidade Proteção da vida Incidência da participação na política urbana local
Novos discursos e práticas institucionais que reformulam a gestão, a política urbana e a participação popular	ONG's, corporações sociais, fundações Setor educativo; universidade	Assessoria em processos de autoconstrução Reapropriação de espaços públicos	Melhorar condições de vida
Continuidade de projetos políticos alternativos	Agentes do conflito armado	Incidência no mercado informal, ao se regular a compra e venda de terra Tráfico de droga	Venda, consumo, distribuição de drogas Apropriação de espaços públicos
Política de internacionalização da cidade	<i>Cajas Compensación Familiar</i> , cooperativas	Construção de moradia popular Auxílios, subsídios, crédito	Financiamento da produção de habitat popular para população de baixa renda

Reforma urbana	Governo local, nacional	Intervenções em assentamentos precários com ênfase no espaço público Programas de melhoramento integral de bairros Corresponsabilidade	Remoção vs intervenções urbanas integrais Mudar imagem da cidade competitividade; integração da cidade de informal a formal. Transformação de Medellín
	Agências internacionais	Cofinanciamento de projetos estratégicos de cidade	Difusão da cidade modelo: marketing urbano Endividamento externo Assessoria técnica

Fonte: Elaboração própria

Conclusão da tabela 4

1.4 Permanências e mudanças da participação popular e da política urbana

A memória da Medellín popular, trazida desde a participação e a política urbana, evidencia transformações significativas entre 2004-2011, que rompem parcialmente com o cotidiano restritivo dos assentamentos precários, mas, como citado, anteriormente, geram outras complexidades que precisam ser reveladas. Essa ruptura comunica a permanência/mudança de avanços e impasses materializados por diferentes agentes com interesses, relacionamentos e práticas concretas.

A trama particular que tece a memória da Medellín popular explica o **cotidiano**⁴¹ como um palco onde conflui uma vivência repetitiva de desigualdade correlata de iniquidades: precariedade e informalidade urbana, pobreza, fragmentação socioespacial, múltiplas formas de violência, de respostas governamentais fracas, parciais, descontínuas, descontextualizadas das demandas da população e não participativas no sentido da partilha efetiva do poder⁴².

Diante desse cotidiano restrito e desfavorável, por atentar contra a vida, a liberdade, a dignidade e os direitos, irrompe a organização e luta social, que mediante variadas ações

⁴¹ Foi estudado o sentido que Lefebvre dá ao processo repetitivo do cotidiano, produzido pelo desenvolvimento capitalista. Desse processo emergem forças em tensão, o possível que, justamente por se manifestar na própria vida cotidiana, parece impossível. No pensamento do autor, é na prática social que se instalam as condições de transformação do impossível em possível. Essa referência foi útil para resgatar, nos momentos de reconstrução da memória da cidade popular, as possibilidades e impossibilidades da luta social (Lefebvre, 1969, p. 271).

⁴² A participação, em Dagnino (2004a, p. 103), é concebida como a partilha efetiva do poder de decisão do Estado sobre os assuntos relativos ao interesse público. Esse sentido ultrapassa a notificação, consulta ou participação da população envolvida nas executórias das intervenções urbanas.

coletivas, têm-se resistido, subsistido e alterado esse cotidiano, transcendendo limitações e recriando novos sentidos de produção e apropriação do lugar⁴³.

A coexistência do cotidiano, revelador de determinações sociais, políticas e econômicas que tentam normatizar a participação até finalidades específicas, e da crise que explode essa trama regular e determinística, manifesta-se em disputa, isto é, em contradição, conflito e tensão, evidenciando o que Lefebvre (1991, p. 92) denominou de “movimento dialético”, constituído pela miséria e riqueza da *práxis social*. Miséria como tendência repetitiva que leva à reprodução da sociedade pelo sistema, e riqueza como capacidade de produzir mudança social. A coexistência desses contrários invade “o cotidiano, enfrentando-se, cada um colocando o espelho diante do outro”.

No caso da Medellín popular, destacam-se fenômenos que regularizam o cotidiano, pondo em tensão as pretensões da democracia-participativa. Talvez as múltiplas formas de violência sejam o fenômeno de maior repercussão negativa na vida da população, as quais, até os dias atuais, operam em contextos políticos, econômicos e sociais, em escalas territoriais cada vez mais amplas e atingem as dimensões privada e pública. Embora sejam protagonizadas por agentes em aberta disputa, às vezes, suas ações se misturam e se confundem atuando como mecanismo permanente para solução dos conflitos⁴⁴.

A falta de correspondência entre a política urbana e as demandas da realidade local constitui também esse cotidiano. De um lado, emergem novas condições, discursos e práticas a favor da democracia-participativa, mas de outro, velhas e novas estruturas resistem a essas condições, atuando de forma dominante, limitando, bloqueando e enfrentando a luta popular. Essa realidade contraditória faz com que a luta social, ocasionalmente, seja desestimulada, perca força e continuidade, mas também exploda em forma de oposição, resistência, reivindicação e negociação.

No entanto, desde o âmbito da política urbana, ainda que se observem os importantes avanços em matéria participativa, reiteram-se os impasses que a catalogam como experiência precária, com baixo efeito prático, que se exclui e se restringe segundo as dinâmicas

⁴³ Esse espírito de luta social lembra as reflexões de Lefebvre (2006, p. 51) referidas às possibilidades da vida humana ao serviço da transformação social, as quais nunca se fecham nem sucumbem completamente em frente das lógicas de dominação exercidas na reprodução das relações sociais de produção capitalista. A possibilidade de surgir uma tensão em meio às contradições da sociedade encontra-se sempre presente, o que torna difícil a experimentação social e política da transformação urbana revolucionária, a qual só pode ser verificada “pela capacidade criadora de obras na vida cotidiana”.

⁴⁴ Lefebvre (2006) explica como as relações de dominação e alienação, sustentadas na violência, constroem, bloqueiam e enfraquecem o sentido da vida em comum. A violência conduz ao mascaramento das contradições fundamentais da sociedade, sempre latentes, implícitas; assim como também à terrível redução do vivido; em nossas palavras, do apropriado.

institucionais e sociais, devendo enfrentar condicionamentos para sua permanência e fortalecimento. Contudo, a participação popular que emerge das demandas da vida cotidiana, ainda que tenha que enfrentar outras complexidades próprias das dinâmicas comunitárias, demonstra ser altamente significativa e bem valorizada na vida das pessoas.

O **legado da participação** e da política urbana demonstra que a cidade popular tem sido construída num jogo de forças em disputa, isto é, a “várias mãos”. Trata-se de mãos diversas, desiguais, cooperantes, fragmentadas, enfrentadas, com interesses e poderes dificilmente equalizáveis. Que tipos de mãos são essas? Que disputas enfrentam? Que possibilidades derivam delas?

As mãos populares, representadas por moradores despossuídos e organizações sociais em resistência civil – armada e não armada –, que lideram processos de luta social, constroem e se apropriam de territórios para o desenvolvimento da vida humana, em cooperação com múltiplos agentes da sociedade civil, com ou sem intervenção governamental. A relação entre Estado-sociedade civil não só se reconfigura no caminho da efetivação dos avanços normativos que pretendem institucionalizá-la. A história também revela como essa relação tem ultrapassado essas prescrições, colocando-a no ritmo das demandas do lugar vivido, isto é, do lugar apropriado socialmente.

As mãos aliadas/cooperantes, representadas por ONGs, setor religioso, empresarial e educativo, sendo a universidade o agente destacado, geram práticas que disputam e suplantam a função pública mediante a assistência e o apoio, a proteção, o respeito, a coesão, a legitimidade simbólica e institucional, a defesa e a prevenção, a promoção de processos sociais e a melhora de condições de vida. As práticas das ONGs e da universidade, predominantes antes da década de 1990, deram um giro ao se abrir a possibilidade de serem contratadas pelo Estado como prestadoras de serviços sociais nos bairros populares. Aparecem em cena novas formas de cooptação institucional.

Já as mãos violentas, representadas por atores à margem da lei, disputam e suplantam a função pública mediante práticas de morte, intimidação, despejo, exclusão, que oprimem e dominam, causam medo e terror, mas também de proteção, ajuda, solidariedade e provisão de recursos. Essas práticas instalam-se contraditoriamente na vida da população silenciando e apagando vidas, liberdades de expressão, fragmentando relações sociais, enfrentando a institucionalidade, controlando territórios, orientando o comportamento social, criando imaginários de legitimidade simbólica e de integração social.

As mãos dos urbanizadores “piratas”, representadas por particulares (agentes políticos, à margem da lei) disputam a produção de cidade popular com o poder público mediante o estabelecimento de um mercado ilegal, caracterizado pela apropriação de terrenos e a compra-venda ilegal de moradia para a população de baixa renda.

Por sua vez, a mão do poder público, representada pela estrutura governamental, registra práticas que vão desde medidas violentas – invisibilidade, exclusão, opressão, dominação, segregação – e arranjos clientelistas que instrumentalizam sua relação com a sociedade civil, até o tratamento parcial e o reconhecimento integral da problemática urbana.

Percebem-se ênfases diferenciadas, sendo, no primeiro momento, a criação de entidades e instrumentos para a construção de moradia popular e a consolidação dos bairros mediante a prestação de serviços públicos domiciliários; no segundo, a implementação de programas de melhoramento integral que operou em um contexto de democracia-participativa fundamentada no reconhecimento de direitos e, simultaneamente, de uma cidade adaptada às lógicas de mercado. Esse momento se prolonga no terceiro, em que se observa uma ênfase destacada em intervenções no espaço público que transformam os bairros populares.

Por fim, as mãos financiadoras, representadas pelos organismos internacionais, financiam programas para a redução da pobreza, atendendo a padrões que pretendem a vinculação da participação social no âmbito da política urbana ao serviço da legitimação de interesses institucionais.

Na produção da Medellín popular a “várias mãos” decorrem confrontações entre forças que prescindem do Estado como ente regulador, detentor exclusivo e legítimo do poder. Essas forças estabelecem micro poderes territoriais para o exercício de funções públicas e privadas, em defesa de interesses em contradição. Os bairros populares convertem-se em cenário de disputa pela soberania de moradores e setores da sociedade civil que reclamam o direito a sobreviver, morar e subsistir em condições dignas, e a se vincular em espaços políticos; e pelo controle ilegal e ilegítimo – ou legítimo – da força, do território, da população, da gestão pública, por parte de agentes à margem da lei que instituem formas específicas de regulamento social e político.

Essas mãos que derivam de diferentes atores com relações de cooperação, submissão e disputa retratam também a resiliência urbana visível em ações criativas que coadjuvam o enfrentamento do cotidiano conflitivo. Talvez seja essa prática resiliente uma das grandes riquezas, que acaba por revelar nossa inacabada, sempre aberta e potencial democracia-participativa.

Em relação a essa consideração, a participação se apresenta como uma prática socioespacial possível, que não está dada; é uma construção contínua orientada até finalidades concretas. Descobre-se, ao situá-la em uma realidade particular, com os obstáculos que a tornam impossível e, simultaneamente, os horizontes que iluminam caminhos. As experiências que tentam realizar a democracia-participativa dão a ideia de que algo pode mudar de rumo, de que há insumos para despertar a consciência urbana. Essa consciência é a que permite não só reconhecer os impasses sociopolíticos em torno dessa realização, mas também novas possibilidades para a transformação territorial e aprendizagens que orientem melhor o exercício de futuros processos de urbanização popular.

A reconstrução da memória urbana serve como patamar para debater a resignificação do cotidiano, em meio a contradições engendradas em processos de urbanização que respondem às demandas locais e às lógicas do mercado. Os discursos e as práticas que orientam o PUI-nor, tornam-se as chaves para a análise a serem desvendadas no Título 2. Como se verá, essas questões contribuem para o debate atual sobre a disputa pela construção democrática em Medellín-Colômbia.

2 REFAZENDO A MEDELLÍN POPULAR

Participação e projeto urbano em processo, 2004-2011

Figura 17 – Perímetro de intervenção do PUI-nor ao redor do eixo do *Metrocable* que cobre as *comunas* 1 e 2.

Fonte: EDU (2007).

Figura 18 – Perímetro inicialmente considerado pelo PUI-nor para intervir na consolidação habitacional A *Herrera* no bairro A *Francia*.

Fonte: EDU (2005); Faber Alonso Murillo, líder comunitário do bairro A *Francia* (2009).

A primeira figura evidencia a delimitação restrita do projeto, e a segunda mostra uma delimitação inicial que mudou durante o processo, beneficiando um número menor de moradores. Tanto o perímetro do *Metrocable* quanto da *Herrera* guiou o processo participativo orientado a “refazer a Medellín popular”, engendrando nos moradores o “limite do progresso” que deixou por fora muita população vulnerável.

Como sugerido, marcos legislativos, desde 1990, de participação e política urbana contribuem para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade nas cidades colombianas, em um contexto que confluiem preceitos de democracia participativa e de abertura de mercado. Essa realidade verifica-se nos bairros da zona nordeste de Medellín que sofreram intervenção do PUI, nos quais se apresentam transformações territoriais recentes. Aprofunda-se, a seguir, no arcabouço e arranjo institucional do Urbanismo Social - US, como política urbana local orientadora do PUI-nor, e no desenlace da participação durante o processo de intervenção. Ambas as questões, de mútua incidência, contribuem para um novo quadro de avanços e impasses que tecem a disputa pela produção de cidade popular contemporânea.

2.1 Arcabouço institucional do Urbanismo Social e o Projeto Urbano Integral. A convergência de inspirações internas e externas

Propõe-se nesta parte resgatar e pôr em diálogo os referentes internacionais, federais e locais que constituem o arcabouço e arranjo institucional do US e do PUI-nor, assinalando suas respectivas finalidades. Desse percurso, afirma-se que dito arcabouço é uma construção sociopolítica resultante de duas finalidades, uma social e outra econômica, as quais, como se mostra a seguir, tornam-se díspares e incompatíveis pela predominância da econômica sobre a social.

Os discursos sobre a Medellín “modelo” e o “Urbanismo Social” não são novos na história da cidade, acunharam-se desde meados do século XX, no momento em que se incorporou a modernização do planejamento urbano, com grande participação da elite local, sob a influência de consultores estrangeiros que tinham como principal função a transferência de experiências exitosas que garantissem o crescimento urbano harmônico¹ (ideal sempre desbordado pelas dinâmicas socioespaciais).

Esse par de ideias renasce recentemente, mas diferente dessa época, na qual a formulação de planos pilotos, reguladores e diretores (que não foram executados), pretendiam garantir uma melhor cidade formal; neste momento o planejamento seria concretizado num instrumento, com respaldo na política urbana federal e local orientada à cidade informal,

¹ A Medellín “modelo”, exemplo para outras cidades do país e do mundo, foi promovida por Karl Heinrich Brunner, que chegou à cidade em 1940 para orientar o planejamento urbano. Além disso, incidiu na criação da *Facultad de Arquitectura de la Universidad Pontificia Bolivariana* em 1943, e inspirou, sete anos mais tarde, a criação de outra faculdade na *Universidad Nacional de Bogotá* (MARTIN, 2012, p. 31, 32, 41, 42). Brand e Dávila (2012 apud Hofer, 1996, p.41) registram como a expressão “urbanismo social” havia sido utilizada em 1952 pelo mesmo Brunner.

denominado Projeto Urbano Integral.

O arcabouço político institucional do “Modelo Medellín”, essência do US contemporâneo, inspira-se em vários referentes de fora e de dentro, que vão desde políticas, planos, programas e projetos até enfoques conceituais, claramente incorporados no *corpus* discursivo e implementados pelo PUI. A seguir serão aprofundados cada um deles.

2.1.1 A influência internacional

A Empresa de Desenvolvimento Urbano - EDU e o Departamento Administrativo de Planejamento - DAP (2005, p. 21-22) aludem a como referente internacional o Plano de Ação Mundial da Conferência de Assentamentos Humanos (Habitat II, Istambul, 1996), do qual destacam a melhora das condições dos assentamentos humanos mediante a aplicação de princípios como a sustentabilidade, o compromisso cívico, a igualdade e a corresponsabilidade. Esses princípios facilitam a relação entre diferentes setores da sociedade e níveis do governo para a identificação conjunta de problemas, alternativas de solução e recursos.

Essa referência oficial também alude a como o PUI-nor se rege pelos requerimentos da cooperação internacional e, em tal sentido, articula-se à política federal, estadual e local; orienta a transferência de conhecimento entre países; implementa-se com recursos técnicos e financeiros próprios; assegura a *sostenibilidad*² da intervenção após terminada; inclui variáveis de benefício, cobertura social, perspectiva de equidade e gênero e impacto ambiental.

Martin (2012, p. 403, 472-473) afirma que, a partir do enfoque do “urbanismo contextual”, o US retoma o respeito, o estudo e a interpretação das particularidades físicas e sociais existentes no território a intervir. Experiências inspiradas no urbanismo contextual têm sido implementadas na Europa para reabilitar zonas industriais degradadas e seus respectivos núcleos de moradia obreira, transformando-as em zonas multifuncionais e reintegrando-as ao tecido urbano. O enfoque também parte da visão arquitetônica e urbanística da *Stadtreparatur* alemã, aplicada nas transformações urbanísticas de Berlim depois da derrubada do muro,

² A *sostenibilidad* relaciona-se com a existência e continuidade de condições políticas, sociais, técnicas, jurídicas, econômicas e ambientais que asseguram o êxito da intervenção, tanto durante o processo como na pós-obra. Contrariamente, a falta de *sostenibilidad* implica o rompimento dessas condições e dos processos promovidos pelo processo de urbanização. Esse impasse é catalogado como problema histórico em Medellín, derivado da descontinuidade da política urbana e da falta de participação real da população envolvida.

reconhecida como *Kritische rekonstruktion*. Particularmente, a estética e a qualidade da moradia social orientadas na consolidação habitacional *Juan Bobo* e *Herrera* foram retomadas da experiência de consultores locais com estudos na cidade de Londres, em moradia residencial para estratos baixos.

Na informação oficial sobre os referentes internacionais, sobressaem-se duas experiências como as de maior repercussão no arranjo político do US e do PUI-nor, a de Barcelona e a do Programa Favela Bairro do Rio de Janeiro (UNIVERSIDAD EAFIT, AGENCIA FRANCESA DE DESARROLLO-AFD, EMPRESA DE DESARROLLO URBANO-EDU, ALCALDÍA DE MEDELLÍN-AdeM, 2012-2015, p. 38-40).

No caso **Barcelona**, encontram-se transferências conceituais e metodológicas inspiradoras do “Modelo Medellín”. Da intervenção em bairros com desenvolvimento incompleto, que teve lugar durante as décadas de 1970 e 1980, condensada no trabalho do arquiteto e urbanista Joan Busquets, retoma-se a permanência da população nos bairros de origem, a conexão dos bairros marginais com as estruturas da cidade formal, a importância da rua como elemento de vitalidade urbana e a dotação de espaços e equipamentos públicos segundo as características e necessidades de cada lugar. Com a contribuição da “urbanização marginal”, Busquets dedicou-se a entender os processos de formação das periferias como tramas urbanas produzidas em condições urbanísticas e jurídicas deficientes e diferenciadas da cidade “normal”. Dessa perspectiva, o PUI-nor segue a análise dos bairros desde seu processo histórico de crescimento urbano para ordená-los e tipificá-los (DNP, 2008, p. 46).

O reconhecimento e a incorporação dessa contribuição foram possíveis pelo relacionamento entre laboratórios acadêmicos de Barcelona e Medellín. Martin (2012, p. 401-403) relata como o Laboratório de Urbanismo e Arquitetura - Laur, da Universidad Pontificia Bolivariana, que trabalha em intervenção para territórios precários, articulou-se com o Laboratório de Urbanismo da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona - ETSAB, mediante o intercâmbio de consultores; mas também, pela realização de estudos doutorais de uma equipe de arquitetos de Medellín em Barcelona, que gerou propostas sobre a reparação dos bairros marginais *in situ*.

Esse interesse se alcançaria mediante uma “arquitetura impactante de operações urbanísticas de qualidade”. Foi assim como os integrantes do Laur formaram a “Oficina de Estudos e Projetos Urbanos do Norte”- OEPUN, coordenada pela Corporação de Moradia de Medellín - Corvide, para encontrar a solução dos problemas urbanos da zona nordeste e

noroeste, de forma a integrar a cidade informal à formal, garantir o direito à cidade e, assim, dignificar a vida das pessoas.

Durante a campanha política de Sergio Fajardo, para a prefeitura de 2004, ele mesmo convidou os integrantes da OEPUN para serem assessores, os quais, posteriormente, durante seu mandato como prefeito, fizeram parte da equipe de governo, particularmente da EDU, encarregada de desenhar e implementar o US no PUI. A premissa foi a incorporação dos avanços dessas diferentes experiências, mas contextualizados às particularidades de Medellín. Tratava-se de realizar intervenções similares às de Barcelona e às de outras experiências, mas considerando que as propostas e os impactos seriam muito diferentes (MARTIN, 2012, p. 410, 452, 453).

Não só houve transferência acadêmica e retomada dos elementos descritos. O mesmo Martin (2012, p. 400, 401) ilustra como, durante a década de 1990, Bilbao (cidade famosa pela construção do Museu Guggenheim durante 1995-1997) e Barcelona transformaram-se em destinos turísticos importantes, sendo referentes obrigatórios para cidades com interesse em repensar o uso da arquitetura em seu desenvolvimento, sua imagem e sua competitividade. Rodríguez e Abramo (2008, p. 103-133) explicam a influência dos Grandes Projetos Urbanos - GPU em várias cidades do mundo, entre elas Bilbao, usados como instrumento de revitalização urbana, sediado por uma grande campanha de marketing urbano, a criação de novas centralidades urbanas, o uso da arquitetura icônica e monumental, a urbanização como oportunidade para a dinamização da competitividade urbana, os novos modelos de gestão pública e o forte conteúdo simbólico das construções.

Essa onda dos GPUs, incorporada pelo US para reger a transformação física-urbanística e socioeconômica dos bairros populares de Medellín e pelo PUI-nor para implementá-la, mostra que algo não se encaixa muito bem: o PUI-nor, sendo um projeto urbano de escala intermediária que recupera áreas informais mediante a construção de novos espaços e equipamentos públicos, incorporou as orientações dos GPU como parte de seu arcabouço. Essa incorporação seria uma chave que desvende o espírito mercantil da política urbana local?

De forma semelhante, o “Modelo Barcelona”³, visível no início dos anos de 1980, também inspirou processos de planejamento estratégico com viés econômico em muitas cidades do mundo, sendo Medellín uma delas. Esse modelo é denominado por Borja (2005,

³ Para ampliar este tema revisar o estudo de Josep M. Montaner. *El modelo Barcelona*. Disponível em: <<http://tdd.elisava.net/coleccion/7/montaner-es>>. Acesso em: 26 set. de 2016.

p.15) como “paradigma materializado da utopia capitalista urbana [...] projeto urbano convertido em metáfora do desejável”.

Os princípios fundamentais da cidade modelo eram de iniciativa pública e se orientavam a fim de modernizar, atualizar e refazer a cidade, resgatando os escassos espaços livres existentes, aproveitando e potencializando grandes eventos internacionais e considerando a cidade como laboratório urbano e social. Esses princípios eram levados à prática mediante projetos arquitetônicos que, estrategicamente, contribuíam para a recomposição da cidade.

A transferência do modelo Barcelona para Medellín não foi direta, teve modificações. Ainda que não seja a pretensão aprofundar nesse tópico, pontuam-se assuntos diferentes e comuns por serem úteis na análise da transferência de referentes internacionais.

Uma questão diferencial radica que, em Medellín, não se incorporaram operadores urbanos privados nas intervenções públicas, as quais foram orientadas pela EDU⁴ que “reuniu técnicos experimentados, jovens profissionais e acadêmicos novos [...] permitindo pôr em prática novas ideias em tempos muito curtos” (BRAND e DÁVILA, 2012, p. 44). Outra diferença é a ênfase espacial das intervenções: enquanto em Barcelona localizaram-se predominantemente em centros históricos, em Medellín o US implementou-se exclusivamente nos bairros populares, no marco de uma política maior que também interveio na revitalização do centro histórico.

A influência da arquitetura monumental de Bilbao e Barcelona visibilizou-se em Medellín como uma importante particularidade a ser sublinhada. O selo do “Modelo Medellín” concretizou-se na construção de espaços públicos de alto valor icônico em bairros populares, rompendo com a tendência de outras cidades que constroem esses tipos de equipamentos em lugares centrais de alto valor fundiário (centros históricos), enquanto as intervenções em assentamentos precários são focadas predominantemente em resolver a questão da moradia, sua remoção de lugares de risco geológico, a provisão de redes de infraestrutura para saneamento básico, a prestação de serviços públicos domiciliários e a construção de equipamentos comunitários.

Esse tipo de arquitetura, baseada na imagem, não é novo em Medellín – já havia sido orientado pela política urbana na década de 1980 (com a construção do metrô e do *Palacio de*

⁴ Empresa industrial e comercial do Estado, juridicamente com autonomia administrativa e patrimônio independente. Pertence ao Município de Medellín como entidade descentralizada dedicada à execução de planos, programas e projetos de gestão urbana que contribuem para a consolidação de cidades modernas, dinâmicas e próximas às necessidades das comunidades. Também é dedicada à operação urbana, com entidades privadas, e à consultoria.

Exposiciones), mas localizada em lugares centrais da cidade. As obras pretendiam, nesse momento, resgatar a liderança perdida da cidade mediante uma projeção que a destacasse pelo físico e não pela profunda crise vivida pelo conflito armado. As obras tornaram-se uma espécie de “cortina de fumaça” que impedia visualizar a profundidade da crise (NARANJO; VILLA, 1997, p. 83-84).

Já em termos comuns, Brand (2013, p. 3) destaca o léxico compartilhado pelo Modelo Barcelona e Medellín: “acupuntura urbana”, “novas centralidades”, “valor democrático do espaço público”.

Durán (2012) esclarece que a “acupuntura urbana” (termo com dupla raiz, espanhola e americana, e bastante acolhido na Ibero-América) tem sido usada como paradigma de desenho e intervenção urbana. Particularmente na América Latina, foi Jaime Lerner quem utilizou essa metáfora para ilustrar a estratégia de intervenção urbana que aplicou em zonas críticas de Curitiba, quando foi eleito como prefeito em 1971. Sua pretensão era descentralizar e democratizar os recursos públicos mediante a construção de equipamentos e serviços públicos em zonas desatendidas, com um efeito renovador e revitalizador, capaz de gerar uma nova economia em bairros com nova imagem, melhores serviços e conectividade.

No marco da transferência de conhecimento de Bilbao e Barcelona a Medellín, o US foi entendido como “sistema de acupuntura social”. Assim, como produto dessa transferência, a autora sustenta como a acupuntura urbana retomada em Medellín não descende do tronco brasileiro, e, sim, do catalão. Como Jaime Lerner em Curitiba, Manuel de Solá-Morales, em 1992, liderou a transformação de Barcelona, usando como estratégia a geração de novas “centralidades urbanas” e “reativação de zonas marginais”, sendo essa a perspectiva trazida para os assentamentos precários de Medellín. Vale apenas destacar que a acupuntura urbana também tem sido transferida, mediante variadas aplicações, para cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Caracas, Santa Fé, Buenos Aires e Quito.

Em contrapartida, outro referente internacional, vinculado pelo US como enfoque paradigmático de melhoramento de bairros, é o **Programa Favela-Bairro**, desenvolvido desde 1994 pela prefeitura do Rio de Janeiro. Dessa experiência, retomaram-se elementos físico-urbanísticos, como o mantimento das moradias existentes e a realocação de casos críticos, a regularização fundiária, a inserção de ruas e praças, a dotação de equipamentos comunitários e a dotação de serviços públicos domiciliários. Em termos socioeconômicos, resgataram-se o trabalho social com uso de estratégias participativas, a localização na zona de intervenção de postos de orientação urbanística e social, os centros de capacitação para o

emprego e o empreendedorismo e a organização de cooperativas e associações (DNP, 2008; EAFIT, AFD, EDU, AdeM, 2012-2015, p. 38-40).

Durante a etapa de formulação do PUI-nor, em 2004, a equipe técnica de Medellín aproximou-se do Programa Favela Bairro, mediante a análise de documentação disponível na internet. No entanto, durante a implementação da intervenção, em 2009, funcionários públicos das prefeituras de Medellín e Rio de Janeiro começaram o processo de transferência de conhecimentos de uma cidade para outra, com a finalidade de reconhecer os contextos particulares e os processos de gestão e planejamento urbano. Como produto desse processo, o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC/2009 de Manguinhos inspirou-se no PUI-nor, com a construção de equipamentos — como a biblioteca parque, a escola, a casa do trabalhador (sistema nacional de emprego), praças públicas com locais comerciais —, do teleférico e de equipamentos públicos no Complexo do Alemão (FERNANDES; ARRUDA e GALIZA, 2009, p. 17; informação verbal)⁵.

2.1.2 A influência federal e local

Entre os referentes **de dentro**, encontram-se os aprendizados da intervenção urbana de Bogotá e da própria Medellín, assim como as diretrizes de política em espaço público promulgadas no âmbito federal e local.

Constata-se como a influência internacional em espaço público foi seguida na Colômbia, inicialmente, por Bogotá (MARTIN, 2012, p. 400, 401), sendo, por sua vez, também referência para Medellín em programas sociais. Concretamente, retomou-se a perspectiva de cultura cidadã do Programa Saldo Pedagógico, entre 1995 e 1997, durante o mandato de Antanas Mokus em Bogotá; e, assim mesmo, aprendeu-se com o Programa de Desmarginalização de Bairros, no marco do qual se construíram três megabibliotecas públicas localizadas na periferia da cidade, entre 1998 e 2000, na gestão de Enrique Peñalosa (EAFIT, AFD, EDU e AdeM, 2012-2015, p. 38-39).

Também se incorporaram os alinhamentos do Plano de Desenvolvimento Federal, 2002-2006, no manifesto democrático, como a participação cidadã, a articulação entre empresa pública e privada, o espaço público e os equipamentos como bibliotecas, serviços

⁵ HERNÁNDEZ, César: depoimento [out.03/2014]. Entrevistadores: Equipe de pesquisa Medellín e São Paulo. Medellín: Estado de Antioquia, 2014. Áudio. Entrevista concedida ao projeto *Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários*. São Paulo/Brasil - Medellín/Colômbia. LIMA, André: depoimento [nov.26/2016]. Participantes URB-Favelas 2016. Áudio. Percorso realizado em Manguinhos Rio de Janeiro/Brasil.

públicos domiciliares, mobilidade urbana, vocação empresarial, consolidação habitacional e a dimensão ambiental.

Contudo, vale lembrar que, mesmo que o US não tenha sido incluído explicitamente no Plano de Desenvolvimento Municipal de Medellín - PDMM, 2004-2007, este se consolidou como enfoque orientador da política pública local nessa época, formalizando-se em 2008 como política urbana em assentamentos precários (EDU, 2006d). No PDMM, o US foi acolhido na linha 2: *Medellín social e incluyente*, direcionada ao espaço público e ao melhoramento de bairros. Também foi articulado com os objetivos do POT de Medellín, nos quais prevalecem o espaço público e os projetos de renovação urbana como eixos estruturantes (DNP, 2008, p. 16-17; AdeM; EDU, 2009, p. 20).

A permeabilidade do US e do PUI-nor aos alinhamentos da cooperação internacional atua como transferência de fora para dentro, conseguindo responder à demanda global da competitividade, enquanto avança no tratamento focalizado da problemática urbana. Entende-se melhor essa transferência quando se refere ao contexto de dependência em que opera o financiamento promovido por entidades multilaterais. Embora, de um lado, possibilite a implementação de programas e projetos para o melhoramento integral de bairros tendentes à redução da pobreza urbana e a sua incorporação ao tecido urbano formal; de outro, deixa o país com altas dívidas, além dos condicionamentos à organização do Estado e ao uso do recurso público.

São exemplos dessa cooperação em Medellín *Moravia*, *Limonar* e o *Primed*, intervenções urbanas que contribuíram para o melhoramento de condições de moradia, legalização da posse, serviços públicos domiciliares, equipamentos e infraestrutura. Essas intervenções, que antecedem ao PUI, cada uma com particularidades, apresentam avanços e impasses referidos no Título 1. Para o que será tratado neste momento, convém ressaltar o aprendizado desse histórico local, pois seus acertos e erros iluminaram o Projeto Urbano Integral.

O *Primed* é o principal antecedente da PMIB colombiana e referente local do US (ECHEVERRI e ORSINI, 2010, p. 138). Essa intervenção foi escolhida pela Agência das Nações Unidas para participar no concurso de boas práticas em Dubai em 1998 e, posteriormente, pelo êxito atingido, selecionada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco como modelo mundial em participação, planejamento e gestão urbana. Dessa experiência foram retomadas pelo PUI-nor estratégias participativas; o trabalho conjunto entre funcionários públicos, ONGs, universidades e a

população envolvida; a convergência interinstitucional e a descentralização da ação governamental nas zonas de intervenção; e o PIZ, denominado no PUI como Plano Mestre - PM.

A essas intervenções soma-se o Plano de Regularização e Legalização Urbanística-PRLU, instrumento de planejamento e gestão territorial para áreas de desenvolvimento incompleto, projetado com duração de doze anos pelo POT/1999. Até o ano de 2014, alguns planos foram formulados, outros, parcialmente executados e outros que ainda não foram aprovados. Na última revisão e ajuste do POT (DAP, 2014, p. 40), há a referência de que os PRLUs são implementados pelos PUIs e pelos Programas de Melhoramento Integral de Bairros. Essa afirmação é rebatida por Velásquez (2013, p. 143), que problematiza como a maioria desses planos ficou na etapa da formulação, sem ultrapassar seu caráter técnico, e que os poucos implementados afastam-se do melhoramento integral e das condições socioeconômicas da população, para somente enfatizar a legalização de prédios.

Especificamente, foram formulados PRLUs para alguns setores das *comunas* 1 e 2 da ZNE, sendo *Juan Bobo*, *A Francia* e *Santo Domingo Savio* projetos pilotos. Neles orientou-se a realização de um processo de legalização de prédios que incluía a atualização cadastral, a compra de lotes, a titulação de prédios, o levantamento de diagnósticos e a formulação de projetos de provisão habitacional. No PUI-nor, foram parcialmente retomados os diagnósticos e desenhos dos PRLUs para a construção dos conjuntos habitacionais e a recuperação ambiental dos córregos *Juan Bobo*, no setor de *Andalucía*, e *A Herrera*, em *A Francia*.

Os PRLUs, formulados entre 2001 e 2003 e em 2010 para o bairro *Santo Domingo Savio*, validam a perspectiva trazida por Velásquez, na medida em que, até o ano de 2017, continuam sem execução. Neste caso em particular, observa-se como a orientação do PUI-nor de construir espaços e equipamentos públicos para consolidar a centralidade urbana suplanta a garantia do direito à moradia. Desde antes do PUI-nor, os moradores tinham consignado a moradia no Plano de Desenvolvimento Zonal, 2005-2015, como necessidade prioritária, e o mesmo PRLU tinha orientado a construção de um projeto habitacional com 80 blocos de moradia, cada um com cinco andares e capacidade para abrigar 1700 apartamentos. Paradoxalmente, na base do *cerro Santo Domingo*, um dos lugares escolhidos para a construção do projeto habitacional, foi construído o *Parque Biblioteca España*, obra que, como será visto, implicou a remoção de 123 famílias, ocasionando a disputa entre interesses institucionais e sociais.

Posteriormente ao PRLU, formulado para a ZNE, foi construído o *Metrocable*⁶, intervenção que teve como inspiração a renovação urbana de Bilbao, conhecida em uma viagem que o prefeito Luis Pérez Gutiérrez fez durante o período 2001-2003 a essa cidade. Com o *Metrocable*, o prefeito buscava “introduzir em Medellín alguma obra icônica nova que lhe desse uma nova marca à cidade [...] com impacto social, como as obras de Enrique Peñalosa em Bogotá” (MARTIN, 2012, p. 409). González (2012, p. 47) adverte, quando a construção já começava a ressoar, como justificativa da intervenção a pretensão institucional do pagamento da dívida social aos bairros populares.

Esse meio de transporte gerou benefícios significativos, como a conexão dos bairros periféricos com o resto da cidade, a mobilidade e acessibilidade a diferentes lugares do setor e a redução de tempo na locomoção entre moradia e local de trabalho. Segundo os próprios moradores, agora se “pode descer à cidade” – expressão que também designa uma mudança de imaginário, de “exclusão à inclusão”. Durante a construção, negociaram-se prédios, melhoraram-se fachadas e construíram-se espaços públicos ao redor das estações, realizou-se trabalho social com lideranças e obteve-se o reconhecimento dos agentes armados que permitiram o acesso do poder público à zona.

O trabalho social orientou a participação popular no processo de intervenção do *Metrocable*⁷ como eixo principal, permitindo à equipe social se aproximar da comunidade, dar a conhecer a obra, debater, acordar e avaliar assuntos essenciais associados à entrada da institucionalidade à zona, à compra-venda de prédios, à denominação das estações, ao melhoramento do entorno próximo à intervenção, entre outros. A aplicação de princípios como a sensibilidade social, o reconhecimento e a potencialização do saber popular e da identidade local, o respeito pela população, falar sempre com a verdade, o encontro, a escuta e o diálogo e a articulação de diferentes agentes fizeram do trabalho comunitário um modelo de intervenção social incorporado e fortalecido pelo PUI-nor.

Foram usadas peças comunicacionais, como apostilas, jogos didáticos, filmes, eventos massivos, festas, e estratégias que permitiram o relacionamento direto com a população mediante visitas familiares, falas abertas com todos os grupos populacionais, sendo o público-

⁶ Refere-se ainda ao *Metrocable* da zona nordeste, linha K (*comunas* 1 e 2); também existem outras linhas como a linha J (*comunas* 7 e 13) e linha L (transferência ao Parque Ecoturístico Arví). Na atualidade, encontra-se, em processo de finalização, a construção das linhas M e H (*comunas* 8 e 9).

⁷ *Tejido social de los Metrocables*. El cable línea K. Disponível em: <https://www.metrodemedellin.gov.co/Portals/1/archivos_metro/al-dia/REVISTASOTROS/tejidosocialdelosmetro cables.pdf>OTROS/tejidosocialdelosmetro cables.pdf>. Acesso em: 6 jan. de 2017.

alvo crianças a partir dos cinco anos e jovens escolarizados, líderes da região e representantes de organizações existentes. Contribuiu-se também com a formação de lideranças para a capacitação profissional, gerando emprego tanto de mão de obra não qualificada quanto qualificada, e para a promoção da cultura cidadã, baseada na apropriação e valorização do público.

As condições abertas pelo *Metrocable* com incidência direta nos bairros *Andalucía*, *Popular* e *Santo Domingo Savio* foram aproveitadas em termos políticos para ampliar o impacto gerado com a implementação do PUI-nor (EDU; DAP, 2005, p. 73; MARTIN, 2012, p.473). Dessa maneira, a EDU retomou o realizado pela empresa Metro mediante a execução imediata de obras inconclusas, a articulação da institucionalidade com o trabalho comunitário e a continuidade da pacificação promovida pelo processo de desmobilização paramilitar de 2003.

Para Sergio Fajardo Valderrama, uma vez solucionado o problema da mobilidade urbana, deviam-se articular diferentes ferramentas do desenvolvimento em forma simultânea, em um mesmo território, mediante uma intervenção integral que mudasse a vida das pessoas. Essa mudança refletiria na melhora das condições de vida, no bem-estar social, em novas oportunidades, na dinamização da microeconomia e no aproveitamento do *Metrocable* para a atração turística (AdeM, 2011a, p. 18; informação verbal)⁸.

Percebe-se no discurso institucional a atividade turística como uma das oportunidades derivadas do *Metrocable* a ser aproveitada pelo PUI-nor para visibilizar a ZNE mediante a construção de espaços públicos. Durante o ano de 2005, avançou-se na formação do Comitê de Turismo Receptivo da cidade, das Mesas de Qualidade Turística e do grupo de trabalho “Visão Nordeste”, constituído por entidades públicas, privadas e centros de conhecimento (*CONCEJO MUNICIPAL-CM*, Ata 400 mar.10/2006; AdeM, 2006a).

A preocupação política em mudar a imagem e o imaginário da cidade como foco de violência, exclusão e pobreza encontrava nessa oportunidade uma alternativa de ação. Propõe-se, por conseguinte, garantir o espaço público como direito social e referente urbano para o embelezamento estético dos bairros populares.

⁸ LOPERA, Juan Diego; RIVERA, María Victoria; DÍAZ, Edgar: depoimento [durante os anos 2014 e 2016]. Entrevistadores: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2014-2016. Áudio. Entrevistas concedidas aos projetos *Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários*. São Paulo/Brasil - Medellín/Colômbia, e Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? *Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea*.

Uma vez realizado o percurso pelos aprendizados das intervenções urbanas locais, detém-se no lugar que ocupa o **espaço público** na política urbana federal e local⁹, dada sua importância no US e no PUI-nor. Tanto a linha do tempo apresentada na figura 19, que mostra a sua evolução desde o fim da década de 1980 até a atualidade, como os alinhamentos normativos registrados na tabela 5 contribuem para argumentar que o espaço público não é somente uma tendência incorporada de modelos internacionais, também é um elemento considerado estruturante na política urbana federal e local.

⁹ Foi estudado o espaço público no terreno político e seu rebatimento na apropriação social do espaço construído na zona nordeste em Sánchez; Hincapié (2016).

Figura 19 – Linha do tempo sobre o espaço público na política urbana Medellín-Colômbia, 1989-2015.
Fonte: Elaboração própria baseada na Constituição Política de Colômbia de 1991 e normas afins.

Tabela 5 – Alinhamentos do espaço público na política urbana de Medellín-Colômbia, 1989-2015.

Lei	Alinhamentos
Reforma Urbana, 1989	Definição de espaço público (art. 5), destino/uso (art. 6), gestão/administração (art. 7), ação popular: mecanismo de defesa e proteção (art. 8).
Constituição Política da Colômbia, 1991	Bens de uso público, inalienáveis, imprescritíveis e inembargáveis (art. 63). É dever do Estado proteger o espaço e a destinação de uso comum (art. 82), ações populares (art. 88).
Política urbana Cidades e Cidadania, 1995	Espaço público como atributo urbano
Desenvolvimento Territorial 1997	Marco de atuação do espaço público, função social da propriedade prevalece sobre os interesses particulares, planejamento, construção, manutenção, proteção e defesa, “medidas para sua restituição” (art. 107).
Espaço público no POT 2015	Regulamentação do espaço público nos planos de ordenamento territorial-POT: elementos constitutivos, projetos estratégicos e gestão.
Ações populares, 1998	Ações populares para a proteção dos direitos e bens coletivos (art. 2).
Código Civil, 2000	Ações populares (art. 674), bens públicos de uso comum: pertencem e são de domínio da República e dos habitantes (art. 1005).
Sanções urbanísticas, 2003	Infrações urbanísticas: localização de estabelecimentos comerciais, industriais, institucionais e de serviços em contravenção às normas de usos do solo, fechamento, ocupação temporal/permanente do espaço público sem licença.
Cidades Amáveis, 2005	Aumento e qualidade do espaço público
Plano de Desenvolvimento Nacional, 2002-2006	Apoio e assistência técnica a municípios que resgatem, deem valor, melhorem e dotem o espaço de equipamento comunitário.
Mecanismos de recuperação do espaço público, 2005	Definição, componentes, tipologias, orientações para a ampliação, preservação e resgate dos espaços públicos por invasão. Planejamento urbano sustentável e outras disposições
Política de Melhoramento Integral de Bairros - PMIB 2008	Acessibilidade, mobilidade urbana, provisão de espaços e equipamentos públicos como bens e serviços coletivos que melhoram a qualidade de vida e incorpora os assentamentos à estrutura física, social e funcional dos municípios. Metas: consolidar cidades compactas sustentáveis, aumentar os índices de espaço público com segurança, convívio e apropriação cidadã, resgatar e gerar equipamentos destinados à educação e saúde, construir zonas verdes, parques infantis, placas poliesportivas, corredores urbanos, creches e salões comunitários.
Mobiliário urbano, 1991	Mobiliário urbano, mecanismos de manejo do espaço público
Elementos do espaço público, 1997	Parâmetros para vendas, em ponto fixo, licenciadas pela prefeitura; regulamentação da localização, desenhos e instalação dos serviços que incidem no espaço público.
Manual espaço público, 2002	Manual para a formulação e construção dos componentes do espaço público
POT Medellín, 1999; 2006	Prevalência do interesse público, função social e ecológica da propriedade (art. 7), sistema de espaço público como estruturante principal da construção de cidade e cidadania (art. 8). Componentes estruturantes-naturais: sistema hidrográfico, sistema orográfico, ecossistemas estratégicos. Componentes artificiais: sistema viário e de transporte, sistema de centralidades, de equipamentos, de serviços públicos.
Plano de Desenvolvimento Municipal, 2004-2007	Linha 3: Medellín, espaço para o encontro cidadão, espaço público para o estabelecimento de relações sociais, essencial para a vida da cidade e o bem-estar. Programas e projetos em espaço público da cidade.

Plano Especial de Espaço Público - PEEP, 2006	Alinhamentos, políticas, programas e projetos para intervenção, manejo e proteção dos espaços abertos, coletivos, de propriedade pública, com uso público. Apropriação cidadã, inclusão social, qualidade e cobertura.
Manual de espaço público de Medellín 2012-2015	Componentes, elementos, construção, reparação, manejo, administração, manutenção, financiamento, projetos de geração, recuperação, melhora e restituição.

Fonte: Elaboração própria baseada na Constituição Política de 1991 e normas afins.

Conclusão da tabela 5

Mesmo que se registrem avanços na regulação do espaço público desde 1989 – com a Lei 9 de Reforma Urbana, que definiu o espaço público pelo uso, e não pela titularidade, significando que um bem privado pode ser regulado como público segundo suas implicações para a coletividade; com a CPC/199,1 que o elevou à categoria de direito coletivo associado ao bem comum e promulgou leis para sua proteção; e com a Lei de Desenvolvimento Territorial (POT) 388/1997, que estabeleceu como princípio a função social e ecológica da propriedade, a prevalência do interesse geral sobre o particular, a distribuição equitativa de cargas e benefícios e o urbanismo como função pública –, é só a partir da década de 2000 que se apresenta uma importante mudança na implementação da política em espaço público em Medellín. Este passou de, ser considerado como, obra física e espaço residual a eixo estruturante do sistema urbano, ao redor do qual se tece a cidade competitiva, o equilíbrio ambiental, a construção de cidadania e a integração urbana e produtiva da cidade informal.

Como se observa, o POT engendra uma contradição interna no seu discurso ao pretender garantir direitos sociais à população vulnerável, nesse caso com o espaço público, e, simultaneamente, por esse mesmo viés, atingir um melhor nível de competitividade urbana. Essa contradição se transfere, como mais adiante se afirma, ao US e ao PUI-nor.

Como se ilustrou na figura e tabela anteriores, tanto em nível federal como local, a normatividade orienta a disposição, a construção, o melhoramento, o acesso, o aumento, a apropriação, o cuidado e a proteção dos espaços e equipamentos públicos pelo alto impacto no bem-estar da população. Em Medellín, desde o ano de 1999, o POT orientou o espaço público como eixo estruturante para a consolidação de centralidades de bairro, zonas e de cidade integradoras de outros componentes.

Com o manual de espaço público de Medellín, primeiro ente territorial da Colômbia a adotá-lo, pretendeu-se construir uma nova visão de intervenção urbana, baseada em princípios de excelência nos projetos. Contudo, é no marco do PDMM (2004-2007) que esse alinhamento se prioriza e se implementa mediante o PUI, que serviu de referente para a atualização do POT em 2006 e em 2014, e do documento CONPES 3604/2009.

De fato, o PUI foi a primeira intervenção urbana que concretizou as orientações em espaço público para bairros populares, promulgadas pelo marco legislativo. O principal alinhamento encontra-se na Política Federal de Melhoramento Integral de Bairros - PFMIB (cidades vivíveis de 2005, atualizada em 2008), que incorpora o espaço e os equipamentos públicos enquanto bens e serviços coletivos associados a impactos positivos na vida da população. Essa política também o considera como possibilidade para incorporar os assentamentos à estrutura física, social e funcional da cidade, sendo sua pretensão a consolidação de cidades compactas e sustentáveis segundo princípios de segurança, convívio e de apropriação cidadã.

A incorporação desses alinhamentos é visível nos relatórios de gestão das prefeituras da época (AdeM, 2008; 2011a) como fato cumprido que destaca a intervenção no espaço público enquanto possibilidade para realizar a equidade, a democracia e a inclusão.

As metas quantitativas e valorizações qualitativas declaradas sobre o espaço público na política urbana não são fortuitas, partem do interesse político nacional e, mais ainda, local, por colocar este como elemento principal do sistema estruturante. Daí sua incorporação como item característico do POT, dos Planos de Desenvolvimento (a partir de 2004) e, conseqüentemente, do US e do PUI.

2.1.3 “Modelo Medellín”

Até o momento se tem argumentado que a essência do “Modelo Medellín” decorre do US e que esse enfoque constitui-se na convergência de influências de fora e dentro, mas, de maneira concreta, que finalidade(s) defende? Quais são as novas ordens da política local sob a influência do US com reflexo no Projeto Urbano Integral da zona nordeste?

As finalidades do Urbanismo Social: resultado de referências díspares?

Encontra-se na literatura uma finalidade social associada com uma perspectiva democratizante que tem por objetivo a renovação do espaço público e o melhoramento integral de bairros para enfrentar o cotidiano restritivo dos bairros populares¹⁰. São referentes nessa perspectiva: a) a paz fundamentada na segurança, educação, governabilidade e pacificação dos territórios; b) a arquitetura posta ao serviço das pessoas, mediante um

¹⁰ Algumas referências que abordam a finalidade social são: AdeM (2004; 2007; 2011b); Echeverri e Orsini (2010, p. 16-21); Martin, (2012, p. 471-490); EAFIT; AFD; EDU e AdeM, (2012-2015, p. 38-40).

esquema participativo de intervenção integral; c) a inclusão socioespacial, mediante o acesso a uma vida digna, a articulação com a cidade formal, a livre mobilidade urbana; d) e a apropriação do espaço público, mediante o convívio pacífico, o encontro cidadão e o reconhecimento da diferença.

Essa finalidade democratizante, abordada no PUI-nor pelo viés do espaço público¹¹, da mobilidade urbana e do melhoramento integral de bairros¹², tem origem na demanda dos bairros populares, advertida anteriormente no primeiro Título e que foi brevemente sintetizada, tendo como base o ano de 2004, quando o diagnóstico era dramático: as condições de vida mais precárias, os menores índices de desenvolvimento humano e de espaço público concentravam-se na zona nordeste.

É de ciência que essa realidade tem estimulado, em diferentes momentos, a construção de cidade a “várias mãos”. No critério de Urán (2012, p. 36), o US é resultado desse processo coletivo, iniciado em Medellín em 1990, entre setores acadêmicos, sociais, privados, governamentais e ONGs, para enfrentar a grave crise da cidade gerada pela violência e a ingovernabilidade. O autor afirma que a partir desse trabalho conjunto gerou-se o movimento de coalisão política (Compromisso Cidadão), que levou à execução muitas das propostas construídas coletivamente. Dessa maneira, o discurso publicado amplamente na literatura, como de origem institucional, não deriva da imaginação e iniciativa do governo municipal, senão da luta por uma construção coletiva orientadora da política urbana local.

Nesse mesmo nível encontram-se outras contribuições, como as de González e Carrizosa (2011, p. 124), para quem o US é uma proposta pioneira de nível local para o melhoramento das condições dos bairros informais, e as de Martin (2012, p. 471), que afirma como esse enfoque urbanístico não se inscreve de maneira dogmática em nenhuma escola ou teoria, sendo predominantemente orientado pelas particularidades e exigências da realidade local.

Essa finalidade social é colocada em terreno movediço pela notável perspectiva econômica do US. Essa perspectiva é produto das exigências do mercado global, traduzidas em metas associadas à competitividade, à nova imagem de cidade, ao investimento

¹¹ É necessário lembrar que a zona nordeste caracterizava-se por ter o índice de espaço público mais baixo da cidade: 0,65 m²/habitante, enquanto a média urbana encontrava-se em 4,01 m²/habitante. A meta do Plano Especial de Espaço Público de Medellín - PEEPM projetada para 2020 era alcançar os 6 m²/hab. na cidade (DNP, 2008).

¹² O PUI-nor é um projeto estratégico da Política de Melhoramento Integral de Bairros - PMIB de Medellín (DAP, 2007, p. 62) que considera a consolidação dos componentes de espaço público e privado: espaços e equipamentos públicos, mobilidade urbana, infraestrutura, consolidação habitacional, realocação, construção e melhoramento de moradia, melhoras ambientais e mitigação de risco geológico.

estrangeiro e à atração turística. É possível notar como essas exigências trazidas à política urbana em Medellín sugerem, para alguns autores locais, o afastamento da finalidade social, chegando inclusive ao seu não reconhecimento.

Por exemplo, Velásquez (2011a, p. 72-78) refere-se ao US como prática de ordenamento estratégico da cidade que obedece às lógicas de internacionalização impostas pelo neoliberalismo, alheias à vontade da população; Quinchía (2013) argumenta sua realização em razão de uma cidade governável, controlada e normalizada, produtiva e competitiva; Brand (2013, p. 1) entende-o como a adaptação do modelo Barcelona às condições locais; e, para Montoya (2014), o US vale-se dos direitos enquanto ideologia para reproduzir o modelo de cidade funcional, reinventando a repressão e mudando as representações cidadãs sobre a ausência do Estado.

Ao explorar a literatura latino-americana sobre a política urbana¹³, tal e como foi apresentado na Introdução desta tese, encontram-se vários estudos que validam a perspectiva econômica sobre a social. Esse padrão é reproduzido por políticas implementadas em cidades diferentes e em campos extremamente diversificados. Delgadillo (2014) aponta que em cidades como Buenos Aires, Cidade do México e Quito, ações de política similares, ainda pautadas por governos de diferentes orientações ideológicas apresentam modelos semelhantes que parecem constituir um “cardápio de receitas experimentadas” em distintos contextos urbanos, que tentam responder às lógicas de homogeneização de processos promovidos pela política urbana neoliberal, buscando enfrentar com êxito problemas urbanos, melhorar as condições de vida dos cidadãos (entendidos como clientes), gerar competitividade econômica e construir uma boa imagem da cidade que incentive seu atrativo.

A transferência da lógica neoliberal ao âmbito da política urbana local acontece como produto de uma combinação inédita de fatores socioeconômicos que significaram um salto qualitativo na gestão pública, no planejamento urbano e, conseqüentemente, no desenvolvimento das cidades. Os desafios gerados pelas reformas econômicas globais, pelo Estado mínimo, pela competitividade, pelas demandas dos habitantes, das empresas e do turismo fizeram com que se incorporassem novos processos e ferramentas à intervenção

¹³ Em Barcelona: Borja (2005); Medellín: Revista Ábaco (2005); Anguiano (2005); Fajardo (2005); Curitiba, Singapura, Barcelona: Sánchez (2001); Sánchez e Moura (2005); São Paulo: Ribeiro (2007); Buenos Aires, cidade de México, São Paulo e Santiago: De Mattos (2010); Belo Horizonte: Meneses e Monteiro (2010); Recife e Porto: Leite (2009; 2010); Bogotá: Duque (2011); Buenos Aires, cidade de México e Quito: Delgadillo (2014).

urbana que, na maioria das vezes, operam numa perspectiva econômica, destacando o “valor de troca da cidade”¹⁴, isto é, sua mercantilização.

Os discursos modernizantes sobre modelos de cidade fazem apologia às “boas práticas” e ao marketing urbano como respostas inovadoras frente aos problemas urbanos, sendo o ingrediente principal a participação social¹⁵. Estruturam-se conceitos e metodologias que desenvolvem a participação com referência à tomada de decisões mediante o uso de valores territoriais, empoderamento, formação cidadã, criação de capacidades e de associação. O estabelecimento de mecanismos que assegurem a difusão e a durabilidade do modelo de cidade tornam-se muito importantes nessa perspectiva.

Um interessante debate cerne o relacionamento entre as finalidades social e econômica do US, consideradas díspares e denominadas por Brand (2010) como “lógicas pouco compatíveis”. A finalidade mais publicada, predominantemente por fontes oficiais, é aquela que a coloca como resposta institucional ao enfrentamento da problemática dos bairros populares, isto é, à precariedade, violência, pobreza e desigualdade. A outra, menos difundida e de origem acadêmica, adverte sua inclinação ao ordenamento da cidade segundo exigências do mercado global, de controle e de pacificação dos territórios em conflito, inclinada à mercantilização da cidade.

Na realidade, em Medellín há pouquíssimos estudos sobre o US, e os existentes o apresentam como resultado da influência externa ou das condições internas, com predomínio da orientação social ou da econômica. A meu ver, essas visões unívocas enfraquecem a compreensão dialética do US como política pública resultante de uma construção sociopolítica, constituída por influências que vão e vêm de fora para dentro e de dentro para fora. Nessa compreensão que, por agora advém só do plano discursivo, é dada a tarefa de evidenciar como a gestão e o planejamento urbano projetam alcançar a finalidade social e econômica do US.

A gestão e planejamento no âmbito do marketing urbano

Para alcançar essas finalidades, implementaram-se projetos estratégicos que impactaram diretamente nos assentamentos precários de Medellín. Destaca-se o Projeto

¹⁴ Esse conceito, trabalhado por Lefebvre (1969; 2008), significa que a cidade é reproduzida como produto que pode ser vendido, comprado e consumido, trata-se da cidade ao serviço dos interesses da acumulação.

¹⁵ Os estudos de Sánchez (2001) e Sánchez e Moura (2005), no campo crítico das cidades modelos, revelam que por trás da construção de um projeto de cidade respaldado por um aparente consenso, encobrem-se práticas autoritárias e tecnocráticas nas definições das políticas, com escassas possibilidades de influência da sociedade civil. Nesse caso, é clara a adesão da participação com conteúdo consultivo e legitimador das políticas oficiais.

Urbano Integral da zona nordeste enquanto experiência piloto e modelo de intervenção, que construiu espaços públicos para o convívio cidadão, o uso responsável de habitantes e turistas; e obras para a mobilidade urbana, moradia, assim como projetos educativos. Também orientou os Parques Biblioteca, entendidos como motor de desenvolvimento dos territórios pobres, como polo de crescimento, de participação e de melhora de condições de vida que fortalecem as centralidades dos bairros ¹⁶.

Esse planejamento foi estrategicamente difundido como modelo para a transformação da cidade, mediante o uso do marketing urbano. A transferência de conhecimentos derivados de consultores internacionais e a difusão do “Modelo Medellín” por parte de agências multilaterais desempenham, no dizer de Sánchez (2001, p. 32), um importante papel na legitimação político-ideológica da ideia de cidade transformada em mercadoria, da mesma forma que aconteceu com outros modelos de gestão urbana como os já mencionados.

É importante lembrar rapidamente como nos anos de 2004 e 2008 foram desenvolvidos, respectivamente, o primeiro e o segundo Foro de *citymarketing* para “vender a Medellín”, que contou com a participação de especialistas nacionais e internacionais, empresários da indústria, do turismo e de serviços, professores e estudantes de universidades, técnicos e gestores sociais e culturais (REVISTA ÁBACO, 2005, p. 4).

No primeiro evento, desenvolveram-se três ideias: metodologia *citymarketing*, plano de mercado de Medellín e criação de uma rede de amigos. Os especialistas recomendaram que a cidade deveria promover eventos internacionais que refletissem positivamente na sua reputação, assim como continuar fortalecendo alianças estratégicas com cidades consideradas modelos de nível mundial como Barcelona. Os especialistas insistiram em que o horizonte de Medellín poderia ter como objetivo: ser a cidade de melhor qualidade de vida na América Latina, como se considera Barcelona na Europa¹⁷. Entre os eventos recomendados e efetivamente realizados, registra-se a inauguração do *Parque Biblioteca España*, de *Santo Domingo Savio* em 2007 pelos reis da Espanha¹⁸.

¹⁶ Construíram-se no total cinco Parques Biblioteca em Medellín (*San Javier, Espanha, León de Greiff, Tomas Carrasquilla, Belén*) como projetos estratégicos localizados principalmente nas áreas mais pobres, desenhados para a transformação urbana desde o componente educativo, cultural e social. Seu funcionamento depende das secretarias de Educação, Cultura, INDER, EPM e *Cajas de Compensación Familiar*. Para a oficialidade, os Parques Biblioteca são considerados exemplo de boa prática.

¹⁷ Em 2008, os especialistas deram essa recomendação e, em 2014, Medellín foi catalogada como uma das melhores cidades latino-americanas para se viver. Disponível em: <http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/M/medellin_la_mejor_ciudad_latinoamerica_para_vivir/m-edellin_la_mejor_ciudad_latinoamerica_para_vivir.asp>. Acesso em: 21 de ago. de 2014.

¹⁸ NULLVALUE. *Expertos miran la ciudad*, publicado em dez./2004. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1518898>>. Acesso em: 23 out. de 2013. MUÑIZ N.;

Como resultado do primeiro Foro, publicou-se em 2005 a Revista *Ábaco* com um dossiê sobre “Marketing de cidades e territórios”, que continha desenvolvimentos teóricos e uma abordagem prática sobre o caso Medellín. Um dos artigos, denominado “Medellín, una nueva cara”, de autoria do prefeito da época, Sergio Fajardo (2005, p. 109-114), difundia as novas possibilidades que se abririam com a implementação do “Modelo Medellín”.

Uma ação decisiva para atingir a finalidade do marketing urbano foi potencializar a Agência de Cooperação e Investimento de Medellín - ACI, criada pela prefeitura em 2002, a qual teria como uma de suas funções o fortalecimento das relações com a comunidade internacional para a captação de recursos provenientes da cooperação internacional. Na difusão e durabilidade do “Modelo Medellín”, têm grande comprometimento as agências de cooperação e instituições multilaterais como “centros de pensamento, difusão e financiamento de políticas públicas” (SÁNCHEZ, 2001, p. 31), como será visto no Título 3, com impacto em inúmeras premiações, relatórios internacionais, artigos de revistas, filmes etc.

Observa-se como a transformação da Medellín popular derivou de uma visão ambiciosa do futuro que seguiu as premissas do marketing urbano para enfrentar as exigências do contexto econômico global, romper as diferenças e o isolamento entre a cidade formal desenvolvida e a segregada, marginal e pobre e, com isso, as dificuldades históricas. Tratava-se de gerar uma nova imagem, de aproveitar e dirigir fluxos de investimento estrangeiro.

Sem ainda ter avançado na experimentação do US no processo participativo do PUI-nor nem ter revelado as transformações em andamento nos bairros populares, pode-se dizer que a política urbana de Medellín gera um desenlace contraditório, no qual se obscurece a finalidade social submetida à lógica do mercado. Desse modo, o emblemático discurso do US exemplificaria o que Delgadillo (2012, p. 97) denomina como “urbanismo ao cardápio”, que nesse caso é orientado por projetos urbanos com ênfase no espaço público e na moradia com efetivas estratégias de marketing urbano.

Nessa nova ordem da política local recriava-se a gestão e o planejamento que comandaram o PUI-nor. No início, o projeto não foi pensado como intervenção integral, mas, durante seu desenvolvimento, o DAP (2007, p. 62) posicionou-o como “projeto estratégico de intervenção integral do Plano de Melhoramento Integral de Bairros”. Posteriormente, sob a denominação PUI-nor, foram incorporadas tanto pequenas obras como grandes projetos estratégicos de cidade. Um mesmo discurso político amalgamava todas essas intervenções,

posicionando-se como política pública de cidade (informação verbal)¹⁹.

A intervenção foi guiada por um **modelo de gestão** inovador, formulado por fora do funcionamento tradicional do Estado, que rompia com a intervenção pontual – e sempre em resposta a acontecimentos de ordem ambiental ou social –, a gestão setorial e fragmentada entre as secretarias e entidades descentralizadas, a alternância do poder local tradicional e a pouca efetivação da participação no planejamento urbano. Os princípios que a orientavam eram a credibilidade no político e no público, democracia e participação cidadã, investimento adequado e transparência das finanças, gestão de projetos de forma simultânea num mesmo território, articulação de ações interinstitucionais, integralidade das ações e interdisciplinaridade das equipes técnicas.

Nesse novo quadro, prioriza-se o investimento do governo federal, estadual e, predominantemente, local, para a implementação de PUIs nas zonas mais pobres e violentas, com a construção de obras com a melhor qualidade e excelência estética como motor de mudança social e cultural.

A gestão institucional foi encomendada à Empresa de Desenvolvimento Urbano - EDU, encarregada de planejar, administrar recursos e informação, executar obras e contratações, além de coordenar ações e articular o investimento das diferentes secretarias, orientando dita gestão aos projetos estratégicos.

A intervenção foi planejada mediante ações físico-urbanísticas e socioeconômicas registradas como se mostra na tabela 6.

Tabela 6 – Componentes e finalidades do PUI-nor.

Componente	Finalidade
Espaço público e mobilidade urbana	Estratégia para a articulação territorial Resgate, adequação, construção de novos lugares denominados: pontos de encontro (caminhos, parques). Melhora do sistema de mobilidade veicular e de pedestre como estratégia para a acessibilidade e conexão entre bairros (novas rotas de ônibus, construção de ruas, calçadas).
Consolidação habitacional: moradia e entorno	Realocação no lugar de origem, construção, melhoria, legalização, eliminação do risco por inundação, proteção ambiental. Segurança e convívio: institucionalidade permanente na zona, espaços públicos como principal estratégia para diminuir as práticas de violência.
Socioeconômico	Participação cidadã durante todo o processo: formatos institucionais para reconhecer, discutir, negociar e planejar a ação urbanística.

¹⁹ LOPERA, Juan Diego; RIVERA, María Victoria; DÍAZ, Edgar: depoimento [durante os anos 2014 e 2016]. Entrevistadores: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2014-2016. Áudio. Entrevistas concedidas aos projetos *Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários. São Paulo/Brasil - Medellín/Colômbia, e Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”?* Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.

Emprego: construção de equipamento para a formação e capacitação para o emprego, vinculação de mão de obra dos moradores da zona de intervenção na construção das obras.

Fonte: Elaboração própria com base em relatórios da prefeitura (CÁRDENAS, 2006; EDU, 2007).

Conclusão da tabela 6

Amparado nessas finalidades, o PUI orientou construir e melhorar unidades habitacionais assim como espaços e equipamentos públicos em todos os bairros populares destinados à prática de lazer, cultura e esporte (praças, parques, bibliotecas), a oferta de serviços públicos de educação e saúde (colégio de qualidade, creches e centro de saúde), a geração de emprego pelo viés da dinamização do comércio local (Centro de Desenvolvimento Zonal - Cedezo), a construção de vias e a disponibilidade de um sistema de transporte massivo para a mobilidade urbana (linhas de ônibus alimentadoras do Metrô e do *Metroplus*). Desse modo, esperava-se que a destinação de recursos financeiros e capacidades institucionais rompessem com o ciclo de apropriação privada do público, implantado historicamente por múltiplos agentes, entre outros, os do conflito armado.

A intervenção se localizou no eixo do *Metrocable* ou em lugares próximos, como principal estratégia da oficialidade para a configuração de centralidades urbanas – entendidas como pontos de encontro onde convergem equipamentos, espaços públicos e/ou serviços de cobertura para o bairro, a zona e a cidade –, das quais derivam dinâmicas sociais, econômicas e políticas “atraentes de atividade” (DAP, 2006, p. 222).

Os espaços e equipamentos mais representativos em *Santo Domingo Savio*, *Popular* e *Andalucía*, seus custos e temporalidades, estão registrados na figura 20.

Santo Domingo Savio envolve o maior investimento da região, representado no *Parque Biblioteca España* e no colégio de qualidade *Antonio Derka*. O financiamento para a execução das obras foi em sua maioria de origem local, proveniente das secretarias da prefeitura e das Empresas Públicas de Medellín²⁰. Outras fontes complementares para sua execução e seu funcionamento derivam do estabelecimento de convênios interadministrativos com governo federal, Área Metropolitana, Empresa Metrô, *Cajas de Compensación Familiar*, universidades, setor privado e, em menor medida, de cooperação internacional e doações externas²¹.

²⁰ Entidade que empresta os serviços domiciliares de eletricidade, água, gás, esgoto e coleta de lixo. De sua arrecadação líquida, conduz 30% no investimento da prefeitura para a implementação da política pública.

²¹ Sabe-se, por exemplo, que para a construção desse Parque receberam-se doações de empresas privadas locais e cofinanciamentos internacionais (Movistar, ISAGEN, Agência Telefónica Espanha, Agência de Cooperação Espanhola para o Desenvolvimento - AECI).

Figura 20 – Custos das obras construídas pelo PUI-nor²².

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do DNP (2008); Con-vivamos, Alcaldía de Medellín (2007; 2009); Parques Biblioteca Medellín “*Ficha de Presentación*”. Disponível em: <<http://docplayer.es/8938053-Parques-biblioteca-ficha-presentacion.html>>. Acesso em: 23 set. de 2016.

Essas obras foram construídas e inauguradas entre 2004 e 2007 como mostra o gráfico 8. Vale observar que a *Casa de Justicia de Santo Domingo Savio* e a consolidação habitacional da *Herrera* no bairro *A Francia*, não visíveis no gráfico, construíram-se na prefeitura posterior, entre 2008 e 2011.

Uma vez trazidos o arcabouço e arranjo institucional do US, é proposto dar um salto do discurso a sua experimentação no processo participativo do PUI-nor.

²² Valores quantificados em milhões de pesos colombianos.

Gráfico 6 – Obras construídas e inauguradas nos bairros da zona nordeste pelo PUI.

Fonte: Elaboração própria baseada em dados do DNP (2008); Con-vivamos, Alcaldía de Medellín (2009); Alcaldía de Medellín (2007); “Ficha de Presentación do Parques Biblioteca de Medellín”²³.

²³ Disponível em: <<http://docplayer.es/8938053-Parques-biblioteca-ficha-presentacion.html>>. Acesso em: 23 set. de 2016.

2.2 A concretização do Urbanismo Social no PUI-nor

Até o momento, foi organizado e dado um sentido aos referentes externos e internos que constituem o US com a ideia de argumentar sua relação dialética. De agora em diante, será dado mais um passo ao colocar as suas finalidades na cena participativa do PUI-nor. Neste tópico, é questionado como se materializam as pretensões do US no processo participativo e qual é o sentido que adquire a participação no âmbito do planejamento urbano? Para refletir sobre essas questões, resgatam-se, inicialmente, as condições institucionais em que se desenvolveram os alinhamentos metodológicos que ativaram o processo participativo²⁴, para pontuar, em seguida, a gama de agentes envolvidos.

2.2.1 A arquitetura da participação: metodologia de intervenção social

Com respeito às condições que possibilitaram a vinculação da participação popular no PUI-nor, esta não foi unicamente possível – como se percebe em muitas das atas e na pouca literatura a respeito – devido à vontade política. Foi possível por ser um direito grafado na norma que, paradoxalmente, tem sido efetivado historicamente mediante luta social, implicando a existência de moradores ativos, vigilantes do seu território e com o desejo de ser e tomar parte na mudança do seu destino. O poder público, ciente desse histórico de luta, precisava negociar sua entrada na região, atingir a legitimação social da intervenção e consultar as necessidades comunitárias, envolvendo a população.

Nesse sentido, afirma-se que no processo converge a vontade política e social. Daí que a metodologia de intervenção, construída durante o processo, seja uma das experiências mais significativas em termos da corresponsabilidade, isto é, do trabalho articulado entre diversas mãos e da luta social para defesa de direitos, a principal evidência de disputa.

Com a metodologia de intervenção social (Figura 21) buscava-se vincular a diversos agentes, em todas as fases do processo, mediante a promoção de espaços para que se encontrassem, dialogassem, escutassem uns aos outros, negociassem, discutissem, decidissem e se reconhecessem em suas diferenças. Foram estipulados como momentos da participação o diagnóstico, a formulação, a gestão, o desenho, a execução e a animação. Estranhamente, ainda não se visibilizam na estrutura metodológica o seguimento durante a obra, a avaliação

²⁴ Se bem existem inúmeras referências para pensar os processos participativos em relação às dinâmicas de desenvolvimento da sociedade, reconheço na interlocução com Múnera (2008) e Múnera; Sánchez (2008; 2012) a perspectiva que contribui para o propósito desta pesquisa. De seu trabalho são retomados alguns elementos por considerá-los de especial interesse na análise participação em processos de urbanização popular.

do projeto no fim da intervenção, nem o acompanhamento pós-obra; tais etapas foram timidamente consideradas na implementação das estratégias participativas.

Figura 21 - Processo metodológico do PUI-nor emergente durante o processo de intervenção.
Fonte: AdeM (2006).

A metodologia foi construída à medida que avançava o processo. Tanto a denominação da intervenção quanto as várias estratégias participativas emergiram do contato da equipe técnica com os agentes sociais e dos percursos pelos bairros. Para a equipe de funcionários públicos não se tratava simplesmente da validação do projeto nem de escutar a população como tradicionalmente eram orientadas as intervenções. Tratava-se de dar participação real aos envolvidos durante o processo²⁵ para que a intervenção, num curto período de tempo, fosse legítima e *sostenible* socialmente (PÉREZ, 2012, p. 25).

Díaz e Rivera (2008), profissionais da equipe social, sustentam que a participação foi assumida como processo substantivo do Melhoramento Integral de Bairros, mediante processos de formação que pretendiam acordar a consciência urbana e ativar o sentido da corresponsabilidade. Uma premissa clara orientava a *sostenibilidad* da intervenção e de seus efeitos positivos na democracia, isto é, na ampliação do público: a participação da população em todos os momentos. Esse sentido da participação era compartilhado pela EDU (2007) e AdeM (2007), as quais acreditavam nela como estratégia democrática, flexível e contextualizada às características da população.

²⁵ HERNÁNDEZ, César: depoimento [out.03/2014]. Entrevistadores: Equipe de pesquisa Medellín e São Paulo. Medellín: Estado de Antioquia, 2014. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto *Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários*. São Paulo/Brasil - Medellín/Colômbia.

Nos formatos participativos, percebem-se pretensões diferenciadas, o que leva à necessidade de serem apresentados e organizados em três categorias, sendo elas: a) os formatos orientados à informação, consulta, validação de diagnósticos e socialização do projeto, correspondem à primeira categoria; b) os orientados à deliberação sobre assuntos coletivos mediante a discussão, negociação, tomada de decisões e avaliação da ação urbanística, encontram-se na segunda categoria; c) os formatos que possibilitariam a inauguração e entrega de obras, a avaliação e o controle na pós-obra e a apropriação e o cuidado dos espaços construídos, aludem à terceira categoria: os eventos massivos e os Pactos Cidadãos - PCs. Este Título se deterá com profundidade nas duas primeiras categorias, já que a terceira será abordada no Título 3.

Na primeira categoria agrupam-se as *reuniões informativas ou assembleias de bairro*, realizadas inicialmente para dar a conhecer o projeto; e durante o processo, para abordar temas específicos por setores, informar sobre os avanços das obras e a implementação de outros programas; os *percursos pelos bairros* permitiram o reconhecimento das particularidades dos setores, sendo de grande ajuda para complementar e precisar as condições físicas e sociais dos diagnósticos, assim como para esclarecer as ações pontuais a serem realizadas.

À segunda categoria pertencem as *oficinas de imaginários ou cartografia social*, utilizadas como estratégia emergente no processo para consultar aos moradores sobre a imagem, objetivo que contribuiria para o desenho arquitetônico das obras. Os mapas, enquanto ferramenta principal, ajudavam as pessoas a identificar problemas e potencialidades em moradia, espaço público, vias, ambiente etc. Nas oficinas sempre estavam presentes, além dos moradores e da equipe social, arquitetos ou engenheiros que explicavam os critérios de viabilidade política, técnica, jurídica, econômica e social dos projetos. Essa estratégia envolvia um processo de “ida e volta”, no qual, ao se finalizar cada oficina, as contribuições dos participantes eram incluídas no perfil do projeto. Já na reunião seguinte, a equipe técnica apresentava as modificações dos projetos iniciais até chegar ao projeto final, com os desenhos definitivos. Posteriormente, prosseguia-se com o processo de contratação da empreiteira que construiria a obra, a qual devia ser realizada por meio de concurso público.

Vinculam-se, ainda, à segunda categoria, os *Comitês comunitários*. Retomado do *Primed* e vinculado por demanda da população como espaço em que confluíram forças vivas para a consulta, informação, planejamento, discussão, negociação e decisão sobre a orientação operativa da intervenção.

Destaca-se a estratégia do “animador urbano”, promovida e contratada pela EDU para apoiar a gestão social e técnica do PUI-nor. O animador devia ser uma pessoa reconhecida pela comunidade, com conhecimento do território, espírito crítico e propositivo e alfabetizado. Sua função seria servir de ponte entre comunidade e prefeitura, participar das reuniões, conhecer e comunicar os pormenores da intervenção aos moradores e mediar perante o surgimento de possíveis confrontações (informação verbal)²⁶.

O ideal era que com todos esses formatos fosse possível a presença contínua da prefeitura nos bairros, o estabelecimento de canais de comunicação diretos e permanentes, a formação e capacitação em temas específicos e o reconhecimento dos desejos e das necessidades sociais. O resultado mais importante era a qualificação do projeto inicial.

2.2.2 Os agentes envolvidos no processo participativo e seus interesses

Da anterior descrição, fica clara a importância dada à participação popular no processo de intervenção. No entanto, que agentes intervieram, que funções desempenharam e que interesses os guiaram? Estas são questões a serem elucidadas neste item.

A confluência entre representantes de agências de cooperação internacional, institucionalidade pública, ONGs, empresa privada, universidade e habitantes é catalogada como grande avanço, que prolongava o aprendizado do *Primed* em gestão pública (Tabela 7).

Tabela 7 – Agentes envolvidos no processo participativo do PUI-nor, diferenciados por funções.

Agentes (públicos, privados, sociais)	Papel desempenhado
Âmbito internacional Agência de Cooperação Espanhola para o Desenvolvimento, BID, OEA, ONU-Habitat	Doação de computadores para o <i>Parque Biblioteca España</i> , difusão mundial do “Modelo Medellín”
Âmbito federal Departamento Federal de Planejamento	Assessoria técnica e auxílios para construção de moradias
Âmbito regional Área Metropolitana do Valle Aburrá	Assessoria técnica e auxílios para construção de moradias
Entidades descentralizadas no âmbito local Empresa Metro de Medellín	Transferência de conhecimentos: negociação de prédios, promoção comunitária
Empresas Públicas de Medellín-EPM	Disponibilizar recursos para a construção das obras físicas
ISVIMED	Gerenciar a moradia de interesse social
EDU	Gerência, formulação, planejamento, administração de recursos e informação, execução de obras e gestão de contratações, vinculação entre o setor privado, organizações não governamentais e comunitárias

²⁶ GARCÍA, Orlando: depoimento [jul. 07-10/2014]. Entrevistadora: María Ángela Baracaldo, Medellín, 2014. Transcrição. Entrevista concedida ao projeto *Transformación física de la ciudad y urbanismo social. Estudio de los mecanismos de participación ciudadana. Estudio de caso: Proyecto Urbano Integral (PUI) Nororiental, Medellín, 2004-2007.*

Secretarias da prefeitura

Departamento Administrativo de Planejamento
Desenvolvimento Social
Meio Ambiente
INDER
Educação

Saúde

Bem-estar Social

Governo

Cultura Cidadã

Direção de Comunicações

*Personería Municipal*²⁷

Centros de conhecimento

SENA

Universidade de Antioquia

Prover condições administrativas para a operação da intervenção

Participação cidadã e desenvolvimento local

Melhora e resgate das condições ambientais

Educação, lazer e esporte

Cobertura escolar e adequação de plantas físicas

Cobertura do regime subsidiado, estratégias de melhora das

condições de salubridade, infraestrutura, dotação e saúde sexual

Proteção integral a crianças e população vulnerável

Acompanhamento às comunidades, vigilância, controle e

capacitação para o uso do espaço público

Fomento de expressões artísticas e culturais

Desenho de estratégias comunicativas, registro de informação

Atividades de controle ao investimento como garantia de

transparência

Assessoria na construção da ponte de *Guaduas*, na formação de

guias turísticos, e na capacitação para construção de moradia

Produção de material pedagógico sobre o Parque Biblioteca

España (vídeo)

Empresa privada local

Dicente, Argos, Pintuco, Concreto, TIGO, Corona

Doação de materiais de construção para desenvolvimento do projeto “*Medellín de colores e Galeria Urbana: Pintando La Esperanza*”

Organizações não governamentais

“Con-vivamos” (*Comuna 1*), *Nuestra Gente* (*comuna 2*)

Implementação de ações específicas como “*Galeria urbana: Pintando La Esperanza*”

Moradores

Moradores sem vinculação com organizações sociais

Representantes de Juntas Administradora Local,

Juntas de Ação Comunal

Representantes de instituições educativas, da igreja e de organizações sociais (dentre elas, corporações de desmobilizados do conflito armado)

Participar no processo de transformação de seus bairros

Luta pela defesa de direitos

Contribuir para a execução da intervenção com mão de obra

Atores à margem da lei

Extorsão por vigilância das obras; negociação ilegal de materiais de casas demolidas

Controlar o planejamento e execução do PUI-nor

Fonte: Elaboração própria a partir de informação da EDU (2007); AdeM; EDU (2007); DNP (2008); Gutiérrez (2012).

Conclusão tabela 7

As agências internacionais tiveram um papel dinâmico na difusão mundial do “Modelo Medellín”; a institucionalidade pública, encabeçada pela EDU, possibilitou a convergência e articulação de agentes, programas e recursos provenientes de diversas fontes, dirigidos a uma mesma zona (Figura 22); a empresa privada atuou decididamente com a doação de materiais. De parte dos agentes da sociedade civil, vincularam-se ONGs apoiando a implementação de atividades concretas; moradores sem adesão a organizações sociais, assim como representantes de organizações comunitárias, da igreja, do setor educativo, comerciantes, agentes desmobilizados e atores à margem da lei. Os centros de conhecimento também foram agentes ativos com apoio em ações de controle e avaliação, de capacitação e difusão da experiência desde uma perspectiva crítica.

²⁷ Entidade de ordem municipal que atua como órgão público que exerce a proteção, promoção e defesa dos direitos humanos, vigia a conduta oficial, protege o interesse público e contribui para a solução de conflitos.

Observa-se a coalisção entre entidades de cooperação internacional, especialistas consultores, estruturas governamentais e elite empresarial para fazer de Medellín um modelo. Seu interesse programático/institucional respondia à exigência de inclusão competitiva da cidade no mapa econômico global, interesse legitimado e espalhado no mundo pelas agências multilaterais como boa prática.

Figura 22 - Articulação interinstitucional para a execução do Projeto Urbano Integral.
Fonte: Elaboração própria (2016).

Funcionários públicos que executaram a intervenção, moradores, organizações de base social, ONGs com rádio de ação nos bairros, representantes do setor educativo e religioso encontraram-se para planejar a transformação dos bairros. Nesse encontro, convergiram interesses que, no caso dos representantes da estrutura governamental, buscavam a mudança da imagem da cidade, o fortalecimento da competitividade urbana e a garantia de direitos; já da parte da população envolvida (não armada), ser reconhecida e tratada como sujeitos de direito; quanto aos agentes ilegais, a salvaguarda de interesses econômicos.

Na trajetória de “refazer a cidade popular”, perfila-se um jogo de interesses muito rico que conduz a ação política do processo e que, como será aprofundado a seguir, é em sua divergência que se desenlaça a disputa, dando sentido à construção de cidade popular a

“várias mãos”. Destrinchá-la permite revelar a riqueza das tensões e dos conflitos e a abertura de possibilidades.

2.3 O alcance da participação popular no processo de intervenção

Tem-se que o US é um grande avanço como enfoque da política pública local. Contudo, o conceito que o constitui não emergiu só do arcabouço político-institucional e das experiências modelos antes descritas, como pode ser visto exemplificado nesta parte, o US também foi resultado de escutar as necessidades sociais e projetá-las em imaginários.

De modo sintético, trazemos seu significado nas palavras do diretor do desenho arquitetônico do PUI-nor, que, a partir do processo vivido, define-o como riqueza social dada pela possibilidade de reconhecer as potencialidades dos bairros e de se ter espaços para conversar, debater e decidir sobre um tema em comum. Refazer a cidade popular entre habitantes e técnicos não foi um processo fácil, as evidências demonstram que a participação foi emergindo entre acertos e desacertos e que, “através da participação, também se aprende”.

Portanto, o argumento a ser sustentado é que durante o processo a participação legitimou o projeto e o discurso do US sobre a cidade modelo, mas também emergiu como estratégia de luta e resistência social em disputa, ressignificando-o.

Na efetivação da metodologia de intervenção social, o jogo de forças estabelecido entre os agentes participantes revela consensos, negociações e conflitos que ampliam o debate político da participação no âmbito do planejamento urbano. Das práticas encontradas, ressaltam-se a construção conjunta de acordos e negociações como indicador de corresponsabilidade, a fragmentação socioespacial que desafia a articulação e integração pretendidas pela institucionalidade, assim como o estabelecimento de relacionamentos contestatários, que atuam por fora da margem da corresponsabilidade esperada.

Com o desenvolvimento dessa premissa, pretende-se desvendar a outra face da participação oculta no PUI-nor. O ponto de partida é que o projeto urbano é frequentemente apresentado pela literatura e pela mídia local, nacional e internacional como inovação local de caráter político e intervenção pública baseada na boa intenção do poder público para melhorar as condições de vida das comunidades pobres. Destaca-se como referente central o

relacionamento direto, horizontal, aberto e permanente, possibilitado pela participação como estratégia democrática para a transformação territorial e a regeneração do tecido social²⁸.

Nessa perspectiva do PUI como exemplo virtuoso, percebem-se vazios. Não se situa a experiência participativa desde a narrativa crítica dos moradores nem se evidenciam as mudanças produzidas durante o processo motivadas pelo encontro de interesses divergentes; também não se referem às tensões derivadas da confluência desses interesses e, menos ainda, apresentam-se as possibilidades abertas para a garantia de direitos da cidade popular como ganho derivado da luta social.

Observa-se um tratamento da participação no âmbito da política urbana que a esvazia de seu significado político, ao ocultar o conflito e a contradição como referentes centrais da luta democrática, incorrendo na sua despolitização²⁹. Quando aparece a divergência, isto é, o conflito entre interesses, o sujeito participante é invisibilizado, deslocado do debate e da decisão sobre a produção de seu espaço. Esse deslocamento esvazia o reconhecimento e a garantia dos direitos prometidos pelo US, fazendo prevalecer alguns interesses sobre outros.

Na sequência, serão retomados os avanços já reconhecidos do PUI-nor, mas prolongados com a narrativa de outras vozes que esclarecem a influência da participação popular na transformação urbana. Essa narrativa emerge, predominantemente, de fontes orais dos moradores e participantes no processo de intervenção, obtida durante o processo de pesquisa.

2.3.1 O controle territorial por agentes armados. A institucionalidade nos bairros populares: como entrar e ficar?

A entrada “tranquila” da EDU nos bairros esteve mediada por vários fatores que a facilitaram. Em primeiro lugar, alguns dos funcionários conheciam as dinâmicas territoriais e as lideranças com quem se promoveria o processo participativo. Em segundo, a presença da empresa Metro na zona abriu ao PUI-nor a possibilidade de contatar outros agentes sociais, realizar ações conjuntas e, por fim, executar ações em tempo recorde, como: a) a construção do Parque *A Candelaria*, em *Santo Domingo Savio* – uma das tantas obras inconclusas da

²⁸ Para maior ampliação ver: AdeM (2006b, p. 55); AdeM (2004-2007; 2008-2011); Díaz e Rivera (2008); DNP (2008, p. 4); Hernández (2006, p. 5); Fernandes; Arruda e Galiza (2009); Orsini e Echeverri (2010, p. 130-152); Martin (2012, p. 475-479). Baracaldo (2014). A publicação desses avanços pela mídia internacional será retomada em profundidade no Título 3.

²⁹ O sentido instrumental da participação que deriva em despolitização, entendida como a perda do seu significado político e coletivo, é retomado por Dagnino (2004b); Torres (2011); Velásquez (2011b); Blanco; Fleury; Subirats (2012).

prefeitura anterior; b) a realização do primeiro evento massivo em *Andalucía*, que reuniu a população de todos os bairros da zona nordeste com interesse em participar do processo; c) a pintura de fachadas de moradias de diferentes setores próximas ao *Metrocable* em associação com a empresa local.

Essas ações, de imediata execução, contribuíram para que o PUI-nor ganhasse credibilidade e, progressivamente, transcendesse o imaginário popular que associava a ação governamental com práticas clientelistas, com promessas que nunca se cumpriam ou com intervenções inesperadas³⁰.

O ambiente de pacificação, promovido no ano 2003 com o processo de desmobilização de grupos paramilitares e reforçado pela intervenção do *Metrocable*, começava a ter seus frutos, um dos quais era a “tranquilidade dos bairros”. Depoimentos de moradores assim o confirmam: “*Santo Domingo Savio* começou a viver bem depois da construção do *Metrocable*, aí foi quando se fizeram coisas que nunca antes tinham sido feitas: arrumaram-se vias, construíra-se um posto de polícia e uma base militar”; “aí começou a mudança: nunca mais houve ameaças, roubos, nem mortes”³¹.

Um dos técnicos sociais do PUI-nor narra “como a primeira vez que chegou em *Santo Domingo Savio* para fazer contatos com as lideranças ficou surpreso porque era à noite e havia muitas pessoas na rua sentadas nas calçadas, montando bicicleta, conversando. Imediatamente pensou que algo havia mudado, o bairro tinha uma dinâmica muito distinta. Antes da construção do *Metrocable*, quando trabalhava com o PRLU, sempre tinha que sair ao meio-dia porque começavam os enfrentamentos entre os bandos” (informação verbal)³².

Ainda que essa sensação de mudança encontre apoio na realidade da pacificação, a verdade é que a entrada e a garantia de permanência da institucionalidade nos bairros esteve também mediada pela “autorização” dos agentes ilegais. Em 2004, momento da entrada dos funcionários nos bairros, a zona ainda continuava sob seu controle. Desse modo, foi necessário o estabelecimento de estratégias comunicativas que permitiram o reconhecimento e contato com esses agentes, a escuta, o diálogo e a validação do projeto. A incidência dos agentes ilegais nos espaços participativos e na implementação da obra foi direta, mesmo que

³⁰ IDÁRRAGA, Eliana: depoimento [ago. 18/2010]. Entrevistador: Alberto León Gutiérrez Tamayo. Medellín, 2010. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto *Formación ciudadana en perspectiva del potencial pedagógico de los estudios del territorio. Ciudadano territorial: fundamento de la democracia*.

³¹ TAL, Fulana de. Entrevista I. [mar. 19/2016]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no anexo I desta tese.

³² DÍAZ, Edgar: depoimento [mar. 13 e abr. de 2016]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto *Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea*.

pouco reconhecida por funcionários, mas informada pelos moradores. As atas também demonstram a incidência dos *muchachos*³³ no cotidiano da intervenção com extorsões e ameaças.

Ainda que a cobrança às empreiteiras pela vigilância tenha sido uma realidade, em várias das atas se insiste em que o PUI-nor não aceita o pagamento de extorsão ou pressões, pois tudo deve ser resolvido mediante relações de confiança e respeito (EDU, Ata Granizal, fev. 28/2007a, p. 3). Para alguns participantes de *Andalucía* e de *A Francia*, uma das situações mais difíceis foi ter que lidar com a cobrança dos *muchachos* à empreiteira e aos funcionários da prefeitura. Eles trazem a sua memória a experiência conflitiva do *Metrocable* que foi transferida à construção da *Calle 107*, no PUI-nor, obra preestabelecida pela prefeitura. Os relatos revelam a incidência dos agentes armados no usufruto de benefícios econômicos e a falta de controle dos organismos de segurança do Estado.

*Com a construção do Metrocable e da Calle 107, tivemos muitos mortos porque os agentes armados tomaram como negócio a venda dos materiais da demolição das moradias; eles vendiam as portas, janelas, banheiros. O curioso é que as pessoas venderam suas casas ao governo para poder construir as obras; portanto era a entidade pública a encarregada do processo de demolição e transporte de materiais. O mesmo governo permitiu que os muchachos negociassem os materiais das moradias, e não fez nada (informação verbal)*³⁴.

2.3.2 Entre os limites do progresso e a fragmentação socioespacial

A delimitação da intervenção, restrita ao eixo do *Metrocable* e das áreas próximas, (Figura 17) impossibilitou que a institucionalidade chegasse até zonas mais precárias e, consequentemente, com maiores necessidades. Essa delimitação, somada a erros técnicos que durante o processo diminuíram o número de famílias inicialmente cadastradas como beneficiárias (no caso da consolidação habitacional *A Herrera* tal como se ilustra na figura 18), engendrou nos moradores a sensação de “ficar por fora do limite da intervenção”, isto é, dos benefícios do progresso.

³³ Expressão mais referida na fala dos habitantes dos bairros populares para se referirem aos agentes que pertencem aos grupos criminais.

³⁴ TAL, Fulana de. Entrevista I. [jun. 18/2016]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2010. Áudio e transcrição. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no anexo I desta tese.

Foram encontradas histórias³⁵ que giram em torno dessa exclusão, ao se referirem à intervenção como algo que esteve de costas para o entorno, focalizando-se apenas nas centralidades urbanas: “por que os moradores de lá têm novas possibilidades e estes daqui não as têm?” – era uma pergunta frequente durante o processo. “Para nós, era inconcebível que o desenvolvimento chegasse só até um ponto concreto de nossos bairros, enquanto a uns poucos metros, as pessoas continuavam na miséria de sempre, que aumentava dia após dia”.

Embora se reconhece a garantia do direito ao espaço público, esta se realizou de forma parcial e restrita à área de intervenção. Consequentemente, ainda hoje amplos setores da população continuam excluídos do acesso a bens e serviços essenciais para a satisfação de necessidades básicas.

Com tal delimitação, parecia que o PUI-nor chegava apenas até onde pudesse ser observado pelo olhar dos turistas desde o *Metrocable*. A intervenção focalizada nos bairros fraturou e afastou grandes porções de território em que a ação estatal não chegou: “por isso, enquanto o PUI-nor intervinha desse lado, nós íamos para o outro lado com cimento, areia e pedra que foram doados (não pelo PUI) para, mediante *convite comunitário*, construir obras que, sim, precisávamos” (Figura 23).

Figura 23 - Ponte construída no bairro *Santo Domingo Savio* por *convite comunitário* simultaneamente ao PUI-nor.
Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

A construção dessa ponte apenas a poucos metros dos blocos do *Parque Biblioteca España*, é uma manifestação que reivindica à histórica participação popular que dá resposta às necessidades coletivas e que se continua realizando à margem da política urbana. Como mais

³⁵ TABORDA, Adolfo: depoimento [abr. 13 e maio 24/2016]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.

adiante se analisa, essa delimitação restrita, definida por conveniência política e critérios técnicos, pouco sensível com o entorno, conflita a corresponsabilidade idealizada pelo PUI-nor e imprime certas particularidades às porções de territórios que sofreram intervenção que os fragmenta do entorno.

À fragmentação espacial se soma outra de ordem social. Mesmo que se reconheça a luta social para a construção dos bairros populares, a fragmentação social posiciona-se como um de seus maiores empecilhos³⁶, manifestando-se na consolidação de individualidades que, por sua vez, apresentam-se na forma de desarticulação, dispersão e descontinuidade da ação coletiva, fraturando e enfraquecendo o poder social. Essas referências visibilizam-se nas lideranças que participaram do processo.

No momento da intervenção, os PDL de ambas as *comunas* registram a fragmentação das organizações sociais³⁷, com predominância de interesses particulares sobre o geral, o relacionamento autocrático e excludente entre lideranças sociais e o ambiente de ameaça latente pelo conflito armado que fragmenta ainda mais a ação coletiva.

Assim é lembrada dita fragmentação. Na *comuna* 1 era comum o conflito de interesses devido à presença de lideranças de diferentes bairros, já que cada um queria lutar só pelos benefícios de sua comunidade sem pensar na zona como um todo. Em *Santo Domingo* as lideranças estão divididas e muitas não compartilhavam a presença de outras em seus espaços (EDU, Ata 40, *Santo Domingo Savio*, maio 30/2007). “Na *comuna* 2 havia problemas de ciúmes, que impediam que uma liderança de um bairro interviesse em outro. Por isso eu só participei e lutei na intervenção de *A Francia*, mas a pedido da JAC de *Andalucía*, orientei o processo participativo deles” (informação verbal)³⁸.

Essa fragmentação social foi agudizada pela divisão dos bairros que motivou a implementação das estratégias participativas, justificada pela equipe social, nas particularidades sociais, sobretudo as associadas à violência. A maioria das estratégias foi operada em escala de bairro e, com menor intensidade, em cenários de zona, dificultando a articulação dos participantes de diferentes setores. Em cada um dos setores interferidos, a EDU promoveu a formação de um comitê comunitário: cinco no total (Figura 24).

³⁶ As referências para pensar o fenômeno da fragmentação social e sua incidência na ação coletiva em Medellín são retomadas dos trabalhos de Sánchez (2007; 2011).

³⁷ Na caracterização das organizações sociais das *comunas* 1 e 2 realizada pela EDU (2005), identificaram-se 35 Juntas de Ação Comunal, 2 Juntas Administradoras Locais, 110 organizações entre comunitárias e ONGs e 245 líderes comunitários.

³⁸ MURILLO, Faber: depoimento [jun. 18/2016]. Entrevistadores: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.

Figura 24 – Delimitação espacial das estratégias participativas do PUI-nor.
Fonte: AdeM; EDU (2004-2007).

Em *Santo Domingo* foi característica a desarticulação entre organizações tradicionais, como a Junta de Ação Comunal - JAC de outras agrupações mais novas, que assomou em tensão: enquanto algumas organizações legitimavam as finalidades do PUI-nor, outras as confrontavam. Em *Juan Bobo*, a participação foi comandada pela JAC, composta por pessoas que não tinham argumentos para discutir, mas que eram agressivas para se relacionar com os funcionários públicos; evidenciava-se maltrato verbal, roubo de materiais de construção e até impedimentos a funcionários de empreiteiras para entrar no bairro. Na *Herrera*, formou-se um grupo com pessoas interessadas em participar, com filiação de lideranças da Junta Administradora Local.

Outra expressão da fragmentação social foi o desgaste da intensidade e efervescência da ação coletiva à medida que se iam obtendo os benefícios esperados. O gráfico 7 ilustra a frequência dos encontros durante o processo participativo (2004-2007), nele se observa que o desenvolvimento da ação coletiva foi permanente e ativo no início e na metade do processo, mas, no fim, os encontros perderam força e poder social.

Gráfico 7 – Frequência da implementação das estratégias participativas durante o processo de intervenção.

Fonte: Elaboração própria com base na EDU (2005). Atas dos comitês e reuniões comunitárias.

2.3.3 Espaços participativos para a resignificação da práxis social e política. Entre relacionamentos que articulam e desarticulam

Da reunião dos diversos agentes, emergiu a corresponsabilidade que implicou o trabalho conjunto e a responsabilidade compartilhada na construção de cidade. A revalorização do espaço público, a busca de uma maior eficiência das ações coletivas, a concentração de esforços e a articulação de iniciativas ao redor de um mesmo objetivo, a otimização de recursos existentes e a finalização dos processos iniciados foram assuntos associados à corresponsabilidade no Plano de Desenvolvimento Municipal - PDM (AdeM, 2004-2007, p.15).

Essa nova realidade, catalogada como importante **avanço**, começava a mudar o histórico abandono, a desconfiança e o ressentimento frente ao governo, passando de relações de aberta confrontação e enfrentamento à escuta, à negociação e ao estabelecimento de acordos. Várias experiências assim o demostram.

O abraço da articulação

Há uma experiência muito significativa de convergência entre agentes, visível no processo simultâneo de formulação dos Planos de Desenvolvimento Local - PDL das *comunas* 1 (2005-2015), 2 (2007-2019) e do PUI-nor. Essa convergência permitiu a incorporação de algumas das iniciativas contidas nos PDL no Projeto Urbano Integral, com a finalidade de unir esforços no alcance das pretensões institucionais e comunitárias. Uma das necessidades registradas nos PDLs, incluída no PUI, foi o espaço público.

Essa articulação foi entendida por ambas as partes como o “abraço da articulação” e a participação, como processo dinâmico e pedagógico pelo fato de possibilitar a partilha de

conhecimentos e saberes populares sobre assuntos técnicos do projeto, características físico-urbanísticas dos bairros e necessidades sociais – o que redundava na diminuição de custos na fase de diagnóstico territorial. Essa visão foi publicada pelo periódico comunitário da *comuna* 1 (VALENCIA, 2008).

Chama a atenção a transferência da perspectiva da participação, usada pelas agências multilaterais para significar a importância de vincular os afetados nas intervenções urbanas ao discurso comunitário. Desde essa perspectiva, Rabotnikof (1999, p. 35) lembra que a participação é usada como instrumento para atingir a factibilidade e *sostenibilidad* da intervenção, colaborando com a estabilidade democrática e o bom governo. Será acaso essa orientação outra face de dita corresponsabilidade não revelada?

A meu ver, a corresponsabilidade é um avanço indiscutível na democratização da cidade, a experiência do “abraço da articulação”, junto com outras que logo mais serão apresentadas, evidencia o trabalho conjunto para o reconhecimento de condições socioespaciais, a articulação de conhecimentos técnicos e saber popular e a legitimação social do interesse institucional. Não obstante, esse avanço esbarra em tensões, sendo a mais importante a prevalência do interesse político-institucional sobre as necessidades comunitárias priorizadas nos PDLs.

É verdade que o espaço público era uma das necessidades registradas nos PDLs das *comunas*, mas não era a prioritária e não estava pensada como eixo estruturante das demais necessidades, nem em forma monumental implicando altos investimentos nem concentrada nas centralidades urbanas. A necessidade prioritária para atendimento era a moradia, que no marco do PMIB possibilitava sua construção, legalização urbanística e fundiária, assim como a construção de espaços e equipamentos, a conexão de serviços públicos domiciliários e a mitigação do risco.

Era também clara a necessidade de capacitação para o emprego, programas para a segurança pública, a educação, o convívio, a cultura e o esporte. Desde a iniciativa popular, a construção de espaço público estava projetada nos lugares afastados do *Metrocable*, por seu alto nível de precariedade urbana. Contudo, a decisão política foi a consolidação de centralidades urbanas ao redor desse eixo com equipamentos públicos de alto valor arquitetônico.

Esse desajuste entre o objetivo do PUI-nor e a priorização de necessidades sociais não tira o mérito da intervenção em termos da melhora das condições de vida da população, mas revela a formulação inicial do projeto encabeçada pelo poder público, que combinou vários

propósitos: necessidade de atender a realidade precária, de colocar a Medellín no mapa global da competitividade e de mudar a imagem de violência, pobreza e desigualdade. Essas pretensões regentes do planejamento urbano foram socializadas e complementadas com a participação popular, tendo como resultado um projeto construído de “cima para baixo”.

Novos encontros, novas socializações

Outra face da corresponsabilidade foi dada pela implementação de estratégias que permitiram o encontro e a reunião social. Os espaços participativos foram abundantes e de variados tipos: capacitações, campanhas pedagógicas, eventos massivos, comitês comunitários, oficinas de imaginários, assembleias de bairro, percursos pelos bairros, que envolveram diversa população³⁹.

Mudar a situação precária dos bairros implicava um longo processo participativo, reconhecido pelo mesmo prefeito e gerente da EDU. Por essa razão o planejamento devia se fundamentar na interlocução permanente com os envolvidos: “tratava-se de adiantar um trabalho orientado a explicar às comunidades o que se iria fazer, para que conhecessem de perto o que aconteceria no seu território”⁴⁰.

Implicações de juntar vontade social e política foram emergindo durante o processo como resultado de corresponsabilidade. Evidenciam-se novas sociabilidades entre agentes comunitários e entre estes com o poder público que fortaleceram a práxis social e política.

Na interlocução com participantes do processo, assim se percebe: “depositamos no processo todo nosso entusiasmo, energia e compromisso, nunca faltávamos aos encontros. Era muito importante poder falar com a prefeitura sobre o que seria a transformação de nossos bairros, fazer percursos para que os técnicos conhecessem de primeira mão as nossas condições e necessidades” (informação verbal)⁴¹.

Um dos técnicos sociais⁴² descreve como durante as reuniões nunca se ofereceu um lanche; raramente se dispunha de recursos econômicos para o pagamento de publicidade,

³⁹ Em termos quantitativos, vincularam-se 112 organizações sociais, realizaram-se 46 comitês comunitários, 37 reuniões gerais, 29 oficinas de imaginários, 5 eventos massivos (DNP, 2008).

⁴⁰ Esses depoimentos se encontram no filme: *Maravillas de Colombia: Biblioteca España*. Publicado em 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pft1So0oVIs>>. Acesso em: 18 maio de 2016.

⁴¹ TAL, Fulana de. *Entrevista I*. [mar. 19/2016]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2010. Áudio e transcrição. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no anexo I desta tese.

⁴² DÍAZ, Edgar: depoimento [mar. 13 e abr. de 2016]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto *Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”?* Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.

almoço e transporte requerido para a realização de algum evento coletivo. Em suas palavras, a falta de recursos econômicos rompeu com uma prática tradicional, a qual associava a adesão dos moradores às reuniões apenas para se ter acesso ao lanche. No PUI-nor, as pessoas que assistiram estavam realmente interessadas em participar.

Resgata-se, na voz de funcionários, uma nova sociabilidade derivada da ação conjunta entre lideranças comunitárias e agentes desmobilizados que nunca antes tinham trabalhado juntos. Esse fato marcou positivamente o processo, entendendo-se como ganho social.

Lembro-me de uma ação conjunta entre organizações do bairro Santo Domingo Savio, no momento em que estávamos negociando a compra dos prédios para a construção da biblioteca España. Tínhamos o problema do saque dos materiais das casas desocupadas. Frente a essa situação, pedimos a colaboração à Junta de Ação Comunal e a Corpounipaz da comuna 1 (cooperativa de desmobilizados), que se uniram para trabalhar juntos na vigilância e demolição das casas. Com eles a EDU assinou um contrato; nessa medida a inclusão dos agentes desmobilizados foi proveitosa para o processo (informação verbal)⁴³.

A incorporação dos desmobilizados serviu para que sentissem que o bairro lhes pertencia, que eram úteis e que faziam parte da comunidade. Eles foram conscientes de que com suas próprias mãos contribuíam para transformar a realidade⁴⁴. Uma liderança observa como depois da contratação de mão de obra popular, processo atribuído à JAC da época, que vinculou a corporação de desmobilizados, surgiram pontos positivos, como a ativação do emprego e a possibilidade de que pessoas que se odiavam, devido a histórias passadas (assassinato de familiares), olhassem-se para trabalhar por uma mesma causa. “Esse encontro foi muito bonito porque juntou agentes que simbolizavam paz e guerra, implicando processos de perdão. Mas a contratação de organizações populares também gerou cooptação de lideranças, compra de lealdades, de vontades e fragmentação social, porque as organizações contratadas passaram a legitimar a intervenção institucional”⁴⁵.

Dessa forma, vê-se como a contratação de organizações sociais mostra os avanços e impasses da corresponsabilidade que assomam como novas articulações, mas também como cooptação da participação popular.

⁴³ DÍAZ, Edgar: depoimento [mar. 13 e abr. de 2016]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.

⁴⁴ IDÁRRAGA, Eliana: depoimento [ago. 18/2010]. Entrevistador: Alberto León Gutiérrez Tamayo. Medellín, 2010. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto Formación ciudadana en perspectiva del potencial pedagógico de los estudios del territorio. Ciudadano territorial: fundamento de la democracia.

⁴⁵ TAL, Fulana de. Entrevista I. [abr. 13 e maio 24/2016]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no anexo I desta Tese.

A metodologia de intervenção facilitou a aproximação entre poder público e moradores, tornando constante a vinculação dos agentes no processo. Sabe-se pelas conversas com os moradores que a chegada da prefeitura gerou grandes expectativas, abrindo a esperança por uma mudança para melhor mediante o diálogo, a confiança, o respeito das identidades, a tomada de decisões fundamentadas no interesse público e o resgate da palavra como valor significativo.

Um dos entrevistados – morador – informa como no encontro de conhecimentos técnicos e de saberes populares produziram-se ricas discussões que reorientaram o projeto em assuntos pontuais: “saíram à luz dados públicos errôneos sobre os problemas a serem atendidos ou realidades que não existiam; em frente do qual nós demonstrávamos nossas reais condições de vida baseados no PDL e nos percursos pelos bairros com a equipe de profissionais da EDU” (informação verbal)⁴⁶.

O diálogo de saberes não tem sido uma prática comum nas intervenções urbanas promovidas em Medellín, mas, sim, o relacionamento vertical entre equipe técnica e moradores, no qual predomina o conhecimento técnico sobre o saber popular. Ressalta-se, no entanto, esse avanço porque, como é lembrado por uma das arquitetas do projeto: “é importante aprender a escutar a vivência dos moradores; no processo todos tínhamos algo para dar e receber”.

Nesse sentido, a vinculação dos moradores no processo trouxe grandes aprendizados para a equipe técnica: “escutar reclamações e necessidades sociais, estar cientes de que, como técnicos, tínhamos muito a apreender dos moradores porque eles nos mostravam coisas que nós não podíamos ver sozinhos”. Esses aspectos são os que Ortiz defende como o “Modelo Medellín”. Desde essa perspectiva, o PUI e mesmo o Urbanismo Social qualificaram-se como projeto e discurso não acabados, e, sim, como processos em construção que humanizam.

Com a implementação das estratégias participativas também se contribuiu para o fortalecimento da organização comunitária e o surgimento de lideranças juvenis, que antes do PUI-nor não apareciam na cena social, constituindo a nova geração de processos associativos. Com essa nova dinâmica social, a institucionalidade pretendia dar maior força a novas lideranças, rompendo a cultura clientelista e a centralização da liderança comunitária nas JAC, nas JAL e nos agentes armados.

⁴⁶ MURILLO, Faber: depoimento [jun. 18/2016]. Entrevistadores: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.

2.3.4 “Participação imaginária” e qualificação do Projeto Urbano Integral

Embora o PUI-nor já estivesse formulado sob critérios políticos preestabelecidos, no que tange à construção de grandes obras em *Santo Domingo Savio* e *Andalucía*, também é certo que os moradores incidiram na sua qualificação com a inclusão de projetos de menor escala, inspirados nas características dos bairros com maior notoriedade no bairro *Popular*.

Os percursos pelos bairros e as reuniões comunitárias foram as principais estratégias que contribuíram para a qualificação do projeto, especificamente, no desenho arquitetônico, mediante o resgate da memória urbana e a incorporação das necessidades e dos desejos. Os resultados que emergiam dos percursos e das oficinas participativas (Figuras 25 e 26) alimentavam o Plano Mestre - PM, que continha os subprojetos a serem construídos e que, posteriormente, seriam priorizados os de maior impacto social.

O PM converteu-se na estratégia mais importante do PUI-nor para transferir a participação popular ao conhecimento técnico levado à formulação do projeto, mediante a realização de oficinas de imaginários. Essa transferência permitiu flexibilizar a norma às características físico-urbanísticas do território.

Alguns dos imaginários foram desconsiderados por critérios técnicos ou financeiros; foi o caso de uma piscina em *Granizal*, quadras esportivas no *Parque Biblioteca* em *Santo Domingo Savio* e em *Andalucía*.

Figura 25 – Oficinas de imaginários, estratégia participativa do PUI.
Fonte: EDU (2007).

As perguntas que guiavam o trabalho nas oficinas eram: o que significa este espaço hoje? Quem se lembra desse lugar? O que gostaria que tivesse nele? Como se imagina esse espaço quando estiver em funcionamento? Que nome lhe daria?

Figura 26 – Resultados de oficinas de imaginários Parque Pablo VI, bairro Popular.
Fonte: EDU (2007).

Espaços vazios deixados pela empresa *Metro* ao redor das estações *Andalucía* e *Popular* foram aproveitados pela EDU para a construção de espaços públicos inicialmente desenhados sem a consideração dos participantes. Posteriormente, numa oficina de imaginários, os moradores desaprovaram as maquetes trazidas pelos arquitetos porque não tinham emergido do processo participativo. A equipe colocou o material de lado e realizou a oficina de imaginários para estabelecer o que seria construído nesses espaços⁴⁷.

O diretor do desenho Arquitetônico do PUI-nor⁴⁸ lembra que uma das dificuldades de pensar em possíveis projetos no bairro *Popular* eram as limitações físicas: quase não se podia fazer nada porque as ruas eram muito pequenas e estreitas, e não se podiam comprar prédios. No entanto, a maior dificuldade foi romper com a “incredulidade dos moradores, que pensavam que nós íamos falar mentiras ou fazer política; e minhas únicas palavras foram: eu não vim para falar, eu vim para escutá-los. Aí tudo mudou”.

Essa convicção levou ao redesenho de planos deixados pelo *Metrocable* em obras inconclusas, que não correspondiam com as características espaciais. Por exemplo, o desenho do parque *A Candelaria* correspondia a um lote plano, enquanto, na realidade, o lote era

⁴⁷ DÍAZ, Edgar: depoimento [mar. 13 e abr. de 2016]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.

⁴⁸ ORTÍZ, Jhon Octavio: depoimento [ago. 26/ 2010]. Entrevistadora: Alberto León Gutiérrez Tamayo. Medellín, 2010. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto Formación ciudadana en perspectiva del potencial pedagógico de los estudios del territorio. Ciudadano territorial: fundamento de la democracia.

inclinado. Isso acontecia porque os arquitetos desenhavam desde o escritório, e não desde o lugar de intervenção.

Múltiplas foram as experiências emergentes nas oficinas de imaginários, transformadas em desenhos e construção de obras, principalmente no setor do bairro *Popular*. O desenho dos espaços públicos, as denominações e o resgate das potencialidades territoriais são alguns exemplos. O *Parque Lineal da Herrera* foi proposta de uma habitante que argumentou que os parques não tinham que ser necessariamente quadrados, que podiam ser lineares, sendo bom esse desenho no caso do córrego *A Herrera* para construir um parque ao seu redor.

A potencialidade das abundantes fontes de água existentes em forma de estanque nesse mesmo setor foi aproveitada mediante a melhora e a construção de obras que resgataram seu uso e significado social: os *Pozos* e os *Lavaderos comunitários* (Figuras 27 e 28). Nesses lugares, inicialmente, os arquitetos tinham pensado em construir uma obra que canalizasse as fontes de água devido a problemas de infiltração, porém, a comunidade se opôs porque aqueles lugares estavam entroncados na origem do bairro e na cultura da população. Segundo os *muchachos*, nesses lugares nunca há um morto, respeita-se porque são sagrados.

Particularmente os *muchachos* usavam e cuidavam dos reservatórios para criar peixes, e como lugar associado ao consumo de droga.

Figura 27 - *Pozo* localizado no bairro *Popular*
Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Os *Lavadeiros*, localizados em diferentes pontos do bairro, têm sido tradicionalmente usados como pontos de encontro para conversar, lavar roupa, motos, para tomar banho e consumir droga.

Figura 28 - *Lavadero* comunitário localizado no bairro *Popular*
Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

A respeito das oficinas de imaginários, no setor do *Popular* moram campeões de xadrez. Os participantes aproveitaram essa característica para solicitar a construção de um

espaço público inspirado nesse jogo, que poderia ser aproveitado para o lazer e o ensino. Esse lugar foi denominado pela população como *Balcones del Ajedrez* (Figura 29).

Figura 29 - *Balcones del Ajedrez* no bairro Popular.
Fonte: PDL comuna 1 (2009); EDU (2007).

Nos bairros *Granizal*, *Popular* e *Santo Domingo Savio* implementou-se a atividade *Galería urbana: Pintando la Esperanza*, que tinha a pretensão de embelezar o entorno mediante desenhos da vida cotidiana. A ideia era que os desenhos refletissem as mudanças nas apropriações dos espaços públicos: esporte, trabalho social, amor, festa, religião (Figura 30).

Figura 30 – *Galería urbana Pintando La Esperanza*
Fonte: (AdeM, 2006b, p. 59).

Essa lógica participativa, alimentada pela discussão e construção coletiva, mudava quando se tratava dos equipamentos públicos de grande escala, orientados desde a política urbana local, como o *Parque Biblioteca España*. Nesse caso, os sonhos e desejos comunitários eram vinculados a desenhos já preestabelecidos, qualificando-os em assuntos concretos de relevância social. Uma das habitantes afirma que se sentiu muito feliz porque a *ludoteca* que se encontra dentro da biblioteca foi sua ideia.

Outras experiências mostram inconformismos dos participantes com respeito à ênfase do PUI-nor no componente físico e não no social; à falta de cumprimento de obras atrasadas – como o parque *A Candelária* e *O Mirador* em *Santo Domingo Savio* –; aos lugares onde seriam construídas as obras; e à desarticulação entre as obras construídas. O despreparo das comunidades a respeito da informação, de conhecimentos e de habilidades necessárias para poder gerar processos de negociação registra-se como umas das insatisfações de maior repercussão negativa na força da participação popular.

Da denominação do *Parque Biblioteca* como “*España*” emergiu uma tensão. Essa denominação foi outorgada pela prefeitura em homenagem à cooperação espanhola em Medellín, à doação de computadores de uma empresa espanhola e à sua inauguração pelos reis da Espanha em 2007 (Figura 31). Esse fato contraria os registros das atas, nas quais aparece que o equipamento teria o nome de “Biblioteca de Santo Domingo Savio” (EDU, Ata 40, *Santo Domingo Savio*, 30 maio/2007c). Nessa mesma ata, há depoimentos que revelam outra tensão associada às condições que rodearam sua inauguração:

Nós estamos permitindo que nos usem politicamente, pois a biblioteca já foi inaugurada duas vezes, mas ainda não está terminada; para a vinda dos Reis muitas coisas foram maquiadas. Houve custos exagerados em que incorreu a prefeitura, os quais precisamos que se investiguem.

Figura 31 – Inauguração do *Parque Biblioteca España* com os Reis da Espanha; autoridades nacionais e locais.

Fonte: Disponível em:

<http://blogs.periodistadigital.com/periodistalatino.php/2007/03/25/ssmm_los_reyes_de_espana_se_inauguro_el>
> Publicado em 25 e março de 2007. Acesso em: 16 oct. de 2016.

González e Carrizosa (2011, p. 129) mostram o lado irônico da denominação e inauguração do *Parque Biblioteca España* no bairro *Santo Domingo Savio* no dia 24 de março

de 2007, mesmo lugar onde, no dia 20 de julho de 1964, alguns imigrantes camponeses aproveitaram a data da independência da Colômbia como ato simbólico para “fazer sua própria independência”.

O Cedezo também foi uma das obras orientadas pela política pública local (Figura 32). Com esse equipamento se desenvolveria o componente de empreendimento e capacitação para o emprego, em parceria com entidades públicas e privadas.

Com o banco das oportunidades, criado especialmente para a população que se encontra fora do sistema financeiro, pretendia-se orientar e oferecer microcréditos para estimular a criação de negócios.

Figura 32 – *Cedezo Santo Domingo Savio*
Fonte: EDU (2007).

Em aproveitamento aos benefícios do Cedezo, nas oficinas de imaginários da consolidação habitacional da *Herrera* emergiu a necessidade de formular um projeto para a ativação de unidades produtivas, orientado à população com negócio em sua própria moradia, como atividade para seu sustento econômico. No marco desse projeto, capacitou-se o pessoal em empreendedorismo e construíram-se locais comerciais com a pretensão de serem adjudicados à população identificada. Esperava-se que, uma vez terminada a construção das moradias, esses locais fossem concedidos, mas ainda hoje estão fechados.

Apesar de os moradores reconhecerem a importância das oficinas de imaginários, pela possibilidade de incluir seus próprios resultados no desenho arquitetônico dos espaços públicos preestabelecidos pela institucionalidade e por possibilitar-lhes que sua imaginação tomasse voo com ideias de novos pequenos espaços, este formato participativo se desenvolveu como “ferramenta protocolo”. Essa expressão tem por trás o sentido da “**participação imaginária**”, citada no relato como aquela que fica na ordem das ideias criativas, mas que não chega até a partilha do poder.

Fica claro para os participantes que o espaço público, como eixo estruturante da intervenção, estava pactuado como decisão política maior que envolvia ações decorrentes para “refazer a cidade popular”: pensar e imaginar como base para complementar, propor, nomear,

modificar desenhos sobre um molde já preestabelecido, mas não sobre suas necessidades. O resultado é a legitimação do projeto. Alguns trechos iluminam essa interpretação: “nós legitimamos o PUI-nor ao assistir às reuniões programadas para conhecer o que seria o projeto, mas não para decidir a orientação da intervenção nos nossos bairros. Por isso, autorizamos que algo de fora entrasse no nosso espaço para fazer parte de nossas vidas”⁴⁹.

No dizer dos moradores, uma efetiva participação transcende o compromisso e a vontade de participar, implicando sua fundamentação no interesse coletivo pelo viés do reconhecimento das necessidades sociais e na formação e informação dos conhecimentos requeridos. Caso não for assim, como ser interlocutor válido do poder público e participar efetivamente de processos responsáveis por mudar a própria vida? Se a participação não cumpre esses requisitos, torna-se superficial e legitimadora de um interesse externo, programático, preconcebido e preestabelecido, isto é, imposto “de cima para baixo”.

*Nós tínhamos um discurso prévio do que íamos querer – argumentado desde o conhecimento e a vivência no nosso território – e formado, porque conhecíamos a norma para fazer valer nossos direitos. Por isso tínhamos respaldo social e força para a mobilização social. Essa atitude permitiu que fôssemos interlocutores válidos para o governo, coparticipes das transformações de nossos bairros, de modo que o projeto não fosse só uma construção de cima para baixo*⁵⁰.

As oficinas de imaginários compartilham com o comitê comunitário o processo pedagógico desencadeado, porém os comitês adquiriram uma perspectiva que foi além das oficinas, transcendendo a “participação imaginária”. A princípio, o espaço foi propício para coordenar ações institucionais como a inauguração das obras, a convocatória para as reuniões, a identificação de possíveis beneficiários de programas sociais como o Subsídio de Moradia e Famílias em Ação.

⁴⁹ TABORDA, Adolfo: depoimento [abr. 13 e maio 24/2016]; MURILLO, Faber: depoimento [jun. 18/2016]; Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.

⁵⁰ MURILLO, Faber: depoimento [jun. 18/2016]. Entrevistadores: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.

No comitê comunitário de *Andalucía* participaram pessoas de *A Francia*, *Villa Niza* e *Villa del Socorro*. No comitê do *Popular* envolveram-se moradores do *Popular I* e *II*, *Nuevo Horizonte* e *Granizal*. No comitê de *Santo Domingo* vincularam-se habitantes da *Esperanza*, *Santo Domingo I* e *II*. Realizaram-se comitês comunitários durante todo o processo, conformados aproximadamente por vinte pessoas (Figura 33).

Figura 33 - Comitês comunitários. Exemplo de formato participativo institucional do PUI-nor.
Fonte: Empresa de Desenvolvimento Urbano (2007).

Além disso, colocou-se no centro a tomada de decisões sobre assuntos operativos do projeto. Durante o processo, surgiram problemas associados ao funcionamento das empreiteiras e à construção de obras, fazendo com que se criasse um **comitê de obra**. Inicialmente era constituído por um representante da EDU, da empreiteira e da entidade interventora, mas conseguiu-se que um representante eleito coletivamente no comitê comunitário o representasse no comitê de obra. Desse modo, fazer controle à obra e tomar as decisões requeridas foi uma conquista social.

Um dos temas mais críticos e de maior tensão, observado nas atas e nos relatos dos entrevistados, foi a contratação de mão de obra de moradores para a execução das obras – estratégia muito bem acolhida: “pela luta social conseguimos que 80% da mão de obra fosse gente dos bairros”. Mesmo que a empreiteira tivesse a liberdade de escolher o trabalhador a ser contratado, um dos compromissos realizados entre a prefeitura e os moradores foi a inclusão destes como mão de obra não qualificada.

Embora se atribuísse ao comitê comunitário a função de receber os currículos dos moradores com interesse em trabalhar, esse processo sofreu várias tensões. A competência entre as organizações dos bairros gerou brigas, o impedimento de que o pessoal que não morasse no bairro onde seria construída a obra pudesse ser contratado gerou protestos e, finalmente, a intimidação dos *muchachos* incidiu na seleção de pessoal. Em *Andalucía*, por exemplo, “a metade da mão de obra era da comunidade e a outra metade dos *muchachos*” (EDU, Ata 21 *Andalucía*, jan.10/2006a, p. 2).

Ao se fazer um **balanço** da participação promovida pelas oficinas de imaginários e pelos comitês comunitários, conclui-se sua contribuição para a qualificação do projeto ao

combinar ações preestabelecidas, como a consolidação habitacional *Juan Bobo*, as pontes, as ruas, o sistema de parques e de equipamentos comunitários, com ações que emergiram da participação cidadã, como o restaurante escolar *A Candelaria* e a *Casa de Justicia* em *Santo Domingo Savio*, e ações que foram retomadas de diagnósticos de intervenções passadas, como a consolidação habitacional *A Herrera*.

Ambos os formatos contribuíram para a legitimação do projeto e para o desenvolvimento de uma participação restrita a ações de notificação, socialização, discussão e intervenção na execução técnica. A principal decisão já estava tomada: o espaço público como eixo estruturante e a consolidação habitacional – sendo a “participação imaginária” das oficinas e a tomada de decisões (sobre os assuntos de funcionamento do processo) dos comitês comunitários boas possibilidades para que os moradores, além de legitimarem o projeto, incidissem na forma como seriam construídos os espaços e equipamentos e propusessem a construção de novos.

2.4 A explosão da disputa

A participação não ficou restrita às dinâmicas das assembleias, às oficinas de imaginários, aos comitês comunitários e comitês de obra. Estes, incapazes de atender as reivindicações que tentavam defender direitos, foram disputados mediante a ativação de estratégias populares que atuaram à margem do Urbanismo Social. A disputa nasce da oposição e resistência popular às exigências programáticas preestabelecidas e da indiferença governamental frente às reivindicações sociais. “Não ficar quietos nem calados” e “estar informados e formados” foram as chaves para o reconhecimento do verdadeiro sentido da corresponsabilidade (informação verbal)⁵¹.

O surgimento dessas estratégias não foi visível no início do processo. No começo, desenvolveu-se um momento da participação em que o relacionamento sociopolítico era próximo, baseado na escuta e no diálogo sobre o passado doloroso, alimentado por imaginários que desacreditavam a ação governamental pelo descumprimento de compromissos, intervenções impostas, inconclusas e sem consulta das necessidades da população. De fato, uma das mudanças mais importantes durante o processo foi o rompimento

⁵¹ MURILLO, Faber: depoimento [jun. 18/2016]; Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.

desses imaginários. O maior compromisso dos funcionários públicos era que os moradores tivessem um rol importante na construção da cidade (AdeM, 2009, p. 110).

Desse relacionamento direto renasceu o entusiasmo, a energia social, as relações de confiança e de compromisso. Conforme depoimento de liderança, “no começo da intervenção, tudo parecia possível. A prefeitura nos falou da integralidade do projeto, nós tínhamos muita ilusão e credibilidade”.

Rapidamente, essa dinâmica foi diluindo-se, ficando visível o deslocamento entre interesse institucional e prioridades sociais. Desse modo, afloram estratégias populares em espaços públicos que mostram aquilo que o poder público não queria ver e o que se pretendia ocultar. Moradores afirmam um “relacionamento por conveniência” que permitiu o trabalho inicial conjunto e a fluidez na comunicação. “Se ficávamos calados, isto é, só escutando e concordando, não éramos considerados um problema; mas se discutíamos, perguntávamos e não concordávamos, os funcionários diziam que éramos problemáticos e mal agradecidos”.

À medida que se foi agudizando essa situação, e que se dilatava a resposta às inquietudes dos participantes ou se descumpriam compromissos, fizeram-se palpáveis momentos de distanciamento que desencadeavam tensões e conflitos. Diante dessa dinâmica, o espírito de luta social, inconformado, começou a explodir como forma de resistência à violação de direitos.

As estratégias populares que confrontaram a ação institucional tornaram-se diferentes em cada setor, sendo mais neurálgicas pelos eventos ocorridos as de *Santo Domingo Savio*, *A Herrera* e *Juan Bobo*.

2.4.1 Despejo da população em nome do espaço público como “bem comum”

De todas as obras construídas pelo PUI-nor, o *Parque Biblioteca España* é o prédio paradigmático e com maior valor icônico que representa e visibiliza a transformação da Medellín popular (Figura 34). Com a biblioteca, a institucionalidade buscava resgatar e consolidar *Santo Domingo Savio* como centralidade de cidade, concentrando bens e serviços para o aproveitamento de diferentes tipos de população, como o turista, o novo agente na produção da cidade popular.

Desde a oficialidade, com a construção da biblioteca, pretendia-se solucionar a precariedade e informalidade urbana pelo viés da dotação de espaço público de alta qualidade e da realocação de famílias para outros lugares que lhes permitisse uma vida digna. Do lugar

escolhido para tal construção, destacam-se duas questões das quais emergem a disputa: o risco geológico e a remoção de famílias, que serão aprofundadas a seguir⁵².

Antes da intervenção (início de 2004)

Processo de demolição de prédios (2005)

Processo de construção (2005)

Inauguração (2007)

Figura 34 – *Parque Biblioteca España* de *Santo Domingo Savio*: demolição, construção e inauguração. Fonte: Empresa de Desenvolvimento Urbano (2007); *Concejo Municipal de Medellín* (2006).

O pico de *Santo Domingo* foi escolhido para a construção da biblioteca por sua localização estratégica, visto que permitiria mostrar a arquitetura de alto impacto. Apesar de estar delimitado como área de alto risco geológico com possibilidade de recuperação, alta declividade e recorrentes acidentes naturais por deslizamento, foi declarado entre 2001 e 2003 pelo PRLU como local para a construção de conjuntos habitacionais que buscavam amortizar o grande déficit de moradia do setor.

⁵² A maioria dos relatos ilustrados encontra-se nas entrevistas realizadas e no filme: *Parque Biblioteca España, con ellos pero no de ellos*. Disponível em: <http://plano-sur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=418:parque-bibliotecaespana-con-ellos-pero-no-de-ellos&catid=50:textos-plano-sur&Itemid=76>. Acesso em: 30 maio de 2015.

Porém, a decisão do poder público foi realizar um alto investimento que possibilitou que essa área de alto risco virasse área estável para a construção do equipamento, ao contrário de soluções habitacionais que resolvessem a necessidade mais urgente da população. Com essa decisão, garantiu-se o espaço público como direito coletivo, porém se passou por cima da prioridade social da habitação e do direito à moradia proposto pelo PRUL.

No documentário denominado *Biblioteca España si... pero no así*⁵³, os moradores são enfáticos em reiterar que reconhecem os benefícios da biblioteca, mas esse equipamento não era sua prioridade. Demonstram-se como as intervenções públicas continuam desconhecendo as necessidades sociais, por isso o impacto não atinge a melhora das condições de vida que a população precisa.

O outro fato que acordou a disputa foi a remoção de famílias tradicionais do bairro devido à execução da obra pública. Foram removidas aproximadamente 615 pessoas que habitavam em 123 prédios, gerando a violação do direito à permanência no território e do direito à moradia.

As remoções geraram sentimento de dor nos habitantes ao ver como vizinhos de toda uma vida tinham que ir embora: “para nós, sair do bairro significava deixar 40 anos de nossa vida para trás”. “Conheço o caso de cinco pessoas que faleceram de tristeza por ter que sair de suas casas, elas se sentiram atacadas porque, se não assinassem a venda da casa para a prefeitura, seriam expropriadas”. A ameaça de expropriação⁵⁴ foi feita pela então Coordenadora de Negócios da *Secretaria de Hacienda Municipal* nos seguintes termos: “esse é o dinheiro que nós reconheceremos por sua casa localizada em uma zona de invasão; caso não concordar com o valor, pode pegar seus tijolos e ir embora para invadir outro lugar, de onde também será expulso”.

Também foi denunciado o baixo valor da compra das casas, assim como o tratamento autoritário, desrespeitoso e individual dos casos, provocando inconformismo, oposição e conflito⁵⁵. Um dos participantes narra como os “funcionários da EDU perguntaram a cada

⁵³ Escuela Interamericana de Bibliotecología - EIB; Instituto de Estudios Regionales - INER, Universidad de Antioquia - UdeA. Publicado em 29 de setembro de 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=6XzctMxDIUo>>. Acesso em: 18 maio de 2016.

⁵⁴ A prefeitura tinha decidido realizar 3 expropriações. Notícia disponível em: *En Santo Domingo Savio se expropiaran tres predios. Avanzan los parques bibliotecas*. Publicado em março 11 de 2006. Notícia Disponível em: <http://www.elmundo.com/portal/resultados/detalles/?idx=13358#.V3_k7KLcAg4>. Acesso em: 7 jul. de 2016.

⁵⁵ Segundo os moradores, estabeleceram-se critérios injustos para a compra dos lotes. Chegaram ao bairro pessoas identificadas como funcionários da EDU, informando a alguns dos moradores que suas casas seriam demolidas para a construção de uma biblioteca, mas que antes tinham que vender sua propriedade à *Secretaria de Hacienda*, com todos os documentos, à ordem do dia: escritura do lote ou certificado de compra e venda e declaração de quitação de serviços públicos domiciliares.

família, através de questionário: você venderia sua casa, sim ou não?”. O morador acredita que a “negociação individual fragmentou o poder coletivo para a reivindicação de direitos”.

Também se percebia como impacto negativo da remoção a desarticulação de pessoas pertencentes a um grupo familiar: numa única casa moravam muitas pessoas de uma mesma família que foram desarticuladas. Uma minoria das famílias conseguiu continuar morando no bairro, enquanto a maioria foi embora para outros bairros da região e da cidade. Para algumas dessas pessoas, a vida melhorou; outras não puderam comprar moradia em outro lugar porque o valor pago pela prefeitura não cobria o valor do prédio em outro bairro. Muitas famílias passaram a pagar aluguel. A desarticulação foi aduzida como problemática por um dos moradores afetados pela entidade governamental, que obteve a seguinte resposta: “lamentavelmente, os sentimentos de desintegração familiar e de despejo, como você afirma, não têm preço e, como tal, não estão normalizados em uma metodologia que os contabilize”.

A versão que se encontra nas entrevistas a funcionários públicos registra a criação do programa “Moradia para realocação por obra pública”, orientado à população afetada por construção de obra pública. Mediante esse programa, reconheceu-se a cada família afetada a soma, em pesos, de 22 milhões, com o qual se podia aceder à compra de outro prédio; e orientou-se a compra de moradia no mesmo setor, em outros bairros, e por fora de Medellín, assegurando a compra em lugar apto para urbanização. Também se aludem a ações que permitiram a sensibilização e orientação às famílias para a compra de moradia.

Essas tensões levaram à disputa, evidenciada em diversos atos de pressão e resistência social que se ativaram para que os participantes fossem escutados e para atingir processos de negociação por fora da agenda trazida pelo poder público. Realizaram-se mobilizações e protestos, como a solicitação de esclarecimentos de informação, de reuniões com secretários da prefeitura, *derechos de petición*⁵⁶ – dirigidos à *Procuraduría*⁵⁷ e à Unidade Permanente de Direitos Humanos da *Personería Municipal*, *Comissões Acidentais no Concejo Municipal*⁵⁸ – e o acorrentamento de moradores numa das colunas do *Metrocable*.

Pelo alto valor simbólico e os benefícios atingidos, serão aprofundadas as últimas duas estratégias populares.

⁵⁶ Promulgado como mecanismo de participação pela Lei 134/1994.

⁵⁷ Atua como órgão público que vigia o exercício do cumprimento das funções constitucionais orientado à defesa dos direitos humanos, do ambiente e dos bens do Estado.

⁵⁸ Corporação Administrativa de eleição popular, composta por 21 cidadãos eleitos para um período de quatro anos. Tem como principal função fazer efetiva a participação democrática da população mediante o exercício do controle político à gestão pública.

Comissões Acidentais no Concejo Municipal. Os moradores pretendiam ser escutados pelos órgãos de controle e defesa de direitos da prefeitura para evitar a expropriação de famílias e tornarem mais justos os processos de sensibilização e negociação dos prédios. Por isso, decidiram solicitar audiência em sessão realizada no *Concejo de Medellín* (Ata 385 do dia 27 de março de 2006). Dessa forma, como representantes das organizações sociais, do setor educativo e religioso, presentes na sessão do *Concejo*, leram um comunicado assinado coletivamente no qual manifestavam a vontade de se vincular ao processo de intervenção em prol do planejamento e do desenvolvimento de ações que possibilitassem uma melhor vida para todos, mais humana, digna, justa e equitativa.

No comunicado se alude a que a população não se opõe ao progresso proposto pela prefeitura para que o bairro seja “modelo”, mas que é preciso atender a crescente desigualdade social e a contínua violação dos direitos fundamentais. Reconhece-se que embora as necessidades básicas tenham sido o motor do trabalho comunitário desde o surgimento dos bairros, precisa-se da presença do governo para sua adequada satisfação.

As principais necessidades referidas no comunicado eram a construção de moradia, a regularização fundiária, a alimentação (uma das lideranças narra como um bebê com oito dias de nascido morreu por desnutrição e enfatiza que há muitas famílias que passam fome), a instalação de serviços públicos domiciliários, a segurança, a participação cidadã, a educação e a saúde (dotação e qualidade). Como se observa, eram necessidades muito mais concretas que as gerais apresentadas no PDL da *comuna* 1.

Nesse cenário público, os moradores e representantes de organizações instaram às lideranças da JAC, que tinham sido contratadas pela EDU, e à mesma prefeitura para que mudasse o modelo de intervenção social, de participação cidadã e de desenvolvimento proposto no PUI para o bairro *Santo Domingo Savio*.

Outra das estratégias populares aconteceu entre o dia 28 de junho e o 1º de julho de 2006, quando foram acorrentados quatro habitantes em uma das colunas do *Metrocable*, localizada no *Parque de los Niños*, em greve de fome. O relato de um deles manifesta a fragmentação entre organizações sociais do bairro, já que enquanto uns legitimavam o projeto, outros se acorrentavam pela exigência de direitos. O acorrentamento foi acompanhado de cartéis que também reivindicavam direitos (EIB; INER, UdeA 2015; informação verbal)⁵⁹.

⁵⁹ TABORDA, Adolfo: depoimento [abr. 13 e maio 24/2016]; MURILLO, Faber: depoimento [jun. 18/2016]; Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao

Em virtude do acorrentamento, decorreram várias situações: no dia 28 de junho, uma delegação de Genebra, Suíça, que estava de visita em *Santo Domingo Savio* com o prefeito Sergio Fajardo, presenciou as reclamações dos moradores. O secretário de Justiça da época, presente no lugar durante a manifestação, argumentou que o governo não negociava com “pessoas acorrentadas”. Os representantes da JAC olhavam de longe, desaprovando a ação legítima dos habitantes. O protesto terminou quando representantes do poder público decidiram se reunir com os moradores para encontrar saídas conjuntamente.

Os moradores propuseram uma *Veeduría Ciudadana*⁶⁰ como mecanismo de participação para o controle dos compromissos pactuados (CM, Ata 385, mar. 27/2006, p. 70). Esse espaço foi ativado pela conformação da *Mesa Unidos por Santo Domingo*, integrada pelo pessoal da EDU e da Secretaria de Governo, de representantes do comércio, da igreja, de organizações sociais, dos *muchachos* – que estavam a favor e contra do projeto *Parque Biblioteca España*.

A dinâmica de trabalho da *Mesa* possibilitou avanços importantes: a reunião e o encontro dos fragmentos sociais, até esse momento dispersos, a comunicação entre moradores e funcionários públicos que derivou em melhoras para a população, expressas na estipulação de uma compensação social, por remoção, equivalente a 15% do valor da propriedade, colocando a negociação das moradias em um valor mais justo, e a permanência de quatro famílias que faltavam ser removidas da área de intervenção.

A força social da *Mesa*, apoiada pelo sacerdote do bairro, Julian Dario Gómez Mejía, esgotou-se com a finalização do PUI e com sua transferência a outra paróquia um mês após ser inaugurada a biblioteca. Uma liderança reflete sobre a importância histórica da figura do padre na produção do bairro que, no caso da disputa atual, acompanhou e protagonizou a luta social pela defesa de direitos. Com pesar, afirma que sua transferência, do mesmo modo que na história de outros sacerdotes com forte trabalho social no bairro, incidiu na perda de força social, dada sua grande influência. “O sacerdote atual é de baixo perfil social e ainda nos ajuda, porém não movimenta processos sociais com a comunidade”.

O PUI-nor como interesse institucional e programático tinha uma duração de quatro anos, entre 2004-2007, mas sua continuidade com a execução de outras obras também foi produto da luta social no processo de construção da biblioteca. Nesse sentido, transcendeu-se

projeto Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.

⁶⁰ A Lei 850/2003, define a *Veeduría Ciudadã* como um mecanismo de controle social à gestão de entidades estatais, privadas ou ONGS.

a negociação dos compromissos pactuados com a prefeitura, ao gerar a continuidade do PUI no bairro durante 2008-2011, orientado por uma iniciativa comunitária que derivou da construção do restaurante escolar *La Candelaria* e da *Casa de Justicia* de *Santo Domingo Savio* (Figura 35), concebida como um espaço articulador de legalidade, justiça, segurança, proteção de direitos e cumprimento de deveres e promoção do convívio. A principal finalidade, baseada em critérios dos moradores, era ter as entidades do governo permanentemente no bairro.

Parte do investimento do Programa de Planejamento e Orçamento Participativo da *comuna* 1 foi aplicado para a construção da *Casa de Justicia*, junto com investimento da prefeitura da época: “essa obra emergiu de nossa necessidade; a comunidade precisava da presença permanente de inspeção de polícia, bem-estar familiar e de um órgão público para a proteção de nossos direitos”.

Figura 35 – *Casa de Justicia* de *Santo Domingo Savio*.

Fonte: Google Maps; Google Earth. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/89903305>>. Acesso em: 13 out. de 2016.

Além disso, instaurou-se a iniciativa popular denominada *Festival de Mingo*, que consistia em uma feira artesanal que integrava a associação de comerciantes, representantes de organizações sociais e comunidade em geral, com apoio do Cedezo e da empresa Metro para ativar a dinâmica comercial do bairro. Realizaram-se vários festivais, porém, a iniciativa popular se desvaneceu ante sua institucionalização como prática governamental, que pretendia promover o turismo no bairro (EDU, Ata 33, *Santo Domingo Savio*, out. 26/2006c).

2.4.2 As tensões do Programa de Melhoramento de Bairros na *Herrera*

Enquanto em *Santo Domingo Savio* a disputa se produzia pela vulneração do direito à permanência no bairro, em *Andalucía* e *A Francia*, a disputa apresentava-se, predominantemente, por impasses na construção de dois conjuntos habitacionais *Juan Bobo* e *A Herrera* – ainda nesses bairros também foram construídos parques, ruas e pontes. Em geral, a construção de obras públicas implicou a remoção de famílias. No caso do *Parque Biblioteca*

España, a remoção foi permanente, enquanto que referente aos conjuntos habitacionais, as famílias deviam se realocar temporariamente em moradias alugadas até a construção dos prédios.

Nos bairros estabeleceu-se um Programa de Reassentamento - PR⁶¹, orientado por fases de sensibilização, diagnóstico socioeconômico, estudo de títulos, valorização de imóveis, acompanhamento às famílias. No caso da provisão habitacional, além do anterior, destinou-se uma compensação econômica para cobrir os gastos gerados pelos trâmites e pelo deslocamento de moradia, o pagamento de aluguel temporário, a adjudicação de subsídios e a entrega e titulação dos prédios.

Os participantes reconhecem a provisão habitacional como melhoria que dignifica sua vida (Figura 36). Os novos apartamentos foram habitados pelas famílias que antes moravam em barracos no leito das bacias e por outros vizinhos que moravam em condições de alta precariedade urbana. Brand (2010) adverte como o processo de melhoria, legalização e de reassentamento das famílias não teve nenhum despejo, nenhuma aquisição de terras que não fosse por acordo voluntário e nenhum custo significativo para a população, devido aos subsídios federais, locais e às contribuições de outras entidades, focando-se no projeto.

Figura 36 – Intervenção do córrego *Juan Bobo* bairro, *Andalusía*, antes e depois do PUI-nor.

Fonte: Figura do lado esquerdo - EDU (2010); figura do lado direito. Disponível em: <<http://cinturonverde.wordpress.com/tag/barrios-sostenibles/>>. Acesso em: 3 out. de 2016.

⁶¹ A estratégia de proteção a moradores (hoje formulada como Política Pública de Proteção a Moradores e Atividades Econômicas e Produtivas pela Escola de Planejamento Urbano Regional da Faculdade de Arquitetura da *Universidad Nacional de Colômbia*, sede Medellín) dá marco ao PR para o atendimento individual e coletivo de pessoas removidas pela construção de obra pública, de forma a contribuir para o reestabelecimento dos níveis de vida tidos antes da remoção, e sua melhora referida a atividades econômicas, infraestrutura básica de serviços e equipamentos sociais. A execução do programa implica a formação de um comitê comunitário para a participação ativa e permanente da população envolvida nas diferentes fases metodológicas, assim como a aplicação de compensações econômicas [...] e o pagamento de aluguel temporário, com limite máximo de até \$200.000 (DÍAZ; RIVERA, 2008, p. 44-54).

Não obstante, nos relatos dos moradores se encontram tensões que advertem dificuldades na implementação do PR. Uma delas é a falta de integralidade do Projeto Urbano. Desde o início, o PUI-nor foi pensado com ênfase no espaço público, mas, com o decorrer do processo, foi apresentado como projeto articulador de várias ações governamentais num mesmo território, que reuniu obras estratégicas de cidade, espaços públicos de menor escala e melhoramento integral dos bairros *Andalucía* e *A Francia*. Desse modo, o PUI consegue ser integral apenas ao ser observado com perspectiva zonal pela reunião de todos os componentes que conjugam o desenvolvimento urbano, porém nas diferentes áreas de intervenção é parcial, focalizado e incompleto.

A fusão de tão variadas ações em um mesmo projeto descumpre, em palavras de um dos beneficiários, a pretensão da Política do Melhoramento Integral de Bairros - PMIB, visto que esta se concretizou, predominantemente, na provisão habitacional e, pontualmente, em melhoras ambientais, mobilidade urbana – adequação de ruas (Figura 37) –, construção de pontes (Figura 38) e caminhos para pedestres; com mínima provisão de espaços e equipamentos públicos.

Figura 37 – *Calle 107* localizada no setor de *Andalucía*.
Fonte: EDU (2007).

Figura 38 – *Ponte A Paz* – à esquerda – no bairro *Villa del Socorro* e *O Mirador* – à direita – no bairro *A Francia*.
Fonte: EDU (2007).

Ao descumprimento das orientações da PMIB, soma-se a disputa pelo controle do território por parte de agentes armados que levou a que a prefeitura militarizasse a consolidação habitacional de *Juan Bobo* para poder finalizar a obra. O cotidiano vivificou “as cobranças extorsivas em nome da segurança da maquinaria, do material de construção das obras físicas e do pessoal contratado” (EDU, Ata 8, *Juan Bobo Sector Andalucía e Villa Niza*, maio 16/2006b; PÉREZ, 2010, p. 40).

O longo tempo de espera refletiu negativamente nas famílias que saíram de suas moradias para pagar aluguel temporário. O valor do auxílio oferecido pelo governo para saldar os aluguéis era inferior ao que se cobrava de fato no mercado, além disso, era pago com atraso. Algumas das implicações sofridas foram ter que sair do aluguel e enfrentar a cobrança contínua dos proprietários. A interrupção do sustento derivado de atividades econômicas localizadas nas moradias registra-se como outra forte alteração que afetou as famílias. Essas dificuldades fazem notório o descumprimento da política de compensação econômica.

Essas dificuldades geraram confrontações entre moradores, agentes ilegais e poder público. Os mecanismos populares para chamar a atenção foram citações públicas a funcionários, *derechos de petición* e denúncias públicas pelos meios de comunicação local (Figura 39). Houve, também, ameaças de acorrentamento dentro de uma cabine do *Metrocable* (curiosamente, eles não conheciam a experiência de acorrentamento dos moradores de *Santo Domingo Savio*) e reuniões comunitárias. Os participantes admitem como, após a implementação desses mecanismos de pressão, sentiam-se, de novo, “escutados e atendidos”. Particularmente, lembra-se que frente à ameaça do acorrentamento, a resposta da prefeitura foi imediata. Os moradores insistem em que eles planejaram essa estratégia porque sabem que a prefeitura não gosta que os turistas vejam esse tipo de cena.

Uma estratégia de parte dos moradores que permitiu de certa forma o controle da intervenção foi sua presença contínua e vigilante durante o processo de construção. A principal incidência foi a implantação de pequenos equipamentos úteis para a reunião coletiva (fogões comunitários ao lado dos prédios, academias ao ar livre) e para a segurança pessoal (corrimãos), a demolição de obras que não atendiam as características técnicas adequadas à população (foi o caso de uma plataforma para pessoas com deficiência física) e que se evitou a retirada de uma árvore considerada pelos habitantes patrimônio ambiental do bairro.

As estratégias populares nascidas do inconformismo social, tanto em *Santo Domingo Savio* quanto na *Herrera*, possibilitaram que a participação tomasse parte no destino comunitário. Para isso, foi preciso a vinculação de outros agentes e instâncias políticas, o

surgimento de novos processos de escuta e diálogo e o estabelecimento de negociações para a reivindicação de direitos. Finalmente, geraram-se melhorias para a população, as quais visibilizam um importante avanço registrado na fala de um líder, dizendo ter sido essencial que a “institucionalidade chegasse e ficasse aqui, perto de nós”.

COMUNICADO DE OPINION PUBLICA

Los habitantes de los barrios **LA FRANCIA Y ANDALUCIA** sector **QUEBRADA LA HERRERA**, denunciamos ante la comunidad Medellinense el incumplimiento por parte de la administración municipal a través de ISVIMED en las ejecuciones del PROYECTO DE CONSOLIDACIÓN HABITACIONAL DE LA QUEBRADA LA HERRERA.

- Desde la administración anterior se concibió el proyecto en mención, generando la reubicación de algunos de los habitantes bajo la modalidad de arrendamiento con la promesa que en seis meses estarían viviendo en apartamentos nuevos subsidiados por la nación, el departamento y el municipio.
- Por disposición de la EDU las viviendas fueron demolidas para construir las nuevas casas. Ya se van a cumplir dos años y a la fecha solo se han realizado algunos muros de consolidación del terreno, pero de las viviendas nada.
- Sucedió todo lo contrario, antes que mejorar la calidad de vida, ésta se ha afectado considerablemente, a tal punto que el incumplimiento en pago de los arriendos por parte de la administración ha llevado a que sean los habitantes los que tengan que cubrir este costo, con el fin de evitar ser expulsados de las casas. Dejando así de cubrir otras necesidades básicas como la alimentación y el pago de servicios públicos.
- El monto estipulado para el pago de arrendamiento no alcanza a cubrir las cifras que los arrendatarios tienen, lo que lleva a incrementar los gastos familiares. Situación que afecta emocional y psicológicamente a las personas. Esto sin contar con aquellas familias que tuvieron que salir de su hábitat afectando de manera directa el modo de vivir de las personas.
- Son varias las ocasiones en que la administración ha programado asambleas con los habitantes para aclarar estas situaciones, pero no llegan o cancelan la reunión un día antes. Esto es un engaño más para personas de estrato humilde que construyeron sus viviendas con gran esfuerzo.
- Ya se han agotado las vías del dialogo y del derecho y aun así no hay solución a estas dificultades.
- Los habitantes manifiestan Inconformismos y la situación está generando descontentos y conflictos que son difíciles manejar.
- La situación de orden publico a raíz de las zonas desoladas por la demolición se esta tornando difícil, pues jóvenes de otros barrios están convirtiendo esta zona en sitios para la prostitución y la drogadicción

EXIGIMOS LA SOLUCION INMEDIATA A ESTOS FLAGELOS POR PARTE DE LA ADMINISTRACION

O ¿DONDE QUEDO LA CONTINUIDAD DE LA QUE TANTO SE HABLÓ EN CAMPAÑA?

¡¡¡¡¡ VIVAMOS

INVITAMOS A LAS ORGANIZACIONES SOCIALES Y COMUNITARIAS PARA QUE SE UNAN A ESTA MANIFESTACION DE INCONFORMIDAD.

**COMITÉ DE DEFENSA LA FRANCIA Y ANDALUCIA Y
COMITÉ DE DEFENSA LA QUEBRADA LA HERRERA**

Figura 39 - Comunicado de opinião pública, bairro A Francia.
Fonte: Faber Alonso Murillo, líder comunitário do bairro A Francia (2009).

2.5 Impasses e avanços da participação no PUI-nor: para uma política de direitos?

A política urbana de Medellín tem sido influenciada historicamente por referências internacionais, difundidas como modelos urbanos por agências multilaterais, e implementadas a nível local pelo poder público e o setor privado para transformar a cidade. O “Modelo Medellín”, instituído pelo Urbanismo Social como política pública recente, e concretizado pelo PUI-nor como instrumento urbano, incorpora essa força imanente que vem de fora, mas em confluência dialética com forças de dentro.

Os referentes de fora, como consultorias, intercâmbios acadêmicos, contribuições conceituais-metodológicas e experiências encarregadas de transferir conhecimentos entre cidades, estão sintonizados com visões que tendem porque os governos locais implementem processos de planejamento estratégico que posicionam as cidades na agenda urbana mundial. Esses processos são ilustrados por exemplos de boas práticas e bom governo. No caso de Medellín, ressaltam as contribuições do modelo Barcelona, predominantemente, em espaço público como atrativo de turismo, e do programa Favela Bairro, com o melhoramento integral de bairros; ambos referentes modeladores do PUI-nor.

Os referentes de dentro também orientam o US: o espaço público e o melhoramento integral de bairros como alinhamentos de política próprios; os aprendizados das intervenções urbanas em assentamentos precários de Medellín; a problemática urbana presente nos bairros populares; e a luta social pela reivindicação de direitos como principal expressão da participação.

O PUI-nor calca-se como experiência de planejamento participativo contemporânea, na qual convergem esses referentes que vêm e vão de fora para dentro e de dentro para fora, e que na atualidade se reproduzem em diferentes latitudes. Como produto dessa convergência, que claramente mostra uma relação entre política, economia e sociedade, engendram-se **tensões e disputas** que justamente colocam à prova as pretensões do US, isto é, do “Modelo Medellín”.

O Urbanismo Social fundamentou sua pretensão social e econômica em noções de cidade, planejamento, gestão urbana e participação, incorporadas como referentes comuns, mas que abrigam finalidades incompatíveis. Essa tensão, transferida para o PUI-nor, visibilizou-se no afastamento e deslocamento do interesse institucional das prioridades sociais, operando, simultaneamente, a promoção de cenários participativos para que a população afetada fosse protagonista.

No caso de *Santo Domingo Savio*, a garantia do direito à cidade com equipamentos e espaços públicos monumentais, vista como influência de “fora” e implantada na realidade do bairro, com uma forte perspectiva econômica, revela uma disputa. O direito ao espaço público norteado pelo US impõe-se sobre o direito à moradia, orientado pelo Plano de Regularização e Legalização Urbanística 2001-2003, e priorizado como necessidade social pelos moradores. Dessa maneira, no processo participativo o espaço público experimenta-se como imposição que suplanta tanto a política habitacional quanto a necessidade social referida no direito à moradia. Desse modo, a disputa revelaria a prevalência do viés econômico sobre o social.

Desde o início, tem sido reiterada a afirmação de que o US constitui-se na confluência dialética entre referentes de fora e dentro, mas produto do desenvolvimento do processo participativo; adverte-se um desfecho no qual se ressalta a mercantilização da cidade em meio ao reconhecimento parcial e focalizado de direitos. Precisamente esse fato é mais notório em *Santo Domingo Savio* e *Andalucia*, setores interferidos com grandes obras projetadas desde a institucionalidade para o aquecimento da economia local, o turismo e a ativação do comércio.

É preciso também reconhecer os avanços da gestão e do planejamento urbano. Abalizam-se experiências que rompem a cultura do clientelismo, a corrupção e a fraqueza institucional, guiadas por princípios de transparência no investimento público; planejamento sem improvisação; pretensões de integrar numa intervenção todos os instrumentos de desenvolvimento urbano; operações públicas articuladas e descentralizadas às zonas de intervenção.

Em termos de **participação popular**, aponta-se a uma progressiva importância, na qual se destaca seu posicionamento como peça fundamental no planejamento urbano, materializada em uma metodologia de intervenção construída em contato com a realidade local e os moradores. Essa metodologia garantiu o direito a participar mediante a habilitação de espaços públicos que propiciaram o encontro e diálogo em torno da transformação da cidade popular.

Diferentes mãos estiveram envolvidas: entidades governamentais, elite empresarial, aliados internacionais que vão desde organismos cooperadores até consultores, representantes da universidade, de organizações não governamentais, de organizações sociais e moradores sem vinculação organizacional.

Foi possível observar como o encontro desses agentes heterogêneos em seus interesses originou um relacionamento de forças que se articularam, mas que também entraram em disputa. Encontram-se momentos de articulação coletiva e de trabalho conjunto; de luta pela

defesa de motivações particulares que antepuseram o benefício pessoal – geralmente econômico – ao coletivo; e de divergência radical que implicaram processos de negociação. No desfecho da disputa, a luta foi estratégia de resistência social frente à impossibilidade de fazer efetivo o direito a decidir sobre o destino dos bairros populares.

Nesse jogo de forças, destaca-se a disputa entre pretensões institucionais, prioridades sociais e interesses particulares de agentes ilegais. Ainda que a oficialidade pretendesse uma participação baseada na corresponsabilidade, na confiança e no diálogo aberto e contínuo, que superasse seu exercício tradicional como estratégia legitimatória do projeto, imposto “desde cima”, a verdade é que as relações de poder assinalam a hegemonia do interesse institucional e dos agentes ilegais sobre o social. A decisão política sobre como se projetariam os bairros populares foi tomada pelo poder público, as melhoras surgidas durante o processo foram aproveitadas pelos criminosos, enquanto a participação popular veio a legitimar o interesse institucional e a luta social a disputá-lo no que podia.

Nesse sentido, foi notório o surgimento da participação “desde baixo”, como expressão de luta social que colocou outras pautas urbanas em jogo: a defesa da permanência no lugar de origem, a inclusão de alguns elementos associados ao espaço público e à moradia, a presença institucional nos bairros como garantia de direitos humanos. Sustenta-se que a partilha de poder foi limitada e restrita pelo fato de acontecer sobre uma decisão já tomada. Dessa forma, as oficinas de imaginários e os comitês comunitários possibilitaram a consulta e notificação sobre o que iria suceder, assim como o debate, a negociação e decisão em torno do que já estava decidido⁶².

As estratégias participativas que se ativaram à margem dos alinhamentos do PUI-nor demonstram a grande riqueza sociopolítica do processo pela sua contribuição para a construção democrática. Elas evidenciaram como o conflito e a disputa presentes asseguraram o bom andamento da intervenção em termos da obtenção de ganhos e melhorias não pactuadas inicialmente pelo PUI-nor, como a contratação de mão de obra proveniente dos moradores dos bairros, a participação nos comitês de obra, a construção da *Casa de Justicia*, do restaurante escolar e o aumento do valor pela compra-venda das moradias em *Santo Domingo Savio*, o cumprimento do pactuado nas consolidações habitacionais, entre outros.

⁶² Nos processos participativos desenvolvidos no âmbito da política urbana de assentamentos precários observa-se como problema estrutural o fato de se confundir “consulta, informação e notificação com participação”, que remete à decisão. Essas falhas na corresponsabilidade são denominadas nos estudos de Magalhães (2016, p. 263-290), nas favelas de Rio de Janeiro, como processos participativos de aparência enganosa. Nesse contexto, o autor afirma que não se tem notícia de experiência efetiva de planejamento participativo de favelas referente a decisões fundamentais sobre a futura organização desses espaços. Desde o PUI-nor apoia-se esse argumento.

Reconhece-se que no processo de intervenção garantiram-se melhorias, tangíveis e intangíveis: poder habitar uma moradia digna com conexão de serviços públicos domiciliários; permanecer no lugar de origem (no caso de *Juan Bobo* e *A Herrera*); poder sair e aproveitar a rua e se mobilizar entre setores; sentir identidade e pertencimento pelo lugar habitado; e dispor de equipamentos públicos e infraestrutura e de novos serviços – educação, saúde, transporte, lazer, cultura, esporte, segurança, comércio e economia local –.

No entanto, do ponto de vista da experiência vivida, observa-se a homogeneização da cidade popular mediante a construção de espaços públicos que desconsideram as diferenças dos habitantes. Essa construção, da mesma forma que os bens e serviços recentemente instalados, focaliza-se em centralidades urbanas atraentes de dinâmicas da cidade formal em bairros que continuam sendo precários, marcando novas pautas no cotidiano, que apresentam novos avanços e impasses.

As tensões e os avanços descritos não ficam restritos ao âmbito do processo participativo no PUI-nor, projetam-se na apropriação dos espaços públicos, não bem conhecidas nem publicadas. O PUI-nor promoveu um ordenamento dos espaços públicos que anuncia mudanças no cotidiano da população, alterando seus imaginários, suas formas de habitar os bairros, de atuar e interagir. Debruçou-se na identificação dessas mudanças para analisar se a apropriação em curso está em função da cultura e das necessidades sociais, contribuindo para a democratização do espaço público, ou para a lógica do mercado. Sobre esse aspecto se deterá o Título seguinte.

3 A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

A disputa entre forças de dentro e de fora

Figura 40 – Lixeira de cabeça para baixo: apropriação social que confronta o uso orientado pela institucionalidade (exemplo de contra-uso).
Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016)¹.

¹ As fotografias, registradas durante os percursos pelos espaços públicos na zona nordeste, e as oficinas participativas pertencem ao arquivo da pesquisa e foram registradas por Luis Alberto Hincapié, Henry Valencia, Christian Álvarez e Lizet Roldán.

Abordado com antecedência o arcabouço político-institucional Urbanismo Social e discutido no cenário participativo do PUI-nor, propõe-se agora o estudo da apropriação do espaço construído para desvendar seu rumo à democratização ou à mercantilização da cidade popular. Desse modo, este Título tem por pretensão revelar os avanços e impasses do processo de urbanização em relação à transformação da apropriação do espaço público construído; sendo que três questões interligadas o desenvolvem.

Na primeira, traz-se uma breve síntese sobre a precariedade urbana e a apropriação do espaço público antes da intervenção, e sobre o que o US prefigurou para enfrentá-las. Nessa aproximação, enfatiza-se nos inegáveis avanços da política para assentamentos precários e na valorização dos moradores que vivenciaram a transformação impulsionada pela urbanização.

Na segunda questão mostra-se como essa face da transformação revela só uma parte da realidade; na sequência, esclarecemos a disputa com as contradições e possibilidades que cernem a apropriação do espaço construído e as que afloram de relações ocultas, só perceptíveis ao se experimentar e observar o cotidiano atual, da mão dos moradores. Trata-se como diz Ribeiro (2009, p. 148), de esclarecer os sentidos da ação social que implica o estudo dos vínculos entre sujeito social, conjuntura e lugar. Veremos como da ação combinada do crime, poder público, turista, comerciante e morador (não armado) surgem formas de apropriação que sustentam a recomposição das dinâmicas urbanas, apresentando uma nova faceta da cidade periférica.

Na terceira e última questão, argumenta-se como na transformação da apropriação do espaço público tem incidência: a) o cotidiano violento da zona nordeste, que se repete, mas também se reinventa e se ressignifica com novos agentes e práticas, fazendo hoje a trama urbana mais complexa; b) o duplo caráter da participação vivido durante o processo de intervenção: “participação imaginária” e sua realização como prática em disputa; c) a descontinuidade da política urbana, que hoje assume uma forma “semipresente”, presente através dos funcionários que operam os equipamentos, e ausente na condução da transformação que está à mercê do “poder em armas”, da lógica do mercado e da necessidade social. Nessa realidade, renovam-se bandeiras de luta social que resistem ao esquecimento da história dos bairros populares e à “privatização” dos espaços públicos.

3.1 Reescrevendo a cidade popular. Da antiga à nova realidade

No Título 1 catalogou-se o cotidiano da ZNE, antes do PUI-nor, como restritivo e desfavorável pela precariedade, pobreza, violência, exclusão, desigualdade social e crise de

governabilidade vivida em um ambiente de abertura do mercado. Não obstante, demonstra-se como esses fenômenos, constituintes da problemática urbana, eram, por sua vez, motores da luta social. Relembramos como essa zona caracterizava-se pela deficiência de espaços e equipamentos para a prestação de serviços urbanos, tendo como correlato o menor ICV, IDH e IEP da cidade. A apropriação dos espaços públicos encontrava-se totalmente dominada pelos grupos armados. O temor dos moradores, de serem vítimas da violência em qualquer de suas variadas manifestações, instaurou-se como código de relacionamento comum que reforçava a fragmentação socioespacial. Esse cotidiano marcou um imaginário refletido no sentimento de vergonha por habitar no setor e de não pertencimento à cidade. O afastamento com a cidade formal e o sentimento de não se sentir parte dela resume-se numa frase comum na fala dos habitantes “Vou para Medellín”.

No Título 2, argumentou-se como a política pública do Urbanismo Social tentou responder a essa problemática mediante a implementação do PUI-nor que incluiu o espaço público e o melhoramento integral de bairros como garantia de direitos, e, por sua vez, a ativação do mercado como sinônimo de competitividade. Uma vez intervinda a ZNE sob esses preceitos, perguntamo-nos pelos avanços no enfrentamento desse cotidiano restritivo.

A literatura existente sobre a transformação territorial, ao nível local, repousa majoritariamente em relatórios oficiais e, minoritariamente, em estudos acadêmicos. Mas a grande difusão acontece em escala internacional, promovida pelo marketing urbano, visível em notícias de jornais, entrevistas, eventos, artigos de revistas, e em numerosos prêmios². Baseada nessa documentação, complementada com fontes orais e observações participantes, trazem-se as transformações mais notórias e as mais publicadas. Veremos como todas elas destacam-se pelo aproveitamento dos espaços e equipamentos públicos segundo os usos planejados pela institucionalidade e para os quais foram construídos.

² Para maior informação ver: MONTANER, J.; MUXÍ, Z. *Medellín, el derecho a la ciudad*. La Vanguardia 5 de nov. 2008. Disponível em: <<http://arqa.com/actualidad/colaboraciones/medellin-el-derecho-a-la-ciudad-2.html>>. Acesso em: 16 mar. de 2014. *O que se deve copiar de Medellín não são os projetos, mas a metodologia*. Disponível em: <<http://www.cau.br.gov.br/?p=49766>>. Publicado em 29/11/2015. Acesso em: 11 mar. de 2016. LUDWIG, S. *El Milagro Medellín*. The Economist, Reino Unido, 7 de junho Disponível em: <<http://www.economist.com/news/americas/21603432-transformation-colombias-second-city-will-be-hard-copy-trouble-miracles>>. Acesso em: 11 março de 2016. VALENCIA, J. *El desarrollo urbano de Medellín es ejemplar*. Disponível em: eltiempo.com. Publicado em 7 set. de 2015. Medellín: uma cidade sem arame farpado. Publicação 7 out. de 2013. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/urbanidades/2013/10/07/medellin-uma-cidade-sem-arame-farpado/>>. Acesso em: 15 nov. de 2013.

3.1.1 A transformação recente da Medellín popular. O usufruto dos novos privilégios urbanos³

A construção de espaços e equipamentos públicos e de unidades habitacionais, vinculada a ações de saneamento, regularização e legalização, mobilidade urbana, segurança e convívio, dá o caráter integral ao projeto urbano. A intervenção cobriu 158 hectares das *comunas* 1-2 que beneficiaram a 170 mil pessoas localizadas em 11 bairros aproximadamente, gerando uma transformação físico-urbanística e socioeconômica visível na diminuição da violência, aumento do espaço público, dinamização da economia, melhora da mobilidade urbana e possibilidade de se ter uma vida digna. Essas melhorias contribuem para o aumento do ICV, IDH e IEP da zona; na visibilidade e abertura dos bairros e na mudança do imaginário dos habitantes.

Incidiram, na **diminuição da violência**, fatores anteriores à intervenção como o processo de negociação e a entrada da institucionalidade nos bairros, com a construção do *Metrocable* e já, desde o PUI-nor, com a construção de *Casas de Justicia* e de estações de polícia. Concretamente a diminuição reportada em números oficiais mostra uma redução de 75% dos homicídios como grande avanço, passando de 98 a 26 homicídios por 100.000 habitantes.

A tranquilidade é o mais destacado na fala das pessoas, quem advertem uma transformação profunda: “a morte é escassa por aqui, na atualidade nenhum lugar é considerado perigoso”; “acabou-se o temor de morrer no percurso entre um bairro e outro”; “pode-se abrir a porta da casa sem receio de que um morto vá cair nos seus pés”; “pode-se sair a qualquer hora sem aquele temor de não se saber se vai chegar com vida ao lugar de destino”; “pode-se abrir uma lixeira sem medo de encontrar uma pessoa morta”; “pode-se falar e debater com cuidado e sendo estratégicos, antes não podíamos pronunciar uma palavra”; “pode-se estar com a porta aberta e não acontece nada”; “podemos contar histórias, percorrer e sentir nosso território”; “nunca mais houve nenhum enfrentamento, roubo, morte, nem estupro”. Essas práticas que demonstram mudanças eram, até antes de 2004, impensáveis, popularizaram-se como o imaginário social mais forte, tanto entre moradores como visitantes.

³ Grande parte da informação deste subtítulo deriva de pesquisas das quais participei: “Medellín, uma cidade construída a várias mãos. A participação em programas urbanos, no período de 1970-2010, realizada durante 2011-2012 pelo grupo MASO da UdeA em parceria com a prefeitura municipal; e “Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários. São Paulo/Brasil - Medellín/Colômbia, realizada durante 2014-2016, financiada pela FAPESP (São Paulo-Brasil) e pela Vice-reitoria de Pesquisa da *Universidad de Antioquia* (Medellín-Colômbia)”.

Para os moradores essa mudança está fazendo com que se reescreva uma nova história de suas vidas e de seus bairros, na qual a marca da “antiga” guerra já não está presente no cotidiano das novas gerações, porém se mantem nas lembranças e nos lugares. Respira-se um novo sentido de vida, de civilidade, de convívio, do público.

Além dos números que registram a diminuição da violência e sua incidência no cotidiano, a construção de espaços e equipamentos públicos realizou-se em lugares altamente conflitivos, violentos e perigosos, contribuindo para experiências que exorcizaram o medo e renovaram o uso do público mediante novas práticas: o encontro, a reunião social, o convívio, a construção de acordos e de pactos sociais (AdeM e BID, 2009, p. 26; AdeM, 2011b, p.18).

O diagnóstico dramático no ano 2004, que prevaleceu durante 53 anos em *Santo Domingo Savio*, *Granizal Popular* e *Andalucía*, mudou com o aumento de 125.000 m² de espaço público, implicando que este passasse de um índice de 0.65 a 1,7 m²/hab. Contudo, ainda se reconhece que esse avanço é insuficiente se comparado com a meta proposta pelo PEEPM (AdeM e EDU, 2007; AdeM, 2008, p. 174).

Outra das mudanças tem relação com a existência de espaços e equipamentos públicos que possibilitam o acesso a novos bens e serviços. Um morador alude como antes do PUI-nor não tinham quase nada, sendo que o pouco que possuíam havia sido construído com suas próprias mãos, com muito esforço, enquanto hoje os bairros oferecem muitos serviços que atraem a moradores e a pessoas de fora.

Não ronda mais o medo, olhares esquivos, horas silenciosas, lugares vetados para transitar. Hoje, uma realidade carregada de simbolismos renovados, associados à tranquilidade, segurança e à presença estatal, está fazendo com que se mude a forma de interagir e com que o espaço público – a rua – passe de ser estreita, obscura e fechada a ampla, iluminada e aberta, com vitalidade urbana ao poder ser habitada, transitada e usufruída.

Esses simbolismos são visíveis nos murais desenhados pela galeria urbana: *Pintando la esperanza*, que contribuíram por meio da representação artística dos desejos dos habitantes: convívio, paz, família, trabalho coletivo, amor, festa, religião, cuidado do meio ambiente, esporte. Muitas dessas alegorias artísticas constituem hoje patrimônio simbólico da ZNE.

Os grafites, renovados periodicamente, são desenhados por diferentes moradores que os fazem por diversão ou são pagos pela prefeitura ou as JAC. Durante os percursos, deparamo-nos em uma barraca com a seguinte lenda “Porque em nossos territórios não se cultiva a guerra”, e uma loja de bairro chamada *La Paz*. No mural, de cor amarelo da figura

46, repousam os nomes das pessoas assassinadas durante a guerra em *Santo Domingo Savio*. É uma lembrança dolorosa que não se esquece, mas que em letra de cor vermelha diz “que não nos volte a acontecer”.

A paz como principal mensagem da intervenção e desejo dos moradores é colocada em murais, grafites e em nomes de lojas de bairro que aludem à violência histórica que não querem que se repita (Figura 41).

Figura 41 – Manifestações cotidianas de paz em espaços públicos.
Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Os espaços, equipamentos e as soluções habitacionais construídas viabilizam novas “comodidades” que valorizam a vida familiar, comunitária e melhoram o cotidiano. Disponibilizaram-se espaços para a assistência à saúde e educação, para formação e capacitação, organização e participação social, para a manifestação da festa, da arte popular, do esporte, para o encontro coletivo e a mobilidade urbana; os quais permitem a vinculação de habitantes a processos de cidade e do mundo.

Os moradores veem que a transformação vai mais além do aumento quantitativo de espaços e equipamentos públicos ou da construção de moradia; para eles, a transformação é mudança de imaginários, comportamentos e relacionamentos, que, em suas palavras, é considerada como benefício que gera consciência urbana. Assim, cria-se a possibilidade de passar de “não se ter bons colégios para estudar, a tê-los”; “de não se ter lugares para nos reunir, a tê-los”; “de se morar num barraco, a ter uma casa digna para habitar”; “de se jogar o

lixo no córrego a ter pontos fixos onde depositar o lixo”; “de se ter escadas e sendeiros a ter pontes que conectam os bairros” (Figura 42).

Figura 42 – Mudanças, derivadas do PUI-nor, em equipamento público, moradia, saneamento ambiental e mobilidade urbana.

Fonte: EDU (2007); Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Parques, praças, quadras esportivas e sendeiros são usados e aproveitados por crianças, jovens, adultos e pessoas da terceira idade para a realização de atividades culturais, educativas, artísticas, esportivas e de lazer. Variadas práticas de proteção são observadas nestes espaços, que vão desde lavá-los, escová-los, adorná-los com flores e cadeiras; assim como a alusão a que o espaço público é para todos sem discriminação (Figura 43).

Essas formas de apropriação marcam diferenças em relação aos espaços vazios e residuais de antes, em conflito permanente.

Figura 43 – Manifestações do cuidado do espaço público, escadas próximas ao *Parque Mirador Santo Domingo Savio* (esquerda), *Parque La Imaginación* bairro *Villa del Socorro* (direita).

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Instituições educativas como o *Antonio Derka* e *A Candelaria* em *Santo Domingo Savio* e o colégio de qualidade no setor *Santa Cruz*, bairro *Moscu*, melhoraram a infraestrutura e prestação do serviço. Agora se dispõe de novos programas de educação para adultos. Esses equipamentos foram pensados pela institucionalidade como referente de inclusão social. O prefeito da época, Sergio Fajardo, argumentava que a construção de colégios de qualidade nos lugares onde a presença do Estado tem sido mínima gera uma educação de qualidade e um espaço digno. E explicava que quando um menino pobre pode aceder a uma boa sala para estudar, com condições ótimas, o que se está enviando é uma poderosa mensagem de inclusão social. Esse menino poderá ter sua autoestima renovada, aprenderá mais facilmente e, com certeza, não sonhará em virar delinquente na vida adulta. Essa é uma mensagem profunda de transformação social, essa é a revolução (SÁNCHEZ, 2010).

O *Parque Biblioteca España* promove serviços de acesso gratuito como: salas de internet, empréstimo de livros, leitura, música, arte, exposições, sala de brinquedos, galerias para artistas populares, auditório, programas para crianças, para a terceira idade; que contribuem para a participação comunitária, a educação e o convívio. Os novos sentidos outorgados pelos usuários à biblioteca (lembrada como antigo local de desova de vítimas) associam-se ao conhecimento, à liberdade de expressão, reconhecimento de outros, à valorização da condição humana. Para alguns deles a sensação de ficar longe da cidade acabou com o acesso à biblioteca: “sinto que ela me aproxima à cidade”; “a biblioteca era minha casa”; “sem a biblioteca eu seria outro ser humano”; “nós viemos de famílias, escolas e de sociedades onde não somos escutados; na biblioteca fomos escutados e reconhecidos”.

No espaço onde foi construído o *Cedezo*, um dos poucos lugares que não tem simbologia associada à violência, é lembrado pela existência de moradias e como referente comunitário que reunia moradores em torno da venda e distribuição de carne de porco. Esse equipamento, na atualidade de cobertura zonal, foi incorporado à vida da população como benfeitoria que contribui para a ativação do comércio formal e informal, desenvolvendo-se como ponto de intermediação laboral, assessoria técnica e oferecimento de créditos para a criação de pequenos negócios.

Entre 2005 e 2015, seis setores econômicos concentraram 47% destes investimentos na *Comuna 1*: alimentos, confecções, artesanato, limpeza, restaurantes e comercialização de produtos (AdeM, 2015b). Junto a essa ativação econômica, os moradores catalogam como impacto positivo a presença de entidades bancárias no bairro por facilitar o pagamento dos

serviços públicos e a realização de transações básicas; trâmites que antes da intervenção tinham que ser feitos no centro da cidade.

Antes da *construção da Casa de Justicia*, em *Santo Domingo Savio*, o lugar havia sido, inicialmente, uma casa velha abandonada, depois, uma estação de polícia retirada no começo da década de 1990 por grupos criminosos, e, posteriormente, usado para cometer atos delitivos. Um vizinho comenta como a rua próxima à sua casa era um “calvário”: “frequentemente banhada em sangue das pessoas assassinadas”. Com a nova construção, tudo mudou. Na atualidade, em tal edificação, pode-se pagar os serviços públicos, há uma *Comissária de Família*; *Sisben*, *Inder*, o Programa de *Buen comienzo*, polícia comunitária, e emprestam-se salas para reunião social. A construção, mesmo grande em sua infraestrutura, continuou prestando nível básico de atendimento em segurança.

A principal melhora na **mobilidade urbana** veio com o *Metrocable*, depois, com as linhas de ônibus conectadas ao sistema de transporte massivo (*Metrocable*, *Metroplus* e *Metrô*) e com a construção de caminhos, ruas, escadas e as pontes *De Guadua*, *La Paz* e *O Mirador*. A conexão que hoje se pode aproveitar não é só física, mas também social porque se permite circular a pé ou de moto, investir menos tempo para se chegar ao lugar de destino, e encontrar amigos de infância e familiares que antes não se podiam visitar. “Podemos descer e subir a cidade, sentimo-nos perto dela, antes não nos pertencia porque estava distante de nossas possibilidades”.

Interviram-se nas ruas que hoje são nicho da atividade econômica na medida em que concentram serviços de todo tipo, favorecendo o consumo local e externo. Antes a economia estava baseada em cooperativas de origem popular, que eram as principais fontes geradoras de emprego; a oferta de comércio que era mínima, assim como a presença de veículos, de pessoas de outros setores da cidade, e de estrangeiros. Agora a variedade de negócios e mercadorias é abundante, tal e como se apresenta na figura 44, bem como a afluência de visitantes e de automotores. Esse dinamismo econômico gera oportunidades de emprego, melhorando as condições de vida.

A *Calle Bulevar Puerto Rico* em *Santo Domingo Savio*, antes chamada “As delícias de Puerto Rico”, era associada a um lugar de morte, barulhento, ponto de encontro social e com circulação de veículos; agora é um dos lugares com maior dinamismo econômico do bairro. Na *Calle 107*, em *Andalucía*, antes predominava o uso residencial, enquanto hoje o comercial e pouquíssimo residencial. Nessa rua, dispôs-se um corredor viário com calçadas para a

circulação do pedestre, modificando-a para um único sentido, pois antes funcionava em dois (subir e descer), e dinamizou-se a atividade comercial do setor.

Figura 44 – Crescimento da atividade econômica entre 2004 e 2008 em *Santo Domingo Savio*.
Fonte: Elaboração própria com base na cartografia subministrada pela Prefeitura de Medellín (2016).

A **dignificação da vida** foi atingida com a construção de 120 apartamentos novos, 116 melhoras de moradia, 236 processos de legalização e 196m² de novos equipamentos comunitários em *Juan bobo*; e 126 apartamentos novos e 85 melhoras de moradia na *Herrera*. Já na centralidade de *Santo Domingo Savio*, só se trabalhou na melhora de fachadas. A intervenção é associada com limpeza, beleza, trabalho em equipe, autocuidado, proveito individual e coletivo. A transformação para as famílias beneficiárias significou passar de estarem localizadas em barracos, em área de alto risco, a prédios seguros dotados de serviços públicos domiciliários. Para a prefeitura, tratava-se de que as famílias realocadas *in situ* pudessem ter uma moradia digna em um ambiente protegido por elas mesmas; daí a realização de jornadas de sensibilização e de limpeza dos córregos e a ornamentação de zonas verdes, apoiadas por entidades públicas (EDU, 2008b).

3.1.2 A repercussão da transformação territorial no cotidiano dos moradores e da cidade

A transformação da zona nordeste e de Medellín, ocorrida em apenas uma década, derivou da ação mancomunada entre agências internacionais, poder público, empresa privada

moradores, ONGs e universidade, com várias repercussões que enunciamos a seguir. Evidencia-se, por exemplo, o aumento considerável do índice de qualidade de vida (Gráfico 8) e de desenvolvimento humano da zona (Gráfico 9).

Gráfico 8 - Evolução do Índice de Qualidade de Vida, comunas 1-2 de Medellín, 1997-2009.
Fonte: DAPM (2002-2010).

Índice criado pela prefeitura de Medellín no local para medir a qualidade da moradia, o acesso aos serviços públicos domiciliares, o capital humano, a escolaridade, a demografia, a saúde e o emprego.

Gráfico 9 - Evolução do Índice de desenvolvimento Humano, comunas 1-2 de Medellín, 2001-2010.
Fonte: DAPM (2002-2010).

Índice criado pelo Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para medir a esperança de vida ao nascer, a educação e o salário.

Talvez uma das transformações mais destacadas na literatura com reflexo na cidade seja a **competitividade**. Como produto da vinculação ao mercado global, Medellín tem sido sede de inúmeros eventos internacionais e é, na atualidade, referente obrigatório de turismo, e um dos territórios da Colômbia com maior investimento estrangeiro (AdeM, 2011b, p.12). Essa transformação tem também efeito na enorme atenção midiática encarregada de difundir os benefícios do modelo Medellín, capaz de reverter o quadro desolador em que a cidade se encontrava.

No âmbito nacional e local, a difusão esteve centrada em apresentar a zona antes e depois da intervenção, sendo o principal exemplo *Santo Domingo Savio*. Realizaram-se

emissões de rádios e televisivas, vídeos, convites aos usuários do *Metrocable* para descer da estação e visitar o bairro, atividades culturais e de capacitação a microempresários no *Cedezo*, visitas de comerciantes à zona (EDU, Ata 10 *Santo Domingo Savio* jul. 25/2005). Após a implementação do PUI-nor, lideranças eram requisitadas pela mídia local para narrar a experiência vivida mediante entrevistas, apresentações em eventos públicos e programas televisivos.

Já, no âmbito internacional, a difusão do modelo Medellín visibilizou-se de diversas maneiras. Durante 2008 e 2011 foi criado o Observatório de Políticas Públicas da Prefeitura de Medellín - OPPPM, promovido pela Assembleia da Organização dos Estados Americanos - OEA para registrar, documentar e replicar a experiência de Medellín. Por sua vez, a partir de 2009, a ACI alcançou a realização bianual do Seminário Internacional sobre Urbanismo Social como cenário para projetar a cidade e a gestão urbana (EDU, 2008a, p. 6).

Em 2011, publicou-se o livro “Medellín, guía de la transformación ciudadana, 2004-2011”; posteriormente, foi formulado um projeto de cooperação técnica para sistematizar a experiência de gestão pública da cidade, no marco do qual se publicou, em 2012, o livro “Laboratório Medellín. Catálogo de dez práticas vivas”, em associação com a *Agencia de Cooperación e Inversión de Medellín y el Área Metropolitana* - ACM, o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e ONU-Habitat.

Ainda em 2014, foi sistematizada a experiência Proyecto Urbano Integral PUI-nor 2012-2015 publicado com o título *Modelo de transformación urbana*, em associação com a Universidad EAFIT, a Agência Francesa de Desenvolvimento e a EDU.

Para Velásquez (2011a, p. 75, 76), essa difusão tem significado “a atração de outras agências de cooperação como a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD [...] que hoje assume várias formas, como o crédito outorgado para a construção do *Tranvía de Ayacucho* e dois *Metrocables* complementários [...]”. Em 2011, essa mesma agência realizou um estudo sobre o US e contribuiu para a formulação do *Plano Bio 2030*⁴; no mesmo ano, Medellín também adiantou, ante o BID, recursos para financiar a intervenção *Cinturón Verde Metropolitano*⁵.

⁴ É o Plano Diretor de Medellín e do Valle de Aburrá, com caráter estratégico e metropolitano, que assume os desafios da globalização em ambiente, mobilidade e transporte, e em espaço público, orientados ao modelo de ocupação compacto de crescimento para dentro (AdeM, 2011b).

⁵ Estratégia de planejamento e transformação integral do território, a longo prazo, para a consolidação ordenada, equilibrada e equitativa das zonas de encontro entre o rural e o urbano, que implica a operação de programas e projetos da prefeitura de Medellín e dos municípios que conformam o Valle de Aburrá. Disponível em: <<http://www.edu.gov.co>>. Acesso em: 10 jan. de 2017.

Como resultado do marketing urbano, com respaldo no planejamento urbano participativo e estratégico, criou-se uma nova imagem de Medellín que passou de cidade mais perigosa e violenta do planeta a mais moderna, cosmopolita, educada, pacificada e inclusiva. Como se observa na figura 45, a transformação da cidade, catalogada segundo critérios das “boas práticas”, ganhou grande visibilidade entre 2008 e 2016 devido a premiações nacionais e internacionais como cidade modelo.

Figura 45 – Linha do tempo das premiações obtidas pelo modelo Medellín entre 2004 e 2016.

Fonte: Elaboração própria mediante a exploração de publicações registradas em artigos de revista e em jornais.

Para a institucionalidade, os prêmios recebidos constituem um instrumento estratégico ao contribuir para o posicionamento de Medellín e da região no cenário internacional, difundindo aprendizados em diferentes temáticas (AdeM, 2015a, p. 122-123).

Na figura 45 também se pode apreciar a grande efetividade e posicionamento do marketing urbano como elemento chave do planejamento estratégico que começou com as prefeituras que implementaram os PUIs, mas que continuou, com maior força, durante as outras até o presente.

Observa-se como as melhoras resultantes da nova imagem da cidade e do acesso a bens e serviços urbanos têm um impacto no imaginário do morador e de externos sobre os bairros populares: muda a imagem negativa do território esquecido, excluído, violento a lugar tranquilo, atrativo e desejável para habitar. De fato, em muitas das conversas com os moradores emerge como consideração comum que os bairros da zona nordeste são hoje o melhor setor de Medellín para morar.

Geram-se sensações de segurança, tranquilidade, ordem, assim como sentimento de autoestima, orgulho, pertencimento e arraigamento territorial, inclusão e acesso à cidade, ao mundo global que favorecem a apropriação dos espaços construídos. Da parte institucional, gera-se presença nos bairros como representação de governabilidade e controle territorial. González e Carrizosa (2011, p. 128-129) argumentam como essas transformações outorgaram aos bairros novos valores e ícones simbólicos para criar esses sentimentos nos moradores, não somente com os espaços públicos construídos, mas também com as ideias de civilidade e de convívio planejadas desde o governo local.

Os avanços amplamente publicados, como a construção do *Metrocable*, a pacificação da zona, a melhora do ICV, IDH e do IEP, a inauguração do *Parque Biblioteca España* de *Santo Domingo Savio* pelos Reis da Espanha, a contínua premiação recebida em nome da transformação de Medellín, e a inclusão dos assentamentos precários à cidade formal em razão dos benefícios gerados, contribuem para a dinamização econômica, meta associada ao modelo Medellín. A diversificação do comércio, formal e informal, passou a constituir a atividade predominante dos bairros; em *Andalucía* estima-se seu crescimento em uns 400%: de 18 locais em 2004, passando aproximadamente a 300 após a intervenção (AdeM, 2008).

De um lado, a cidade competitiva está sendo dinamizada pelo **turismo** atraído pelo *Metrocable* e os espaços públicos, os quais, por sua vez, ativam o mercado informal, já que nos lugares visitados oferecem-se diversos serviços: alimentação tradicional, observação da cidade com telescópio, passeios em carrinhos e em cavalo, férias promovidas pela prefeitura e

por comerciantes do local, guias turísticos que podem ser meninos e adolescentes moradores que se aproximam dos estrangeiros para narrar a história e transformação do bairro, ou guias de empresas turísticas que levam grande quantidade de visitantes. A presença do turista é bem valorizada porque contribui para aquecer a economia do bairro, permite seu reconhecimento e visibilidade, e dá a possibilidade de conhecer pessoas de outros países.

Essas transformações mostram a abertura de habitantes e dos bairros a essas novas dinâmicas, localizadas, predominantemente, nas **centralidades urbanas** configuradas pela intervenção. Na figura 46, observa-se o crescimento dessas centralidades entre 1999 e 2014 como lugares que concentram espaços e equipamentos públicos para a prestação de diversos bens e serviços urbanos.

Figura 46 - Evolução da centralidade urbana de *Andalucía*, *Popular* e *Santo Domingo Savio*: à esquerda (1999), centro (2006), à direita (2014).

Fonte: Plano de Ordenamento Territorial de Medellín (1999; 2004; 2014).

O mapa da esquerda salienta como em 1999 só existia consolidada uma centralidade, a de *Santo Domingo Savio*, que servia para o bairro e a zona; o mapa do centro registra como em 2006, durante a intervenção do PUI-nor, consolidaram-se outras centralidades de bairro como a de *Andalucía* e *Villa del Socorro*; já no mapa da direita em 2014 é notório o aumento de centralidades, como a do bairro do *Popular*, enquanto a de *Santo Domingo*, além de crescer, passou de bairro e zona a ser catalogada pelo POT como centralidade de cidade.

Reconhecer o direito à cidade da população tradicionalmente excluída implicou que o poder público gerasse instrumentos possibilitando que os benefícios da urbanização ficassem em mãos dos moradores. Alzate e Vanegas (2017, p. 133-145) afirmam que o PUI-nor produziu mudanças positivas nas condições de habitabilidade e melhoras nos serviços urbanos, mas isto tem como reflexo o incremento no valor cadastral dos imóveis e seu correspondente efeito na taxa predial, na estratificação socioeconômica e nos serviços públicos domiciliários⁶. Esses incrementos podem impactar de maneira desfavorável no investimento familiar, assim como provocar a expulsão involuntária ou voluntária da população.

Para diminuir a expulsão de moradores dos territórios de origem, a prefeitura, além de garantir o direito à permanência da população no local, evitando a ruptura dos laços socioespaciais (no caso de *Juan Bobo e A Herrera*), também implementou outras estratégias: a) no caso da estratificação socioeconômica com incidência direta no aumento da tarifa dos serviços públicos domiciliários, as medidas tomadas foram, de um lado, subsidiar dita tarifa em correspondência com a capacidade de pagamento da população⁷, e implementar o “Programa Mínimo Vital de Água Potável”⁸ às famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza – auspicia-se serviços públicos de aqueduto e esgoto até 2.5 metros cúbicos por mês –; b) no caso do aumento do valor cadastral, estabeleceram-se tarifas diferenciais para atenuar o impacto econômico na população recém integrada à legalidade. Isto foi atingido pela atualização do estatuto tributário (taxa predial⁹ e taxa de indústria e comércio¹⁰).

⁶ Essa estratificação serve, principalmente, para cobrar, de maneira diferenciada, os serviços públicos domiciliários, permitindo assignar subsídios e cobrar prestações. O pagamento se realiza segundo a estratificação socioeconômica dos imóveis classificados em um intervalo entre 1 e 6, sendo os estratos 1, 2 e 3 os mais baixos por abranger usuários com menores recursos que são subsidiados no pagamento dos serviços públicos; os estratos 5 e 6 são os mais altos por abarcar usuários com maiores recursos econômicos, que, portanto, devem pagar sobrecustos realizados sobre o valor dos serviços públicos. O estrato 4 não é beneficiário de subsídios, nem deve pagar sobrecustos, porém paga exatamente o valor que a empresa prestadora dos serviços públicos define como custo da prestação. Quem tem maior capacidade econômica paga mais pelos serviços públicos domiciliários, contribuindo para o pagamento das prestações da população com menor possibilidade (Lei 142/1994).

⁷ O Fundo de Solidariedade e Redistribuição de Ingressos foi criado no Município de Medellín mediante o Acordo 42/2003 e regulamentado pelo Decreto Municipal 0864/2004. Esse fundo implementa os subsídios que beneficiam a usuários dos estratos socioeconômicos entre o 1 e 3, no acesso a serviços de aqueduto, esgoto e coleta de lixo. No caso específico do PUI, a prefeitura estabeleceu, como subsídio da tarifa dos serviços públicos domiciliários, a cobrança equivalente ao estrato 1, correspondente com a capacidade de pagamento da população de assentamentos precários. Esse subsídio foi oferecido em um período compreendido entre 5 e 10 anos, com a possibilidade de renovação por decisão do *Concejo Municipal*.

⁸ Programa expedido no marco da declaração do direito à água potável e ao saneamento básico realizado pela Assembleia General das Nações Unidas em 2010 (Resolução 64/292 de 2010), e institucionalizado na cidade mediante Decreto 1889/2011 e o Acordo 06/2011.

⁹ Segundo a normatividade colombiana, a atualização cadastral deve se realizar a cada 5 anos correspondendo à valorização da propriedade, que, no caso dos bairros da zona nordeste, aumentou com a melhora da moradia e do entorno.

Até aqui sintetizamos brevemente a realidade do espaço público antes da intervenção; o orientado pelo Urbanismo Social para atendê-la como parte da problemática urbana; as principais transformações territoriais derivadas do processo de urbanização; assim como os instrumentos urbanos que na atualidade tentam garantir o direito à cidade.

Reconhece-se que o processo de urbanização foi efetivo na medida em que garantiu alguns direitos e gerou ganhos para os moradores, mas também é preciso dar luz às micro transformações, que vão além das mudanças físico-urbanísticas e socioeconômicas mais visíveis. Trata-se das mudanças nas relações e práticas sociais que ocultam conflitos, que são muito pouco reconhecidas e publicadas, que se evitam e não se tornam manifestas, porém estão ali, constantes, latentes, implícitas, constituindo o cotidiano, sendo só perceptíveis na análise minuciosa das atuais dinâmicas urbanas, da mão dos moradores.

Assim como trouxemos os avanços da urbanização em termos das melhoras para moradores e cidade, também examinamos os impasses, isto é, o que se está levando, o que não gerou ainda o prometido, e o que se está reproduzindo como cotidiano restrito e desfavorável. Por conseguinte, propõe-se desvendar as formas de regulamento da vida cotidiana, que tencionam os avanços apresentados. Nesse cenário, manifesta-se uma nova face da disputa pela produção de cidade popular contemporânea, a várias mãos.

3.2 O cotidiano “falando”. A outra face da transformação da apropriação dos espaços públicos¹¹

Ainda que se explorem as transformações ocorridas com posterioridade ao PUI-nor, é inegável que a grande mudança da zona nordeste começou com a construção do *Metrocable* seguida do processo de negociação realizado entre governo e paramilitares em 2003. Na fala dos moradores, adverte-se como a sua história se divide em antes e depois do *Metrocable*, comumente associada com uma mudança radical que trouxe: ativação da economia, presença de bases policiais e militares nos bairros e de turistas. O *Metrocable*, o processo de negociação e o PUI-nor engendraram as condições que permitem aos bairros populares se abrirem a novas dinâmicas da cidade formal; em palavras de um deles “nos permite sonhar que é possível”.

¹⁰ Taxa sobre as atividades econômicas e de serviços mercantis, incrementadas pela intervenção.

¹¹ As referências sobre as novas formas de apropriação do espaço público e a disputa na produção de cidade popular contemporânea no âmbito da participação e do planejamento urbano foram publicadas em Sánchez (2015); Sánchez, Hincapié (2016; 2017); e Sánchez, Moraes (2016).

Hoje adverte-se outra face da cidade popular, na qual o cotidiano restritivo persiste e se aprofunda, mas, por sua vez, muda, ressignificando-se e reinventando-se.

Neste título, revela-se a transformação da apropriação do espaço popular, tornando manifestas contradições e possibilidades. Examina-se o que está por trás dessa transformação que, de maneira oculta, ancora-se no contexto generalizado de dominação e controle, de dinamização econômica e de centralidades urbanas configuradas como “territórios de exceção”.

A **contradição** principal assoma como “contra-uso” emergente do processo de produção de espaço na zona nordeste que revela a falta de correspondência entre o uso para o qual foram desenhados os espaços públicos, e a apropriação que surge de interesses políticos, econômicos e de necessidades sociais. Visibiliza-se também como a presença de diversos agentes gera uma apropriação disputadíssima, e, na balança de poderes, os moradores resistem às formas de dominação e controle impostas pelo crime e o poder público. A **possibilidade** surge dessa disputa, vista aqui como (re)apropriação “residual”¹² liderada pelas camadas juvenis com anseios de contar novas histórias através da festa, música, leitura, arte, teatro e grafite, que ativam e depositam novos referentes coletivos nos espaços.

Algumas questões são levantadas em virtude dessa contradição e possibilidade: Altera-se a vida da população e o valor do lugar pela razão da falta de espaços, equipamentos públicos, de mobilidade urbana e moradia ao acesso à cidade como bem coletivo e a sua apropriação? Que ganhos e perdas derivam-se do processo de urbanização? O que muda e permanece no cotidiano? Que reflexões podem se realizar sobre a dimensão democrática da intervenção com rebatimento na participação e na política urbana? São algumas das perguntas que permitem desvendar a disputa pela produção de cidade a “várias mãos”.

Desvendar a disputa na apropriação do espaço produzido, as permanências e mudanças na matriz de agentes que historicamente produziram a cidade popular, com seus respectivos interesses, relações, e formas de apropriação do espaço público, como se aprofunda a seguir, foi possível mediante a escuta, acompanhamento, observação, interação e reflexão coletiva sobre o cotidiano dos bairros populares. Realizaram-se oficinas e percursos participativos, observação participante, entrevistas a moradores e lideranças, grupo focal e análise de fotografias de antes e depois da intervenção. Esse trabalho, denominado “A

¹² Duas premissas extraem-se de Lefebvre, úteis para a nossa análise: o marco para a compreensão da produção social do espaço desde o concebido, percebido e vivido, sendo o vivido capturado na apropriação; e o resíduo, entendido como semente escondida, oculta, que brota instantaneamente, potencial, possibilidade de transformação, ponto de fuga da dominação, manipulação e alienação. Pode aparecer como apropriação que manifesta outras maneiras de usar o espaço.

memória se constrói caminhando”, foi liderado pelo grupo Maso da UdeA em conjunto com habitantes dos diferentes bairros da zona nordeste¹³ (Figura 47).

Figura 47 - Moradores dos bairros da zona nordeste e pesquisadores do Maso que participaram no trabalho de campo “A memória se constrói caminhando”.
Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

3.2.1 A violência nos segue rondando. Bairros populares abertos a um poder instituído por armas

No Título 1 é claro o passado de ilegitimidade e ingovernabilidade que levou aos bairros da ZNE a serem microterritórios fechados para o governo e até para seus próprios habitantes, ao estarem dominados pelo crime em suas variadas formas. Com o PUI-nor,

¹³ Entre fevereiro e maio de 2016, configurou-se um coletivo de interessados no tema, chegando a 19, sendo três pesquisadores de Maso e 16 habitantes do bairro. O grupo foi conformado por homens e mulheres com conhecimento da realidade atual das *comunas* 1 e 2, e com vinculação a processos sociais de bairro e zona. Privilegiou-se a participação de jovens adultos entre 20-30 anos com abertura a outros setores populacionais, não necessariamente organizados nem atuando em representação de coletivos sociais (dos habitantes, três se encontram na faixa de idade entre 11-14 anos; oito pessoas entre 17-24, três entre 25-29, e dois entre 30-45). Dessa forma, participaram habitantes da zona sem vínculo organizativo, e habitantes vinculados a organizações de base, como a Corporação *Mi Comuna* 2, a Mesa de Direitos Humanos e a Junta de Ação Comunal de *Santo Domingo Savio* da *comuna* 1 e os participantes adscritos aos programas da biblioteca e os vinculados a comitês culturais das JAC dos bairros. O grupo representava os diferentes bairros impactados pelo PUI-nor.

abrem-se e resgatam-se os bairros para o controle institucional e facilita-se a “pacificação territorial”. Porém, muda-se esse histórico cotidiano de violência?

Hoje, pode-se afirmar que os agentes ilegais dominam o cotidiano dos bairros, tendo como finalidade o lucro econômico. Após a apropriação observada em campo, podemos entender como essa dominação atinge o imaginário coletivo, o comportamento individual e coletivo, as relações sociais e os usos do espaço público. O aproveitamento das melhoras da intervenção, para benefício individual, sobressai na ação do agente ilegal.

As violências opressoras

As práticas ilegais que continuam se apresentando são: atuação no mercado imobiliário informal, regulando a compra e venda de terras; a construção e ocupação de moradias; a estipulação do valor dos lotes e do aluguel de prédios; a decisão de quem pode ou não habitar nos bairros. É recorrente o impedimento à livre mobilidade urbana; a interferência no ativismo comunitário; e simultaneamente, estes agentes atuam como rede de apoio para regular os conflitos cotidianos, a segurança e a tranquilidade dos bairros.

Além de dominar o negócio das drogas, monopolizar sua distribuição e venda, assomam novos mercados ilegais em Medellín, denominados no estudo realizado por Giraldo, Rendón e Duncan (2014) como “mercado criminal”. Segundo os autores, esse mercado dinamiza a produção, a distribuição, a comercialização e o consumo de bens e serviços, legais ou ilegais, que, mesmo sendo tolerados socialmente, atuam por fora do marco regulatório e de controle do poder público, bem como por sua ausência ou omissão.

Como produto de entrevistas, falas espontâneas com moradores, revisão de literatura e de notícias locais, inteiramo-nos da existência desse mercado nos bairros. Somente esses grupos podem distribuir, permitir o acesso e estipular o preço de alguns produtos básicos de consumo diário como *arepas*, ovos e gás, sendo superior o valor estabelecido no mercado formal; também monopolizam a venda, porta a porta, de produtos lácteos (queijo e iogurte), impondo dissimuladamente às pessoas sobre a compra dos produtos que podem ser pagos posteriormente.

Estes grupos também se financiam com cobranças pelo uso do espaço público construído, realizadas aos comerciantes pela vigilância e segurança dos negócios; aos proprietários de veículos pelo estacionamento; aos moradores pelo uso de algumas quadras

esportivas¹⁴. Também cobram pelo ingresso de mercadorias nos bairros e pelo depósito de escombros em calçadas construídas pela intervenção, impedindo a livre circulação dos pedestres e desconsiderando as moléstias causadas aos vizinhos (Figura 48).

“O espaço público virou escombro”

Figura 48 – Regulação do cotidiano pelo viés da ocupação do espaço público com escombros.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Também se conheceu que esse poder instituído controla os ganhos provenientes dos guias turísticos (Figura 49) - atividade recente no bairro - e da prostituição.

Figura 49 – Regulação do cotidiano pelo viés do turismo.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

A modalidade da prostituição mudou bastante, tanto antes quanto hoje as mulheres, maiores de idade, mobilizam-se até o centro da cidade em busca de clientes, mas, na atualidade, o “negócio” que se desenvolve dentro dos bairros é a prostituição infantil, consumida pelos mesmos *muchachos* e turistas. A figura 50 foi capturada em um dos nossos percursos, em que estávamos parados diante de um córrego, analisando suas mudanças, quando, de repente, três dos integrantes observaram como um motorista de um veículo com velocidade muito devagar chamou a três meninas que estavam paradas numa esquina. Falaram algo entre si, e elas subiram no carro.

¹⁴ *Buscan recuperar los parques de la comuna Popular de Medellín*. Publicado por PAREJA D. 20 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-13531575>>. Acesso em: 22 mar. de 2016.

Figura 50 – Regulação do cotidiano pelo viés da prostituição infantil.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

As ocupações também constituem uma das atividades delitivas. A figura 51 registra a ocupação de espaços vazios com barracos construídos para o funcionamento do tráfico de drogas. A maioria desses espaços, antes habitados por famílias removidas por estarem localizadas em zona de alto risco, seriam destinados à construção de parques, mas até agora continuam vazios e sendo ocupados por agentes ilegais e famílias sem moradia.

Figura 51 – Barraco construído pelos agentes ilegais no bairro A Francia.

Fonte: Arquivo fotográfico Maso (2016).

A regulação do cotidiano é clara e direta por impor práticas de ordem como a coleta de lixo, devendo ser acatadas, pois em caso de descumprimento a pessoa deverá pagar multa e será agredida fisicamente. Vimos plaquinhas colocadas em diferentes pontos de coleta de lixo que aludiam a não se depositar lixo fora dos dias de recolhimento (Figura 52).

Figura 52 – Placa de advertência sobre depositar lixo fora dos dias de coleta no bairro *Popular*.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Igualmente são vigiados os comportamentos e as conversas em lugares públicos, de modo que caso as pessoas se queixem ou façam alguma crítica, serão reprimidas com castigo. Um morador comentou em um dos percursos que estava no *Mirador* do bairro *Granizal* com um grupo de amigos e que estavam fazendo uma crítica às mudanças do lugar:

Repentinamente um vigilante que estava próximo nos escutando se dirigiu aos muchachos, falando-lhes que estávamos fazendo barulho; imediatamente eles chegaram e começaram a nos atacar. Isso me indignou muito, então falei com um membro da família (referindo-se a um dos muchachos) sobre o acontecido e tive como resposta: “Parceiro, fale com seus amiguinhos para que não andem abrindo a boca”.

O reconhecimento de algumas das práticas descritas durante os percursos gerou um ambiente tenso. Por exemplo, a mobilidade urbana “restrita” é um fato naturalizado pelos moradores: para entrar e percorrer alguns dos bairros a equipe de trabalho foi informada de que tinha que solicitar a licença dos *muchachos*. Em outra ocasião, não foi permitido o registro fotográfico e conhecemos experiências de pessoas externas aos bairros que têm tido de pagar para poder entrar e fazer algum trabalho de campo na região.

Durante o percurso por um mesmo bairro fomos abordados em cinco ocasiões por diferentes homens que indagavam sobre o que estávamos fazendo e sua finalidade; também ocorreram momentos em que fomos vigiados ou observados com desconfiança. Não somente a presença dos *muchachos* nos ameaçava; nossa presença coletiva, com uso da mesma camisa e boné com a frase “A memória se constrói caminhando”, afugentou em mais de uma ocasião os consumidores de droga dos espaços públicos, construídos pelo PUI-nor, que terminavam por ir embora quando percebiam que nós íamos ficar observando e conversando com as pessoas a respeito da apropriação do lugar. Nossa presença também atraiu pessoas que ofereciam serviços ou que narravam problemas múltiplos ocorridos nos espaços públicos.

Pelo visto, as práticas ilegais comprometem tanto a apropriação do espaço privado quanto do público, com implicações no cotidiano que alguns moradores catalogam positivas e outros como negativas, incidindo, como veremos mais adiante, na legitimação do espaço (ou não).

As vozes dos moradores sustentam que a violência atual usa estratégias camufladas, silenciosas e difíceis de verificar, mas que para eles são visíveis e experimentadas no seu cotidiano. Com o domínio do mercado ilegal de droga, produtos de consumo diário, do espaço público, turismo e prostituição infantil, está-se constrangendo a população, generalizando a dependência dos consumidores de alucinógenos, usurpando a renda econômica familiar, gerando caos nos bairros, privatizando o público e gerando um imaginário falso de segurança, no qual a população deve pagar por sua proteção, precisamente a quem lhe pode fazer mal. Dos muitos depoimentos que resumem a insatisfação dos moradores, citam-se alguns que emergiram durante os percursos pelos bairros:

Semanalmente todo mundo tem que pagar cotas diferentes, dependendo de se você tem carro para estacionar, negócio, ou até pela mesma compra de produtos que somos obrigados a comprar, ou pela segurança e proteção do bairro. Eles vêm a minha casa a cada semana e pedem a colaboração para os muchachos do bairro, eu pago três mil pesos; eu o faço para evitar problemas porque eles têm armas e eu tenho família. Quando as pessoas se negam a colaborar já sabem o que lhes espera: advertências, ameaças, despejos ou até morte ou desaparecimentos

Nós sempre comprávamos umas arepas muito gostosas a um senhor que tinha seu negócio faz tempo. Um dia os muchachos disseram-lhe que não podia continuar fazendo nem vendendo arepas porque eles iam pegar esse negócio. Por isso o senhor terminou com a produção delas, que agora são vendidas por eles. Acho que essa é uma forma de não permitir que as pessoas trabalhem.

No bairro A *Francia*, que tem um alto déficit de espaço público, o PUI-nor construiu um pequeno parque que foi apropriado completamente pelos *muchachos*. Nunca se vê uma criança brincando ali. Antes dessa obra, o lugar era também ocupado por eles. Segundo uma moradora, antes e depois da intervenção a apropriação do lugar não mudou.

Em *Andalucía*, após a construção do *Metrocable* e do PUI-nor, uma habitante relata como se instaurou um comportamento implícito no cotidiano, que não se sabe de onde veio ou quem o impôs: no eixo do *Metrocable* não pode haver comportamentos inadequados que possam ser caracterizados como brigas ou assassinatos, pois se precisa manter a ordem. Todo o mal que aconteça tem que ser fora desse perímetro.

A reinvenção das formas de violência

Dessas relações opressoras que mercantilizam o espaço público recentemente construído pelo PUI-nor, afloram “**contra-usos**”. Trata-se de uma apropriação que inverte o uso ideal regido pela institucionalidade. O ideal era que os espaços construídos fossem cenários abertos para a reunião, o encontro e o aproveitamento social, mas a apropriação dominante está fazendo com que se usurpe o caráter público do espaço para se tornar um lugar monopolizado, cada vez mais fechado, usado como “zona de tolerância” que permite a realização de atividades ilegais, porém toleradas socialmente.

A vivência dos moradores mostra que a realização dessas atividades muda dependendo de se é de dia ou noite, suscitando uma apropriação diferente do espaço. Por exemplo, o *Parque Candelaria* no *Santo Domingo Savio* tem de dia um uso comercial e à noite consomem-se droga e álcool, ademais, vende-se comida rápida em postos que invadem o espaço público (que devem ser pagos aos *muchachos*).

As anteriores práticas levam a que os moradores sustentem que a violência continua “pegando fogo”, que se trata de uma “violência silenciada e dissimulada” e que o cotidiano dos bairros vai no ritmo que os agentes ilegais impõem, pois são estes quem orientam o que é possível fazer (ou não). Concluindo, o controle territorial foi e continua sendo ilegal, mas verificam-se algumas mudanças no seu *modus operandi*.

Evidencia-se, portanto, nessa nova lógica, a passagem de vários grupos ilegais, atuando em um mesmo bairro, a estruturas criminosas hegemônicas que centralizam sua ação; de poucas fontes de financiamento ao estabelecimento de múltiplos mercados criminosos; do uso de facões e punhais a armas e artefatos explosivos sofisticados; do barulho contínuo de disparos em vários sentidos que anunciava a morte ao uso de silenciadores e desaparecimentos que a dissimulam e escondem; de disputa aberta com o poder público ao estabelecimento de pactos que regulam as formas de violência e fazem com que coexistam o poder legal e o ilegal. Esse regulamento é visível no fato de que para que os *muchachos* possam brigar, roubar ou assassinar, é necessário pedir licença a comandos maiores: “solicitamos licença pra brigar, solicitamos luz verde”, escutou um habitante de dois dos *muchachos* dizendo que queriam se enfrentar.

As feridas continuam abertas, mas vendadas. De fato, em nossos percursos deparamo-nos com ruas totalmente vazias e silenciosas em horas determinadas. A explicação que davam os moradores é que esses espaços tinham ficado marcados pelos atos violentos que

aconteciam sempre na mesma hora, e que, dessa forma, a população também ficou marcada. A sensação de medo e perigo ainda rondam os pensamentos a tal ponto que ainda que se disponham de novas pontes, ruas e caminhos, há pessoas que evitam usá-los devido a sua localização em lugares que ficaram evidenciados pelos anos de violência.

Outro fato lembra que a memória urbana de violência persiste no presente. Mesmo hoje, muitos dos espaços são reconhecidos pela população devido a sua associação com a guerra, sendo algo totalmente naturalizado. Por exemplo, um endereço é sempre localizado tendo como referência a existência de grupos criminosos, ou por se associar a um lugar onde foi assassinado algum *muchacho* importante ou porque ali funciona uma “boca de fumo”.

Embora se reconheça que o mesmo PUI-nor tivesse como propósito mudar esse imaginário violento por referentes de paz, vê-se que – no caso da estratégia *Galeria Urbana: Pintando La Esperanza* – o uso icônico religioso, como o coração de Jesus, o menino Deus e a Virgem Maria (Figura 53), pelo contrário, reforçou e legitimou o que se pretendia evitar. Constatou-se em todos os percursos que os elementos populares mais comuns nos bairros são os símbolos religiosos, os córregos e as “bocas de fumo”. Durante a década de 1990 muitos dos ícones religiosos foram construídos e mantidos fervorosamente pelo “poder em armas”. Sua localização estratégica, geralmente próxima às biqueiras, representa o desejo de proteção e cuidado dos lugares que possibilitam a reunião, o encontro, o consumo, a venda, o armazenamento e a distribuição de droga.

Esta “fé armada” também se instaura como proteção divina para a maioria de moradores, e alimento para sua espiritualidade.

Figura 53 – Regulação do cotidiano pelo viés dos ícones religiosos.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

3.2.2 Dois grupos, um só poder. Bairros populares abertos, mas não resgatados para o controle institucional

Já vimos que os grupos à margem da lei atuam abertamente com os moradores, mas de forma oculta aos olhos externos. Como coexiste e se relaciona esse poder armado-ilegal com o institucional-legal? Sustentamos que persiste o domínio do espaço pelo poder ilegal, sendo mais forte do que o poder “legal”. Aparentemente, revela-se a antiga disputa pelo controle do território, mas hoje em meio a um conflito silencioso, sem enfrentamento: “a violência se invisibiliza”.

Veremos como ambos os agentes exercem controle diferenciado sobre o território e a população, porém mediante suas ações geram-se sensações de proteção, segurança e convívio.

Coexistência do “poder em armas” e “poder legal”

Simultaneamente à dominação do “poder em armas” entra na cena urbana o agente institucional, representado por funcionários públicos encarregados do funcionamento dos equipamentos e de zelar pela segurança e proteção da população (Figura 54).

Segundo relatos dos moradores, saltam à vista diferenças entre um e outro poder; a mais importante é a efetividade para atender os problemas cotidianos: “a polícia é uma figura virtual, um adorno nos nossos bairros; simula ter controle, mas quem realmente soluciona nossos problemas são os *muchachos*, são eles que mandam”.

Figura 54 – Polícia presente no cotidiano dos bairros populares.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Fazem presença gestores culturais, esportivos, educadores, promotores de saúde, assessores de créditos e, principalmente, representantes de organismos de segurança pública como a polícia. As *Casas de Justicia*, as inspeções policiais e os agentes de polícia transitando a pé, de carro e moto, são atualmente cenas comuns que geram um ambiente de ordem e controle.

O mecanismo usado pelo “poder em armas-ilegal”, pelo viés da força e da violência, atua de maneira rápida e efetiva, enquanto o institucional é burocrático (precisa preencher papéis e ter testemunhas), demora muito, e, na maioria das vezes, não é efetivo. Nesse sentido, a mesma população que convive em meio aos dois poderes, reconhece quando deve acudir a um ou ao outro.

Para o habitante comum, a polícia serve para dar a imagem de ordem e controle, passar revista, ajudar a solucionar impasses menores e prender os chefes criminosos mediante denúncias anônimas. De alguma maneira, a presença institucional intimida um pouco a ação ilegal, fazendo com que os *muchachos* se relacionem de forma diferente com a população; já não é como antes que estavam sozinhos fazendo o que queriam. Agora há um agente legal observando suas ações, e, mais ainda, uma população que pode denunciá-los.

Não obstante, esse imaginário tênue de utilidade social perde-se diante de práticas que desmentem a função pública da polícia. Múltiplas experiências evidenciam a sua falta de efetividade e manifestam a proximidade entre a polícia e o poder em armas-ilegal: “a polícia conhece a localização das biqueiras e os lugares onde vendem bebidas alcoólicas alteradas e não fazem nada”; “eu mesmo tenho visto a polícia distribuindo drogas com os *muchachos*, eles têm certo convívio pacífico, disfarçado de disputa”; “a polícia também atropela e ameaça as pessoas”. Essas práticas fazem com que os moradores não acreditem na “lei” e que ela perca autoridade e legitimidade.

De fato, argumentam que o controle ilegal consolida-se e se nutre da mesma fraqueza e falta de efetividade do cumprimento da função pública. Se se contasse com uma força pública que de verdade realizara seu trabalho, os moradores não se veriam submetidos aos abusos que sofrem na atualidade. É a mesma desatenção do Estado a que gera a criminalidade. A realidade é que apesar de o poder público ter presença nos bairros populares, não restringiu a atuação histórica destes grupos, que, pelo contrário, fortaleceu-se.

A ação institucional visível e o “poder em armas-ilegal”, em coexistência, geram bairros limpos, tranquilos, pacíficos, seguros, com possibilidade de percorrê-los livremente pelas centralidades consolidadas, afastando a morte tão comum até pouco tempo. “Fique

tranquilo, aqui já não acontece nada, não tem mais nenhuma morte”, repetem os moradores quando os turistas lhes perguntam sobre a segurança do lugar. Esta importante transformação afetou a imagem do bairro e mesmo da cidade, que passou de a mais violenta do mundo em 1993 à “cidade modelo”. No entanto, essa nova imagem contrasta com as cifras de deslocamento forçado intra-urbano, segundo as quais, entre 2007 e 2015, 46.670 pessoas foram despejadas de sua residência devido a ameaças contra a vida feitas por atores à margem da lei. *Santo Domingo Savio* foi um dos bairros mais afetados durante os anos de 2012 e 2013 (*PERSONERÍA DE MEDELLÍN*, 2015).

A falta de sostenibilidad da política urbana: espaços públicos do PUI-nor “caindo aos pedaços”

A *sostenibilidad* estabelecida nos Pactos Ciudadãos - PCs que iria ser assegurada pela prática da corresponsabilidade ficou como retórica do projeto; em contraste, surge como contra-uso a falta de *sostenibilidad* da intervenção, que conflita com o uso institucional inicialmente depositado no espaço público. Esse “contra-uso” visível no abandono, deterioração, destruição e vandalismo das obras físicas, na reprodução de novas precariedades urbanas, na ocupação dos espaços públicos (que acaba ficando à mercê das forças dominantes, e, como veremos, das dinâmicas do mercado e da necessidade social); é causado pela falta de correspondência entre a orientação programática do PUI-nor e as necessidades comunitárias; a falta de continuidade da política urbana, de acompanhamento à apropriação social, de manutenção física das obras, de controle urbano na pós-obra – orientação, regulação e fiscalização para o ordenamento do uso do solo e adensamento (horizontal e vertical) – e de controle comunitário.

Essa realidade coloca os problemas da apropriação atual no mesmo processo participativo em que se elevou a corresponsabilidade como premissa que possibilitaria o aproveitamento, cuidado, proteção e manutenção do espaço construído. Uma estratégia principal conjugaria essa corresponsabilidade: os PCs, entendidos como instrumento pedagógico usado para assegurar o convívio e a solução pacífica dos conflitos, a sua adequada apropriação e o uso e *sostenibilidad* das obras construídas. Os PCs se visibilizam em um documento que contém os acordos estabelecidos entre prefeitura e comunidades, sendo estruturados em fases: preparatória, consenso, sistematização e controle.

No PUI-nor projetaram-se três tipos de PCs: para o uso de espaços e equipamentos públicos, o convívio de reassentamentos em propriedade horizontal e o convívio urbano. É interessante mostrar como os PCs assinados na finalização das obras reafirmavam a presença institucional nos bairros e avançavam na reconstrução do valor do público e da cidadania (PÉREZ, 2012, p. 25). González e Carrizosa (2011, p. 136) os colocam como uma forma simbólica de incluir a população em torno dos novos espaços construídos, precisamente a partir do estabelecimento de normas que pactuavam uma forma de apropriação dos mesmos e como mecanismo de conservação.

Infelizmente, as intenções dos PCs promovidas pelo poder público e aceitas pelos participantes para fortalecimento da democracia participativa ficaram como indicadores de boa prática nos relatórios de gestão das prefeituras (AdeM, 2004, p. 164) e registrados em documentos assinados pelos representantes do governo e de comitês comunitários. As reflexões geradas nas reuniões comunitárias sobre a importância de trabalhar no processo de apropriação não tiveram suficiente eco. Para os participantes era claro que, uma vez finalizada a intervenção, inauguradas e entregues as obras (Figura 55), seria preciso o acompanhamento e controle da prefeitura na pós-obra, pois seria nesse momento em que se veriam as melhorias da urbanização e seu aproveitamento. Mas não foi o que aconteceu.

Em 2007 tinham sido assinados quatro pactos cidadãos. Era o momento da atuação da corresponsabilidade para o cuidado dos espaços construídos.

Figura 55 – Inauguração do Centro de Desenvolvimento Zonal à comunidade do bairro *Santo Domingo Savio*.
Fonte: Empresa de Desenvolvimento Urbano (2007).

Constata-se que várias situações explicam as falhas dos PCs. O fato de essa estratégia não derivar dos moradores, somado à “participação imaginária” com atuação intensa na formulação, diagnóstico e execução técnica, em comparação com a pouca atenção colocada no controle, na avaliação e na pós-obra; à rápida saída dos funcionários dos bairros para poder atender a implementação de outros PUIs na cidade, e à falta de continuidade política para

implementá-la. Resultado dessa falta de continuidade o pacto não se formalizou como política pública vinculada ao modelo de gestão urbana para a *sostenibilidad* dos projetos urbanos, daí a falta de acompanhamento da transformação territorial em curso.

Encontra-se, nas narrativas, certas regularidades que ilustram essas falhas. O Pacto Cidadão realizado na entrega da ponte o *Mirador* ficou no papel, ninguém cumpriu. “Acabou a intervenção, acabou o governo”. Nos depoimentos, expressa-se como durante o processo e nos primeiros anos transcorridos desde a finalização da intervenção, o importante era a *sostenibilidad* do construído; isto é, a continuidade das ideias e da vontade política, o acompanhamento da realidade em transformação, a presença permanente da institucionalidade na zona, a manutenção das obras e o fortalecimento da organização social. Tratava-se de planejar uma transformação perdurável no tempo (informação verbal)¹⁵. Porém, não foram geradas estratégias de *sostenibilidad* durante e nem após a intervenção, e hoje as secretarias da Administração Municipal não estão associadas ao controle urbano e as comunidades não assumem essa responsabilidade¹⁶.

Assim, o ideal dos PCs como estratégia do planejamento participativo, gerou em realidade o enfraquecimento da governabilidade e da corresponsabilidade engendradas na desconfiança e incredulidade cidadã na entidade pública; o rompimento de processos sociais; a estagnação e diluição de ideias, de sonhos; a presença de ações de vandalismo sobre os espaços construídos, seu abandono e descuido.

A falta de efetivação dos PCs não tira totalmente suas vantagens como estratégia democrática. Experiências de apropriação conjuntural no final da intervenção são reconhecidas como importantes no bairro *Villa del Socorro* em *Andalucía* (AdeM 2006a, p. 65). Um dos profissionais sociais descreve como a última atividade, onde participaram aproximadamente 500 pessoas, levada a cabo para a entrega de todas as obras do PUI-nor, possibilitou o reconhecimento de todos os equipamentos construídos em toda a zona.

Foram realizadas atividades para a sensibilização sobre o uso e a apropriação dos espaços construídos mediante jornadas de limpeza do córrego na *Herrera*; jornadas de integração lideradas pelos estudantes dos colégios para a inauguração das obras; programas de empreendimento para mulheres responsáveis pela família no *Cedezo*; atividades culturais

¹⁵ TABORDA, Adolfo: depoimento [abr. 13 e maio 24/2016]; MURILLO, Faber: depoimento [jun. 18/2016]; Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín, 2016. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto Medellín, uma cidade construída a “várias mãos”? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea.

¹⁶ LÓPEZ Gloria: depoimento [jul. 30/2010]. Entrevistador: Alberto León Gutiérrez Tamayo. Medellín, 2010. Áudio e transcrição. Entrevista concedida ao projeto Formación ciudadana en perspectiva del potencial pedagógico de los estudios del territorio. Ciudadano territorial: fundamento de la democracia.

como teatro, eventos com os comerciantes da zona, shows, férias, campeonatos esportivos, sendo que todas essas ações proporcionaram a integração das pessoas de diferentes bairros da região (EDU, 2008b). Enfim, nos relatos é claro um aprendizado: a valorização do público como construção coletiva e ampliação do relacionamento sociopolítico. Não obstante, dita corresponsabilidade, como fator decisivo para a *sostenibilidad* da intervenção, não operou.

As implicações dessa falta de *sostenibilidad* são nefastas. Temos registro de espaços e equipamentos construídos entre 2004 e 2007, com altíssimo investimento, que atualmente não existem mais, como é o caso da *Ponte de Guadua*; de outros que, por problemas técnicos, estão sendo praticamente reconstruídos, como o *Parque Biblioteca España*, fechado desde dezembro de 2014 até a presente data¹⁷; outros que foram demolidos para construir novas obras, como o *Parque Pablo XI* que hoje é uma Unidade de Vida Articulada - UVA; e de outros (a maioria), que se encontra em estado completo de abandono por falta de manutenção.

A *Ponte de Guadua* (Figura 56) catalogada como “atrativo turístico”, foi uma enorme obra construída em forma de arco que permitiria a conexão entre os bairros *Santo Domingo I, II e Granizal*. A obra falhou quase imediatamente após sua finalização, não alcançando sequer a ser inaugurada.

Antes da construção em 2004

Durante a construção em 2006

Ponte quase pronta em 2007

Ponte de Guaduas colapsada em outubro 19 de 2013

Figura 56 – Processo de construção e ruínas da ponte de Guadua, bairros Santo Domingo Savio. Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016), sendo a fotografia da ponte de Guaduas, caída, de David Sánchez.

¹⁷ RODRÍGUEZ, J. publicado 11 de julho de 2012. *El caso de la Biblioteca España*. Disponível em: <<http://esferapublica.org/nfblog/?p=50952>>. Acesso: 13 agosto de 2014. El colombiano. *Reparación de la biblioteca valdría \$10.000 millones de pesos*. Disponível em: <[http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/R/reparacion_de_la_biblioteca_valdria_\\$10000_millones/rparacion_de_la_biblioteca_valdria_\\$10000_millones.asp](http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/R/reparacion_de_la_biblioteca_valdria_$10000_millones/rparacion_de_la_biblioteca_valdria_$10000_millones.asp)>. Acesso em: 12 jul. 7 de 2014.

Progressivamente seus materiais foram saqueados e hoje podem ser “vistos” em diferentes moradias do setor, adornando tetos, janelas e portas (Figura 57).

Figura 57- Moradia usando materiais da Ponte de *Guaduas*

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Segundo o Sindicato de Empregados Públicos do SENA - Sindesena, a obra é sindicada como um crime de lesão à humanidade pelo alto investimento de dinheiro em uma das regiões mais pobres de Medellín¹⁸. Na atualidade, a apropriação do lugar é uma “boca de fumo” organizada pelos *muchachos* quem aproveitam o ambiente natural para plantar flores; e, segundo os moradores, é agradável e bonito.

Particularmente, o caso do *Parque Biblioteca España* é o que mais chama a atenção da população pelo alto custo (quase o mesmo de sua construção), implicando sua reparação devido a falhas construtivas no sistema de impermeabilização e de resistência a ventos (Figura 58).

Figura 58 – Parque Biblioteca *España* em processo de reconstrução.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

As dificuldades atuais desse equipamento revivem fortes críticas associadas a que foi uma obra sem consulta às necessidades da população, removeu famílias durante sua construção, rompeu com a paisagem popular privilegiando uma externalidade de valor icônico exagerado que usa uma arquitetura mediática para promover o turismo; sendo, como a *Ponte de Guaduas*, um *elefante branco*, com um custo exagerado, enquanto o bairro continua com um

¹⁸ O custo da ponte foi de 621 milhões de pesos Medellín: *El puente de Guadua también colapso*. Publicado em outubro 31 de 2013. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/colapso-puente-de-guadua-en-medellin/363057-3>>. Acesso em: 22 mar. de 2016.

alto déficit em moradia. O *Parque Biblioteca España* é a estrutura com maior carga simbólica negativa, que hoje se reforça com seu fechamento¹⁹.

Por conseguinte, sua apropriação não tem sido fácil: ainda há pessoas e representantes de organizações sociais que não o aceitam e, portanto, não usam os serviços; a maioria dos usuários que o acessam são da *comuna* 1, sendo que as pessoas de outras *comunas* da região reclamam que a biblioteca fica longe. Os usuários e gestores reconhecem a baixa procura de alguns serviços e a falta de reconhecimento dos programas oferecidos.

Não obstante, seu fechamento trouxe uma importante oportunidade, que entendemos como uma reapropriação: o processo denominado *Parque al barrio*²⁰, liderado pela coordenação e os gestores culturais da biblioteca, em parceria com organizações sociais e ONGs da região, do grupo Maso da UdeA. Com esta estratégia evita-se o fechamento dos serviços da biblioteca, e, pelo contrário, descentralizam-se para os diferentes bairros da região, ocupando sedes de organizações, de ONG's, de colégios, de outras bibliotecas, outros espaços públicos e até moradias dos usuários.

Dessa forma, mais gente pode desfrutar e conhecer os serviços, podem se inaugurar novos programas, estabelecerem-se mais redes interinstitucionais. Segundo os gestores culturais, uma das conquistas mais importantes tem sido reconhecer as características dos usuários e suas necessidades. Isso permite realizar o sentido social do espaço público, nesse caso, não por meio da infraestrutura, e sim do serviço com alta utilidade social.

O *Parque Juan Pablo XI* (Figura 59) não conseguiu nem sequer ser lembrado na memória dos moradores. Quando perguntamos por ele a várias pessoas, nenhuma soube falar a respeito. Foi construído entre 2004-2007 e demolido durante 2012-2015.

¹⁹ *Restauración del Parque Biblioteca España*. EL TIEMPO Televisión, Publicado en enero 25 de enero del 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HGIguX3l2yQ>>. Acesso em: 27 jan. de 2017.

²⁰ Para ampliar a informação sobre a apropriação promovida pelo *Parque al barrio* ver: *El arte de mantener viva una biblioteca cerrada: la historia de 'Parque al Barrio'*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g6F83DkK-2A>>. Acesso em: 8 fev. de 2016.

Figura 59 – *Parque Pablo XI*, do lado esquerdo, em 2007, no bairro *Popular*, e a construção UVA, à direita, no mesmo lugar, em 2016.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

A falta de manutenção dos espaços construídos (Figura 60) lembra de novo o território esquecido, só que neste caso, o abandono institucional e o vandalismo são decorrentes de fraturas nos processos sociais e políticos. Informantes se referem ao PUI-nor como processo inconcluso que deixou muitas coisas boas, muitas sem continuidade, e colocam em dúvida seu caráter integral.

Figura 60 – Imagens de espaços públicos construídos pelo PUI-nor, deteriorados: Fontes de água e o *Parque del Ajedrez*, bairro *Popular*.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Dentre outras experiências em que se constata a falta de *sostenibilidad*, tornou-se cena comum a presença de lixo em lugares públicos, geralmente aqueles localizados fora das centralidades urbanas; o pessoal da limpeza não é permanente e sua presença depende da gestão comunitária.

As falhas técnicas dos espaços públicos detectadas, inclusive durante o mesmo processo de intervenção, impedem, na atualidade, seu adequado funcionamento na medida em que não permitem o uso para o que foram construídos. É o caso do *Parque de la Imaginación*, no qual a excessiva curva pendente impede a prática de *skate* para o qual foi construído; do *Parque de los niños*, com graves problemas de drenagem que faz com que se inunde quando

chove; e *Dos pozos* e das *cascadas* no bairro *Popular*, os quais estão sem água por problemas técnicos. A falta de manutenção do conjunto habitacional *A Herrera* desencadeou problemas de infiltração de água, buracos e tanques de água sem funcionamento.

A falta de restituição do sentido histórico e simbólico dos novos espaços e equipamentos é outra experiência criticada pelos moradores. O PUI-nor deixa como aprendizado que a construção de obras modernas altera usos e apropriações históricas que podem também ser demolidas ou potencializadas. A urbanização resgatou a água natural como elemento característico do bairro *Popular*, mas também contribuiu para o “esquecimento da memória de outros bairros” ao demolir lugares importantes como o antigo caminho que havia detrás do prédio onde ficou o *Parque Biblioteca*, e com a construção de prédios em lugares onde haviam zonas verdes e árvores que davam sombra. “A paisagem mudou de natureza para cimento”.

Os poucos equipamentos antes existentes no bairro *Santo Domingo Savio* eram de alto valor simbólico e social para seus moradores porque tinham sido construídos com esforço e trabalho coletivo, e porque serviam para o livre encontro. O lugar onde foi construído o *Parque A Candelaria* era o único ponto que dispunha a população para a celebração de grandes eventos. Essa possibilidade de encontro comunitário mudou para o que hoje se apresenta como uma disputa na apropriação do espaço, onde o lugar é protagonista pelo seu uso comercial-informal e como “boca de fumo” (ambos os usos controlados pelos *muchachos*). O lugar onde foi construído o *Cedezzo* era antes dedicado à distribuição e venda de carne de porco, atuando como grande ponto de encontro popular em torno à comercialização de alimentos, referente que não foi resgatado. Na *Calle Puerto Rico*, podia-se sentir o ambiente de cidade pequena, quase camponês, que agora é um caos total.

Não se trata somente de se construir obras “fisicamente belas”, trata-se de depositar sentido social aos espaços desde a história e as necessidades sociais, do contrário, incorre-se na construção de obras que, além de impostas, não promovem sua apropriação coletiva. Percebe-se um pensamento generalizado: “cimento é bom, mas tendo como referência as necessidades da população; cimento sem sensibilidade social não gera apropriação”.

Outra questão emergente é a crítica à integralidade pregoada pelo PUI-nor. Para os moradores, a integração não basta com a reunião, num mesmo território, de todas as dimensões que contribuem para o desenvolvimento urbano. Para que uma intervenção seja integral, deve-se articular essas dimensões e não fragmentá-las. As pontes ilustram bem essa questão, já que foram construídas sem vínculo com o entorno ambiental (córregos) e urbano.

A construção de prédios para moradias não esteve mediada por processos profundos de sensibilização e formação que permitiram às famílias assumir o novo estilo de vida. A maioria dos parques está “vestida pela metade” porque sua construção é apenas cimento, sem arborização.

Também aludiram a que a mudança de tamanho dos equipamentos não é sinônimo de melhora do serviço. Exemplo disso é o centro de saúde *Santo Domingo Savio*, o qual, ainda que reformado em sua estrutura física, continuou com o mesmo nível de atendimento básico (urgências) e a incorporação de um novo serviço: da sala de partos, ainda não inaugurado.

3.2.3 Entre o turista e o comerciante: dinamização do comércio como apropriação de espaço público

Como já anunciado, os espaços públicos permitem uma captura diferenciada de benefícios que, neste momento, analisamos a partir da perspectiva do visitante, focando na sua condição como morador da cidade, do país ou como estrangeiro. Esse visitante, visível no turista e no comerciante, ambos com grande incidência na produção de espaço popular, além de gerar benefícios, também dinamiza uma apropriação dos espaços públicos marcada pelo consumo.

A atração turística é promovida pelo marketing urbano que visibiliza, ao nível mundial, as benfeitorias da intervenção e a decorrência de transformações territoriais positivas para a população local, símbolo da presença estatal, do reconhecimento de direitos e de compensações sociais. Mas o marketing oculta aquilo que a intervenção e as transformações têm de desfavoráveis. Para Ivo e Magnavita (2016, p. 514) várias cidades violentas do mundo, sob a égide do capital, buscam se afirmar como imagens atraentes mediante construções simbólicas midiáticas que as configurem como redutos pacificados. Afirma-se, nesse contexto, que Medellín não é a exceção. Nessa perspectiva, na zona nordeste se destaca, especialmente, *Santo Domingo Savio*, que adquire uma especial importância por ter sido um bairro marginal, pobre e violento e atualmente ser protagonista no cenário municipal.

A forte presença do turista é um registro a mais que reafirma a abertura dos bairros para o consumo da “monumentalidade visual dos espaços públicos”²¹; assim, sua apropriação

²¹ Essa arquitetura icônica ao serviço da monumentalidade, usada como elemento estratégico para atrair o turismo, possibilita a interlocução com Guy Debord (2003) na obra “Sociedade do espetáculo”. O autor considera o turismo como subproduto da circulação das mercadorias que se reduz à distração de ir ver o que já se tornou banal, que retira da viagem o tempo, e também a realidade do espaço. Essas referências servem para

está voltada ao consumo simbólico. Esse novo agente que enxerga as mudanças até onde seus olhos lhe permitem, também captura benefícios da intervenção. A estética urbana popular com equipamentos monumentais, o cotidiano precário transformado com evidentes benefícios para a população, a presença institucional que oferece segurança, são algumas das mudanças que os visitantes podem enxergar desde o *Metrocable* ou transitando tranquilamente pelas centralidades dos bairros. Contudo, com uma inspeção mais detalhada e de vivência nos territórios, é possível reconhecer o mantimento da vulnerabilidade social e econômica, da dominação e controle ilegal e da interação social em aberta disputa com os moradores.

Não seria exagerado dizer que hoje a vida da população que mora na centralidade do bairro gira em torno da satisfação do turista, na medida em que se criam condições para que sua visita seja agradável e tranquila, proporcionando-lhe segurança e bem-estar. O turista se apropria do espaço público pelo viés do consumo supérfluo da arquitetura icônica; consome também recursos naturais escassos (água, eletricidade, gás, solo estável) recentemente disponíveis no lugar; ativa a comercialização de restaurantes, lugares de diversão, consome drogas; paga por serviços sexuais e por escutar das crianças narrativas sobre as mudanças da vida após a intervenção. Aliás, ao se escutar às várias crianças e jovens que atuam como guias turísticos, chama a atenção que a história narrada esteja afastada da tradição e dos valores populares, sendo no seu discurso protagonista o poder público que, com a construção de obras, livrou à população de dois grandíssimos maus: a violência e a pobreza.

Por fim, os benefícios materiais trazidos pelo turismo ficam nas mãos dos comerciantes locais, do poder ilegal, e, no caso dos habitantes, fica no seu imaginário a mudança positiva do bairro e da cidade, por estarem sendo visitados por pessoas de fora; e no caso do poder público é aproveitado para mudar a imagem da cidade e para movimentar a economia. Perguntamo-nos até que ponto a atividade turística, vista como grande oportunidade pelos habitantes e a prefeitura, é conflitante com os valores culturais dos moradores, isto é, com sua memória urbana. O que fica claro nessa questão é que o cotidiano está se readequando à presença e ao consumo do turista. Perdem-se, gradativamente referentes antigos do bairro enquanto que este ganha novo significado como vitrine da cidade modelo.

Embora o grande equipamento atrativo do turismo, o *Parque Biblioteca España*, encontre-se fechado, os turistas continuam chegando para observá-lo de longe e tirar fotografias. Devido ao seu fechamento, a prefeitura emitiu uma placa informativa, prestando

refletir a presença do turista como novo agente na produção dos bairros populares, que ainda que só enxergue as mudanças até onde seus olhos lhe permitem, é capaz de readequar os valores culturais da população.

contas aos turistas sobre a manutenção da obra, sendo a linguagem predominante o inglês, enquanto que o morador fica relegado a segundo plano (Figura 61).

Figura 61 – Turismo em *Santo Domingo Savio*.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Quando advertimos as mudanças nas centralidades urbanas, que giram em torno da satisfação do turista, referimo-nos também à ativação da dinâmica econômica, que ressalta como outra novidade do cotidiano; ainda que ela tenha começado com a construção do *Metrocable*, após o PUI, é evidente seu crescimento. Atualmente, o comércio é a atividade predominante, passando de pouquíssimas lojas que vendiam alimentos básicos, cigarros e bebidas alcoólicas para sofisticados estabelecimentos que oferecem grande variedade de produtos.

De todos os setores da zona nordeste, esse marcado caráter turístico, trazido pelo *Metrocable* como sistema de mobilidade metropolitano (que permite a transferência na estação de *Santo Domingo* para o parque *Arvi* no corregimento de *Santa Elena*), e pela arquitetura monumental e icônica dos equipamentos, incidiu em que a centralidade de *Santo Domingo Savio* ultrapassasse as dinâmicas de bairro e até as regionais, tornando-se numa centralidade de cidade, como se pôde observar na figura 46 associada com o crescimento das centralidades urbanas.

A economia, dinamizada pela comercialização de bens e serviços, readequa-se para beneficiar e satisfazer as necessidades de turistas e moradores. Aparece na cena popular o

investidor externo ao bairro que se aproveita das melhoras da intervenção para captura do consumo da antiga e nova população. É o caso do shopping *Bulevar del Santo* (Figura 62) que concentra em um prédio de quatro andares: supermercado, praça de alimentação e lojas, construído recentemente em frente da estação do *Metrocable* de *Santo Domingo Savio*, num local onde antes existia um bloco de moradias.

Outro exemplo de diversificação de investimentos, com incidência no deslocamento de famílias, para dar entrada no comércio, tem como referência a *Calle 107*, em *Andalucía*, antes a mais tradicional do bairro, com semeados de canha de açúcar, que era predominantemente residencial, não havia calçadas e as moradias tinham quintais grandes com árvores. Nessa rua, o dinamismo econômico atual é tal que os moradores antigos que não tiveram conseguiram criar um negócio foram embora, alugando ou vendendo suas propriedades a pessoas externas à *comuna*, geralmente comerciantes. As poucas famílias que ainda moram nessa rua sofrem as consequências de residir numa rua comercial. A mudança originada pela intervenção tirou a possibilidade de se aproveitá-la como referente coletivo; tornan-se comercial.

Esse tipo de infraestrutura traz uma dinamização comercial inexistente até antes da intervenção, que ainda gera benefícios para os moradores pela possibilidade de emprego e pela variedade de serviços que antes só estavam disponíveis no centro da cidade, no entanto, traz o aumento do valor da terra, produzindo o deslocamento “voluntário” de famílias originárias do bairro que vendem suas moradias para a implantação de negócios.

Figura 62 – *Bulevar del Santo*.
Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Essa nova realidade faz com que nos bairros populares, até há pouco tempo considerados periferia da cidade, reproduzam-se atualmente segundo as regras do mercado imobiliário. Um exemplo vivido há alguns meses, em *Andalucía*, evidencia como os

moradores observaram, espantados, uma casa que estava sendo alugada, por uma agência imobiliária, por um valor de \$650.000. A perplexidade radica na mudança de práticas: de relação direta entre o dono e a pessoa interessada para relação contratual com intermediação de um terceiro; de aluguéis baratos para a estipulação de valores altíssimos; de conviver com pessoas tradicionais do bairro para a chegada de gente nova.

As dinâmicas econômicas também se apropriam dos espaços públicos ampliando o problema da privatização destes, na medida em que se criam condições de acessibilidade adequadas, mas sem controle urbano (ausência de regras oficiais) que regularizem:

a) o comércio informal que ocupa parques, ruas e calçadas com mercadorias, cadeiras e mesas – os moradores reclamam que aos finais de semana o problema apenas piora ao não se ter por onde caminhar nem onde estacionar seus próprios veículos e ao terem que suportar música estridente e o cheiro de maconha –;

b) o caótico tráfego não somente pela quantidade de carros, mas, sobretudo, pelo bloqueio da passagem por estarem estacionados em locais indevidos, por estarem sendo descarregadas suas mercadorias, por baterem entre si ou por desobedecerem ao sentido da via que, no caso da *Calle 107*, foi modificada para um único sentido para descongestionar o acesso, porém usa-se como se fosse mão-dupla. As soluções são negociadas verbalmente sempre mediadas pelos *muchachos*;

c) o estacionamento de veículos em algumas partes das vias que vão sendo privatizadas. As situações descritas observam-se na figura 63.

Figura 63 – Imagens do comércio informal no *Parque La Candelaria* em *Santo Domingo Savio*, e motocicletas e veículos estacionados em suas calçadas.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Ou seja, uma ação que, a princípio, propiciaria maior mobilidade, acaba por ocasionar a imobilidade. Dessa forma, ruas, passeios, vielas e calçadas, regularizadas pela urbanização para uma melhor mobilidade urbana e segurança do pedestre, são ocupadas pelos negócios ou veículos, enquanto as pessoas devem transitar pela rua. Essa realidade surge como contra-uso.

Centralidades urbanas: “territórios de exceção”

Nas centralidades urbanas, embora os espaços e equipamentos públicos possibilitem a prestação dos novos serviços e convoquem seu uso coletivo, destaca-se a predominância do uso do solo para comércio formal e informal. Dessa forma, a consolidação das centralidades é de caráter especialmente econômico. Tal predomínio não é espontâneo e sim previsto na política urbana de Medellín desde 2006. Especificamente o Plano Especial de Espaço Público e Equipamentos orienta a centralidade urbana como lugar privilegiado de investimento e grifa que nas centralidades metropolitana, de cidade e região não se permitirá o uso de moradia nos primeiros andares (AdeM, 2006b, p. 388).

A pergunta que surge, diante desse tipo de normatividade e olhando as transformações em andamento, é: será possível que os bairros populares continuem sendo habitados pelos moradores antigos? Uma resposta fundamentada na experiência da *Calle 107* em *Andalucía*, permite afirmar que, seguindo a tendência, as centralidades urbanas não continuarão sendo habitadas pela população tradicional, ou seja, ela possivelmente será expulsa pelas dinâmicas comerciais já comentadas.

Essa evidência faz com que se questione o caráter coletivo do espaço público, já que fica mais marcado pela venda, procura e consumo de mercadorias, sendo os bairros uma delas. Entretanto, este desenvolvimento, percebido pelos moradores como progresso, não se reflete nos dados socioeconômicos, que ainda apontam uma população majoritariamente de baixa renda²².

Em síntese, atualmente, a vida urbana está sendo dinamizada pelas novas benfeitorias institucionais, pela presença simultânea da institucionalidade e agentes à margem da lei, pela vitalidade comercial, a notória verticalização de moradia com uso de unidades de comércio familiar no primeiro andar e de habitação no segundo, a construção com materiais definitivos, a reforma e melhoramento de fachadas de moradias com cores vistosas, a ativação de processos de legalização por iniciativa dos habitantes, para gerar processos de compra-venda, e a coleta de resíduos sólidos domiciliários. Rondam imaginários de progresso, inclusão social e segurança, promovidos pelo marketing urbano que difunde a Medellín como “cidade modelo”.

²² Para a implementação do PUI-nor, uma das justificativas foi que o índice de desenvolvimento humano - IDH mais baixo, encontrava-se nas *comunas* 1 e 2. Segundo o IDH de 2012, a situação não tinha mudado muito em relação ao ano de 2004; ele havia aumentado sete pontos no indicador, mas ainda continuava com o menor índice da cidade.

Como advertimos na parte inicial deste Título, estamos diante de uma resignificação do imaginário social dos bairros populares de Medellín, que passaram de um ambiente de guerra a territórios “pacificados”; de excluídos à parcialmente incluídos, com sentimento de pertencimento à cidade, reconhecimento e visibilidade. Como produto da intensificação dessas dinâmicas, resulta a abertura do território com a consequente valorização do lugar, que faz com que as centralidades dos bairros virem referência para habitantes dos bairros próximos, da região e, mais ainda, da cidade e do mundo.

Esses novos pontos de “referência urbana” são nichos de vivências que conflitam a efetividade da implementação dos instrumentos urbanos garantidores do direito à cidade antes descritos. Preocupa aos moradores a manutenção e conservação dos equipamentos construídos, a apropriação para benefício privado e o aumento do custo de vida. Por exemplo, na *comuna 2* há evidência do aumento das taxas tributárias, do crescente valor dos serviços públicos domiciliários e das moradias próximas ao *Metrocable*. Segundo os moradores, essa situação lesiona o bem-estar e a qualidade de vida, gerando situações como se ter que abandonar os lugares de origem (AdeM, CORPORACIÓN CON-VIVAMOS, CORPORACIÓN CULTURAL NUESTRA GENTE, 2008, p. 32).

Manifestações públicas denunciam o aumento da tarifa de taxas prediais e de serviços públicos domiciliários (Figura 64). Existe uma estratégia recente que possibilita o acesso aos serviços públicos usando cartão pré-pago, implementado pelas Empresas Públicas de Medellín, porém essa estratégia é vista, pela *Mesa Interbarrial de Desconectados de Medellín*, como uma forma de privatização e privação dos direitos fundamentais.

Figura 64 – Denúncia do aumento da tarifa dos serviços públicos domiciliários.

Fonte: *Plan de Desarrollo Local, comuna 1* (2005-2015).

Contradições e conflitos brotam dessa “antiga realidade” que não consegue ser mascarada pela integração dos bairros populares à estrutura urbana, que continua (re)existindo por debaixo do resultado da intervenção. Dinâmicas da cidade formal operam dentro da área consolidada daquela antiga periferia, que fora destes limites continua sendo informal, pobre, precária, de ruas estreitas, com reocupação de espaços vazios com a construção de barracos localizados em áreas de alto risco.

Essa outra realidade continua reproduzindo o mesmo padrão histórico de ocupação da cidade popular: famílias despejadas do campo que continuam chegando à cidade, mas, diferente de antes, já não se assentam nas centralidades consolidadas – como consequência da valorização gerada pela intervenção, e porque não há mais espaço –; e sim nos leitos das bacias e nas ladeiras das montanhas (na atualidade terra de propriedade pública). Moradores dos mesmos bairros urbanizados habitam nessas áreas precárias porque foram removidos devido à construção de obra pública sem articulação com os processos de produção de moradia (no caso de *Santo Domingo Savio*, ainda se reconhece que a prefeitura pagou pela compra das moradias), ao deslocamento voluntário gerado por processos de especulação (alugam suas moradias na centralidade e ocupam o morro) ou involuntário, e à impossibilidade de assumir o aumento no custo de vida.

Com a urbanização, estabelece-se uma forma de gentrificação dentro dos assentamentos precários. Trata-se de uma nova hierarquia econômica entre moradores das centralidades e das áreas periféricas em construção, aqueles que habitam nas centralidades consolidadas podem pagar “pelos benefícios do progresso”, ou seja, por morar na cidade urbanizada, enquanto os outros, a poucos metros de distância, reproduzem um novo ciclo de precariedade e informalidade urbana que aprofunda a exclusão e desigualdade social. Essa cena, negligenciada pela ação institucional, em área não intervinda pelo PUI-nor, continua se aprofundando, deixando muitos habitantes excluídos das melhorias.

As centralidades urbanas institucionais se consolidam como “territórios de exceção” naquele contexto de abandono/exclusão tendo regras e dinâmicas parecidas às anteriores à urbanização, pela concentração de grande parte dessas melhorias. Aquilo que aparece, à primeira vista, como grande investimento para a garantia de direitos, termina por ser relativo, parcial e centralizado, por realocar e reproduzir antigos conflitos na “periferia da periferia”²³.

²³ Nazareth e Zuquim (2012) realizam uma interessante análise do caso Vila Nova Jaguaré em São Paulo na qual revelam as desvinculações entre o discurso grafado na política urbana, a prática da intervenção em favelas e as formas de apropriação decorrentes. Do mesmo modo que Medellín, essas contradições são percebidas pelos moradores quando expressam o lado bom e ruim da urbanização. Retomamos alguns dos resultados de Vila Nova Jaguaré que se assemelham aos da zona nordeste e que iluminam, talvez, uma tendência regional em

Assim, a forte e concentrada presença do Estado nas centralidades consolidadas, e a frágil, em lugares fora desse perímetro, resulta em um “consentimento” de novos processos de reocupação das áreas destinadas ao uso público – áreas livres e institucionais. Diante dessa situação crescente, cabe ao Estado não se omitir do seu papel de continuar assegurando a democratização de seus benefícios em seu sentido cabal, principalmente, considerando que a população que ali reside continua tendo o perfil socioeconômico mais vulnerável da cidade.

3.3.4 (Re)apropriação do espaço público por moradores (não armados)

Muito já temos nos referido a esse morador que reage diante da apropriação do espaço pelo “poder em armas”, poder público, turista e pelo comerciante. Nesta perspectiva, propomos aprofundar, inicialmente, na diferença da apropriação do espaço público quando este é construído atendendo as necessidades da população, isto é, de dentro, a quando é imposto desde fora. Registra-se, na sequência, como reagem os moradores não armados em meio às práticas dominantes dos agentes armados, a fim de constatar legitimações (ou não), cumplicidades e respaldos (ou não), ou disputas. Finalmente, revela-se uma nova reapropriação dos espaços públicos: emancipadora, libertária e democrática que conta o cotidiano através da cultura; por traz do espaço público icônico, da imagem favorável à competitividade e da dominação ilegal, em defesa da vida digna nos bairros populares.

O espaço público produzido a partir de dentro e de fora

Abordamos um tema muito sensível para os moradores referente à apropriação do espaço público, que eles consideram diferente, dependendo se o espaço tem sido construído por eles mesmos ou se tem sido imposto. Trazemos de novo a analogia de dentro e fora do Urbanismo Social, desta vez, para explicar que o produzido desde dentro e o que vem de fora incidem de forma diferenciada nos referentes simbólicos depositados nos espaços públicos e na sua apropriação.

política urbana para assentamentos precários desde estas duas cidades (guardando as devidas particularidades dos processos de formação sociopolíticos e econômicos de cada cidade e país). Ambos os casos coincidem com melhorias como o acesso a serviços urbanos, a diminuição do estigma de favela, a acessibilidade e conexão com a cidade. Porém, fazem presença o acelerado adensamento de moradia por verticalização, a valorização imobiliária, a mercantilização do espaço, os processos de reocupação de áreas livres, a disputa pelo usufruto das oportunidades colocadas por meio do processo de urbanização, predominando o crime, a frágil presença do poder local no controle urbano. Enfim, todo esse contexto contraditório, gera a inclusão relativa de direitos sociais e mantém o velho padrão de urbanização desigual e excludente característico das cidades de ambas as cidades.

O espaço público que surge de **dentro** é considerado pela população como próprio porque emerge de uma necessidade social sentida, que, materializada numa construção física, congrega o trabalho coletivo, geralmente visível em *convites comunitários*. Desse processo de produção, deriva sua marca como objeto que se aprecia e se cuida, que se regula e se controla seguindo critérios facilitadores de uso coletivo.

É o caso das igrejas, das quadras esportivas, das escolas, de pequenos parques e dos espaços para o encontro comunitário, primeiros a serem construídos de maneira muito simples, mas entroncados na memória urbana como referentes que contam a vida dos bairros, daqueles que os construíram e que os habitam; que servem para a localização no território; que estão sempre lotados de pessoas; limpos e em bom estado.

Geralmente esses espaços são frequentados pelos habitantes dos bairros, e as atividades que se desenvolvem reproduzem seus valores culturais; funcionam com recursos financeiros priorizados pelas JAC e JAL e com as práticas de proteção dos moradores. Os espaços de dentro são sagrados na dinâmica popular porque carregam consigo história, identidade, sentido de pertencimento, afeto pelo lugar, sendo esses os conteúdos da apropriação social.

Localizam-se em “centralidades tradicionais”, denominadas assim pelos habitantes porque sempre têm existido e contêm todos os serviços que satisfazem suas necessidades. Além de concentrar equipamentos antigos, ficam próximas a todo tipo de comércio: drogarias, supermercados, botecos, lojas, açougues, lojas de bairro. Essas centralidades, produzidas pelos moradores, não têm calçadas, as pessoas precisam caminhar pela rua, os ônibus passam a toda velocidade; mas, assim mesmo, são lugares de referência territorial.

Os espaços públicos que vêm de **fora** aparecem como imposição de agentes externos, materializados em grandes e belas construções que por não atenderem às necessidades sociais, não chegam a alcançar o sentido de pertencimento e uso como objeto próprio; não restituem, no fundo, o valor histórico-simbólico daquilo que tem que deixar de existir para dar vida às novas construções.

Nessa categoria, entram os espaços públicos construídos pelo PUI-nor, que além de vir de fora, são também frequentados por pessoas externas, cooptados pelo “poder em armas”, turismo, comércio. Essa apropriação leva a sua regulação e controle pelos agentes que os usufruem, e a que as melhoras da intervenção sejam capturadas como benefícios individuais.

Um tema adicional, para ser discutido, é que esses espaços sofrem as inclemências da falta de aplicação das medidas de controle urbano por parte do poder público e da falta de

efetividade da premissa mais acunhada durante o processo participativo: a “corresponsabilidade”. Esses impasses revelam uma particularidade da participação durante o processo de intervenção, que um morador alude de “participação imaginária” e que explicaria a falta de apropriação atual, já que, segundo ele, “sem participação real”, não há defesa dos espaços públicos.

Esses espaços, “de fora”, localizam-se em “centralidades institucionais”, sinônimas de concentração do poder público e de serviços urbanos. Das dinâmicas geradas nessas centralidades emergem vários questionamentos. Um é o caráter restritivo de seu uso, já que muitas das pessoas que moram fora desse perímetro sofrem limitação de mobilidade, como é o caso da população da terceira idade.

Outro dos questionamentos tem relação com a utilidade social dos serviços. Os habitantes referiram-se especificamente à segurança representada pela *Casa de Justicia* e o posto de polícia, advertindo que não necessariamente os funcionamentos desses equipamentos correspondiam a suas necessidades. Por exemplo, a *Casa de Justicia* é para eles a “*Casa da Injustiça*” porque muitas vezes as pessoas vão atrás de um serviço e saem (re)vitimizadas. Os *conciliadores* geralmente são habitantes do setor reconhecidos como pessoas conflituosas e as denúncias são transferidas aos agentes que detêm o poder ilegal para que eles as solucionem.

A experiência social também revela certo “caráter burocrático” e de regulação excessiva estabelecida pela prefeitura para emprestar espaços públicos para a realização de atividades coletivas. Segundo uma das lideranças, solicitar licença para usar uma quadra esportiva desgasta “sinto que tanta regulação do público contribui para a sua privatização”. De um lado, porque deve se atender o protocolo institucional: “arrumar um monte de documentos que tiram tempo; por isso decidimos usar os espaços sem pedir licença, pois, ao fim e ao cabo, não estamos fazendo nenhum mal” (no caso de parques e praças). E, de outro lado, porque se deve atender ao controle ilegal do território; desse modo, quando solicitamos licença à institucionalidade, a resposta dos funcionários é “você sabe com quem tem que falar; primeiro com eles e depois conosco”.

Dois consentimentos devem ser considerados, primeiramente o dos *muchachos* quem autorizam, e, em um segundo momento, o da institucionalidade que o valida.

Há centralidades institucionais que continuaram localizadas em lugares perigosos, não frequentados pelos moradores à noite. Numa delas, moradores alegam que “detrás da estação de polícia fica uma “boca de fumo”, e, nesse mesmo lugar, desarmam motos roubadas para serem vendidas ilegalmente”.

Enfim, a maior presença institucional, isto é: *Casas de Justicia*, postos de polícia, câmeras, vigilância, programas e investimento institucional, não significa maior segurança humana. Não há mudanças significativas nesse tema e, pelo contrário, toma força a violência criminal, de gênero e intrafamiliar. “A co-governabilidade entre crime e poder público faz com que a população não confie no órgão público, já que desde a mesma institucionalidade se legitima o “poder em armas”, enquanto a segurança humana e a proteção dos direitos continuam vulneradas”.

Por serem espaços de fora, geram um ambiente altamente movível, cambiante, instantâneo; sempre ocorre uma nova experiência que se faz sentir na rapidez com que os bairros estão mudando, daí a seguinte expressão: “assombro-me porque cada dia há coisas novas, cada vez reconheço menos meu bairro; estão ocorrendo mudanças que são imperceptíveis aos nossos olhos, mas que estão acontecendo”.

Todas essas situações geram um processo de desafeição pelos espaços públicos; isto é, de fratura entre “utilidade e sentido de pertencimento”, que somadas à insatisfação de necessidades básicas, podem também ser a causa da inversão dos usos originais orientados pelo planejamento urbano, tal e como o expomos a seguir.

As **pontes** que foram estritamente construídas para a mobilidade do pedestre são hoje majoritariamente transitadas por motos em alta velocidade, por crianças que brincam de patins e bicicletas – também acelerados – e por animais domésticos e cavalos. Os corrimãos são usados para secar roupa (Figura 65).

Figura 65 – Contra-usos que surgem da necessidade social.
Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Córregos requalificados e com processos de saneamento ambiental como *Juan Bobo*, hoje continuam sendo um dos maiores focos de contaminação (Figura 66) com presença de lixo de todo tipo: colchões, camas, móveis e outros tipos de lixo pesado. Também se observam práticas de limpeza dos canos realizadas eventualmente pelos *muchachos*.

Figura 66 – Lixo no córrego *Juan Bobo*.
Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Um contra-uso que nos chamou bastante a atenção durante os percursos por *Andalucía*, próximos aos conjuntos habitacionais, foram as lixeiras de cabeça para baixo, enroladas com cabos, como se mostra na abertura deste Título (Figura 40), ou em outros casos, com arame farpado. Quando perguntávamos às pessoas pelo significado, diziam-nos: “como as Empresas Varias de Medellín - EVM não coletam lixo, e as pessoas não fazem um adequado manejo porque jogam animais mortos que prejudicam os vizinhos, então decidimos virar a lixeira, e não a usar porque não temos como controlar isso”.

A presença de ocupações nas encostas dos morros, distantes das “centralidades institucionais” (Figura 67) ou em pequenos espaços vazios deixados pela intervenção, e o adensamento vertical (Figura 68) reproduzem novas precariedades urbanas.

Figura 67 – Ocupação em espaço vazio em *Santo Domingo Savio* entre 1998 (esquerda) e 2010 (direita).

Fonte: Subdireção de informação da Prefeitura de Medellín (2015).

Figura 68 – Construção de moradia sem licença (à esquerda); e barracos construídos em espaço vazio (à direita).

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Na figura 68 do lado esquerdo, observa-se uma construção recente de dois andares no bairro *Francia*, em um espaço vazio localizado em frente do conjunto habitacional *A Herrera*. Nesse lugar, as crianças aproveitavam para brincar; essa situação incomodava à família porque não a deixavam dormir. Quando se indagou a moradora sobre a licença da construção, obteve-se a seguinte resposta:

Sabemos que não se pode construir, mas o Estado não controla nada, e quando eles construíram essas casas - se referindo à Herrera - prometeram-nos a melhora de nossa casa. Passou muito tempo e nada, nós perguntamos e eles nos falaram que acabou o investimento. Ou seja, a melhora ficou em planos. Nesse setor tivemos melhoras de moradia sim, mas também deixaram processos iniciados: moradias sem janelas, sem portas, sem tetos, tendo que ser os moradores quem terminavam de arrumar suas moradias.

O adensamento vertical é a prática mais notória nos bairros após a intervenção, elevando-se até cinco andares, sem licença de construção nem escrituras. Quando falávamos com os “donos” sobre o processo construtivo, eles argumentavam que tinham construído para alugar e que não tinham documentação, mas que não se preocupam porque todos fazem a mesma coisa.

Outro dos elementos mais recorrentes durante os percursos são os móveis e as cadeiras usados por homens enquanto conversam, fumam ou bebem algo. Essas pessoas atuavam como se estivessem na sala de sua casa (Figura 69), segundo os moradores, é uma forma de fazer presença e controle territorial.

Figura 69 – Móveis em espaço público.
Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Relacionamento entre moradores armados e não armados

É sabido que o “poder em armas” comanda o cotidiano nos bairros populares, por isso a importância de revelar as formas em que a população reage diante da regulação e do controle impostos. A premissa básica é que a presença e prática dos agentes ilegais são legitimadas pelos habitantes em nome da salvaguarda da tranquilidade, da proteção da vida e do cuidado dos bens privados. Um morador adverte como a maioria da população compartilha essa visão.

De um lado, encontra-se a população que legitima a ação ilegal porque acredita que traz um melhor convívio, ordem, segurança e tranquilidade para poder caminhar por qualquer

parte e falar; por conseguinte, defendem e agradecem o bom “governo do bairro”. A forma de naturalizar essa realidade é registrada nos seguintes relatos: “A presença de bandos é normal em qualquer parte do mundo, isso não é próprio de *Santo Domingo Savio*, é uma problemática de todas as cidades”, “Nós sabemos que existem, mas eles não atropelam a ninguém, eles só cobram aos comerciantes porque têm que se financiar ou precisam para poder viver”, “O mais importante é que nós nos sentimos protegidos pelos *muchachos*, eles estão aqui por falta de autoridade pública”; “Eles cuidam dos bairros para evitar furtos; por isso, por aqui, você já não vê nenhum roubo, pode-se deixar a porta aberta e não acontece nada”.

O espírito cívico, humanitário, solidário e conciliador desses agentes, somado à resolução efetiva dos problemas cotidianos contribuem também para sua legitimação social: a) auxiliam a pessoas com necessidades urgentes; b) mediam na relação entre vizinhos, casais, amigos e familiares que enfrentam algum problema e chegam rápido para solucionar algum conflito, escutar as partes e dialogar, já não é como antes que chegavam ameaçando, maltratando ou matando; c) conciliam e fazem acordos que devem ser cumpridos, e também ameaçam, castigam ou assassinam caso sejam descumpridos.

O fato de os *muchachos* serem na atualidade jovens que todo mundo viu crescer, que sempre são vistos nas esquinas e cumprimentam a todos, que são amigos dos moradores, ou amigos de amigos e até parentes, é um elemento poderoso que incide na legitimação de sua ação.

Esse imaginário de segurança, ordem, efetividade, vizinhança opera como um forte “referente de identificação” com incidência em crianças e jovens que anseiam ter e seguir a vida dos *muchachos*.

Contrariamente, encontram-se moradores que, ainda constrangidos pelos métodos impostos à força pelos agentes armados, isto é, acima de suas vontades, terminam legitimando suas práticas naturalizando-as como transversal no cotidiano. Essa imposição tem influência na perda de motivação para usar os espaços públicos e para morarem perto desses lugares, devido aos incômodos gerados (fumaça da maconha que entra nas moradias, barulho, presença de pessoas externas ao bairro); fazendo com que os pais não permitam que seus filhos brinquem nesses espaços. Outra consequência reflete-se no fato de as pessoas ficarem caladas e não denunciarem por medo de pôr em risco sua própria vida.

A comunidade sabe que diante de qualquer problema não se deve acudir à polícia e sim aos *muchachos*; advertência feita por eles mesmos: um habitante falou que teve um problema com um vizinho e ligou para a *Curadoria*, como eles não resolveram, falou com um

dos *muchachos*, ele solucionou o problema e advertiu que quando tivesse alguma dificuldade chamasse a eles primeiro, pois assim devia ser.

Tais legitimações, seja com vontade ou sem ela, não disputam a apropriação dominante, muito pelo contrário, reforçam-na ao ceder o espaço.

Poucos depoimentos saem da margem das legitimações apresentadas, trata-se de população que se sente indignada pelo abuso dos agentes ilegais, pela impossibilidade de ser livres, pelas regulações sociais e econômicas impostas. Escutam-se vozes que denunciam a perversão do poder ilegal, tentando confrontar as formas de dominação exercidas.

Encontram-se, nesse repertório, denúncias realizadas por organizações sociais perante a comunidade internacional²⁴ e por acadêmicos como o Luis Fernando Quijano²⁵ que apontam a permanência de grupos criminosos nos bairros periféricos. Diferentemente de antes, o autor afirma que os bandos atuais se concentram e imperam em setores determinados das regiões da cidade, sem confrontação entre grupos criminosos e os órgãos de segurança pública.

Esse funcionamento, pactuado entre os grupos criminosos e o poder público local, é denominado “Pacto do Fúsil” (negado pelo governo local) que dá via livre para que cada um faça o que tenha que fazer: “Trabalhe tranquilo que eu faço o meu”. Como produto desse pacto resulta a redução do número de homicídios, fronteiras invisíveis inativas; sensação de tranquilidade e pacificação. Segundo o analista urbano “O crime co-governa em mais de 70% do território”.

A cumplicidade entre os agentes ilegais e a polícia foi também denunciada publicamente por lideranças comunitárias ao atual prefeito, para ser levada em conta no novo Plano de Desenvolvimento na linha de segurança pública.

Já no cotidiano, uma forma de não legitimação é a atuação oculta. Um morador narra como ele compra produtos e alimentos básicos no centro da cidade, e os adentra ao bairro de maneira cautelosa, escondidos; já estando dentro, sua família se dispensa de comprar o produto a um preço mais caro, e até pode vender aos vizinhos a um “preço legal”, sem que os *muchachos* fiquem sabendo. Outro ilustra uma ação popular que confronta a ilegalidade: “não

²⁴ ¿Cómo es posible que la institucionalidad de Medellín pretenda ordenar la totalidad de un territorio en el que ni siquiera tiene el control y desconoce sus dinámicas sociales y económicas? Publicado por: Nodo Antioquia de la Coordinación Colombia-Europa-Estados Unidos (CCEEU) y el Proceso Social de Garantías Antioquia, em 15 de outubro de 2014. Notícia Disponível em: <<http://www.ciudadcomuna.org/ciudadcomuna/53-noticias/2014/259-denuncia-p%C3%BAblica.html>>. Acesso em: 21 dez. de 2016.

²⁵ Denúncias de Luis Fernando Quijano disponível em: <<http://elfichero.com/author/fernando-quijano/>>. Acesso em: 1 marzo de 2017. *La ciudad de Medellín, le pertenece a los combos de asesinos*. Publicado 18 marzo de 2015. Disponível em: <<http://analisisurbano.org/la-ciudad-de-medellin-le-pertenece-a-los-combos-de-asesinos/>>. Acesso em: 20 set. de 2016. *Medellín no es como la pintan*. Publicado 25 sept. de 2013 Disponível em: <http://www.las2orillas.co/medellin-es-como-la-pintan/>. Acesso em: 1 marzo de 2017.

comprar” mercadorias oferecidas pelos *muchachos* por seu excessivo custo, como foi o caso das sodas. A reação, perante a perda de ganhos, foi permitir o ingresso da empresa, que comercializa este item, à região, eliminando-se, assim, o sobre custo para os moradores, mas transferindo-se a extorsão para a empresa.

Outras modalidades que não legitimam tal poder são visíveis na ação de uma organização social, na qual seus integrantes manifestam que seu lema não é confrontar os agentes ilegais e sim conjugar a “arte do fazer”; desse modo, se “eles (os *muchachos*) se apropriam privatizando os espaços públicos, nós nos apropriamos com atividades culturais (a organização social)”. Essa mesma organização não paga aos *muchachos* pela “vigilância do bairro”. Quando chegam para cobrar, usa-se o seguinte argumento: não vamos pagar porque a gente trabalha pelo desenvolvimento comunitário, formamos e capacitamos crianças e jovens que possivelmente são teus amigos ou parentes. Por isso, não vamos pagar. “Após eu falar isso, nunca mais voltaram”.

Esse jogo entre legitimação e não legitimação da ação dominante ilegal revela que ainda abunda o medo, a ameaça, a cooptação, a identificação, mas que também há práticas sociais que disputam a apropriação do espaço público ao propor alternativas para seu resgate que oxigenam o cotidiano restritivo. Revisemo-las.

Reapropriando o espaço público

Conscientes dessas transformações territoriais, os moradores começam a denunciar e resistir ao sepultamento da história dos seus bairros e a disputar a dominação do espaço construído, (re)apropriando-o com usos que detém seu valor democrático. Brotam práticas que, ainda sendo instantâneas e conjunturais, reapropriam o público para a vida coletiva e o proveito social mediante manifestações culturais. Sentir e pensar os territórios são uma das bandeiras da luta social contemporânea fundamentada em que o espaço público tem a capacidade de “fecundar vida”; por isso mesmo coloca no horizonte novas utopias a partir do que se faz nele. Dar vida aos espaços e não permitir que sigam morrendo é hoje uma decisão que motiva a luta e a mobilização popular.

Essas práticas, de um lado, assomam como disputa que pretende tirar o espaço da apropriação dominante, e, de outro, como consciência urbana renovada que leva à reação identitária, ao resgate da história e à reinvenção da cultura local, aproveitando esses equipamentos e espaços públicos, tanto a partir do proposto para seu funcionamento, porém,

mais ainda a partir do que a população se proponha a fazer neles, segundo suas necessidades sociais.

Como apresenta a figura 70, vinculam-se, nesses processos, jovens moradores não institucionalizados e institucionalizados, organizações sociais de bairros e regionais, gestores culturais das bibliotecas, educadores, universidade. Percebe-se a emergência de uma liderança social muito forte no cultural, mas tênue em seu modo de operar (por questões de segurança); a qual não gosta do protagonismo e resiste às práticas das lideranças tradicionais.

Abundam **(re)apropriações socioculturais dos espaços públicos** mediante a música, dança, arte (grafites), exposições, lazer, formação, esporte, *skates*, acrobacias, teatro, artesanato, oficinas, sendo aproveitadas como pontos de encontro para ocupar o tempo livre, para manifestar mensagens que reforçam a paz, o valor da vida, a participação e organização social, a importância do estudo, da leitura ou a denúncia da violação de direitos.

Figura 70 – Promoção de atividades para reapropriar os espaços públicos, lideradas por organizações sociais, universidade pública e secretaria da prefeitura.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Outra reapropriação tem relação com o aproveitamento de alguns espaços públicos para mudar o **imaginário de violência**. Com isso, pretende-se que progressivamente a localização de elementos urbanos importantes como ruas, botecos e córregos não sejam reconhecidos por sua relação com “bocas de fumo”, mortes de personagens famosos ou nomes de grupos criminosos; e sim desde a autogestão de processos sociais que lhe outorguem novos referentes relacionados com o ambiental, o cultural, o educativo, etc.

No programa *Galeria Urbana: Pintando La Esperanza*, desenharam-se imagens associadas à história dos bairros que hoje estão apagadas pela falta de continuidade (Figura

71). A decisão da JAC de *Santo Domingo Savio* foi pintar as paredes de branco para dar vida com outros desenhos realizados pelas crianças do bairro. “É uma forma de reapropriar o esquecido. Já não queremos ver essa parede desgastada pela falta de continuidade da política”.

Figura 71 – (Re)apropriação do *Parque Biblioteca España* pelas crianças de *Santo Domingo Savio*.
Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

As práticas de cuidado e proteção de alguns espaços, ou de regulação e controle que prevêm o descarte de lixo, mediante mecanismos populares que melhoram o adequado funcionamento de processos como a coleta de lixo, mantêm os moradores “vigilantes e de olho aberto para evitar práticas inconvenientes” (Figura 72).

Figura 72 – Práticas sociais de regulação do cotidiano pelo viés do cuidado e proteção.
Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

Uma experiência de reapropriação registrou-se recentemente: a possibilidade de se tecer um novo relacionamento entre os moradores e o poder público por meio das atuais intervenções nos bairros populares. Concretamente, em *Santo Domingo Savio* será demolido e

redesenhado o *Parque de los niños* (que desde sua construção apresentou sérios problemas no sistema de drenagem), localizado no caminho dos turistas à biblioteca. A construção dessa obra converte-se em cenário sociopolítico, onde, de novo, após muito tempo, população e poder público poderão se sentar para dialogar, discutir, negociar acordos sobre a construção desse espaço público. Os aprendizados sobre a “participação imaginária” e a imposição dos espaços construídos pelo PUI-nor, a apropriação privatizante dos espaços pelo poder em armas e pelo comércio e a falta de continuidade da política, já se avistam como impasses dos quais emergem aprendizados para melhorar o planejamento urbano participativo que continua transformando a cidade popular, a várias mãos.

3.3 Medellín popular para quem?

As evidências trazidas mostram que com o processo de urbanização inaugura-se um novo momento da cidade periférica, observável na mudança de agentes, relacionamentos e formas de apropriação do espaço construído. Não obstante, nessa aparente novidade, permanecem silenciosamente forças dominantes que se reinventam e se reforçam; e também emergem novas orientações de luta social, que inconformadas perante a violação de direitos, disputam a apropriação da cidade. Nesse jogo do que muda e permanece, o conflito e a possibilidade continuam frisando na produção de cidade a várias mãos.

3.3.1 Avanços na garantia do direito à cidade

Na realidade transformada, concretamente, nas centralidades urbanas configuradas pela intervenção, os bairros populares adquirem novas faces que alteram sua condição original. A mudança do cotidiano indica o caminho de desigualdade e exclusão para inclusão social, de ingovernabilidade e violência para pacificação, de caos para ordem e limpeza, de pobreza e miséria para vida digna e de precariedade urbana para o acesso de bens e serviços públicos. Ressonâncias **positivas** realçam a garantia do direito à cidade como resultado do aumento do espaço público e do melhoramento de bairros. Valoriza-se o acesso a novos bens e serviços urbanos assim como a presença estatal, a diminuição da violência, a dinamização da economia, a melhoria da mobilidade urbana, a possibilidade de ter uma vida digna, a visibilidade e abertura dos bairros.

Essa transformação rebate num renovado sentido de vida de “inclusão social” que devém da tranquilidade, ordem, segurança, livre circulação e a conexão física e social entre os bairros e com o resto da cidade como novas referências do cotidiano, com forte incidência no imaginário social, tanto de população interna quanto externa. A realidade reescrita faz com que os bairros populares consigam, no contexto da cidade, ser polo de atração de diferentes dinâmicas, sendo a vinculação ao mercado global a mais notória.

A construção de espaços públicos em lugares marcados pela precariedade urbana e violência gira o rumo da apropriação social ao permitir a reunião, o encontro, o reconhecimento do outro e da cidade; a ocupação do tempo livre (menos tempo para a violência), a diversificação da ação social, o fortalecimento e a renovação de práticas e processos da organização comunitária, o descobrimento e surgimento de novas lideranças. Ou seja, os espaços públicos contribuem para o fortalecimento da cidadania mediante uma sociabilidade mais ampla que convoca a construção coletiva por bairros e zona.

Não obstante, dada a predominância de outras formas de apropriação que questionam a dimensão democrática da intervenção, surgem questionamentos à política do Urbanismo Social, e, por conseguinte, ao PUI-nor e à participação como seu eixo estruturante.

3.3.2 Impasses no processo de urbanização

Identificam-se impasses tanto no processo participativo quanto nas transformações territoriais.

Participação imaginária e não decisória é a principal conclusão do processo de intervenção. A forma como se desenvolveu a participação durante o processo, de cima para baixo, e o fato de predominar a consulta sobre um projeto já estipulado, afastou o planejamento urbano das necessidades sociais prioritárias, virando um objeto de fora, imposto nas dinâmicas dos bairros populares. Afirma-se que muitos dos problemas da apropriação atual se explicam no mesmo processo participativo, no qual se elevou a corresponsabilidade como sinônimo de aproveitamento, cuidado, proteção e manutenção do espaço construído por parte dos moradores e do poder público, mas que em realidade não se garantiu na pós-obra. O discurso da corresponsabilidade conflita com a desafeição e privatização do espaço público; o enfraquecimento da governabilidade, a desconfiança, a incredulidade cidadã no poder público e com o rompimento de processos sociais e políticos.

Descompasso entre discurso e prática. Revela-se a ambígua e desconexa relação entre os objetivos declarados pela política pública, neste caso do Urbanismo Social, as ações levadas a cabo pelo PUI-nor e as transformações territoriais em andamento. Ainda, relacionado à ideia anterior, destaca-se a **descontinuidade da política urbana** que começou a se visibilizar desde 2008, com a falta de acompanhamento à apropriação social, de manutenção física das obras, de controle urbano na pós-obra e de controle comunitário. Alguns casos na sequência ilustram tais questionamentos.

A **integralidade** consignada no discurso do PUI-nor, realizou-se como a soma de componentes que serviram por contribuir para o desenvolvimento urbano de uma mesma região (centralidades urbanas) de maneira fragmentada, descontínua no tempo e sem *sostenibilidad* social nem política. Longe dessas centralidades urbanas, erguidas como “territórios de exceção” por concentrar o custo do progresso, isto é, a valorização imobiliária, produto da incorporação dos bairros populares à cidade formal, cria-se uma “periferia dentro da periferia” em que se mantém e aprofunda-se a problemática urbana.

A **permanência da população** originária nos bairros como indicador de garantia de direito à cidade, que iria ser assegurada pela implementação de instrumentos, como o subsídio da tarifa de serviços públicos domiciliários em correspondência com a capacidade de pagamento da população, o “Programa Mínimo Vital de Água Potável” e as tarifas diferenciais de taxa predial enfrenta como tensão a remoção da população, involuntária ou voluntária, devido a construção de obra pública, aumento do custo de vida, especulação imobiliária, incapacidade de assumir os custos do progresso e abandono dos bairros devido a prejuízos derivados das mudanças atuais. Essa realidade demonstra que com o processo de urbanização alterou-se a vida da população e o valor do lugar.

A confluência entre o “poder em armas” e o poder público, a disponibilidade de grandes equipamentos públicos, o acesso a bens e serviços urbanos, a presença de funcionários públicos nos bairros, ainda que gere um imaginário de garantia de direitos, não é correlato dos benefícios recebidos pelos moradores. Um dos exemplos mais impactantes é o imaginário e a sensação de segurança oferecida para os visitantes dada pela existência de *Casas de Justicia*, postos de polícia, câmeras, vigilância, programas e investimento institucional, mas não para os moradores.

Os anteriores questionamentos, em conjunto, explicam a presença não efetiva do poder público nos bairros populares, deixando a sua própria sorte as transformações territoriais e as necessidades da população. Também explicam o porquê a intervenção não conseguiu resolver

os problemas que pretendeu enfrentar, e, pelo contrário, reforçou-os, ocasionando dinâmicas que engendram novos ciclos da problemática urbana.

Dentre essas dinâmicas, registram-se “**contra-usos**” que revelam como nenhum dos espaços construídos pelo PUI-nor está sendo usado para o que foi inicialmente construído. Sugiro a palavra contra-uso para apresentar a disputa entre os sentidos desiguais e contraditórios depositados nos espaços construídos, aqueles refletidos pela institucionalidade e aqueles que emergem de usos com finalidade lucrativa ou da necessidade social. Desse modo, o contra-uso implica, como bem o lembra Leite (2009, p.15-16), efemeridade, negociação socioespacial, violência latente e conflito inevitável, mas nele estão as possibilidades concretas da experimentação do imprevisível. É nele que corre a vida cotidiana e nele ainda persiste a rica possibilidade do encontro com o estranho na experiência urbana contemporânea.

3.3.3 Os agentes reprodutores da Medellín popular contemporânea e a nova geração de problemas urbanos

Com o processo de urbanização, geram-se possibilidades de apropriação aproveitadas por vários agentes. Ao revisar em detalhe a apropriação de cada um desses agentes vemos que persistem antigos habitantes e chegam novos, também permanecem moradores armados - agora como crime organizado -; fazem presença comerciantes, turistas provenientes da mesma cidade ou país, turistas estrangeiros, funcionários públicos, organizações não governamentais e universidade.

Desde um olhar retrospectivo, nessa matriz permanece majoritariamente o morador tradicional e os novos habitantes que, como sempre, fazem presença; porém perde visibilidade a figura do padre encampando a luta comunitária (em *Santo Domingo Savio*), surge a forte presença da polícia, do turista, dos comerciantes e dos agentes ilegais que se reinventam.

Certamente, as melhorias coletivas geradas pela intervenção estão sendo aproveitadas e disputadas por essas múltiplas mãos, mobilizadas por interesses contraditórios, configurando novas relações de poder. O pessoal de dentro (moradores) exprime benefícios para o lucro econômico e o aproveitamento social; enquanto que o pessoal de fora aproveita o espaço para a compra e o consumo de droga e álcool, e de prostituição, no caso dos turistas; para regular o funcionamento dos equipamentos e controlar a ordem e segurança urbana, no

caso da institucionalidade; e para promover atividades coletivas nos espaços e equipamentos públicos, no caso das ONGs e da universidade.

Além desses agentes há outro que exerceu um papel central na transformação da cidade popular. Trata-se da cooperação internacional, que com apoio do poder público local, da empresa, universidade privada e da mídia, tem contribuído para redefinir a apropriação do espaço pelo viés da mudança da imagem. Essa mudança conquista habitantes que se sentem orgulhosos de pertencer a esses territórios, e atrai a população externa que usufrui os benefícios da cidade modelo.

O ganho considerável do produto da visibilidade e atratividade da estética popular, com forte apelo visual pelo viés da construção de espaços públicos e prédios habitacionais, posiciona a cidade no cenário nacional e internacional, promovendo e difundindo a transferência de conhecimentos a outras cidades²⁶.

O resultado é a presença do mercado global e a correspondente **mercantilização do espaço habitado**, que sela o espaço público como mercadoria desde preceitos comandados pelo marketing urbano. Realiza-se a cidade como mercadoria passível de ser consumida: os bairros viram “objetos de consumo”, assim como seus moradores, que, além disso, terminam entrando na cadeia do consumo. O perverso dessa mercantilização consiste em aparecer travestida de necessidade social, que, sabemos, foi imposta pelo poder público durante o processo de intervenção e monopolizada pela apropriação do crime.

A respeito do **crime**, reforça-se a sua dominação, gerando confusão no controle e regulação do cotidiano pela sua coexistência com o agente institucional. Vivifica-se a memória hereditária da violência em pessoas, lugares, símbolos populares e temporalidades específicas, privando o público do gozo coletivo. Ainda hoje, o “poder em armas”, predominante na história da formação dos bairros populares, não conseguiu ser alterado e, pelo contrário, continua dominando o cotidiano: despejando a população, cometendo assassinatos, ameaças e desaparecimentos; restringindo a mobilidade urbana; controlando o mercado informal imobiliário; interferindo no ativismo comunitário; servindo como rede de apoio para regular os conflitos interpessoais, concedendo a segurança e tranquilidade;

²⁶ O Projeto Urbano Integral está sendo explorado para ser retomado em cidades da Colômbia como Bogotá, Cali e Cartagena, e tem sido retomado em outras latino-americanas como Assunção, Caracas, Rio de Janeiro, La Paz, para confrontar com êxito problemas urbanos em assentamentos precários (EDU, BOLETÍN 5, 2007; EDU, BOLETÍN 11, 2008). Colômbia: Entrevista de Aníbal Gaviria Correa - Alcalde de Medellín. Entrevista realizada por Martin Mazza el 4 de diciembre de 2014. Disponível em: <<http://www.andeslideres.com/es/reportajes/colombia-entrevista-de-anibal-gaviria-correa-alcalde-de-medellin>> Acesso em: 5 fev. de 2017.

monopolizando o negócio das drogas.

Esse poder ressignificou e reinventou suas práticas se aproveitando dos benefícios da urbanização. Desse modo, inauguram-se novos mercados ilegais com os produtos de consumo diário, os espaços públicos recentemente construídos, a extorsão aos negócios, o controle dos guias turísticos e a prostituição infantil. Entre velhas e novas práticas, o agente armado reafirma um novo momento da cidade periférica com uma clara finalidade lucrativa que compromete tanto o uso do espaço público quanto do privado (privado na medida em que se cobra porta a porta pela vigilância do bairro; e público devido ao uso de ruas e calçadas).

O **mercado** também exprime essa mesma finalidade mediante a invasão de parques, praças, ruas, calçadas. O crime, que possui poder econômico, político e social, e exerce pleno domínio territorial, termina sendo o maior beneficiário da urbanização ao ser quem mais aproveita as melhoras geradas; e a mercantilização, desmedida do espaço público, termina por dissipar a potência do encontro social e por multiplicar valores de consumo.

Essa realidade faz cair por terra a finalidade democrática do Urbanismo Social, e, correlativamente, a do PUI-nor, significando que a garantia de direitos é parcial e centralizada, e que continua ficando no terreno da luta social. Contudo, essas formas de apropriação não se impõem inexoravelmente no processo de produção de cidade, elas desencadeiam contestações que tentam fugir e resistir à dominação com novas bandeiras de luta social.

Do contexto retratado, assoma uma nova geração de problemáticas que diversificam e reorientam a agenda urbana popular e que, por sua vez, deixam aprendizados para a participação no âmbito da política urbana. Afirma-se como, das transformações resultantes do processo de urbanização, com seus avanços e impasses, emergem novas bandeiras de luta, com mudanças e permanências.

Muda o padrão antigo da ação coletiva orientada à autoconstrução do habitat popular para a solução de necessidades básicas e ressignificam-se as estratégias para a defesa do território. Como vimos, a disputa atual pela produção de cidade popular é visível na interposição de denúncias públicas, realização de manifestações coletivas, uso do diálogo, argumentado em processos de negociação. Também se percebe o uso de estratégias que, embora não confronte diretamente a ação do agente ilegal, resiste a sua dominação. São exemplos: não se consumir produtos comercializados pelos *muchachos*, apropriar-se coletivamente dos espaços mediante “a arte do fazer”, usar o argumento do trabalho

comunitário para se evitar a extorsão e constituir novos referentes territoriais relacionados com o meio ambiente, o cultural e o educativo que mudam na raiz o imaginário de violência.

Destaca-se o enfrentamento da vivência privatizante e ilegal do público, em suas inúmeras versões, por parte de jovens que manifestam sua inconformidade e propõem alternativas sociais para a defesa de direitos humanos mediante a dança, poemas, fotografia, teatro, circo, malabarismo, *skate*, música, leitura, esporte, arte, comunicação popular. O denominador comum nessas variadas expressões culturais, que brotam espontaneamente, é: a insurgência, carregada de um alto valor simbólico expresso no espírito emancipador, criativo, crítico e libertário que abertamente rechaça qualquer forma de violência e a luta para resgatar a memória popular e a permanência dos moradores no lugar de origem em condições dignas.

Hoje, os habitantes, mais conscientes de seu vínculo afetivo com o espaço público, têm como desafio sua **(re)apropriação**, que implica revitalizá-lo, reabitá-lo e exprimi-lo desde sua condição potencial. Esse novo ciclo de apropriação, dialeticamente inverso à dominação, incentiva sua proteção, vigilância e uso social. O desafio atual é a inversão dos referentes de violência e mercado por novos que selem o público em nome da realização de necessidades sociais reconhecidas pelos moradores.

A reapropriação dos espaços públicos é um convite para se realizar o valor de uso da cidade com ações “residuais”. Esse sentido de apropriação é descrito por Lefebvre (1969; 2004) como a possibilidade de que os moradores habitem, gozem e aproveitem os encontros, a socialização e o exercício da cidadania; de produzir novos bens sociais na direção do seu desenvolvimento; de tomar consciência de sua vida em coletivo.

Essa inversão, que se contrapõe à ordem estabelecida de “fora”, é uma das tantas experiências populares que denotam duas capacidades amplamente reconhecidas nos moradores da zona nordeste de Medellín: a incidência no controle social de seu cotidiano e a resiliência urbana. Ambas, nascidas no contexto restritivo da pobreza e violência, dão conta da capacidade comunitária de incidir no seu próprio destino mediante a produção de processos ao serviço das necessidades vividas e dos desejos que não morrem, sempre permanecem.

4 FECHAR PARA ABRIR

Aprendizados do processo de urbanização popular

Figura 73 – (Re)apropriação do *Parque de la Imaginación*, *Villa del Socorro*, *Andalucía* no marco do processo “A memória se constrói caminhando”.

Fonte: Arquivo fotográfico Grupo Maso (2016).

A contribuição desta tese foi revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação e da política urbana, tendo como objeto a experiência do Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín. Essa intervenção foi amplamente difundida pelo poder público, pelas agências multilaterais e pela mídia internacional como uma inovação local, integral e participativa, orientada à melhora das condições de vida das comunidades pobres, posicionando-se como “Modelo Medellín”, regido pelo Urbanismo Social - US.

Não obstante, na informação difundida predominam apenas os avanços políticos, sociais, técnicos e econômicos da intervenção, validados pela percepção positiva dos moradores diante da transformação, e, portanto, não os impasses referidos ao processo de urbanização. Estes se engendram numa lógica contraditória da política urbana que pautou a transformação da cidade em favor da democracia-participativa mediante a garantia do direito à cidade, e do mercado pelo viés da competitividade e da imagem de cidade modelo. Na tese, consegue-se evidenciar esse caráter contraditório, a partir da narrativa dos moradores e do cotidiano dos bairros, visível em conflitos e tensões que renovam trilhas da luta social.

Entre avanços e impasses, transcorre a disputa pela produção de cidade popular representada por agentes com interesses divergentes, dificilmente equalizáveis, da qual derivam ganhos e perdas em torno da garantia do direito à cidade. Segundo a experiência estudada, ganha-se não somente com aquilo que vem de melhor para a vida da população, mas também quando se tem a disposição para aprender com o vivido para melhorar os processos futuros. Consequentemente, perde-se não somente pelos impasses experimentados, mas também quando esses empecilhos não iluminam uma melhora da ação pública, não se transformam em possibilidades e limitam a luta popular pela reivindicação de direitos.

Como produto da exploração da transformação da Medellín popular, no âmbito da participação e da política urbana na experiência do PUI-nor, verificam-se os seguintes achados: a disputa é o elemento permanente na construção da cidade a “várias mãos”, porém, atrelada a contradições e possibilidades que mudam, ocasionalmente; os avanços identificados esbarram-se em tensões e os impasses estimulam novos caminhos de luta social.

Das anteriores premissas geram-se aprendizados apresentados a seguir, que contribuem à reflexão sobre os processos de urbanização popular, pontuados em avanços e impasses (ganhos e perdas) desde a experiência de Medellín:

O rico conhecimento, produto da aproximação da Medellín popular desde sua formação inicial até a atualidade, ensina-nos que a luta social tem um canto natural: a vida

cotidiana, por meio da qual se consegue sua força e vitalidade urbana para acordar processos endógenos que reivindicam e defendem direitos. Trata-se de uma luta social que emerge nos bairros desde o afeto pelo lugar, carregado de história, identidade, pertencimento e propostas emancipatórias que resistem à dominação. É nesse canto natural que surgem capacidades, vontades e possibilidades altamente produtivas e criativas para o desenvolvimento comunitário, que se incita os moradores a participar, isto é, a tomar a palavra e deliberar coletivamente sobre a solução de suas necessidades sociais.

O Urbanismo Social e o PUI-nor, sendo este instaurado por aquele, ensina-nos que foram criativos em termos políticos, sociais, técnicos e econômicos para mudar o cotidiano restritivo e desfavorável da cidade popular.

Desde o plano político, o US fundamentou-se em um arcabouço institucional, no qual se identificou a articulação de referências de internas e externas constituídas em meio a: consultorias, intercâmbios acadêmicos, experiências internacionais, normatividade local, aprendizados de experiências próprias, reconhecimento da problemática urbana local e das demandas da população.

Em termos sociais, o US planejou um processo de intervenção que vinculou a participação de moradores e os aprendizados da luta social, possibilitando o exercício da corresponsabilidade mediante a construção conjunta de uma metodologia de intervenção participativa.

Desde o âmbito técnico, o US implementou uma intervenção integral com inegáveis avanços na gestão e no planejamento urbano que levou à articulação interinstitucional e à concentração de todos os instrumentos do desenvolvimento urbano num mesmo território.

Por último, desde a ótica econômica, o US dinamizou a competitividade local e mudou a imagem negativa da cidade, posicionando, em tempo recorde, a transformação territorial como um novo referente que incentiva a atração turística e o investimento estrangeiro.

O **processo participativo** vivido não mostra uma cena muito diferente da experimentada historicamente no âmbito da política urbana: era precário por estar restrito à imposição de interesses institucionais, arranjos clientelistas ou agentes ilegais, transformando-se em forma de manipulação, cooptação, validação e legitimação de processos. Em termos de alcance, chegava comumente até os níveis de notificação, consulta e diagnóstico, e raramente de execução técnica; enquanto que atingir níveis de maior incidência, como a deliberação sobre o destino comum, o controle e a avaliação do processo de planejamento, era um ideal.

No cenário do PUI-nor, em primeira instância, a forma como se desenvolveu a participação revela que a decisão sobre como se transformariam os bairros populares foi tomada pelo poder público, valendo-se do discurso de direitos do US, que lhe permitiu fazer presença nos bairros, conversar e escutar a população, negociar e mediar conflitos. Esse novo discurso conseguiu, no início do processo, dissipar a confrontação e o antagonismo marcantes da relação poder público-moradores, gerando um ambiente de confiança; enquanto que, sutilmente, impôs-se o interesse do espaço público monumental.

Em sintonia com as pretensões institucionais, a participação popular legitimou e contribuiu para a qualificação do projeto urbano desde uma “participação imaginária” que não se efetivou como partilha do poder, mas que, pelo viés da luta social, conseguiu confrontar interesses hegemônicos. Os atos de pressão e de resistência social (como a solicitação de assembleias de bairro, os esclarecimentos de informação, as reuniões com secretários da prefeitura, as *comissões acidentais* no *Concejo Municipal*, as denúncias públicas pelos meios de comunicação local, o acorrentamento de moradores numa das colunas do *Metrocable*) surgiram devido ao controle ilegal do território e ao modelo de desenvolvimento urbano do PUI-nor criticado pela remoção de população, falta de integralidade e desconsideração da priorização das necessidades sociais.

Como produto da disputa, a participação popular tomou parte no destino dos bairros populares, despontando ganhos que ressignificam o Urbanismo Social como construção sociopolítica. Entre eles, destacam-se a possibilidade de que diversos agentes internos e externos se juntassem para dialogar, escutar um ao outro, discutir e atuar em direção ao desenvolvimento dos bairros populares; e as negociações à margem da agenda trazida pelo poder público que incorporaram, por exemplo, as propostas comunitárias no projeto urbano, como a compensação social por remoção, a contratação de mão de obra de moradores para a execução das obras, o controle dos compromissos pactuados, a permanência de moradores nos bairros de origem e a presença contínua da institucionalidade nos bairros.

A disputa pela produção da cidade periférica reafirma que mesmo diante de avanços no reconhecimento de direitos sociais, a garantia destes continua no terreno da luta social. Assim mesmo, renova-se a consciência urbana do morador para exigir, em futuras intervenções públicas, o reconhecimento das condições territoriais e das necessidades sociais, e fortalece-se a cidadania enquanto elemento intrínseco da democracia-participativa.

O processo de urbanização também mostra uma tendência que caminha para a constituição de um espaço homogêneo: a mercantilização da cidade, fazendo com que na

atualidade assomem-se problemas na apropriação dos espaços públicos construídos. A transformação dos bairros populares mostra com clareza uma cena atual que se caracteriza pela pacificação dos territórios populares e pelas melhorias no índice de condições de vida, de desenvolvimento humano e espaço público. Essas melhoras atrelam a si a diminuição da violência, o acesso a bens e serviços sociais como moradia, mobilidade urbana, segurança, educação, saúde, cultura, esporte, lazer, comércio; a apropriação do espaço e de equipamentos públicos; a inclusão socioespacial dos bairros periféricos à cidade formal; a mudança do imaginário dos habitantes e na existência de novos sentidos de vida.

Todas essas melhoras (colocadas no contexto descrito do terceiro momento do Título 1) têm como principal repercussão a abertura dos bairros populares, antes territórios fechados, às dinâmicas da cidade formal (descrita no Título 3). O processo de urbanização gera uma trama urbana complexa em que se aprofundam problemáticas históricas e aparecem novas que tornam os bairros estranhos e alheios para o próprio morador. Revela-se uma nova faceta da cidade periférica de Medellín, com agentes e práticas que permanecem e mudam, resignificando-se e reinventando-se.

Um exemplo disso é a luta dos moradores, que desde a formação dos bairros populares (em meados de 1960) até o presente, continua sendo salvaguardar a vida, satisfazer necessidades básicas e vincular-se a espaços políticos, com o apoio de variados agentes da sociedade civil, para participar na deliberação do destino da cidade. O motor da luta social tem sido o cotidiano de marginalidade, pobreza, violência, desigualdade e exclusão social, política e econômica; diante do qual os moradores têm resistido e subsistido, tentando alterá-lo e recriando novos sentidos de apropriação do lugar.

Como no passado, atualmente, os *moradores* atuam considerando a necessidade social, que continua irrompendo com força na apropriação do espaço. Ter um teto onde morar leva à ocupação de pequenos espaços residuais deixados pela urbanização, assim como à permanente ocupação das bordas dos córregos e das ladeiras das montanhas. Repete-se o histórico padrão de ocupação protagonizado por camponeses despejados do campo pela violência ou por pessoas que chegam à cidade buscando melhorar sua vida.

Esse padrão é engrossado hoje por uma nova população, a deslocada dos bairros populares urbanizados, removida de maneira involuntária ou voluntária, devido à construção de obra pública, ao aumento do custo de vida, à especulação imobiliária, à incapacidade de assumir os custos do progresso e ao abandono dos bairros devido a prejuízos derivados das mudanças atuais.

Os bairros populares, antes do PUI-nor, eram comandados pelo *crime* através da repressão, eliminação do adversário, do estabelecimento de mecanismos de interação social, da solidariedade, da segurança e da ordem. Após o processo de urbanização, afirma-se que essa prática não mudou, mas, sim, reinventou-se e ressignificou-se ao exprimir lucro econômico das benfeitorias trazidas pela urbanização, proveniente de antigos e novos monopólios – mercado imobiliário informal; compra, distribuição e consumo de droga e álcool; economia criminal de produtos de consumo diário; privatização do espaço público; mercado turístico; e mercado de prostituição infantil.

Com respeito ao papel do *poder público*, percebe-se que antigamente intervinha a problemática urbana dos assentamentos precários, fazendo presença intermitente com a dotação de bens, serviços urbanos e infraestrutura, enquanto, paradoxalmente, também gerava remoções, desaparecimentos e ameaças. A sua fraqueza propiciou que tanto moradores quanto o crime instituíssem formas de sobrevivência, segurança e integração social, que algumas vezes em cooperação, e outras em disputa, prescindiam e suplantavam o poder legal como força reguladora do cotidiano.

Atualmente, o crime permanece como máximo detentor do poder, com exercício de práticas antigas e novas que dominam o cotidiano dos bairros. O processo de pacificação promovido pela institucionalidade não conseguiu alterar o “poder em armas” que continua despejando a população e cometendo assassinatos, ameaças e desaparecimentos. O resultado é que a velha disputa histórica pelo controle do território entre esses dois agentes, desvaneceu-se para dar espaço a um conflito silencioso, sem enfrentamento, no qual a violência se invisibiliza.

Como resultado da pacificação territorial e do processo de urbanização, o poder público faz duas novas incursões nos bairros populares, uma que aproveita o espaço construído para a venda da cidade, atingida pelo marketing urbano; e outra mediante sua presença no cotidiano dos bairros, orientada ao controle, à segurança, ao funcionamento e à limpeza dos espaços e equipamentos públicos construídos. A presença, sobretudo da polícia, populariza uma imagem de tranquilidade.

É observada com proeminência a descontinuidade da política urbana, que revela o antigo ciclo de ausência, omissão e fraqueza do poder público, a falta de correspondência entre orientação programática e necessidades comunitárias, o descompasso entre discurso e prática a alternância do poder político e o rompimento de processos sociais e políticos. No entanto, nesse momento, tal descontinuidade reforça-se com novas evidências: o fato de a

política em espaço público desrespeitar a política em habitação, a demolição de obras recentes para a construção de outras e a falta de manutenção da maioria dos espaços construídos e de controle urbano do processo de urbanização.

Observa-se como as benfeitorias geradas pela urbanização produzem formas de apropriação dominantes que contribuem para a mercantilização da cidade popular. A nova estética dos bairros faz com que estes virem mercadoria passível de ser consumida, atraindo novos agentes “de fora” na produção da cidade popular: o *turista* e o *comerciante*.

O turista realiza muito bem tal mercantilização ao consumir tudo o que se encontra disponível nos bairros: arquitetura icônica, droga, serviços sexuais e turísticos. A presença desse agente, somada às novas condições, ativa o comércio formal dinamizado por investidores externos aos bairros que também aproveitam as melhoras da urbanização para a captura do consumo da antiga e nova população.

Como resultado da dinamização econômica, há muitas mudanças nos bairros como possibilidades de emprego local, acesso a novos bens e serviços essenciais na vida dos habitantes, ocupação de parques, praças, ruas, calçadas com o estacionamento de veículos e a extensão dos negócios; aumento do valor do solo, altos valores dos imóveis e deslocamento voluntário de famílias originárias do bairro que vendem suas moradias para a implantação de negócios. A valorização e a especulação imobiliária tornam-se práticas comuns nos bairros, seguidas da presença de outro novo agente, o imobiliário.

Na linha do tempo da transformação da cidade popular, a parcialidade e focalização dos direitos garantidos nas centralidades urbanas reproduzem “territórios de exceção” que concentram as benfeitorias trazidas pela institucionalidade. Ali os bairros se abrem como referência para habitantes dos bairros próximos, da região e, além disso, da cidade e do mundo; intensificam-se novas dinâmicas sociais, políticas, econômicas; valoriza-se o lugar e rondam os imaginários de progresso, inclusão social e segurança.

A pouco metros dessas centralidades, (re)cria-se uma “periferia da periferia”, que não consegue ser mascarada pela integração dos bairros populares à estrutura urbana. Nessa periferia realocam-se e reproduzem-se antigos conflitos em resposta à privação de direitos. Uma nova forma de gentrificação é gerada no cotidiano dos bairros populares, visível nos “territórios de exceção” que se contrapõem à “periferia da periferia”, pela população que pode pagar para morar na porção de cidade urbanizada e assumir, simultaneamente, os custos do progresso.

A realidade atual desnuda a contradição da política urbana, isto é, do “Modelo Medellín”, que tendo como pretensão um caráter redistributivo orientado a gerar desenvolvimento urbano das zonas habitadas pela população mais vulnerável, reproduziu e até fortaleceu os males que pretendia combater. Essa contradição é perversa visto que a principal referência de dentro, hoje, é a falta de *sostenibilidad* do processo da urbanização, reflexo entre outros, da descontinuidade da política; enquanto fora, com o apoio das agências internacionais, difunde-se o “Modelo Medellín”, assegurando a transferência e o intercâmbio de conhecimentos entre as cidades latinoamericanas.

O fato de que algumas melhorias da urbanização estejam “caindo aos pedaços” e outras estejam sendo capturadas individualmente, mas disputadas pelos moradores, gera uma sensação contraditória nos habitantes: “ninguém nega as benfeitorias da intervenção, mas a falta de continuidade decepciona, gerando um sentimento de fracasso que desanima, mas, ao mesmo tempo, faz com que nos perguntemos como podemos melhorar”.

Este “como podemos melhorar” continua sendo a mostra da atitude resiliente e de resistência social frente à nova geração de problemas urbanos e ao aprofundamento de antigos. A mercantilização desmedida do espaço público, com a consequente multiplicação de valores de consumo, e a reiterada descontinuidade da política urbana não dissipam completamente a potência do encontro social no espaço público. A antiga e nova realidade desencadeiam contestações sociais que atuam de maneira mais consciente diante do relacionamento sociopolítico e do cotidiano restritivo.

Dessa forma, assistem-se a novas bandeiras de luta que tentam reordenar a vida social (re)apropriando a cidade popular pelo viés da cultura, como se ilustra na figura 73. Levantam-se “vozes de esperança” em disputa, presenças — vigilantes do território — capazes de denunciar a violação de direitos, de não ficarem imóveis perante o medo e a ameaça, de propor saídas em defesa da vida digna que continuem transformando os bairros a partir de diferentes artes “do fazer” (dança, poemas, fotografia, teatro, circo, malabarismo, *skate*, música, leitura, esporte, comunicação popular).

Embora as reflexões decorrentes sobre a participação popular e política urbana na transformação da cidade popular remetam ao micro contexto da zona nordeste de Medellín, também ilustram a realidade das outras *comunas* da cidade, e, como apresentou-se ao longo do texto, de outras cidades da América Latina.

A contribuição desta Tese está em revelar os caminhos da disputa que desafiam o que se pretende estabelecer como cotidiano restritivo na cidade popular. Essa contribuição pode

ser vista como um patamar acima para continuarmos refletindo sobre as essências que despertam a consciência urbana para o amadurecimento de nossa democracia-participativa em construção e permitindo germinar processos humanizadores que ganhem cada vez mais força e permanência, por uma mudança para melhor. A incansável esperança por um amanhã melhor, acompanhada da capacidade, sempre ativa, para renovar força e energia social, faz com que a democracia-participativa, a partir da realidade de Medellín, seja uma forma de vida permanentemente inconclusa, sempre aberta e potencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA DE COOPERACIÓN E INVERSIÓN DE MEDELLÍN Y EL ÁREA METROPOLITANA-ACM; BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO-BID; ONU-HABITAT; ALCALDÍA DE MEDELLÍN - AdeM. **Laboratorio Medellín. Catálogo de diez prácticas vivas**. Medellín: Mesa Editores, 2012. 224 p.

ALCALDÍA DE MEDELLÍN - AdeM. **Medellín: compromiso con toda la ciudadanía, Plan de Desarrollo 2004-2007**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2004.

_____. **Proyecto Urbano Integral Nororiental**. Medellín: Alcaldía de Medellín e Banco Interamericano de Desarrollo, Convenio 4800000830 de 2005, 2006a.

_____. **Documento técnico de soporte al plan especial de espacio público y equipamientos**. Medellín: Departamento Administrativo de Planeación, 2006b.

_____. **Proyecto Urbano Integral zona nororiental de Medellín. Un modelo de transformación urbana**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2007.

_____. **Informe final de gestão, 2004-2008. Medellín la más educada**. Medellín: Departamento Administrativo de Planeación, 2008.

_____. **Informe final de gestão, 2008-2011**. Medellín: Departamento Administrativo de Planeación, Subdirección de Metroinformación, 2011a. p. 128-143.

_____. **Medellín, guía de la transformación ciudadana, 2004-2011**. Medellín: Mesa Editores, 2011b. p. 317.

_____. **Bio 2030 Plan Director de Medellín, Valle de Aburrá**. Medellín: Mesa Editores, 2011b.

_____. **Plan de Desarrollo 2012-2015: Medellín, un hogar para la Vida**. Alcalde Aníbal Gaviria Correa. Medellín: Alcaldía de Medellín, Consejo Territorial de Planeación de Medellín, Concejo de Medellín, 2012.

_____. **Informe final de gestión Plan de Desarrollo 2012-2015: Medellín, un hogar para la Vida**. Alcalde Aníbal Gaviria Correa. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2015a.

_____. **Unidades productivas comuna 1 de Medellín entre 2005 e 2015**. Medellín: Secretaría de Desarrollo Económico, 2015b.

_____. **Plan de Desarrollo Municipal “Medellín Cuenta con vos”, 2016-2019. Acuerdo 003 de 2016**. Gaceta oficial 4383. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2016.

ALCALDÍA DE MEDELLÍN - AdeM; BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO - BID. **Medellín, la transformación de una ciudad**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2009.

ALCALDÍA DE MEDELLÍN - AdeM, CORPORACIÓN CON-VIVAMOS, CORPORACIÓN CULTURAL NUESTRA GENTE. **Plan de Desarrollo Local, Comuna 2**

Santa Cruz. Um mapa aberto a las propuestas de la vida de la gente. Medellín: [s.n.], 2008. p. 75.

ALCALDÍA DE MEDELLÍN - AdeM; EMPRESA DESARROLLO URBANO - EDU. **Proyecto Urbano Integral Comuna 13 y Área Influencia Metrocable** [Folleto]. Medellín: Departamento Administrativo de Planeación, 2007.

_____. **Proyectos Urbanos Integrales (PUI)** [Folleto]. Unidad de Sistemas de Información Geográfica. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2009.

ÁLVAREZ D. **Perfil poblacional, perfil multidimensional y diagnostico socioeconómico zona 1 (nororiental) Comunas 1 (Popular) y 2 (Santa Cruz).** Medellín: [s.n.], 1998.

ALZATE., D, VANEGAS., A. Valorización inmobiliaria: costos de vivir en la ciudad formal. In: ZUQUIM, M.L.; SÁNCHEZ, L.M.; (Org.) MAUTNER. Y. (Colaboradora) **Barrios populares Medellín: Favelas São Paulo.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017. p. 133-145.

ANGUIANO, R. Experiencias urbanas no México e Colombia. **Ábaco**, Gijón Asturias, p. 115-118, 2005.

ARANTES, P. Ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial y do BID para as cidades. **Pós**, São Paulo, n. 20, p. 60-75, dez. 2006.

ARCHILA, M. Los movimientos sociales latinoamericanos al inicio del siglo XXI. El caso colombiano. **SUR/versión 1 Los nombres propios de nuestro sur**, Caracas, p. 177-206, jul./dic. 2011.

BARACALDO, Á. **Transformación física de la ciudad y urbanismo social. Estudio de los mecanismos de participación ciudadana. Estudio de caso: Proyecto Urbano Integral (PUI) Nororiental, Medellín, 2004 – 2007.** 2014. Dissertação (Graduação em gestão y desarrollo urbano) - Facultad de Ciencia Política y Gobierno, Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario, Bogotá, 2014.

BLANCO, I.; FLEURY, S.; SUBIRATS, J. Nuevas miradas sobre viejos problemas. Periferias urbanas y transformación social. **Gestión y Política Pública**, México D.F, p. 3-40, 2012.

BORJA, J. Un futuro urbano con un corazón antiguo. **Geograficando**, La plata, v. 1, n. 1, p. 11-23, 2005.

BRAND, P. **El “urbanismo social” de Medellín, Colombia.** 2010. Disponível em: <<http://www.bartlett.ucl.ac.uk/dpu/”Metrocable”s/dissemination/Brand-2010.pdf>>. Acesso em: 18 de fev. 2014.

_____. **Governing Inequality in the South Through the Barcelona Model: “Social Urbanism” in Medellín, Colombia.** Interrogating Urban Crisis: Governance, Contestation, Critique. Leicester: De Montfort University, 2013. (Sept. 9-11).

BRAND, P.; DÁVILA, J. Los Metrocables y el urbanismo social: Dos estrategias complementarias. In: DÁVILA, J. (comp.). **Movilidad urbana & pobreza. Aprendizajes de Medellín y Soacha, Colombia**. Medellín: The Development Planning Unit, UCL, Facultad de Arquitectura, Universidad Nacional de Colombia Sede Medellín, 2012. p. 38-46.

CABRERO, E.; DÍAZ, A. La acción local en periferias urbanas marginadas de México. ¿Nuevas o viejas institucionalidades? **Gestión y Política Pública**, México D.F, p. 83-129, 2012.

CALVO, Ó.; PARRA, M. **Medellín (rojo), 1968. Protesta, secularización y vida urbana en las jornadas de la II Conferencia General del Episcopado Latinoamericano**. Bogotá: Planeta, 2012.

CÁRDENAS, A. **Proyecto urbano integral nororiental**. Medellín: Alcaldía de Medellín, Banco Interamericano de Desarrollo, 2006.

CARDOSO, M. O associativismo civil e o direito à cidade: desafios à práxis participativa. **Katálisis, Universidade Federal de Santa Catarina**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 213-220, jul./diz. 2003.

CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. **A aventura antropológica. Teoria e pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 95-105.

CARRIÓN, D. **Resistiendo en las ciudades de América Latina: los sectores populares, sus redes y sus organizaciones**. Documento preparado para a Oficina sobre Pobreza Urbana. Rio de Janeiro: Banco Mundial e ALOP, 1998.

CONGRESO DE COLOMBIA. **Ley 9 de 1989 por la cual se dictan normas sobre planes de desarrollo municipal, compraventa y expropiación de bienes y se dictan otras disposiciones**. Bogotá: [s.n.], 1989.

_____. **Ley 152 de 1994 por la cual se establece la ley orgánica del plan de desarrollo**. Bogotá: [s.n.], 1994.

_____. **Ley 388 de 1997 por la cual se modifica la ley 9 de 1989, y la ley 2 de 1991 y se dictan otras disposiciones**. Bogotá: [s.n.], 1997.

_____. (1991). **Constitución Política de Colombia**. Disponible em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Colombia/colombia91.pdf>>. Acesso em: 2 de sep. 2012.

CONSEJERÍA PRESIDENCIAL PARA MEDELLÍN Y SU ÁREA METROPOLITANA, MUNICIPIO DE MEDELLÍN. CORVIDE; PNUD. **Programa Integral de Mejoramiento de Barrios Subnormales en Medellín-Primed**. Medellín: [s.n.], 1993.

CONCEJO DE MEDELLÍN - CM. **Ata 385/2006**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 27 mar./2006.

_____. **Ata 400/2006**. Medellín: Alcaldía de Medellín., 10 de mar./2006.

CONSEJO NACIONAL DE POLÍTICA ECONÓMICA Y SOCIAL - CONPES 3604 de 2009. **Lineamientos para la consolidación de la política de mejoramiento integral de barrios**. Bogotá: [s.n.], 2009.

CORPORACIÓN CON-VIVAMOS, ALCALDÍA DE MEDELLÍN-AdeM. **Plan de Desarrollo Local, Comuna 1 Popular, 2005-2015**. Medellín: [s.n.], 2009. p. 111.

CORPORACIÓN DE VIVIENDA Y DESARROLLO SOCIAL - CORVIDE. **Programa de regularización urbanística y jurídica en el sector nororiental de Medellín**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 1995.

CORTE CONSTITUCIONAL. **Sobre la participación democrática**. Sentencia C 180, Expediente No. P.E. – 005, Abril 4. Bogotá: Corte Constitucional, 1994.

CORTÉS, A. El movimiento de pobladores chilenos y la población La Victoria: ejemplaridad, movimientos sociales y el derecho a la ciudad. **EURE, Pontifica Universidad Católica de Chile**, Santiago, v. 40, n. 119, p. 239-260, enero./abr. 2014.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: Matos, D. (Coord.). **Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, 2004a. p. 95-110.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Sociedade & Política**, Florianópolis, p. 139-164, out. 2004b.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. **La disputa por la construcción democrática en América Latina**. Ciudad de México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social - CIESAS; Instituto de Investigaciones Historico-Sociales -IIH-S Universidad Veracruzana, 2006.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. São Paulo: [s.n.], 2003. p. 169. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>>. Acesso em: 17 maio de 2016.

DEL CASTILLO, J; SALAZAR, J. **La Planeación Urbanística en Colombia: evolución y perspectivas, proyecto apoyo a la gestión urbana COL 93/001**, Bogotá: Ministerio de Desarrollo Económico, Viceministerio de Vivienda, Desarrollo Urbano y Agua Potable, 1995.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE PLANEACIÓN - DAP. **Documento técnico de soporte al plan especial de espacio público y equipamientos**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2006.

_____. **Programa de Mejoramiento Integral de Barrios - PMIB**. Medellín: Unidad de Asentamientos en Desarrollo y Vivienda, 2007. p. 95.

_____. **Revisión y Ajuste al Plan de Ordenamiento Territorial de Medellín. Documento técnico de soporte**. Medellín: Departamento Administrativo de Planeación, 2014. p. 806.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **Informe final programa proyecto urbano integral nororiental**, Julio Villarreal Navarro. Bogotá: Departamento Nacional de Planeación, 2008.

DELGADILLO, V. El derecho a la ciudad en la Ciudad de México. ¿Una retórica progresista para una gestión urbana neoliberal? **Andamios**, México D.F, v. 9, n. 18, p. 117-139, enero./abr. 2012.

_____. Urbanismo a la carta: teorías, políticas, programas y otras recetas urbanas para ciudades latinoamericanas. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 89-111, jun. 2014.

DE MATTOS, C. **Globalización y metamorfosis urbana en América Latina**. Quito: OLACCHI-Quito, 2010.

DI VIRGILIO, M. Participación social y organizaciones sociales en la implementación de políticas orientadas a la producción social del hábitat en el área metropolitana de Buenos Aires. **Revista SAAP**, Buenos Aires, v. 6, n. 1, p. 1-27, enero./jun. 2012.

DÍAZ, E.; RIVERA, M. **Guía práctica de intervención social. PUI: una estrategia social práctica**. Medellín: [s.n.], 2008.

DUQUE, F. Bogotá: entre la identidad y el marketing urbano. **Cuadernos de Geografía**, Bogotá, v. 20, n. 1, p. 29-45, enero./jun. 2011.

DUQUE, M.; SERNA, A. **Análisis de la legalización como solución de vivienda para la población de las Comunas 1 y 2 de la zona nororiental de Medellín**. Medellín: Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, Universidad de Antioquia, 1999.

DURÁN, A.M. Una política de diseño: el camino hacia las nuevas centralidades. In: CORREA, F.; ALMEIDA, R. **A Line in the Andes. Una línea en los Andes**. Cambridge: Harvard University Graduate School of Design, 2012.

ECHAVARRÍA, C. Ciudadanos y procedimientos democráticos: tensiones y contradicciones. **Controversia**, Bogotá, v. 3, n. 191, p. 142-169, dic. 2008.

ECHEVERRI, A.; ORSINI, F. Informalidad y urbanismo social en Medellín. In: ARBAUX, Michel; ECHEVERRI, Alejandro; GIRALDO, J. **Medellín, medio-ambiente, urbanismo sociedad**. Medellín: Fondo Editorial Universidad Eafit, Urbam, Centro de Estudios Urbanos y Ambientales, 2010.

EMPRESA DE DESARROLLO URBANO - EDU, **Ata 3/2004 Andalucía** 16 set. Medellín: EDU, 2004.

_____. **Ata 10**, 25 jul. /2005 Medellín: EDU, 2005.

_____. **Ata 21 Andalucía, 10 jan./2006a**. Medellín: EDU, 2006a.

_____. **Ata 8 Juan Bobo Sector Andalucía e Villa Niza 16 mai./2006b**. Medellín: EDU, 2006b.

_____. **Ata 33 Santo Domingo Savio out. 26/2006c**. Alcaldía de Medellín. Medellín, 2006c.

_____. **Infraestructura para el progreso del ser humano**. Boletín externo 6. Medellín: EDU, jul. 2006d.

_____. **Ata Granizal, fev. 28/2007a**. Medellín: EDU, 2007a.

_____. La experiencia PUI. Qué hemos hecho y hacia dónde vamos. In: EDU, **Metodología PUI**. Medellín: Alcaldía de Medellín-EDU, 2007b. p. 137-154.

_____. **Ata 40 Santo Domingo Savio 30 maio/2007c**. Medellín: EDU, 2007c.

_____. **Retos 2009**. Boletín virtual, 11. Medellín: EDU, dic. 2008a.

_____. **Jornada de limpieza**. Boletín virtual, 77. Medellín: EDU, oct. 2008b.

EMPRESA DE DESARROLLO URBANO-EDU; DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE PLANEACIÓN-DAP. **Informe final Convenio 4800000316 de 2004, Acciones con mi barrio - Proyecto Urbano Integral Nororiental**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2005.

ERAZO, J. Nuestras pobres ciudades: modos y lenguajes permanentes de “vida en relación”. In: BOLÍVAR, T.; ERAZO, J. **Los lugares del hábitat y la inclusión**. Quito: FLACSO, CLACSO, Ministerio de Desarrollo Urbano y Vivienda, 2013. p. 25-11.

ESCUELA INTERAMERICANA DE BIBLIOTECOLOGÍA - EIB; INSTITUTO DE ESTUDIOS REGIONALES-INER, UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA - UDEA. **“Biblioteca España sí... pero no así”**. Publicado 29 de set. de 2015. Disponible en: <<https://www.youtube.com/watch?v=6XzctMxDIUo>>. Acceso en: 18 maio de 2016.

FAJARDO, S. Medellín, una nueva cara. **Revista Ábaco**, Gijón Asturias, n. 44-45, p. 109-114, 2005.

FERNANDES, M.; ARRUDA, A.; GALIZA, H. **Estudo sobre inovações públicas locais em projetos de urbanização de assentamentos informais, localizados nas cidades do Rio de Janeiro e Medellín: relatório final**. IBAM/ENSUR/CRMP. Rio de Janeiro, 2009. p. 24.

FERNÁNDEZ, V. Participación ciudadana en diseño urbano: promoviendo una ciudad más inclusiva. **Revista de Urbanismo**, Santiago de Chile, n. 27, p. 92-113, dic. 2012.

FIQUE, L. La política pública de vivienda en Colombia. Conflicto de objetivos. **Bitácora Urbano-Territorial**, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, n. 13, p. 73-89, 2008.

GIRALDO, J.; RENDÓN, A.; DUNCAN, G. **Nuevas modalidades de captación de rentas ilegales em Medellín**. Medellín: Universidad Eafit, Empresa para la Seguridad Urbana – SEU, Alcaldía de Medellín, 2014.

GONZÁLEZ, L. **La experiencia de Desarrollo Urbano de Medellín – Escala Barrial/Comuna**. Jornadas Urbano-Territoriales en celebración de 75 años del ITU (Instituto de Teoría de Arquitectura y Urbanismo). Uruguay: Universidad de la República, 2011. p. 1-45.

GONZÁLEZ, M. E.; CARRIZOSA, C. Entre la planeación urbana, la apropiación del espacio y la participación ciudadana. Los pactos ciudadanos y el Parque Biblioteca España de Santo Domingo Savio. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 39, p. 117-140, sept. 2011.

GRANADA, J.; GONZÁLEZ, S. Acción colectiva de las organizaciones de población desplazada en Medellín: ciclos, contextos, repertorios y perspectivas. **Estudios Políticos, Instituto de Estudios Políticos Universidad de Antioquia**, Medellín, n. 35, p. 107-130, oct. 2009.

HIDALGO, J.; MONTOYA; RESTREPO, J. **Redes comunitarias locales: entre la supervivencia y la emancipación**. Medellín: Simón Bolívar, Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, 2001.

HINCAPIÉ, GUTIÉRREZ, A.; SÁNCHEZ, L.M. Estrategias participativas en intervenciones urbanas. El caso de Medellín. In: GUTIÉRREZ, A.; TORO, G (Ed.). **Culturas, ecología humana e ciudadanías**. Medellín: grupo Medio Ambiente y Sociedad, Universidad de Antioquia, 2014, p. 137-149.

HIRATA, M.; PEREIRA, P. Participação na revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo: apropriação e consumo na produção do espaço urbano. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XIV, n. 331, p. 1-18, ago. 2010.

HERNÁNDEZ, C. **Proyecto urbano integral en la zona nororiental de Medellín. Un modelo de transformación de ciudad**. Primer congreso internacional sobre desarrollo humano. Madrid: [s.n.], 2006. p. 7.

LEFEBVRE, H. A análise espectral. In: _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos LTDA, 1969, p. 88-94.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática S.A. Ltda., 1991.

_____. Da cidade à sociedade urbana. In: _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 7-33.

_____. **A produção do espaço** (do original: La production de l'espace). 4ª e ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

LEFEBVRE, H. A cidade e o urbano. In: _____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 79-88.

LEITE, R. Cultura urbana contemporânea y el patrimonio ennoblecido. **Asociación Latinoamericana de Sociología-Alas**, Buenos Aires, 31 ago. 4 sept. p. 1-21, sept. 2009.

_____. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 73-88, fev. 2010.

MAIA, R. O papel democrático da sociedade civil em questão. **Lua Nova**, São Paulo, v. 81, p. 147-174, 2010.

MALDONADO, M. Privatización y Municipalización en el surgimiento de los servicios urbanos en Medellín. In: **Anotaciones sobre Planeación**, Medellín, (40), 71-88, 1993.

MAGALHÃES, A. Intervenciones estatales para regularización de favelas y barrios populares: ¿integración, destrucción o reconfiguración de los urbanismos populares? Cidades das pessoas. In: ABRAMO, P., RODRÍGUEZ, M.; ERAZO, J. (Coor.). **Ciudades populares en disputa ¿Acceso a suelo urbano para todos?** Quito: Ediciones Abya-Yala, Universidad Federal de Río de Janeiro, CLACSO, v. IV, 2016. p. 265-290.

MANFRED, M. **Desarrollo a escala humana. Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones**. Segunda. ed. Montevideo: Nordan Comunidad, Icaria Editorial, 1998.

MARRA, N.; GONÇALVES, R. O desafio da efetivação do direito à cidade nas metrópoles. **Tecer**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, nov. 2011.

MARICATO, E. **Cidades no Brasil: neo desenvolvimentismo ou crescimento periférico predatório**. Texto para apresentado em II Lehmann Dialogues – Harvard. Edição de Letícia Sigolo e Karina Leitão. São Paulo, 2012a. p. 1-35.

_____. Nunca fomos tão participativos. In: MARICATO, E. **O impasse da política urbana no brasil**. Petrópolis: 2 ed., Vozes, 2012b. p. 89-97.

MARICATO, E.; SANTOS, O. Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade. In: RIBEIRO, L.; Santos, O (org.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: 1 ed., Editora Revan; v. 1, p. 165-195, 2007.

MARTIN, G. **Medellín, tragedia y resurrección. Mafia, Ciudad y Estado, 1975-2012**. Medellín: Planeta Colombiana S.A., 2012.

MEDINA, M. **Participação e espaço urbano no contexto colombiano**. Faculdade de Arquitetura Universidade de São Paulo: São Paulo, 1997.

MENEZES, M.; MONTEIRO, L. O espaço fora do lugar: Uma análise do processo de gentrificação do bairro Dom Bosco e seus impactos para a comunidade local. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XIV, n. 331 (97), p. 1-17, ago. 2010.

MINISTERIO DE DESARROLLO ECONÓMICO. **Desarrollo urbano en cifras**, No. 1. Bogotá: Viceministerio de Vivienda, Desarrollo Urbano y Agua Potable, 1996.

MONTOYA, N. El urbanismo social: las tácticas de un estado anfibio. **Bitácora Urbano-Territorial** 7º Foro Urbano Mundial; Vol. 24, n. 1, 2014.

_____. Urbanismo social en Medellín: una aproximación desde la utilización estratégica de los derechos. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 45, p. 205-222, jul./dic. 2014.

MORENO, J. De Centros Cívicos a Juntas de Acción Comunal. El cambio de modelo de gestión y participación barrial en Medellín en la segunda mitad del siglo XX. **Estudios políticos**, Medellín, n. 45, p. 185-203, jul/dic. 2014.

MÚNERA, M.C. **De la Participación Destructora a la Participación Sinérgica. Tomo I.** Medellín: Escuela del Hábitat - CEHAP, Facultad de Arquitectura, Universidad Nacional de Colombia, Sede Medellín, 2008.

MÚNERA, M.C; SÁNCHEZ, L.M. La participación en la sociedad como base del desarrollo: aproximación a tipologías de participación. In: Seminario Nacional de Investigación Urbano-Regional, Diversidad y desigualdad en los territorios contemporáneos, 5 al 7 de mar. 2008.

_____. La participación en la sociedad como base del desarrollo. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 3, p. 192-212, set./dez. 2012.

NARANJO, G. **Medellín en zonas. Monografías.** Medellín: Corporación Región, 1992. p. 237.

NARANJO, G.; VILLA, M. **Entre luces y sombras.** Medellín: Corporación Región, 1997.

NARANJO, G.; PERALTA, A.; HURTADO, D. Procesos de urbanización y formación de ciudadanía. La “ciudad informal” entra y sale de la “ciudad formal”. **Territorios**, Bogotá, v. jul., n. 6, p. 31-50, 2001.

_____. Experiencias de ciudadanía en las fronteras de la ciudad. Hacia una gramática moral de la política. **Territorios**, Bogotá, v. 7, p. 43-63, enero. 2002.

NAZARETH, M.; ZUQUIM, M. **Núcleo urbanizado: uma nova (velha) cidade.** In: II Seminário Nacional de Urbanização de Favelas-II UrbFavelas IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil, 23 a 26 de nov. 2016.

NIETO, J. Resistencia y ciudadanía en Medellín. In: LOPERA, J.M. (Ed.). **Resistencia ciudadana y acción colectiva en Colombia y América Latina: enfoques y experiencias.** Medellín: Grupo de Investigación Cultura, Política y Desarrollo Social Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, Universidad de Antioquia, 2012.

_____. **Resistencia civil no armada. La voz y fuga de las Comunas urbanas.** Medellín: Hombre Nuevo Editores, 2013.

OLVERA, A. **Participación Ciudadana y Protección de los Programas Sociales en México. Una propuesta de política pública.** México D.F: Instituto de Investigaciones Historico-Sociales, 2007. p. 1-43.

PEREIRA, A.; BRASIL, F.; CARNEIRO, R. **Do Direito à Cidade a Expansão da Cidadania.** In: Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas. Araraquara, São Paulo, 2013, p. 1-25.

PÉREZ, B. **Lecciones de gobernabilidad desde el urbanismo social de montaña: estudio de caso de la intervención en la quebrada Juan Bobo y el surgimiento del sector Nuevo Sol de Oriente en Medellín**, Colombia, 2010. p. 66.

PÉREZ, L. Medellín: modelo de desarrollo social integral y ciudad laboratorio. In: ALCALDÍA DE MEDELLÍN - AdeM; AGENCIA DE COOPERACIÓN E INVERSIÓN DE MEDELLÍN Y EL ÁREA METROPOLITANA- ACI; BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO - BID; UN-HABITAT. **Laboratorio Medellín. Catálogo de diez prácticas vivas**. Segunda edición. ed. Medellín: Mesa Editores, 2012. p. 18-29.

PERSONERÍA DE MEDELLÍN. **Informe sobre la situación de derechos humanos en la ciudad de Medellín**. Medellín: Personería de Medellín, 2015.

PRADILLA, E. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. **Cadernos Metropolitanos São Paulo**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 37-60, jun. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD. **Democracia em América Latina. Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos**. Santana do Paranaíba: LM&X Ltda, 2004.

_____. **Informe sobre Desarrollo Humano. La cooperación internacional ante una encrucijada Ayuda al desarrollo, comercio y seguridad en un mundo desigual**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2005. p. 402.

QUINCHÍA, S.M. Discurso y producción de ciudad: un acercamiento al modelo de urbanismo social en Medellín, Colombia. **Cuadernos de Vivienda y Urbanismo**, Medellín, v. 6, n. 11, p. 122-139, enero./jun. 2013.

RABOTNIKOF, N. La caracterización de la sociedad civil en la perspectiva del BID y del BM. **Perfiles Latinoamericanos**, Ciudad de México, n. 15, p. 27-46, dic/. 1999.

REVISTA ÁBACO. **Marketing de ciudades y territorios**. Gijón: CICEES, n. 44-45, 2005.

RODRÍGUEZ, A; ABRAMO, P. Reinventar a cidade. Urbanismo, cultura e governança na regeneração de Bilbao In: COELHO, T. **Cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras Ltda. 2008. p. 103-133.

RIBEIRO, A.C. **Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores**. Buenos Aires: CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2000.

_____. Cartografia da ação social. Região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: POGGIESE, H.; EGLER, T. **Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009. p. 147-156.

RIBEIRO, F. **A produção do lugar na periferia da metrópole Paulistana**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

ROLNIK, R. Estatuto da Cidade e Conferência das Cidades: Instrumentos para uma política urbana democrático-participativa. **Katálisis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, jul./dez. p. 224-234, 2003.

RUÍZ, J. **Medellín: Fronteras de discriminación y espacios de guerra**. Centro de Estudios de Opinión, Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, Universidad de Antioquia. Medellín, 2008, p. 155.

SALAZAR, A. **La génesis de los invisibles. Historias de la segunda fundación de Medellín**. Bogotá: Programa por la Paz Compañía de Jesús, 1996.

SÁNCHEZ, Á. Urbanismo social: la metamorfosis de Medellín. **Barcelona Metròpolis**, Barcelona, n. 77, p. 10-16, 2010. Disponível em: <<http://lameva.barcelona.cat/bcnmetropolis/wpcontent/uploads/2012/07/77-la-ciudad-del-miedo.pdf>>. Acesso em: 22 de dez. 2016.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, p. 31-49, jun. 2001.

SÁNCHEZ, F.; MOURA, R. Ciudades-modelo: estrategias convergentes para su difusión internacional. **Eure**, Santiago de Chile, v. XXXI, n. 93, p. 21-34, ago. 2005.

SÁNCHEZ, L.M. Fragmentación Social y planeación territorial. **Bitácora Urbano-Territorial, Universidad Nacional de Colombia**, Bogotá, n. 11 (1), p. 28 - 39, julio-diciembre, 2007.

_____. **Fragmentación social y planeación territorial, posibilidades e incertidumbres en la época contemporánea**. Dudweiler Landstr: Editorial Académica Española, 2011.

_____. **La participación como base para la construcción social de hábitat**. Medellín, una ciudad construida a varias manos. In: XXXII ENCUESTRO, XVII CONGRESO HABITAR LA CIUDAD, TEMPO Y ESPACIO (ARQUISUR), Universidad Nacional de Córdoba – UNC, Argentina, 25-27 de sept. 2013. **Multimedia...** Córdoba: UNC, p. 1011-1020.

_____. **Cidade construída a várias mãos? A experiência de Medellín-Colômbia**. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO ENANPARQ: ARQUITETURA, CIDADE E PROJETO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA. São Paulo, Brasil, 20-24 de out. 2014. **Cadernos de resumos...** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie; Campinas: Pontifica Universidade Católica de Campinas, 2014. p. 195-196.

_____. **Disputas contemporâneas na produção de cidade popular. O caso de Medellín/Colômbia**. In: IV CONGRESO DE LA INTERNACIONAL DEL CONOCIMIENTO, SIMPOSIO 47: LA CIUDAD LATINOAMERICANA: TEORÍAS, ACTORES Y CONFLICTOS (SIGLO XX-XXI). Santiago de Chile, Chile, 9 a 12 de out. 2015.

SÁNCHEZ, L.M; GUTIÉRREZ A. Ciudad construida a varias manos. Prácticas recientes de intervención urbana en áreas informales: Proyecto Urbano Integral, zona nororiental de

Medellín (Colombia). In: D'Ottaviano, C; ZUQUIM, M.C. **Práticas recentes de intervenção urbana em áreas informais na América Latina**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa: Produção e Linguagem do Ambiente Construído (NAPPLAC), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, p. 49-71, 2014a.

_____. Potencialidades de la participación para la construcción de ciudad desde intervenciones urbanas en asentamientos precarios. **Revista América Latina Hoy**, Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca, Vol. 68, p. 119-136, 2014b.

_____. **Espaços e equipamentos públicos em intervenções urbanas em assentamentos precários de Medellín, Colômbia: Entre usos e apropriações para a vida e o mercado**. In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR), Belo Horizonte-Brasil, 18-22 de maio de 2015.

_____. Democracia, planeación y participación en Colombia. Marcos institucionales y prácticas para la construcción de ciudad popular. In: CARRIÓN, F.; ERAZO, J. **El derecho a la ciudad en América Latina. Visiones desde la política**. Fernando y Jaime, coordinadores. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM, 2016, p. 415-430.

SÁNCHEZ, L.M; GUTIÉRREZ, A.; HINCAPIÉ, L. **Medellín, una ciudad construida a varias manos**. In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR), Recife-Brasil, 20-24 de maio de 2013a. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/anaisAbrir/107/1/anais-do-xv-ena>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

_____. **Virtudes de la participación de la Medellín informal en la construcción de ciudad**. In: COLOQUIO DO INSTITUTO JAVERIANO DE VIVIENDA Y URBANISMO - INJAVIU, Bogotá: Facultad de Arquitectura y Diseño de la Pontificia Universidad Javeriana, 12-14 de nov. 2013b.

SÁNCHEZ, L., HINCAPIÉ, L. **O espaço público em intervenções urbanas em assentamentos populares de Medellín – Colômbia. Transformações no cotidiano da população**. In: IV ENANPARQ Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 25-29 de jul. 2016. **Anais...** Disponível em: <<https://enanparq2016.files.wordpress.com/2016/09/s37-05-mazo-l-ballesteros-l.pdf>>. Acesso em: 24 fev. de 2017.

_____. Viejas y nuevas apropiaciones del espacio público. In: ZUQUIM, M.L.; SÁNCHEZ, L.M.; (Org.) MAUTNER, Y. (Colaboradora). **Barrios populares Medellín, Favelas São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017, p. 120-132.

SÁNCHEZ, L., MORAIS, A. **Transformações contemporâneas dos bairros populares. Um olhar a partir da participação e da política urbana em Medellín – Colômbia**. II Seminário Nacional de Urbanização de Favelas. II URBFAVELAS. Rio de Janeiro (Brasil): Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 23-26 de nov. 2016. **Anais...** Disponível em: <<http://www.urbfavelas.org.br/wp-content/uploads/2017/02/index.html>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

SANZ, A. El método biográfico en investigación social: posibilidades y limitaciones de las fuentes orales y los documentos personales. *Asclepio*, Madrid, v. LVII, n. 1, p. 99-115, 2005.

SERNA, A.; LONDOÑO, M; BETANCUR J. **Composición social y movilización política en barrios populares de Medellín**. Universidad de Antioquia. Facultad de Ciencias Sociales y Humanas. Medellín: Universidad de Antioquia, 1981.

SOUZA, M. **A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

SUGRANYES, A. El derecho a la ciudad. Praxis de la utopía. **Hábitat y Sociedad**, Universidad de Sevilla, Sevilla, n. 1, p. 71-79, nov. 2010.

_____. El derecho a la ciudad y las políticas en vivienda social. Residencias Urbanas. **Planeo**, Santiago de Chile, n. 10, mayo-jun. 2013.

TÉLLEZ, A. **Las milicias populares. Otra expresión de la violencia social en Colombia**. Santafé de Bogotá: Rodríguez Quito Editores. ed, 1995.

TORRES, C. Ciudad informal colombiana. **Revista Bitácora Urbano-Territorial**, Bogotá, v. 11, n. 1, p. 53-93, enero./dic. 2007.

_____. **Ciudad informal colombiana. Barrios contruidos por la gente**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, sede Bogotá, Grupo de Investigación Procesos Urbanos en Hábitat, Vivienda e Informalidad, 2009.

TORRES, A. Organizaciones populares, construcción de identidad y acción política. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 4, n. 2, p. 1-23, 2006.

_____. Pensar la participación. Entre autores, prácticas y actores. In: ALFONSO TORRES, A. **Actores, prácticas y sentidos de la participación local en Bogotá**. Universidad Piloto de Colombia. ed. Bogotá: [s.n.], 2011. p. 214-254.

UNIVERSIDAD EAFIT, AGENCIA FRANCESA DE DESARROLLO - AFD, EMPRESA DE DESARROLLO URBANO - EDU, ALCALDÍA DE MEDELLÍN - AdeM. **Modelo de transformación urbana - Proyecto Urbano Integral PUI zona nororiental 2012-2015**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 23 maio./2014.

URÁN, O. Participación ciudadana y espacio popular urbano en Medellín - entre ciudadanía insurgente y programas de planeación participativa y urbanismo social – Comuna 1 y Comuna 13 – una reflexión comparativa. **e-metropolis**, Medellín, n. 8, p. 32-43, marzo 2012.

URIBE, M.T. Notas preliminares sobre resistencias de la sociedad civil en un contexto de guerras y transacciones. In: **Estudios Políticos**, Medellín. n. 29, jul./dic. 2006. p. 63-78.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

_____. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. **XIV Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro, p. 1-15, maio, 2011.

VALENCIA, A. El Plan de Desarrollo Local y el PUI se articulan. **La 1. El periódico de la comuna 1 popular. Edición especial Plan de Desarrollo de la comuna 1, 2005-2015**, Medellín, Edición Especial No. 2, 2008 (año 3). 8.

VALLA, V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 7-18, 1998.

VELÁSQUEZ, C. La política de mejoramiento integral de barrios en Medellín ¿Reconquista del territorio por parte del Estado? **Kavilando**, Medellín, v. 3, n. 1-2, p. 72-78, enero-jun./jul./dic. 2011a.

_____. Intervenciones estatales en sectores informales de Medellín. Experiencias en mejoramiento barrial urbano. **Bitácora Urbano-Territorial**, Bogotá, n. 23, p. 139-145, jul./dic. 2013.

VELÁSQUEZ, F. La institucionalización de la participación en Colombia: notas para su interpretación. **Revista Política y Sociedad**, v. 10, n. 18, abr. 2011b.

VELÁSQUEZ, F; GÓMEZ, E. **¿Qué ha pasado con la participación ciudadana en Colombia?** Bogotá: Fundación Corona, 2003.

VERGEL, E. Asentamientos precarios. Una aproximación para su mejoramiento integral y prevención. **Dear**, Bogotá, n. 06, p. 64-81, jul. 2010.

WHITE, W. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 396.

ZUQUIM, M.L.; SÁNCHEZ, L.M. **A realização da democracia na construção de cidade. Aproximação à participação popular na política urbana Brasileira e Colombiana**. In: XIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL RII, VI EDITORES WORKSHOP DE RIER, XI ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO RIPPET. Salvador, Bahia, Brasil, 01-04 de set. 2014. **Anais...** Disponível em: <http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt3/gt3_maria.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

ZUQUIM, M.L.; SÁNCHEZ, L.M.; DOMINGUES, A.J. **Intervenções contemporâneas em cidades da América Latina: práticas recentes de intervenção urbana em áreas informais. Brasil - Colombia**. In: XXXII ENCUESTRO, XVII CONGRESO HABITAR LA CIUDAD, TEMPO Y ESPACIO (ARQUISUR), Universidad Nacional de Córdoba - UNC, Argentina, 25-27 de sept. 2013. **Multimedia...** Córdoba: UNC, p. 243-251.

ZUQUIM, M.L.; SÁNCHEZ, L.M. (Org.); MAUTNER, Y. (Colaboradora). **Barrios populares Medellín, Favelas São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017. p. 310.

LISTA DE WEBSITES CONSULTADOS

analisisurbano.org/la-ciudad-de-medellin-le-pertenece-a-los-combos-de-asesinos/
arqa.com/actualidad/colaboraciones/medellin-el-derecho-a-la-ciudad-2.html
www.banrepcultural.org/sites/default/files/la-huella-invisible_0.pdf
www.cau.br/?p=49766
www.ciudadcomuna.org/ciudadcomuna/53-noticias/2014/259-denuncia-p%C3%BAblica.html
www.clarin.com/opinion/Pablo_Escobar-Medellin-Moravia-narcotrafico_0_1442855766.html
www.convivamos.org/web25w/comunapopular.org/
www.ecbloguer.com/tiempodemercadeo/?p=649
www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/M/medellin_la_mejor_ciudad_latinoamerica_para_vivir/medellin_la_mejor_ciudad_latinoamerica_para_vivir.asp
www.economist.com/news/americas/21603432-transformation-colombias-second-city-will-be-hard-copy-trouble-miracles
www.edu.gov.co
[www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/R/reparacion_de_la_biblioteca_valdria_\\$10000_millones/reparacion_de_la_biblioteca_valdria_\\$10000_millones.asp](http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/R/reparacion_de_la_biblioteca_valdria_$10000_millones/reparacion_de_la_biblioteca_valdria_$10000_millones.asp)
www.elmundo.com/portal/resultados/detalles/?idx=13358#.V3_k7KLcAg4
www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-13531575
www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-1518898
lamemoriaseconstruyecaminando.wordpress.com/
www.nuestragente.com.co/intro.html
www.medellin.gov.co/irj/portal/ciudadanos?NavigationTarget=navurl://d3eedc82f25fda11f5daadc10ebea795
www.metrodemedellin.gov.co/Portals/1/archivos_metro/al-dia/REVISTASOTROS/tejidosocialdelosmetroables.pdfOTROS/tejidosocialdelosmetroables.pdf
www.panoramio.com/photo/89903305
www.periodicolauno.com
www.procuraduria.gov.co/portal/media/file/Nueva%20Ley%20estatutaria%20de%20participaci%C3%B3n%20ciudadana.pdf
www.revistaforum.com.br/urbanidades/2013/10/07/medellin-uma-cidade-sem-arama-farpado/
www.semana.com/nacion/articulo/colapso-puente-de-gadua-en-medellin/363057-3
www.youtube.com/watch?v=pft1So0oVIs
www.youtube.com/watch?v=6XzctMxDIUo
www.youtube.com/watch?v=HGIguX3l2yQ
www.youtube.com/watch?v=g6F83DkK-2A

ANEXO A – Guia metodológico para o estudo da participação em processos de urbanização

Categoria	Variável	Descritor	Questões
Memória da Medellín popular construída. Participação e política urbana, 1950-2011			
Contexto	Condições internas/ externas	Econômico	Contexto social, político e econômico marco das mudanças em participação e política urbana em assentamentos precários
		Político	
		Social	
Agentes: Interesses forças de poder Práticas	Habitantes	Moradores não armados	Agentes produtores da cidade popular
		Organizações sociais	
		Moradores armados: atores à margem da lei	
	Institucionalidade pública/privada/ social	Poder público	Avanços e impasses da participação em processos de urbanização popular antes do PUI-nor
		Organismos internacionais	
		ONG´s	
		Igreja	
		Universidade	
Transformação bairros populares	Práticas sociais	Apropriação do espaço	
Participação e projeto: durante o processo PUI-nor, 2004-2011			
Condições para a participação	Internas	Social	Avanços e impasses da participação no processo de intervenção:
		Econômica	
		Política	
	Dinâmica que mobiliza a participação no processo	Endógena	
Exógena			
Agentes	Habitantes	Moradores	- Condições para a participação
		Organizações sociais	- Vinculação das demandas pautadas pela população ao processo de intervenção
		Moradores armados: atores à margem da lei	
	Institucionalidade pública/privada/ social	Poder público	- Alcance participação no processo?
		ONGs	
		Mídia	
		Universidade	
Práticas participativas	Discursos	Noções/enfoques	- Incidência da participação no destino da cidade (partilha do poder na deliberação do futuro da cidade popular)
	Metodologia: diagnóstico, formulação, gestão, controle, execução, avaliação, pós-obra	Formatos participativos	
Avanços e impasses	Níveis de envolvimento da população	Notificação	- Disputa: contradições e possibilidades
		Consulta	
		Execução técnica	
		Toma de decisões	
	Projeção territorial	Área de intervenção	
		Outras escalas da cidade	
	Mudanças no projeto inicial	Qualificação do projeto	
Transformação na apropriação do espaço público após do PUI-nor			
Mudanças na apropriação do espaço público	Espaços e equipamentos públicos	Simbólico	Imaginários e práticas que: -Resinificam o cotidiano dos bairros populares - Garantem direitos sociais - Geram impasses
		Social	
		Político	
		Econômico	

Fonte: Elaboração própria

Conclusão tabela

ANEXO B – Guia para a revisão de literatura sobre participação e política urbana em assentamentos precários

Pretensão: Detalhar o processo a seguir na identificação, organização, sistematização, e análise de literatura sobre participação e política urbana em assentamentos precários.

Identificação. Os repositórios digitais de pesquisa disponibilizados no sistema integrado de bibliotecas da USP permitiram o acesso às referências sobre participação, vida cotidiana, política urbana em assentamentos precários e direito à cidade. (Academic Search Premier, ISI Web of Knowledge, Sociological Abstracts, Social, ERIC, Services Abstracts Applied Social Sciences Index and Abstracts (ASSIA), MUSE, Scopus, periódicos Capes, periódicos USP e biblioteca de teses. Também foram consultados repositórios ibero-americanos como Redalyc, Scielo, Dialnet e Science Direct.)

Definição do método de refinamento para busca avançada da literatura. A busca e identificação da literatura foram filtradas mediante os seguintes critérios: seleção de textos publicados no contexto latino-americano desde a década dos anos 80 do século passado até a atualidade, em formato de artigos, livros, capítulos de livro, teses, palestras, informes de pesquisa; em idioma português, espanhol ou inglês, que continham no título, no resumo ou nas palavras-chave, o nome das categorias de análise, bem de maneira individual ou relacionadas, pertencentes às ciências sociais, sociais aplicadas e, ou, políticas.

Organização. Uma vez depuradas as fontes de informação, elaborou-se uma guia para a leitura dos textos.

Guia - Leitura dos textos selecionados

Componentes	Descritores	Perguntas para escrever o informe
	Autor	
	Tipo de material	Quem pesquisa o tema?
Delimitação	Tema/subtemas	Quais são as questões desenvolvidas?
contextual	Questões	Qual é o contexto temporal, espacial e os sujeitos envolvidos?
temporal	Propósito	
espacial	Delimitação espacial	
	Delimitação temporal	
	Sujeitos envolvidos	
Enfoque	Ciências/disciplinas	Quais são os campos e as áreas de conhecimento?
	Conceitos principais	Qual é a problematização dos conceitos?
Debates	Conclusões	Quais são as tendências que emergem dos temas levantados?
	Recomendações	

Fonte: elaboração própria

Conclusão Guia

Sistematização da informação. As funções de leitura, organização, agrupação, análise preliminar da informação e derivação de resultados foram integradas através do uso da ferramenta Atlas-ti, software de pesquisa qualitativa que permite a manipulação da informação pesquisada em formato textual – livros, capítulos, artigos, visual – imagens, e de som – gravações. Também foi usado o Excel que permitiu, de maneira ágil e sistemática, organizar e visualizar a literatura selecionada e os resultados obtidos em gráficos.

Análise da literatura. Foi revisado um total de 153 textos, correspondentes a 176 autores. O tipo de publicação predominante foi o artigo de revista, constituindo 67% da literatura abordada, depois o livro, seguido do capítulo de livro e de palestras publicadas em anais de eventos acadêmicos. Quase a totalidade dos artigos encontra-se disponível em versão digital nos repositórios disponibilizados no sistema integrado de bibliotecas da USP.

ANEXO C – Oficina Medellín (Colômbia): Memória urbana. A vida depois da intervenção Projeto Urbano Integral PUI-nor em Santo Domingo Savio. Pesquisa: Intervenções contemporâneas em cidades da América do Sul: estudo das transformações territoriais em assentamentos precários de São Paulo/Brasil e Medellín/Colômbia

A finalidade de este documento é orientar os principais assuntos que permitirão o desenvolvimento da oficina em Medellín, em razão disso descrevesse a pretensão da oficina, as instituições envolvidas, as características dos participantes, a convocatória e inscrição, a dinâmica de trabalho, a duração, os materiais e a certificação dos participantes.

Objetivo

Resgatar a memória urbana dos moradores da área intervinda pelo PUI-nor, bairro *Santo Domingo Savio*, localizado na *comuna* 1 do município de Medellín (Colômbia), e construir mapas temáticos sobre os impactos da intervenção urbanística na vida cotidiana da comunidade.

Propósito da oficina

Documentar e espacializar a memória urbana de diversos atores sociais sobre as transformações territoriais, tanto positivas como negativas, derivadas da intervenção urbana PUI-nor no bairro *Santo Domingo Savio*, com ênfases nos componentes 1) Participação e organização social, 2) Habitação e entorno, 3) mobilidade, espaço público e equipamentos sociais e 4) Risco geológico e saneamento ambiental. A técnica a implementar será o grupo focal com auxílio de pictogramas alusivos a cada componente. A oficina terá uma duração máxima de quatro horas, e se realizará no *Parque Biblioteca España – Santo Domingo Savio*, em agosto 13 de 2015, entre as 14:00-18:00 horas.

Instituições envolvidas

Diversas entidades públicas contribuirão na realização da oficina. O Estado de Antioquia contribuiu com a impressão dos mapas da área de intervenção; a Secretaria de Municipal de Cultura mediante o Sistema de Bibliotecas, em particular o *Parque Biblioteca España* localizado em *Santo Domingo Savio*, contribuiu com capacidade instalada (representada no lugar de trabalho em condições adequadas para o dia e hora da oficina; a acessibilidade e ingresso dos participantes, e o mobiliário e equipes), apoiou a convocatória conjunta com a Universidad de Antioquia, sendo o pessoal do grupo da terceira idade *Cuenta cuentos* e do grupo de juvenil “Taller de lectura y escritura” os convidados a participar na oficina; O grupo de pesquisa “Medio Ambiente y Sociedad-MASO” da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidad de Antioquia, liderou a realização da oficina e a sistematização dos resultados; O Núcleo de Apoio à pesquisa Produção e Linguagem do Ambiente Construído-NAPPLAC da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, representado na participação de pesquisadores professores e estudantes de mestrado e doutorado que conformam a equipe de São Paulo.

Características dos participantes

O número ideal de participantes é de 20, com uma margem do 25% inferior e superior, é dizer, 15 como mínimo e 25 como máximo. São considerados possíveis participantes da oficina tanto homens como mulheres com conhecimento da realidade atual do bairro e com desempenho de alguma atividade que os vincule à dinâmica do território, bem na sua qualidade de moradores ou trabalhadores, ou por sua participação durante o processo de intervenção. Privilegia-se a participação de jovens e adultos maiores sem vinculação a

organizações sociais tradicionais nem a partidos políticos, não necessariamente organizados, nem atuando em representação de coletivos sociais.

Convocatória

Orienta-se uma convocatória fechada, realizada com previa inscrição conjuntamente entre a UdeA, grupo Maso e a Biblioteca Espanha (instituição reconhecida, localizada em Santo Domingo Savio e seu entorno). O contato com animadores institucionais, a realização de atividades de divulgação em grupos de trabalho estabelecidos, assim como os diálogos diretos com agentes sociais moradores do bairro, foram estratégias retomadas da metodologia implementada pela equipe de São Paulo na oficina na Nova Jaguaré.

Dinâmica de trabalho e duração

O planejamento da oficina em Medellín segue a metodologia estabelecida pela equipe de pesquisa de São Paulo para a realização da oficina na “Nova Jaguaré” em junho de 2015. Dessa forma foi homologada a técnica dos pictogramas (com uso de desenhos diferentes tendo em conta as particularidades do território), o uso de mapas temáticos para estabelecer transformações físico urbanísticas e socioeconômicas, a divisão dos grupos segundo os componentes definidos.

A dinâmica de trabalho foi orientada pela técnica do grupo focal, com uso de mapas da aérea que localizam os participantes no antes (2004-2011) e depois (2015) da intervenção em *Santo Domingo Savio*; nos mapas foram identificados aspectos relacionados com o conhecimento dos participantes sobre o físico-urbanístico e o socioeconômico. Os resultados dessa atividade contribuem além do relacionado à pesquisa, ao fortalecimento do conhecimento que os participantes têm sobre sua realidade.

O grupo focal foi desenvolvido em 4 momentos. No primeiro momento, com duração de 30 minutos, explicou-se a dinâmica de trabalho:

- Marco da pesquisa em que se inscreve a oficina
- Apresentação de equipes de pesquisa de São Paulo/Brasil e de Medellín/Colômbia e dos participantes
- Breve resenha do antes e depois da intervenção PUI-NOR
- Explicação da dinâmica de trabalho
- Distribuição será aleatória dos participantes por subgrupos segundo os quatro componentes de trabalho. Cada um dos subgrupos deverá contar além dos participantes selecionados, com um moderador da atividade e um relator selecionado previamente de entre os integrantes do equipo de pesquisa de Medellín e São Paulo; estes serão responsáveis pelos resultados da atividade em cada subgrupo.
- Uso de uma técnica de aproximação à compreensão e uso dos mapas, mediante um “esquenta” que implica que cada participante se localize no mapa respeito de onde mora, trabalha, estuda ou frequenta: festas, batidão, igreja, ONGs, compras e etc.

No **segundo** momento, privilegiou-se o trabalho por subgrupos temáticos, com uma duração estimada de 1 hora, e seu propósito foi resgatar e espacializar a memória urbana dos participantes. Empregando pictogramas de cor verde e rosa, os participantes foram orientados pelos moderadores da atividade para identificar aspectos positivos y negativos atribuíveis à intervenção urbana PUI-nor. Para estimular a fala das pessoas e o debate, foram empregadas perguntas norteadoras:

Subgrupo 1: Organização e participação social. Palavras chaves e questões a trabalhar no antes e depois da intervenção: de que maneira a intervenção melhorou ou deteriorou a

organização e a participação social? (Modera lidera Luis Alberto e relata Santiago Gutiérrez, participante pela equipe de São Paulo: Marcia Prestes)

- **Dinâmica social:** como e para que estava organizada a população antes da intervenção PUI-NOR? Que formas de organização social sumiram, quais subsistem, prevalecem o se criaram? Teve ou não participação na formulação do projeto, durante a intervenção, e depois? Como é o convívio no bairro? Que formas de controle social existem hoje no bairro?
- **Economia:** foram criados novos postos de trabalho depois do PUI-NOR? Promoveram-se e implementaram-se novas atividades econômicas no bairro
- **Serviços:** melhoraram ou não as condições de educação para criança, jovens, e adultos no bairro? Existem atividades formativas extraescolares no bairro? Melhorou a prestação dos serviços e dos centros de atendimento em saúde?

Subgrupo 2: Habitação e entorno. Palavras chaves e questões a trabalhar no antes e depois da intervenção: de que maneira a intervenção melhorou ou deteriorou a Habitação e o entorno? (Modera Juan Diego, relatora Diana, participantes pela equipe de São Paulo: Maria de Lourdes Zuquim, Denisse Antonucci)

- **Ocupação:** Teve câmbios nas famílias e vizinhanças durante e depois de realizada? Foram despejadas ou realocadas famílias? Teve realocação por assuntos relacionados com a intervenção ou por risco geológico?; as famílias afetadas contaram com aluguel pago pela prefeitura?
- **Moradia nova e melhoramento:** teve programas de moradia nova gerados pela intervenção PUI-NOR: quais, de que tipo? Se verticalizou a construção da moradia? Teve melhoramento da moradia?
- **Legalização da moradia:** Foram legalizadas e outorgadas escrituras das moradias novas? Foi ou não definido o uso e a ocupação da moradia nova ou melhorada?
- **Subsidio à moradia:** a população teve subsidio para o aceso à moradia, de que tipo, quais foram as formas de acesso? Se valorizou a moradia? Aumentaram os cânonos de aluguel? Aumentaram as taxas de “impuesto predial”? Teve câmbios na estratificação socioeconômica das moradias?

Subgrupo 3: Mobilidade urbana, espaço público e os equipamentos sociais. Palavras chaves e questões a trabalhar no antes e depois da intervenção: de que maneira a intervenção melhorou ou deteriorou mobilidade urbana, espaço público e os equipamentos sociais? (Modera Liliana Sánchez, participantes pela equipe de São Paulo: Eduardo Nobre, Jorge Bassani, Miguel Bustamante).

- **Vias:** Integração do bairro com o entorno e a cidade (conexão física: vias de acesso, vias principais, calçadas); acessibilidade interna (jerarquias, circulação e conexões internas)
- **Espaço público:** construído, usos e apropriação; zonas verdes, usos e apropriação. Quais são as principais atividades que se desenvolvem no espaço público? Que características facilitam sua apropriação? Que conflitos se evidenciam? Quais lugares atraem à população juvenil? Quais lugares são evitados e porquê?
- **Equipamentos comunitários:** construídos, usos e apropriação. Quais são as principais atividades que se desenvolvem nos equipamentos públicos? Que características facilitam sua apropriação? Que conflitos se evidenciam?

Subgrupo 4: Risco geológico e saneamento ambiental. Palavras chaves e questões a trabalhar no antes e depois da intervenção: de que maneira a intervenção melhorou ou deteriorou o risco geológico e o saneamento ambiental? (Modera Alberto Gutierrez, participante pela equipe de São Paulo: Ana Julia).

- **Risco geológico:** Foi feita a recuperação, proteção, e consolidação das zonas de alto risco geológico?
- **Saneamento ambiental:** tipologia das soluções técnicas para o saneamento ambiental (convencionais o estruturais)? Foram articuladas ao sistema de mobilidade e ambiental? Teve recuperação de áreas naturais protegidas em córregos?

No **terceiro** momento, privilegiou-se a síntese coletiva, com uma duração de 1 hora. Apresentaram-se os produtos obtidos em cada subgrupo, incorporando as informações complementares de outros participantes.

Finalmente, no **quarto** e último momento, foi feita uma síntese do trabalho realizado, com duração de 30 minutos, e sociabilizaram-se as estratégias de devolução e socialização dos resultados da oficina, assim como sua projeção.

ANEXO D – Plano operativo “**A memória constrói-se caminhando**”. **Transformações nas apropriações dos espaços públicos, comunas 1 e 2 da zona nordeste**¹ Pesquisa: Transformações da cidade popular. Um olhar desde o cotidiano da participação e da política urbana. *Medellín, uma cidade construída a várias mãos?* Programa de Pós-graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo

Objetivo

Identificar transformações nas apropriações dos espaços públicos construídos pelo Projeto Urbano Integral, entre 2004-2011 nas *comunas* 1 e 2 da zona nordeste de Medellín, e seu rebatimento no cotidiano dos bairros populares. Para isso, se irá a confrontar memória urbana anterior ao PUI-nor e vivência atual.

Questões

Resgate da memória urbana e presente em andamento: agentes, apropriação, tipo de espaços. Disputas e possibilidades. Quem ganha e quem perde?

Instituições aliadas

O grupo base foi conformado por gestores culturais do Parque Biblioteca España de Santo Domingo Savio, habitantes da zona sem vínculo organizativo, e habitantes vinculados à Corporação *Mi Comuna* 2, Mesa de Diretos Humanos, Junta de Ação Comunal de Santo Domingo Savio da *comuna* 1. A Universidade de Antioquia representada no grupo de pesquisa “Medio Ambiente y Sociedad-MASO” da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, lidera a realização das oficinas e dos percursos, assim como a sistematização dos resultados.

Perfil dos participantes

Foi constituído um grupo de 15 pessoas para a realização das oficinas e dos percursos pelos espaços públicos. Homens e mulheres com conhecimento da realidade atual dos bairros das *comunas* 1 e 2, e com vinculação a processos sociais de bairro ou zona. Privilegiou-se a participação de jovens adultos entre 20-30 anos com abertura a outros setores populacionais, não necessariamente organizados nem atuando em representação de coletivos sociais.

Complementarmente foram realizadas entrevistas em profundidade e grupos focais com representantes de organizações sociais como Juntas de Ação Comunal, Juntas Administradoras Locais e de Organizações não Governamentais com presença na zona, como complemento da memória e vivência urbana associada às apropriações dos espaços públicos.

Plano operativo: momentos e atividades

Para identificar a apropriação social dos novos espaços articulam-se instrumentos de pesquisa que destacam a cartografia da ação (TORRES, 2009) como possibilidade para interagir, escutar, conversar, reflexionar e construir coletivamente. Recorre-se ao saber popular, ao relato e a ação espontânea dos participantes, oficinas participativas, percursos pelos bairros,

¹ Esta proposta, inicialmente construída por Liliana Sánchez, Luis Alberto Hincapié e Diana González pesquisadores adscritos à linha “Planejamento, Cidadania e Território” do Grupo Medio Ambiente Sociedad da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidad de Antioquia, foi compartilhada entre fevereiro e agosto de 2016, aos gestores culturais do Parque Biblioteca España de Santo Domingo Savio, organizações sociais da zona e habitantes. Seguiu-se a dinâmica do agente multiplicador, que consistiu em que cada pessoa com interesse em participar recomendava outra. Dessa forma conformou-se o grupo base que complementou a proposta inicial.

observação participante, entrevistas a moradores, análise de fotos de antes e depois das intervenções.

Planejamento (fevereiro-julho 2016)

- Participação em processos de planejamento de cidade para reconhecer as condições atuais dos bairros populares
- Conformação da equipe responsável do processo
- Preparação proposta e plano operativo. A implementação da proposta é co-financiada com recursos de CAPES PEG PG, com a capacidade instalada e recursos do grupo MASO e das organizações sociais vinculadas ao processo.
- Identificação possíveis contatos com interesse em participar (fevereiro - maio)
- Aproximação à literatura sobre cartografia social, participação em seminário sobre cartografia social (março 16, 17, 18)
- Percursos pelos espaços públicos acompanhados de fotografias e conversas informais com habitantes.
- Compartilhar a proposta a gestores do Parque Biblioteca e a pessoas recomendadas com interesse em participar. Esta atividade possibilitou reconhecer as características dos integrantes do grupo, retroalimentar e complementar a proposta inicial conforme suas expectativas e recomendações (março-julho).
- O processo será certificado por MASO-UdeA

Implementação: Oficinas e percursos participativos (entre junho-novembro)

Oficinas

Integração equipe base e discussão da proposta: a) integração e apresentação dos participantes, b) socialização coletiva da proposta, c) apresentação desenho de camisa e boné a serem usados durante os percursos (Carolina, Sergio).

Lugar: Sede de Investigaciones UdeA, 18 de junho de 2016, 9:00-12:00

Lidera: Liliana María Sánchez

“A cartografia somos nós”: a) Apresentação desenho e slogan da camisa e boné com (Carolina, Sergio, Jonathan), b) Planejamento dos recorridos (espaços públicos mais significativos para percorrer, datas, horários, número de percursos, intensidade, metodologia, materiais, investimento), c) Resultados da cartografia social para visibilizar as transformações nas apropriações dos espaços públicos (Tabela 2).

Lugar: Sede de Investigaciones de la UdeA, 9 de julho de 2016, 9:00-12:00

Lidera: Liliana María Sánchez

Apropriação Social do Conhecimento-ASC

Lugar: Sede de Investigaciones de la UdeA, 6 de agosto de 2016, 9:00-12:00

Lidera: Luis Alberto Hincapié

¿De qué comunidade estamos falando?

Lidera: Alberto León Gutiérrez

Transformaciones da Medellín popular 1950-2011

Lidera: Liliana Sánchez

Lugar: Casa del Encuentro Eduardo Galeano, Villa del Socorro, 28 agosto 9:00 – 3: 00 pm

Fechando para abrir novos processos. Reflexões sobre os saberes e conhecimentos produzidos durante as oficinas e percursos.

Lugar: Sede de Investigaciones de la UdeA, 9:00-12:00, data por definir

Lidera: Liliana María Sánchez

Percursos por espaços públicos

Percorreremos os espaços públicos construídos pelo PUI-nor, localizados no eixo do Metrocable, línea K e próximos. Serão realizados quatro percursos para reflexionar sobre as apropriações da população (memória urbana e presente em andamento). Cada percurso será organizado pelos participantes que moram nos bairros: definição do lugar para encontro inicial antes do percurso, rotas para percorrer os espaços, guia de observação e reflexão, uso de elementos que estimulem a fala e reflexão: fotografias de antes/depois da intervenção, notícias, canções, poemas, etc.

Andalucía

Estratégias para ativar a memória urbana da apropriação dos espaços públicos: a) vender os olhos para ajudar a trazer lembranças, sentimentos, sensações, imagens próprios ou que conheçamos por referencia, b) análise de fotos de antes e depois das intervenções

Lidera: Henry Valencia, Christian Álvarez, Mary Luz, María Isabel, Isabel Cristina

Lugar: 10 de setembro, Casa del Encuentro Eduardo Galeano, Villa del Socorro. 8:00 – 5:00a.m

Espacios públicos a visitar

- Ponte O Mirador (conecta los barrios Andalucía y la Francia)
- Ponte A Paz (conecta los barrios Villa del Socorro y Andalucía)
- Rua 107
- Parque Imaginación (Villa del Socorro), Parque da Transfiguración (Villa Niza)
- Corredor artístico A Herrera

Popular

Lugar de reunión y hora: sábado 17 de setembro

Lidera: Richard

Espacios públicos a visitar

- Parque Ajedrez
- Os Pozos
- Pablo VI
- Lavaderos
- Parque Lineal Herrera
- Rua 42b

Granizal

Lugar de encuentro y hora: domingo 2 outubro 8-5 p.m.

Lidera: Anderson Suarez, Anderson Urrego, Lizet

Espacios públicos a visitar

- CREM: espacio en el que nos podemos reunir (Anderson Suarez hace el préstamo)
- Cancha
- Mirador de Granizal
- Parque Os niños (gimnasio al aire libre)

Santo Domingo Savio

Lugar de encuentro y hora: domingo 9 de outubro de 2016

Lideran: Adolfo, Amparo, Jhonatán, Carolina, Sergio

Espacios públicos a visitar

- Parque Biblioteca España Santo Domingo Savio
- Parque Mirador de los niños
- CEDEZO
- Rua Puerto Rico
- Rua 29 y 31 (espacio de los Núcleos de ELN en la década de 1990 e punto de intervención comunitaria simultáneamente al PUI)

No fechamento do processo serão apresentados os produtos da cartografia social em quatro dos espaços percorridos por sector: realização de tomas culturais nos espaços públicos que apresentem maior conflitividade nos usos e apropriações. Por sua vez, esses produtos fortalecem as dinâmicas comunitárias e organizativas da zona nordeste.

Cronograma 2016-2017 Percursos “A memória constrói-se caminhando”

Actividade		Responsável	Data, lugar
Planeación del proceso		Grupo MASO	Fevereiro - julho de 2016
Oficinas			
Integração equipe base e discussão da proposta		Liliana Sánchez	Junho 18 de 2016, 9:00 am Sede de Investigaciones UdeA
“A cartografia somos nós”		Liliana Sánchez	Julho 9 de 2016, 9:00 am Sede de Investigaciones UdeA
Apropriação Social do Conhecimento-ASC		Luis Alberto Hincapié	Agosto 6 de 2016, 9:00 am Sede de Investigaciones UdeA
Territorio, comunidad. ¿De qué estamos hablando?		Alberto León Gutiérrez	Casa del Encuentro Eduardo Galeano, Villa del Socorro, 28 agosto 9:00 am – 3: 00 pm
Transformaciones de la Medellín popular		Liliana Sánchez	
Saberes e conhecimentos produzidos: preparação da apresentação dos resultados		Liliana Sánchez	Noviembre 11 de 2016, 9:00 am Sede de Investigaciones UdeA
Fechando para abrir novos processos. Reflexões sobre os saberes e conhecimentos produzidos durante as oficinas e percursos.		Liliana Sánchez	Junta de Ação Comunal de Santo Domingo, 19 dezembro de 2016
Recorridos			
Andalucia	Lidera: Henry Valencia, Christian Álvarez, Mary Luz, María Isabel, Isabel Cristina		Sábado 10 de septiembre 2016, Casa del Encuentro Eduardo Galeano, Villa del Socorro 8:00 – 5:00 pm
Popular	Richard, Faber, Felipe		Sábado 17 de setembro, 8:00 am – 5:00 pm Lugar por definir
Granizal	Anderson Suarez, El Primo, Lizet		Domingo 2 de outubro de 2016 Lugar: CREM, 8:00 am – 5:00 pm
Santo Domingo	Adolfo, Amparo, Jhonatán, Carolina, Sergio		Domingo 9 outubro de 2016, 8:00 am – 5:00 pm Junta de Ação Comunal Comuna 1

Fonte: Elaboração própria

Conclusão Tabela do cronograma

ANEXO E – Productos cartografía social “Deseos participativos”

Nombre	Producto
Carolina Marín Marín	Diseño de camisa, gorra, relato o declamación dramática puesto en escena
Jhon Anderson Suarez Vidal Jhonatán Macías	Canción y guion para obra teatral protagonizada por el grupo Galería: Foto poemario, declamación poemas, dramatización
Sergio Higueta	Diseño de camisa, gorra, mural: stencil, grafiti, dibujo espacio para que las personas coloquen mensajes que deseen que sea ese espacio público
Anderson Urrego Castaño, Lizet Roldán Sánchez	Canción y microdocumental
Isabel Cristina Echavarría Rodríguez, Maria Isabel Pérez Hincapie, Mary Luz Correa	Cartilla popular artesanal que pueda seguir siendo escrita por los habitantes de los barrios que contenga (que invite a la gente a que se imagine cómo será su futuro): foto poemario, mensajes de los habitantes recogidos en los recorridos. Recopilación de fragmentos, canciones que hagan relación a las dinámicas del barrio
Henry Valencia, Christian Álvarez	Hacia afuera: artículos informativos periódico Mi Comuna 2, micro documental para mostrar recorridos y talleres, galería fotográfica. Hacia dentro: sistematización del proceso (paso a paso del recorrido)
Adolfo Taborda	Formulación de proyecto de intervención social global, que una las diferentes organizaciones y personas que estamos trabajando
Luis Alberto Hincapie Ballesteros, Liliana Sánchez, Alberto Gutiérrez	Publicaciones científicas: ponencias en eventos, trabajo de extensión en la zona nororiental, asesorías a organizaciones sociales, formulación de investigación fase II. Escribir un artículo científico con los estudiantes de pregrado en la revista “Experimenta” de la UdeA dedicada a divulgar lo que está haciendo la universidad: Ejercicio de escritura.

Fonte: Elaboração própria

Conclusão Anexo E

ANEXO F – Percursos pelos bairros da zona nordeste

Figura referida ao percurso bairro *Andalucia*.
Fonte: Elaboração própria com informação do DAP (2015).

Figura referida aos percursos pelos bairros *Granizal* e *Santo Domingo*.
Fonte: Elaboração própria com informação do DAP (2015).

Figura referida aos percursos pelo bairro Popular.
Fonte: Elaboração própria com informação do DAP (2015).

ANEXO G – Anotações de campo durante os percursos pelos bairros

Agosto 10 de 2015

2:00 - 5:30 pm

Bairros Santo Domingo Savio e Andalucia

Metrocable linha K: pegar o Metrocable da zona nordeste é fascinante pelo visual de toda a cidade. Sempre estabeleço comunicação com as pessoas que vão comigo no vagão, que geralmente são 3 ou 4. Elas sempre têm um bom comentário sobre o serviço e sobre o câmbio de vida pela possibilidade de aceder do bairro à cidade.

Rua Puerto Rico: nas horas da tarde percorri a rua Puerto Rico e deu para sentir o caos, barulho e quantidade e mistura de atividades comerciais que no lugar se reúnem. Praticamente oferecem tudo o que os habitantes precisam para o desenvolvimento de seu dia a dia, possibilitando que a população não tenha que se locomover até o centro da cidade para fazer suas compras. Ainda está proibido o passo de carros e motos pela rua que é de pedestres, os locais comerciais ocupam o espaço privado e o espaço de pedestres, e as motos circulam livremente, fazendo difícil o passo das pessoas. Se observou que essa rua faz parte constitutiva da centralidade do bairro Santo Domingo Savio pela quantidade de pessoas e atividades econômicas que concentra e pelos relacionamentos que ali surgem. Segundo a opinião de algumas pessoas os locais geram emprego aos habitantes.

Parque Biblioteca Espanha Santo Domingo Savio: observar de longe os três gigantes cubos pretos que conformam a biblioteca do bairro Santo Domingo Savio é impressionante, ela está incrustada em meio da montanha rodeada de casas pequenas. Já ao redor dela, se observam grandes espaços públicos onde sempre tem gente fazendo atividades variadas: brincar, estudar, conversar, atividades culturais e férias de artesanatos de bairro. Já dentro, se observa um espaço muito amplo, com ótimo mobiliário, com muitas pessoas usando-o. O dia em que estive estavam fechados vários espaços da biblioteca e em próximos dias seria fechada durante um ano por reparações físicas, e adiante funcionaria na rua e em alguns equipamentos educativos emprestados.

Mirador de Santo Domingo e parque das crianças: lugar público que reúne uma grande variedade de pessoas que se sentam para conversar, o que observam a cidade desde o mirador. Ali sempre há crianças entre 8 e 15 anos contando a história do bairro, fazendo ênfases na figura de Pablo Escobar. Eles falam tão rápido que não dá para entender nada e sempre pedem uma colaboração em dinheiro. A maioria dos turistas se sentam a escutar aos meninos e depois lhes dão dinheiro (se dispõe de vídeo). Também se observa a presença de muitos jovens fazendo alguma atividade esportiva ou conversando entre eles, assim como de outras pessoas (jovens mais adultos geralmente em motocicleta) que claramente estão vigilando quem entra e sai do lugar.

Consolidação habitacional La Herrera: se observam os prédios de moradia popular onde foram realocados em sítio as famílias que antes da intervenção moravam no córrego da quebrada La Herrera. Pude conversar com uma das habitantes do conjunto habitacional que mora no lugar desde faz 5 anos, ela expressou um câmbio de vida positivo depois de passar de morar no córrego da quebrada em péssimas condições a morar numa casa boa. Todos os habitantes da casa devem trabalhar para poder assegurar o pagamento das prestações por serviços públicos domiciliários. Ela não apresentou nenhuma queixa e pelo contrário, estava agradecida com o governo.

Data: fevereiro 9 de 2016

Hora: 4:00 - 7:30 pm

Bairro Santo Domingo Savio, Instituição Educativa Antonio Derka

Esse dia assisti à jornada de encontro cidadão para a construção do Plano de Desenvolvimento Municipal 2016-2019 que a prefeitura de Medellín estava fazendo nas comunas 1 Popular y 2 Santa Cruz para recolher a participação da população para a formulação do plano de desenvolvimento municipal, 2016-2019. O cenário foi realmente rico para a pesquisa porque me encontrei com profissionais da universidade que trabalham na zona, com lideranças sociais que fazia tempo não via, conheci os novos representantes das juntas de ação comunal e juntas administradoras locais, e outras pessoas de organizações sociais. Tinha muita gente, sobre tudo, pessoal de organizações tradicionais da zona e muitos funcionários públicos. O prefeito chegaria mais tarde, na hora de fechar o evento.

No evento estavam disponíveis várias mesas de trabalho e com a equipe do grupo de pesquisa tivemos informação sobre as mesas de segurança e convívio cidadão, ACREDITAMOS na cultura cidadã, meio ambiente e renovação urbana. Participar nelas foi muito rico para porque escutamos dos próprios moradores os problemas que na atualidade as *comunas* 1 e 2 estavam enfrentando.

Nos arredores tinha muita movimentação de carros e gente, se sentia uma grande expectativa pela realização desse evento já que a prefeitura passada tinha desconhecido os processos comunitários liderados pelas comunas 1 e 2. Todas as salas ficaram lotadas, gente sentada em cadeiras, no solo, em pé participando e assistindo o evento.

As exigências da população foram realizadas de maneira individual e coletiva.

Depois do evento, caminhar até a estação do Metrocable foi uma ousadia, o comercio, o barulho, a presença massiva de carros e a falta de caminhos para pedestres fez muito perigoso a mobilidade até o lugar de destino. A rua teve que ser dividida entre pedestres, carros e motos.

Segurança e convívio cidadão

Equipo de governo conformado por: secretário de Segurança e Convívio, subsecretario de direitos humanos, gerentes da Empresa de Segurança Urbana, Metroparques, INDER, e a diretora da Casa da Memória.

Segundo a dinâmica proposta, os participantes realizariam “contribuições ao Plano de Desenvolvimento Municipal”. Cada participante devia responder numa folha três perguntas: “1) ¿qual é o principal problema de seu bairro? 2) ¿qual acredita que é a principal causa desse problema? 3) ¿qual é a solução ao problema? ”. As respostas dos participantes deviam estar associadas aos componentes da linha. No formato para as respostas se pedia aos participantes que escreveram na comuna que moravam, nome, e correio eletrônico. As respostas foram postadas logo em carteis segundo os seguintes componentes.

1. Medellín segura:
 - Planejamento para a segurança integral
 - Infraestrutura e tecnologia para a segurança e o convívio
 - Justiça e polícia criminal
2. Em Medellín convivemos todos
 - Justiça próxima ao cidadão
 - Promoção da convivência por meio do esporte e o bom uso do espaço público
 - Prevenção social do delito e a violência
3. Medellín conta com vos para construir a paz no território

- Proteção, garantia dos direitos humanos
- Post acordo e garantias de não repetição
- Atendimento integral a vítimas
- Memória e reconciliação

Intervenções dos moradores:

- As vítimas não têm investimento para o funcionamento de suas atividades
- Os espaços públicos são ocupados tanto por atores ilegais como pela mesma polícia.
- É necessário realizar exercícios de memória dos espaços.
- Falta de espaços para que as organizações que desenvolvam atividades esportivas
- Denúncias sobre a cumplicidade de policias com agentes à margem da lei.
- São muitos os espaços públicos nos que predomina o consumo de substâncias psicoativas por parte de jovens
- Garantia para levar uma vida boa: segurança, emprego, saúde, educação
- Violação sistemática dos direitos humanos
- Pouco investimento na formação do seu interior
- Falta a criação de uma secretaria de direitos humanos
- Barulho, inadequado tratamento de lixo, consumo de substâncias psicoativas, deposições das mascotas
- Incentivar a construção e atividades para a apropriação de espaços públicos

CREEMOS na cultura cidadania

1. Cultura de Medellín:
 - Recuperando a confiança
 - Formação cidadã em valores
 - Comunicação para a divulgação, a participação e a cultura cidadã
 - Cultura da legalidade
2. Medellín participativa
 - Promoção e formação para a participação cidadã
 - Promoção do controle social
 - Investimento participativo
 - Fortalecimento estratégico do planejamento social e económico
3. Medellín Bem administrado
 - Governo visível
 - Transparência como modelo de gestão
 - Ótima condução das finanças e dos recursos públicos
 - Gestão eficiente
 - Gestão eficaz

Chama a atenção o argumento associado a que a participação não servirá para legitimar o plano de desenvolvimento e sim para sua construção.

Perguntas realizadas para motivar a participação: Que queremos? Que sonhamos? Quais são os desafios?

Posterior à explicação de cada tema por componente as pessoas começaram a pedir a palavra para expor suas opiniões individuais e coletivas, produto de um trabalho prévio de organizações de base. Tendências emergentes, recolhidas por participação individual e petições coletivas trabalhadas com antecedência pelas organizações sociais:

- Não mais cenários de participação cidadã, existem muitos. O que se precisa é o fortalecimento dos existentes e o acompanhamento da prefeitura.
- Formar e publicitar valores de cultura cidadã que desestimule a apropriação do espaço público por carros. Incidir no comportamento da população.
- Reparação coletiva com intervenção sociocultural. Reconstruir o tecido social despedaçado pela violência, reconstruir entornos seguros na diversidade. Incentivar outras alternativas de vida com a comunidade, não prevenção.
- Aproximação e sinergias Estado-comunidade. Presença contínua, resgate da confiança da prefeitura na comunidade, reconhecimento e visibilização de processos comunitários, planos estratégicos de cultura, esporte, equidade de gênero, recursos para a execução de projetos. Que o que esteja no papel seja realidade.
- De parte da prefeitura: continuidade da política pública, confiança em nossos territórios, apoio aos processos de comunicação comunitária como meios para divulgar os assuntos que afetam a população e aos processos de organização de base social, avaliação dos impactos qualitativos e quantitativos na vida da população, com planejamento, união da prefeitura com a universidade
- Espaço público digno, para a reunião, para existir.
- Prestação de serviços de qualidade com pessoas idôneas e em condições adequadas a nossas necessidades
- Fortalecimento das veedurias comunitárias
- Poder de incidência da população no investimento de nosso território
- Resgatar a construção social do hábitat. O território deve ser produto da gestão não da administração

Problemas históricos

- A autoridade das JAC está perdida
- Estado ausente: de que legalidade estamos falando?
- Comunidade fazendo o trabalho da prefeitura. Nós somos Estado. Nos sentimos abandonados. Nós fazemos a tarefa, mas precisamos à prefeitura aqui
- Trabalho comunitário com as unas
- Ameaças a lideranças, medo de escrever sobre assuntos que afetam à população
- Falta de valores em prol da vida
- No mais policia
- Fragmentação de secretarias, fragmentação do território, descontinuidade da política pública
- Não mais prevenção, ação
- Nós somos cidade
- Cansaço da participação, dos cenários participativos
- Comunidades adaptadas a um sistema de governo ilegal
- Falta de mediação dos conflitos. Muitas brigas pelo investimento participativo
- Sem espaço público para trabalhar, existir não para o vício. Carros ocupam o espaço público
- Execução de projetos na última hora

Meio ambiente e renovação urbana

Na mesa de meio ambiente e renovação urbana participaram um representante do ISVIMED, EPM, a EDU e outras dependências da prefeitura com relação direta com os temas a abordar.

Saneamento e gestão do risco geológico

- Melhoramento das condições sanitárias
- Identificação de zonas de risco e mitigação
- Impulso à granja agroecológica localizada na Torre e a todas as criadas na comuna, com o propósito de trabalhar desde a segurança alimentar e mitigação do risco.
- No bairro reconhecido como o “Hueco” a maioria das construções está ao borde do córrego e ninguém se responsabiliza
- O setor de Carevieja é um “botadero de basura” perante a ausência de entidades de controle e campanhas pedagógicas.
- Comuna 2 Santa Cruz: atuar desde a gestão do risco comunitário, necessidade de execução de plano lineares - bairro a Francia. Neste mesmo setor há uma quebrada de EPM que ocasiona prejuízos à comunidade.
- Intervenção nos córregos, articulados à recuperação de fontes hidrográficas.
- Comuna 1: falta arborização, planos de mitigação.
- Fortalecimento dos comités de bairro de emergência em termos de dotação, capacitação e reconhecimento
- Revisão e capacitação técnica do corpo de bombeiros voluntario
- Esperanza 2: construção de hortas em zonas de risco e dar uso aos escombros das moradias despejadas.

Moradia

- Melhoramento e titulação de moradias
- Habitante do bairro o “Trébol” pede solução de vivenda, planeja que a prefeitura pagou aluguel durante algum tempo (no especifica quanto), mas ela voltou para sua antiga moradia porque ainda não recebe solução habitacional.
- Os programas de vivenda devem priorizar as vítimas do conflito armado e às mulheres vítimas de violência.

Serviços Públicos domiciliários

- Exigem cumprimento do direito a agua potável. Em alguns setores de San Pablo I não têm de agua potável.
- Aceso rede gás domiciliário, denunciam a aumento nos custos das pipetas.
- Aceso a serviços públicos domiciliários (Esperanza 2, Carpinelo 2)

Mobilidade

- Santo Domingo Savio 1. Dificuldade da mobilidade pelas estreitas vias “os visitantes chegam ao bairro e caminham pela parte central, vem o melhor, mas três blocos mais para cima estão as mães educando sozinhas a seus filhos, e estão as condições mais difíceis de vida más que não são atendidas”.
- Em San Pablo I legalizaram-se alguns prédios, mas faltam outros, o sistema viário está em mal estado.
- Comuna 1 Falta sistema de mobilidade adequado às necessidades da comuna e intervenções que respondam à sobre população
- Falta segurança para pedestres e sinalização

Equipamentos

- Criação de sede social para bairros que não dispõem.

- Esperanza 2. Construção de equipamentos comunitários, cenários esportivos, demarcação de vias, sendeiros e trilhas de pedestres.
- Construção de teatros ao ar livre, espaços para a arte e a cultura.

Generalidades

- Exigência de ter em conta os Planos de Desenvolvimento Local das comunas 1 e 2 em sua integralidade.
- Melhorar as condições das pessoas localizadas nas ladeiras da montanha.
- No marco do PUI solicita-se investimento para os bairros próximos à biblioteca.
- Exercício do controle sobre as antenas de celulares localizadas no território pela incidência negativa para o meio ambiente e humano.
- Desde o trabalho organizativo que lidera a *Corporação Con-vivamos* propõe-se
- “Garantia de permanência no território: perante os diferentes planos de intervenção urbanística que se estão realizando na cidade, desenhar programas de permanência com projetos de moradia incluindo as formas de vida da população tendo em conta formas culturais de habitar os bairros”.
- “Gestão comunitária do risco: conformação de comités incluintes que reconheçam os saberes das comunidades na gestão do risco com apoio de técnicos para a mitigação comunitária”.
- “Reconhecimento de outros riscos: psicossocial e económicos [...] promover programas que atendam as diferentes demandas”.
- “Melhoramento Integral de Bairros: planos urbanísticos desenhados com participação. Equipamentos, melhoramentos, construção de vias e aceso de pedestres”.
- “Serviços públicos universais: água potável, qualidade, quantidade e continuidade para todos e todas”.
- “Energia a través de redes alternativas como são as bioenergéticas com aproveitamento do sol o de matéria orgânica como geradores de energia”.

20 de marco de 2016

8:00 am - 18:30 pm

Espaços e equipamentos públicos bairros Santo Domingo Savio, Popular e Andalucia

Santo Domingo Savio

Segurança: câmbio para melhor

Observam-se diferentes murais, fotografias, grafites, lendas que aludem a história do bairro e à violência passada como fato histórico que não querem que se repita. Os grafites são feitos por jovens do setor e pagos pela prefeitura (fotografia escola da Candelária, jovens nos pozos). Encontramos num tugúrio a seguinte lenda “porque em nossos territórios não se cultive a guerra”, uma tenda de bairro chamada “La paz” (fotografia)

Os habitantes referem que Santo Domingo é o melhor bairro que tem Medellín, é o “o Poblado do norte, o Poblado II”. Já não temos violência.

Violência: outra cara da moeda

Na atualidade as condições de segurança são outras, que não há nenhum morto no bairro, a polícia cuida muito, sobre todo por onde passa o turista, do resto não sei nada, qualquer coisa pode passar. A liberdade que se sente para caminhar, é que isto antes não se sentia aqui. A presença de bandas é normal em qualquer parte do mundo, isso não é de Santo Domingo, é uma problemática de todas as cidades. Aqui graças a deus não atropelam ao comerciante, na atropelam ao vizinho, é como si não existissem. Eles cobram arrego porque se tem que financiar, é normal. Para poder viver há que pagar, é normal. Nós nos sentimos protegidos pelos “muchachos”, eles estão aí por falta de autoridade porque a autoridade não te cuida a, então outros tem que cuidar o bairro. O bairro está tranquilo, se sente em harmonia e não é pela presença dos polícias, eles não necessariamente dão proteção para a comunidade.

Outra pessoa se referindo à segurança do bairro falou “Aqui há polícia, mas aqui os que mandam são outros” (Dolores).

Co-presença entre polícia e bandas

Violência já não há, mas eu fiquei com um trauma ninguém pode estar detrás de mim porque sinto como forma me disparar. Agora não há defuntos, é escassa a morte por aqui. O problema arraigado agora é a drogadição em espaços públicos, prostituição e os fins de semana se vêm pessoas de toda parte fazendo o amor no espaço público, é um problema (Gloria Velez).

Por aí andam “os muchachos” eu não sei quem são nunca os vi, por si as pessoas têm algum problema os buscam e eles o solucionam. Eles põem a ordem mais fácil que a mesma polícia, si há um problema entre vizinhos vão os buscam e eles analisam a questão e dão solução. Por aqui não se perde nada, temos proteção (Gloria Velez). “Os muchachos” que primeiro eram da guerrilha e agora paramilitares não faltam, eles são os que cobram arrego aos negócios, aqui a mi casa também vieram por que meu cunhado estaciona o carro na rua eles cobram pelo estacionamento em espaço público ... semanalmente paga 3 mil pesos para evitar problemas porque eles têm armas e a gente tem família ... a polícia é distanciada dos “muchachos” faz pouco tempo fizeram uma batida e prenderam vários deles porque as pessoas não se aguantaram e os denunciaram e pegaram vários deles, eles não se entendem com a polícia nem com as pessoas (Henry).

Arreglos aos supermercados, locais comerciais, estacionamento, controle **do gás, dos ovos, as arepas e do leite** (são eles quem estipulam o preço desses produtos e os donos das tendas tem que vender ao valor que eles digam, por exemplo uma pipeta de gás custa \$56.000, é caríssimo). Eu não sei para que a lei aqui, eles sabem e não os controlam e isso prejudica ao consumidos (Ivan Londoño).

Eu não pago arrego, só pago 10.000 semanais pela cuidada do carro que mantém ali afora do negócio, essa gente de agora molesta muito (Jairo).

Parque Biblioteca Espanha – Santo Domingo Savio

Condições físicas e urbanísticas dos espaços e equipamentos públicos

O Parque Biblioteca Espanha de Santo Domingo Savio, inaugurado em 2007, foi fechado desde agosto de 2015 por problemas de impermeabilização e resistência a ventos². Para evitar o fechamento total do equipamento, os gestores culturais promoveram “Parque ao bairro”, estratégia itinerante que busca dar continuidade a algumas atividades, levando-as até lugares não convencionais e implementando outras segundo os interesses e potencialidades dos aliados.

Olhando a biblioteca em reparação e seu entorno emerge o seguinte:

- A biblioteca não é tão grande como aparenta ser. É a fachada a que dá a sensação de grandeza, mas seu interior é bem simples e o espaço bem menor. De três suportes só há dois, em palavras de um dos trabalhadores trata-se de demolir e voltar a construir a biblioteca (fotografia)
- Fora do equipamento encontra-se um cartel grande que informa sobre a reparação, tempo de trabalho, empresa construtora, e pede compreensão pelas moléstias ocasionadas, chama particularmente essa informação esteja escrita em inglês. Biblioteca para quem? (fotografia)
- Perguntei a pessoas que moram em frente da biblioteca si conheciam o funcionamento de algumas atividades na rua e falaram que da biblioteca só estava em funcionamento a parte administrativa e ano assim os serviços aos usuários.
- Ainda com a biblioteca fechada vi vários turistas, um grupo de 10 pessoas norte-americanas, que ao não poder ingressar ao prédio, se encontrava em uma das moradias mais altas do setor observando o equipamento desde cima e tirando fotografias, e um casal de jovens caminhando pela praça que foi abordado por crianças que falam em espanhol e inglês contando a história de violência do bairro e sua transformação, serviço que eles mesmos chamam de turístico e pelo qual pedem alguma colaboração. Perguntei a um dos menores sobre de onde saiu a ideia de contar essa história aos turistas, e me respondeu que os arquitetos que construíram a biblioteca falaram para o seu primo que ele podia contar histórias para os turistas para que eles conhecessem o bairro.
- Observa-se o uso do parque e da praça que ficam ao lado da biblioteca por moradores e fins de semana por turistas
- Perguntei a várias pessoas o que ocasionava o fechamento do equipamento e estas foram suas respostas:
 - “Olhe outro roubo, essa biblioteca por fora grande por dentro nada, pequena, como vão a prefeitura a investir essa quantidade de dinheiro na construção e depois voltar a tombá-la para voltar a construí-la, e não que essa zona era de alto risco? Porque si puderam construir essa biblioteca em vez de construir casas? que filho da puta engano” “essas três bolas que se roubaram...foi um engano para nós”.
 - Vem muito, muito turista de toda parte do mundo a conhecer o que era a biblioteca por já há meia biblioteca (Dolores).
 - Os turistas chegam cumprimentam a todo mundo, temos conhecido pessoas de toda parte do mundo. Eu tenho uma neta de 18 anos que é bilíngue e fala com os turistas.

² O parque foi construído pela prefeitura com um investimento de 15.152 milhões de pesos, a Universidade Nacional de Colômbia, sede Medellín, estima que sua reparação custará 10.000 milhões.

Quando ela tinha 16 anos ela fez a alfabetização com uma tradutora da biblioteca que recebia estrangeiros, nessa experiência ela conheceu uns brasileiros e alemães que viam conhecer a biblioteca, de aí, ela ficou com interesse em estudar idiomas (Gloria Velez). É muito bom ter turistas por aqui, todo mundo gosta, sobretudo os donos das lojas, do comercio (Henry).

- Inverteu-se muito dinheiro na biblioteca, mas a estrutura está bem porque está 30 metros no fundo da terra, mas a fachada a construíram muito rápido porque os reis de Espanha iam inaugura-la e precisavam tê-la pronta. Eu trabalhava com minha na lanchonete da obra e escutávamos aos engenheiros falaram que tinha que trabalhar dia e noite para poder terminar. Por isso ficou mal todo. A comunidade esta inconformada com o fechamento da biblioteca porque sua construção foi muito cara (Gloria Velez).
 - Olafo (Adolfo Taborda, esposa Sonia) é um líder que trabalha pelo bairro, luta sem interesse.
 - As casas que removeram eram casas muito boas. Teve famílias que forma embora para Manrique, Itagui, San Antonio de Prado. Teve gente como Olafo que luto e não permitiu que o tirassem daqui. Ele fez greve de fome durante três dias e não derramaram as casas (Gloria Velez).
- Descemos umas escadas que ficam detrás da biblioteca o panorama desde lá é chocante ao observar do lado e lado “tugúrios” construídos de lata, madeira, cartão, e alguns de tijolo, todos bem demarcados com número na porta e geralmente uma contra porta que não permite o aceso ao prédio. Pelas escadas sobem e descem famílias, cassais e jovens com sacolas de mercado na mão. Lá embaixo, desde os tugúrios, a biblioteca monumental fere os olhos em frente de tanta pobreza. Uma moradora narra como antes da intervenção os tugúrios estavam em piores condições, e depois, as pessoas os melhoraram um pouco, os ampliaram, ou trocaram os materiais.

Ponte de Guadua

- Obra enorme construída em forma de arco para uso da população dos bairros Santo Domingo I, II e Granizal, caiu-se por falhas na construção e não foi reparado. A ponte, catalogada como “atrativo turístico” não se inaugurou, não abriu ao público e foi saqueada pelo abandono institucional. Segundo o Sindicato de Empregados Públicos do SENA (Sindesena) a obra é sindicada um crime de lesa humanidade pelo alto investimento de dinheiro em uma das zonas mais pobres de Medellín³.

CEDEZO

- Sábado de manhã, o CEDEZO estava fechado, ao redor lixo e no segundo andar que fica uma pracinha observamos vários jovens fumando maconha.
- Perguntamos a um transeunte si conhecia o que era o CEDEZO e nos falou que tinha programas para as mulheres e que emprestavam dinheiro para negócios de mulheres.

Rua Puerto Rico

- Ao sair da estação Santo Domingo comprei uma fruta a um vendedor ambulante (Nelson). Ao perguntar por como estava o emprego me falou que muito bom, que agora tinha muita gente comprando. Ao perguntar sobre moradias para alugar me respondeu que eram muito poucas no setor e que quando tinha uma se alugava

³ O custo da ponte foi de 621 milhões de pesos Medellín: El puente de Guadua también colapso. Publicado o dia 31 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.semana.com/nacion/articulo/colapso-puente-de-guadua-en-medellin/363057-3>. Acesso em: 22 mar. de 2016.

imediatamente. Falou-me que ele mora em casa alugada, que faz 6 anos ele pagava \$ 100.000 e agora paga \$ 300.00, que os alugueis eram muito caros. Argumenta que com as transformações do bairro melhorou sua qualidade de vida.

- Ao nos dirigir até a rua Puerto Rico nos impactou a construção do “Bulevar do Santo”, quase terminada, faz dos anos estava-se construindo. Trata-se de uma construção grande em toda uma esquina, com perfil de local localizado em bairro classe meia-baixa, que oferece no subsolo tem supermercado e venda de fruta, no primeiro andar serviços comerciais de variado tipo (todos alugados e em funcionamento. Segundo ele a maioria das pessoas que alugaram os locais são moradores do bairro), e no segundo andar está terminando de construir um restaurante-bar. Falando com a pessoa encarregada da iluminação da construção fique sabendo que o dono é um comerciante de Marinilla, município do estado de Antioquia que comprou várias casas que existiam nessa esquina que não valiam nada porque eram “ranchos”. Fez referência a que o bulevar trará progresso para o bairro ao emprestar novos serviços de qualidade à população. O dono está buscando outras opções de casa bem localizadas para lhes comprar e construir mais bulevares comerciais.
- Era sábado de manhã, tipo 9 am, já se podia observar gente na rua escovando os locais, abrindo-os, lavando enceres etc. Avançamos pela rua e vi um local extremamente pequeno, tratava-se da venda de roupa usada. O senhor me falou que o aluguel na rua Puerto Rico é muito caro, que paga mensalmente \$ 100.000 de aluguel, e que as vendas não são tão boas, que ia entregar o local.
- Antes da intervenção a rua tinha tendas, supermercado, mas nunca a desordem de agora, depois da construção do Metrocable. Agora tem de todo. Tem motos, não entram carros porque é impossível, por ali é impossível transitar.
- Entramos numa padaria e conversamos com algumas pessoas que estavam tomando café sobre como lhes parecia o câmbio do bairro, isto foi o que comentaram:
 - As pessoas que moram perto das estações do Metrocable têm capacidade de pagar aluguel e serviços públicos caros, os que não podem se vão mais para cima. Cada vez tem mais gente lá, faz 10 anos isto não era assim, nós nos íamos a brincar ao rio e por lá não morava quase nenhum, agora veja bem, cada vez mais gente no morro. Aqui já não temos aonde construir estamos superpovoados.

Casa de Justiça

Antes de sua construção existia n mesmo lugar uma casa abandonada, ao dono também pertencia muita da terra da zona. A casa velha servia para que as bandas criminosas ajusticaram pessoas.

Com a nova construção todo mudou. O equipamento atende os problemas da comunidade e defende seus direitos, serve para pagar serviços públicos, tem inspeção de polícia, atendem às pessoas do SISBEN, da terceira idade. Foi dito por um de nossos entrevistados: “eu moro aqui faz 25 anos ... a gente vai ali e se queixa de algum problema e eles o solucionam”... atendem coisas da comunidade as 24 horas do dia, antes ficava ali uma casa abandonada do dono de praticamente todo o bairro, era gente muito rica. Outro morador diz “eu moro aqui faz 35 anos nessa esquina, esta rua era um calvário, aqui entre nós, de aqui até ali, ponha 10 cruzeiros, era frequentemente banhada em sangue de caras assassinados... a casa abandonada era uma guarida dos malos que se escondiam ali para atacar as pessoas... deus meu bendito eu me salve, mas minha filha teve consequências porque lhe pegaram um tiro, mas não morreu ... (Henry) ” (foto)

Popular I

Parque los espejos (piscinas)

Obra construída ao lado de uma cancha tem entre um de seus usos a disposição de lixo, a água está suja e com lama. Não tem ninguém ali. Narram as pessoas que estavam perto do lugar que ao começo era muito visitada pelas crianças e adultos que brincavam com a água. Pessoas da comunidade começaram fazer mantimento à obra e por isso cobravam 500 pesos pelo ingresso por trinta minutos⁴. Um dia veio a polícia e falou para não continuar fazendo isso. Desde esse dia a obra caiu em desuso, e hoje é fonte de mosquito. As mães não permitem que seus filhos brinquem nesse lugar por medo de uma enfermidade.

Supostamente isto eram uns espelhos, mas ninguém via a fazer asseio nem mantimento, então “os muchachos” do bairro fizeram isto aí para que as crianças se divertissem, nós fazíamos asseio, um dia chegaram os tombos e todo ficou abandonado, a Junta de Ação Comunal não vem fazer asseio nem nada, aqui vem inspecionam para ver como estão as obras se vão e não voltam mais (Ricardo Vargas).

Parque del Ajedrez

Localizado em frente da estação do Metrocable Popular, é visto como uma obra importante para a comunidade porque saiu das oficinas de imaginários. O parque, que dava a possibilidade de que crianças e jovens dedicassem seu tempo livre ao jogo, hoje se encontra destruído, sem mantimento nem apropriação social. Uma mulher sentada numa das bancas diz que antes era muito usado porque tem no bairro popular jovens que competem em jogos de xadrez, mas que não ficou sabendo porque está abandonado.

Em todas as estações há espaços públicos muito amplos, na estação Popular há muita gente fazendo muitas atividades: brincando com balão, montando patins, correndo, gente conversando, sentados nas escadas (Fotografia 838).

Fora das estações do Metrocable há vendedores ambulantes, polícia (Fotografia), carros e motos em espaço público e nos espaços vazios há lixo como escombros ou veículos (Fotografia 880, 881), grafites, jovens fumando droga sempre estão nos rincones das canchas ou praças (Fotografia 862).

Los Pozos

Localizado no bairro Popular, era um lugar caracterizado como ponto de reunião da comunidade para lavar roupa e para manter pezes no estanque. No fundo se aprecia a fotografia de dos líderes comunais representativos para o bairro, um morto pela violência e outro morto por enfermidade. O lugar tem lixo, cheira mal e só serve como ponto de conexão entre um setor e outro. Falamos com 4 jovens drogados que quando perceberam nossa presença no lugar se aproximaram a perguntar o que estávamos fazendo. Uma vez explicamos o que fazíamos, eles contaram:

- Isto aqui era onde as pessoas daqui lavavam e já depois a EDU construiu todo isto ao redor do tanque. Os pezes os colocam ali “os muchachos que passam por aqui”. Colocamos os pezes porque dá ambiente e porque a água é de nascimento. As pessoas já não lavam aqui porque todo isto o reformaram ... aqui antes havia uma pedra ... os câmbios são para melhorar ... estas casas se alimentam dessa água de nascimento e as pessoas não pagam nada ... aqui quase todos são com cartão pré-pago ... as pessoas gostam muito por aqui (Steven, Brain).

⁴ Essa situação também é vivida e tem sido denunciada por habitantes do parque lineal de Granizal. No qual há uma apropriação do espaço público com reformas por parte de bandas que depois cobram.

Pablo VI

- Foi difícil encontrar o parque, ainda tínhamos mapa com localização tivemos que caminhar muito até o local onde supostamente estava. Para nossa surpresa, a quem perguntávamos não sabia dar conta de sua existência, só era relacionado com o colégio do mesmo nome. Por fim, depois de muito caminhar chegamos, mas não víamos nada, só uma grande e nova obra da prefeitura passada (2012-2015), a Unidade de Vida Articulada, ainda em construção. Ao perguntar o que tinha acontecido com o parque elas falaram que o parque tinha sido demolido para a construção da nova obra (Fotografias 804-805).

Lavaderos

- Lugar representativo para a comunidade do bairro Popular porque permite a reunião de pessoas para lavar roupa, motos. Foi reformado pela EDU. A água que emana de uma nascente, não é cobrada por Empresas públicas de Medellín, prestadora de serviços públicos. Ali conversamos com jovens que ficavam lavando suas motos e com outros que estavam sentados, todos drogados, e eles falaram que era um bom espaço e que eles não tinham que pagar nada. Surtem as casas com água de piedras blancas.
- Perto dos *lavaderos* fica em toda uma esquina um espaço público construído pelo Metro, pelo qual foram comprados os prédios de 5 moradias. A obra ficou incompleta, depois chegou o PUI e terminou a obra, mas sem um uso aparente, não tem brincos para crianças. A vizinha do lugar e seu filho, também drogado, falou que essa obra não era necessária, que além tirar pessoas de seu lugar de moradia não possibilitou nenhum uso coletivo. Era um terreiro. Nesse momento tem grafites pagos pela prefeitura a artistas da zona e uma horta comunitária com ervas medicinais que a Universidade de Antioquia promoveu com os habitantes depois da intervenção, mas que esta descuidada. O lugar é usado para os jovens urinar, fumar droga o tirar lixo, as pessoas pegam flores daqui (Daniel) (fotografia 816-820).

Rua 42b (entre Santa Cruz, Popular)

Rua comercial, congestionada, barulhenta. Tinha um parque pequeno em terra que servia para que os meninos brincassem, segundo um dos seus habitantes, de um momento para outro foi derrubado e em seu lugar construíram uma pracinha. O uso não é só público, observamos motos e carros estacionados. O morador afirma que perto do setor não se dispõe de espaço público para que os meninos brinquem, que tem que subir até a estação do popular para usar os espaços públicos existentes ali.

Andalucia

Ponte o Mirador

Localizado ao lado da consolidação habitacional a Herrera conecta os bairros Andalucia e a Francia. No pouco tempo que estivemos na ponte circularam pessoas a pé, de bicicleta, em patins, de motocicleta. Embaixo da ponte há um espaço para a recreação e o lazer da população, ainda ao parecer não tem mantimento, vimos várias pessoas usando-o. Observam-se obras incompletas e espaços vazios embaixo da ponte.

Ponte da paz

Localizado ao lado da consolidação habitacional Juan Bobo conecta os bairros a Rosa e Andalucia. A grande velocidade pessoas em patins, bicicleta e motos que circulavam de um lado para outro, dificultava o passo de pedestres.

Rua 107

Além de lojas comerciais de todo tipo e de algumas casas ainda existentes nessa rua que é predominantemente comercial, observava-se o estacionamento de motos e carros em lugares para os pedestres.

Antes da intervenção

- Lugares públicos privatizados. As pessoas que precisavam as placas poliesportivas deviam alugá-las⁵
- Não tinham espaços públicos
- Onde fica a atual estação de Metrocable de Santo Domingo antes desmembravam pessoas e sempre haviam 5 ou 6 mortos diários. Com a estação todo cambio.
- Faz 52 anos vive no bairro todo por aqui era arborizado, não tinha caminhos, era agua por toda parte, eram poucas casas e nós mesmos construímos o bairro. À medida que foi chegando gente de outros lugares se foi incrementando a violência, não existia bem-estar familiar nem creches. Vivi muitas coisas medrosas nesse bairro, mas graças não aconteceu nada conosco. Na década dos 90 a violência era tremenda. O marido trabalha em construção (habitante de Santo Domingo Savio Gloria chegou ao bairro do município de Andes porque o pai foi assassinado).
- Violência tremenda. Não podíamos sair da casa para ir de passeio porque a ocupavam. Sempre tínhamos que pedir o favor aos donos da casa para que a cuidaram (Henry).

Depois da intervenção

- Conformação de novos grupos de futebol que em sua maioria são meninos dos bairros. Usam a cancha de Granizal.
- Com tanto câmbio Santo Domingo Savio é irreconhecível, umas pessoas tiveram que ir embora pela violência, outras foram mortas, chegaram outras pessoas buscando aonde viver. Hoje chegou ao bairro o modernismo. Agora há muito trabalho para as pessoas daqui (Gloria Velez).
- Obras iniciadas no bairro popular (fontes de agua) que não se terminaram por problemas com a empreiteira. A EDU também terminou obras que o Metro deixou começadas.

Predominância da ativação econômica: disputa pelo espaço público

- Solo e uso comercial: dinamização de investimentos na zona para construção de males comerciais. Se vão moradores para entrar o comercio.
- Assentamentos precários “atração turística”. A vida entre moradores e turistas
- A disputa pelo uso do espaço público: pedestres caminhando (moradores do setor, pessoas de diferentes bairros de Medellín, turistas), pessoas sentadas namorando, conversando, meninos e jovens brincando, consumindo e vendendo maconha, escutando música a alto volume, montando bicicleta, contando histórias aos turistas. Motos, carros estacionados, cavalos, cachorros, comercio na rua, lixo. Respeito ao estacionamento de motocicletas e carros nas calçadas no bairro de Santo Domingo uma habitante expressa: “depois da intervenção todo empiro porque o comercio (rua

⁵ Pareja M. Deicy Johana Buscan recuperar los parques de la comuna Popular de Medellín. Publicado o dia 20 de fevereiro de 2014. Disponível em <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-13531575>, acesso em: 22 de março de 2016.

Puerto Rico), as motos e os carros se estacionam e se lavam nas calçadas e nós temos que transitar pela rua, as coisas se inverteram” (Dolores) (Fotografia).

- Segurança e controle territorial: “os muchachos” (para se referir a grupos paramilitares ou bandas organizadas), pago por uso do espaço público (estacionamento), forte presença da polícia em bases permanentes como as casas de justiça, e mobiles como carros, motos e a pé. Funcionários públicos do Metro.
- Pouca oferta de espaço público, a existente está concentrada nas centralidades dos bairros. Os fins de semana é uma coisa louca no bairro, pessoas de carros e motos de outros bairros da cidade ocupam as calçadas e todos os espaços.
- Oferta de serviços para o turismo: chivas, comida, cavalos, férias promovidas pela prefeitura.

Valorização imobiliária

- A construção do Metrocable, da biblioteca, dos colégios, o passo para o parque Arvi encareceu a vida em santo Domingo Savio. Todos os câmbios trouxeram muito progresso, tranquilidade e segurança ao bairro... não tem nada malo, todo é positivo, bons vizinhos, as pessoas que veem de visita (Henry).
- Eu me sinto orgulhoso de viver nesse momento aqui por isso não é raro que haja uma valorização, nós o merecemos e muito o sofremos.
- Todo por aqui está pelo alto: em santo Domingo cambiaram umas coisas para a bem e outras para mal, no econômico cambiaram para mal pelo aumento do aluguel das casas como si morássemos num estrato 5 o 6, dos serviços públicos (eu moro numa casa muito humilde e pago \$20.000 de imposto predial), muitas pessoas preferem vender a casa porque não têm como pagar as novas prestações e armam outra mais para cima que é mais barato. Eu tenho uma vizinha que deve 20 anos de taxa predial, já praticamente lhe deve a casa à prefeitura, em qualquer momento a despejam (Gloria Velez).
- Tem muita gente nova que vem ao bairro e fica. Alguém constrói um quarto e todo mundo quer aluga-lo (Henry).

Moradia

- Observamos fachadas de moradias de cores fortes em diferentes pontos que ainda se concentram perto das estações do Metrocable, também se encontram adentro dos bairros. Ao parecer são gostos das pessoas que desejam ver suas casas bonitas.
- Expulsão de famílias por construção de obra pública, por não ter como pagar as novas despesas, compra-venda para a construção de lojas comerciais, especulação.
- Há muita gente que não é aqui, muita gente nova tem chegado ao bairro, gente de outra parte que vê uma nova forma de estar aqui e fica. Muitos tiveram que ir embora pela violência ou porque não tem como pagar e outros chegam, isso é como todo. Os que não podem pagar se tem que ir para a parte da cima do bairro.

Conclusão

Acho importante entender as transformações recentes na cidade popular entendendo como e porque alguns fatos e dinâmicas vão ficando na história porque já não representam o que está acontecendo, porque cambiaram; e, em cambio, emergem novidades em um presente em andamento que vão transformando a vida das pessoas. O entendimento das transformações territoriais recentes da cidade popular ultrapassa o olhar crítico de quem pesquisa e quer entender, surge mais bem da aproximação a aqueles que as sentem e as vivem porque as desfrutam ou padecem, da experimentação e das perguntas em frente às novidades.

07 de abril de 2016

14:00 am - 17:00 pm

Espaços e equipamentos públicos bairros Andalucia e a Francia

Intervenção urbana, a ideia é melhorar, para cobrar? Transformações territoriais

Moramos aqui faz 40 anos. Os terrenos foram invadidos pelas pessoas para a construção de barracos. A Junta de Ação Comunal possibilitava os serviços à população organizada. Não tínhamos água de EPM, todos fazíamos fila para tirar água de uma piletta pública, nem transporte porque não existiam ruas eram caminhos de ferradura. Foram bairros construídos pelos moradores, feitos com muito sacrifício, trabalho coletivo, orientados por liderança.

O Estado se fez presente como o transporte, agora é mais fácil, temos acesso à cidade, estamos conectados, não sentimos distante a cidade, temos a possibilidade de chegar e conhecer, mudou a nossa percepção da cidade, podemos chegar a ela, coisas que antes era impossível.

As mesmas pessoas se têm superado com ajuda ou sem ajuda do Estado. Antes éramos camponeses agora temos muitos profissionais que moram aqui e querem continuar morando aqui. Por isso mudou o bairro.

Legalização da cidade informal. Qual o custo da modernidade?

Cambio de mentalidade das pessoas

As pessoas gostam de morar no bairro

Progresso no bairro

A quem favorece a construção de espaço público? Os beneficiários são os motoristas, o comercio e em menor medida a comunidade. A institucionalidade não atua.

Presença NÃO efetiva do Estado em termos da falta de reconhecimento e acompanhamento às dinâmicas reais da população, seu cotidiano, suas necessidades. Pelo tanto não há diálogo entre obra construída e apropriação da população

Falta de espaço público e adequadas apropriações e usos.

Pouco público usa a biblioteca comparado com a população existente

Rua que comunica 107 e 108 do Metrocable

Observa-se o córrego Santa Ana com presença de lixo, roedores, barracos construídos do lado da consolidação da Herrera.

Ativação do comercio do bairro

Espaço para os moradores não para turistas

Moradia, fachada bonita, crescimento para cima

A maioria das moradias é de dois andares, não se observam de 1 andar, também abundam moradias de 3, 4 e 5 andares possivelmente sem licença de construção nem escrituras (perguntei a um dos proprietários sobre a construção de sua moradia em 5 andares e me falou que tinha construído para alugar e que não tinha documentação, mas que não se preocupa porque todos fazem a mesma coisa). Observa-se como as fachadas das casas que ficam no corredor intervindo - visíveis - estão arrumadas, pintadas, com desenhos; ao parecer as pessoas se esforçam por ter uma fachada bonita.

O bairro está habitado quase pelas mesmas pessoas mais a continua população flutuante que chega para pagar aluguel (pouca).

Uso do espaço público

Impossibilidade de tirar fotografias pela proibição “dos muchachos”, jovens e adultos, ainda pedimos licença esta foi denegada. Observa-se entre as práticas que dominam e controlam o espaço público a construção de “casetas” em espaços vazios para consumir e distribuir droga.

Segundo alguns moradores nesses espaços antes existiam moradias que foram removidas e trasladadas a Pajarito porque estavam localizadas em área de alto risco. As moradias foram removidas para a construção de um parque que até agora não foi construído.

Perto desse lugar se observa um pequeno parque construído pelo PUI apropriado pelos “muchachos”, não observamos nenhuma criança do setor usando o parque. Segundo uma moradora esse lugar antes e depois da intervenção tem sido apropriado pelos “muchachos”. Nos parques que geralmente se encontram perto de córregos e que não são tão visíveis para a população são apropriados pelos “muchachos”, dessa forma não se vê a quem deveria estar ali, as crianças. Isto é um problema frente ao pouco espaço público do bairro. As organizações sociais que deveriam intervir em esses assuntos não o fazem.

Nunca temos tido espaço público como tal então é difícil pensar que frente a sua disponibilidade se faça uma boa apropriação.

As poucas placas poliesportivas são muito boas porque permitem o treinamento de variados esportes de população de setores diferentes. Ali você observa todo tipo de população.

Os motos, carros e negócios ocupam as calçadas construídas e o espaço público, dessa forma as pessoas devem transitar pela rua. Têm negócios de venda de bebidas alcoólicas que a noite se apropriam do espaço público com cadeiras e mesas que foram pensadas para o pedestre.

Segurança e convívio. Eles estão aqui em convivência com a polícia

Depois da intervenção o bairro está muito bem e tranquilo. Nunca mais se viu um enfrentamento entre bandas, roubos ou estupros. Podemos estar com a porta aberta e não acontece nada. Só temos referência aproximadamente em 2009 de uma ocasião em que o ambiente ficou tenso porque assassinaram a um dos líderes das bandas que operam no território. A consequência foi o fechamento do comércio, não se observava afluência de carros, de motos nem mesmo de pessoas na rua. Aí eu percebi a grande influência e poder que eles tinham sobre todo o território. Em frente à ordem de não abrir todo mundo obedeceu, e quem não obedece frente à imposição de armas?

Nesse momento a banda existente não é nova, ela existe desde faz tempo, a diferença é que opera de maneira diferente. O poder instaurado e estabelecido pertence a eles e nem mesmo o Estado nem outras bandas brigam por isso. De fato, é claro que o poder estatal não exerce o controle do território, por mais motos e carros com polícias que tenha o bairro eles não exercem o poder. A gente vê como eles coexistem no bairro, algumas pessoas dizem que os polícias são amigos dos “muchachos”, eles não se enfrentam. A polícia está só por fazer presença para que as pessoas pensem que por eles há segurança e tranquilidade, mas na verdade é um adorno porque não faz efetivamente seu trabalho, está, mas não está, não interfere no que deveria interferir. A comunidade não acredita na lei, porque ela conhece onde vende as bebidas alcoólicas alteradas, onde ficam as praças de vício e não fazem nada.

As bandas exercem o controle de várias formas, que à vez é sua forma de financiamento (extorsão): “você paga o fato que eu te cuide de não exercer violência sobre você”

- Cada 8 dias passam casa por casa e negócio por negócio pedindo a colaboração para os “muchachos” do bairro em nome do cuidado, da segurança e da proteção. Quando as pessoas se negam já sabem o que lhes espera: advertências, ameaças, despejos ou até morte ou desaparecimentos.
- Cobro pela ocupação e vigilância do espaço público (calçadas) de carros ou motos.

- Mediam e resolvem os problemas cotidianos dos casais, das famílias, fazem o papel dos trânsitos em casos em que carros se batam. Aqui há um problema e não dizem chamemos a polícia, dizem chamemos “os muchachos”.
- Estimulam o consumo de droga fora das escolas (Federico Carrasquilla da Francia). Nesse caso o colégio se encontra localizado num bloco onde se sabe que há praças de venda de vício, então eles estão sempre desde muito cedo ali cuidando e vigiando, então falam com os estudantes. A polícia passa por ali, eles sabem das casas que vendem vício e não fazem nada.
- Controle da produção, distribuição e venda de mercadoria de consumo básico como arepas, ovos, leite, produtos derivados do leite como iogurte, queixo. Eles monopolizam o mercado o bairro. Por exemplo, o senhor daquele negócio antes fazia umas arepas muito gostosas e os muchachos lhe disseram que não podia continuar fazendo nem vendendo essas arepas porque eles iam pegar esse negócio. Por isso o senhor teve que terminar com a produção de arepas que agora tem que comprar a eles. Essa é uma forma de não permitir que as pessoas trabalhem. Se mantem preços equilibrados para o consumidor.
- Domínio da venda, distribuição de droga

Novas precariedades urbanas. A periferia da periferia, outra cidade popular

O 80% das moradias da Francia não estão legalizadas, mas pagam serviços públicos e taxas por imposto predial, energia pré-pagada. Na atualidade a população despejada das cidades de Antioquia continua reproduzindo o mesmo padrão histórico de ocupação da cidade popular: chegam à cidade para se localizar ao lado dos córregos e nas ladeiras das montanhas. A diferença agora radica em que os bairros que antes eram receptores agora não o são pelo processo de valorização gerado pela intervenção. Desse modo se observa uma maior pressão de construções informais na montanha que conformam rapidamente bairros precários no limite de dois municípios, Medellín e Bello. Assim, a população continua chegando à periferia da cidade, ampliando as fronteiras, mas já não às centralidades dos bairros consolidadas, mas sim à periferia dos bairros que carece de serviços, bens, espaços e equipamentos comunitários. Dessa forma se vão configurando uma periferia segregada da centralidade que muda o perfil populacional dos bairros intervindos.

Santo Domingo Savio

Parque Biblioteca Espanha de Santo Domingo Savio

Referente para os turistas e para a cidade que visibilizou uma zona esquecida

Não me fale isso que me dá raiva. Nela se fez um investimento de muitos milhões que se perderam, nesse momento não está funcionando. Quanto dinheiro se perdeu?

Esse projeto não foi ideia da comunidade

Zona nordeste zona esquecida que de um momento para outra foi intervinda por uma biblioteca que colocou o bairro no mapa.

Falta de atenção continua das obras construídas, nos deixaram sozinhos sabendo que frente ao Estado ausente, as pessoas não têm práticas cívicas frente ao construído. Não há consciência do público e assim não há um adequado uso nem apropriação.

As pessoas moram hoje em função do turismo

Benefícios só para a população de Santo Domingo. Não compensa ao se comparar com o grande investimento.

Los problemas sociais continuam que vão a contra do bem-estar da comunidade

24 de maio de 2016

11:30 am - 15:00 pm

Espaços e equipamentos públicos bairros Santo Domingo Savio

Impactos da intervenção a pesar da não sostenibilidad

Violência

Cambio no sentido de vida: civilidade e institucionalidade, podemos sair à rua, podemos falar sem medo, debater com estratégia, há respeito pela vida, desfrutar dos espaços públicos, consciência social da importância do convívio, nos espaços públicos. Nossas crianças já não têm a memória da guerra, não queremos repetir a história. “Os muchachos” cuidam o bairro. Fraturas que o PUI reafirmou e não interveio. Locais como forte carga emocional pela história vivida

História: Ferramentas para sobreviver

Os programas de ONG's, governamentais, de cooperação internacional e comunitários salvaram vidas de jovens e crianças nos momentos cruentos de guerra “Eu me lembro da Associação de Santo Domingo Savio em 1990, com recursos internacionais, durante um ano, implementou um projeto que possibilitou que 50 crianças e jovens nos reuníramos na sala comunal do bairro para desenhar um livro de histórias infantis, enquanto fora “os muchachos” se matavam. Quando saíamos encontrávamos 4 ou 5 mortos. Aqui foi onde eu nasci como liderança. Depois que terminou o processo assassinaram a 7 parceiros do grupo Eu sou como uma espécie de prefeito daqui (Adolfo Taborda).

Lembro-me do momento forte da violência que vivemos durante dez anos, sabíamos que a determinadas horas começava a matação. Essas horas ficaram marcadas no imaginário das pessoas, ainda hoje que já não temos violência, às 16 e 17 horas as pessoas preferem não sair de suas casas. Ficam fraturas na população da história de guerra.

Ficam fraturas na memória referidas à condição de zona de alto risco. Em 1974 teve um maior desastre por deslizamento por águas residuais, que sepultou uma centena de pessoas.

É na década de 1990 que mediante o trabalho comunitário construímos os equipamentos públicos dos bairros: canchas esportivas, parques, momentos importantes para a população

Ficam fraturas da população não intervinda pelo PUI. A intervenção urbana não fez nada por fora da linha do Metrocable. Todas as fotografias registradas pertencem a setores de Santo Domingo Savio não intervindos pelo PUI, são setores que ficaram fragmentados pela intervenção. A população que mora aqui não concebe porque os moradores da lá têm possibilidades e eles não as têm. Enquanto o PUI intervia no lado de lá, nós víamos como sacos de cimento, areia e pedra para construir estas obras comunitárias: ponte e ruas. Isso a fazemos por meio de doações. O Estado ainda não chegou até aqui.

Apropriação privada do público. Entre os dois poderes

Local entregue em doação à JAC do bairro e funcionava como uma sala de janta do adulto maior. Depois não sabemos como parou em mãos dos “muchachos do bairro”, o poder era deles. Eles o usavam para fazer festas com menores de idade nas que aproveitavam para consumir, distribuir e vender droga. Frente às queixas dos habitantes o lugar foi fechado. O programa do governo começou a dar dinheiro e mercado aos adultos maiores e se precisava de um lugar para fazer isso. Eu falei com o inspetor da necessidade de reabrir o lugar, mas ele me diz que não podia fazê-lo, que esse lugar estava fechado pelo uso inadequado que se lhe estava dando. Como em 2009 eu me comprometi com ele a cuidar o lugar e a não permitir que

fossem realizadas atividades inadequadas e dei meu número de cédula e meu nome e foquei responsável do espaço.

Desde esse momento eu sou a que pinta o lugar, a escova, lava banheiro, pagava água e energia (até que fechei com cimento o contador público para que as empresas públicas não tirem os serviços e para não pagar). O espaço foi aberto e os “muchachos” me falaram que esse espaço era deles porque fazia muito tempo eles tinham lutado muito por consegui-lo, eu lhes respondi que o lugar estava a meu cargo e que eles não o podiam usar. Foi uma briga maluca e eu não permiti que eles se apropriam de novo do espaço. Eu lhes falei: este espaço é da comuna, com muito gosto o empresto para a realização de atividades úteis e não para coisas que gerem problemas. Faz dos anos o chefe “dos muchachos” saiu da cadeia e me buscou para falar sobre o manejo do “Kinder” chamado por eles (porque tempo atrás funcionava nesse lugar uma creche). Eu lhe falei que não ia tirar o espaço porque era da comuna e porque eu era responsável de que estivesse aberto. Eu tenho boa relação como liderança com o chefe deles que mora no bairro San Pablo, então eles sabem que não podem me matar. Eu falei como o presidente da JAC da época e a resposta foi que ele não ia brigar por isso, que não ia morrer por 4 tijolos. Eu decidi que o dinheiro que eu pegasse pelas atividades era para mim e não para a JAC porque eu não tive ajuda nem respaldo. Eu o alugo para o estacionamento de motos e celebrações, para reuniões e ou empresto para atividades comunitárias, e os “muchachos” têm chaves para guardar suas motos. Eu poupo esse dinheiro para arrumar o local.

Com o tempo encadeiraram aos muchachos com os que eu tinha falado desse negócio e ficaram dois novos que voltaram sobre o tema. Um dia me perguntaram que como íamos fazer com o espaço porque o chefe que estava na cadeia estava precisando dinheiro e que por isso eu devia dar a metade do que conseguira do local para eles. Eu lhes respondi que não cedia o local e que não lhes dava nem um só real porque o local não era deles, eles não tinham documentos legais de posse do lugar. Falei-lhes que me respeitaram, que eu não ia permitir quer me extorquiram e que os ia denunciara à polícia, porque eu também tenho boas relações com o capitam e a polícia.

Eu respondi que então eu sim ia brigar e que me teriam que matar porque não ia permitir que esse espaço se perdesse como se perdeu o espaço da Candelária, que funcionava a sede juvenil. Uma senhora se encarregou de cuidar o local e de um momento para outro se apropriou dele e começou a construir casas, até 4 andares e ela fala que o local da comunidade é dela: localização centralidade de Santo Domingo.

Eu acho que os espaços da comunidade devem-se respeitar e os devemos cuidar. Por medo não podemos deixar perder o pouco que temos. O resgate do local implica o enfrentamento entre atores ilegais e habitantes não armados.

Tirar práticas históricas de apropriação do público é difícil, tem que ser um processo lento e intencionado para o resgate do público para o coletivo. Já subtraímos e logramos ter o equipamento das mãos ilegais o que continua é o trabalho social que a JAC deve fazer nele. Momentos de transição com projetos de apropriação: para a apropriação social.

Recentemente teve eleição de JAC e os muchachos tinham uma prancha com seus membros, que no processo desistiram por falta de apoio da comunidade. Porque estão na cadeia? Porque as pessoas fazem denúncias anônimas pela extorsão, despejo de população, assassinatos. Os mesmos muchachos reconhecem que já não é como antes, agora não podem maltratar suas namoradas e esposas porque os denunciam. A presença da polícia faz com que eles respeitem porque não querem ir embora pra a cadeia. Sentem temor. Já as coisas temos que trabalha-as de forma diferente. Para “os muchachos” o bem-estar da comunidade é importante, si nós temos que fazer alguma coisa é só dizer. Por exemplo, afora do colégio da Candelaria estavam-se formando umas brigas entre jovens chocantes, então eu cite a um dos muchachos e lhe contei o que estava acontecendo com os jovens, eu fale que ia reunir os pais de família e

ele estivesse na reunião falando com os pães que as brigam tinham que terminar. O argumento que deu foi que a comunidade não devia estar com práticas de insegurança porque a lei ia-se manifestar em contra dos muchachos pensando que os jovens estavam brigando por eles. Eu não acudi à polícia porque a institucionalidade demora muito em atender as necessidades da comunidade enquanto os muchachos resolvem todo pronto. Por isso nós temos que saber quando acudimos a um ou outro poder. Para mim o processo da lei é muito longo, com os muchachos é rápido e efetivo porque as pessoas os escutam. A polícia também atropela e ameaçam as pessoas e assim perdem autoridade e legitimidade ante nós. Nós temos que conviver em meios dois poderes. A lei aqui não serve. Esses agentes controlam, protegem, impõem a ordem, más também se orientam para o benefício pessoal.

Presença forte da estação da polícia de Santo Domingo localizada detrás da igreja (impõe ordem e controle, atende queixas) e de casa de justiça (presta serviços, defende direitos dos habitantes, escutam a comunidade).

03 de julho de 2016

12:30 - 19:00 pm

Vereda A Granizala, município de Bello, com a apropriação dos espaços públicos construídos pelo Pui-nor

Projeção profissional: identificação com gestores culturais

Eu levava às crianças à escola de manhã e tinha que aguardar por elas até que saíram no médio dia. Eu não fazia nada durante essas horas, não trabalhava nem estudava, não podia subir à casa porque demorava muito subindo e voltando de novo e não tinha dinheiro para pagar passagem de ônibus, então ficava sem fazer nada. Um dia aproveitei e entrei à biblioteca para ler livros, falar com as pessoas e participar nas oficinas de leitura e a partir daí eu ia todos os dias. Aí conheci muita gente. Precisamente por isso terminei estudando na Universidade Bibliotecología porque meu namorado me estimulou e porque me senti identificava com o que faziam os gestores culturais da biblioteca, eu gostava muito do ofício deles e por isso decidi me apresentar à universidade a estudar esse programa eu queria fazer o que eles faziam. A biblioteca ajudou-me na decisão do que eu queria estudar.

Articulação com a cidade

A sensação de ficar longe da cidade acaba com o acesso à biblioteca, com a apropriação que eu tenho dela: ela me aproxima à cidade.

Sentido de pertencimento

Eu sinto como minha a biblioteca, por isso cada vez que vejo essas pedras em remodelação sinto vontade de chorar. Acredito que falta apropriação por parte das pessoas, por que eu, por exemplo, liderava o “cine clube” e não ia ninguém, éramos só um amigo e eu. Ao começo funcionou e depois não voltaram mais à atividade. Agora que eu moro longe da cidade eu valoro mais esse tipo de espaços. Acho que não há um real aproveitamento da biblioteca nem de seu cuidado.

Orgulho

Eu escuto quando vou de Metrocable que os habitantes falam essa é a biblioteca Espanha.

Ativação comércio formal

Estando na Rua Puerto Rico me aproxime ao Mall comercial “Bulevar do Santo”, tinha muita gente na rua, caminhando e comprando. Aproxima-me a três pessoas diferentes do Mall para perguntar onde elas moravam e a resposta “foi moramos em Medellín, em outros bairros da cidade, só vimos aqui a trabalhar”. Perguntou-me sobre o espejismo da ativação do emprego de bairro com o comércio formal que rapidamente se consolida. Para quem os benefícios?

Con-urbação entre municípios de Medellín e Bello

Peguei um ônibus com Carolina em frente da estação do Metrocable, em menos de 5 minutos já presenciávamos construções recentes de barracos na montanha no borde de rua, na maior precariedade e informalidade urbana. Ela me falou que esses setores pertenciam ao município de Bello, mas que a maioria das pessoas usam os serviços de educação, saúde e transporte de Medellín no bairro Santo Domingo Savio porque Bello fica muito longe e todo é muito lento. Pergunto-me pela capacidade da centralidade de Santo Domingo, em termos de bens e serviços sociais, culturais, econômicos para satisfazer as necessidades de tanta população.

Transporte-turismo de favela

Desci na estação Acevedo do Metrô, havia muita gente porque era último domingo de férias das escolas e colégios. Percebi que havia muito turista na plataforma da linha K do Metrocable. Fiquei olhando a multidão de gente tão diferente fazendo uma mesma fila que permitiria o acesso à zona nordeste. Não havia nenhuma diferença entre os habitantes da zona e os turistas. Ambos os faziam a mesma fila. Perguntou-me o porquê desse mesmo tratamento. Acaso não mereceria um tratamento especial o morador da zona em frente do turista de favela?

Os habitantes explicaram-me que cada semestre é feito uma jornada de mantimento do Metrocable, que geralmente é no período das férias escolares pra não gerar muito transtorno no cotidiano da população, mas neste semestre foi uma semana antes das férias, sem importar os problemas ocasionados no grande contingente de população que mora no norte, mas trabalha no sul da cidade. O aparente motivo desse mantimento uma semana antes era não ocasionar problemas às atividades dos turistas de favela.

Práticas agentes à margem da lei: a justiça ilegal, mas efetiva

Carolina mencionou como na sua vereda “os muchachos” vendem o gás, as arepas e os ovos, produtos que ninguém pode comprar em outro lugar, só pena de ameaça e até morte. Escutei, pela primeira vez, como eles cobram arrego pela prestação de serviço de água, que vem de fonte natural, não sendo prestada por Empresas Públicas de Medellín, cobram 2000 semanais. Eles cobram em nome do mantimento da mangueira, mas a população sabe que não fazem nada.

Aqui não há lei de nada, a lei do povo, a lei dos muchachos validada pelas pessoas. Em frente de um problema os muchachos são os que o resolvem. A polícia está lá, mas não faz nada, não serve para nada. O poder dos muchachos é mais forte que o poder da polícia, de fato as pessoas buscam aos muchachos para a solução de problemas cotidianos, ou seja, é a mesma população quem dá o poder a eles. Eles não permitem roubos nem violações porque e ajustiçado quem o faça. Por exemplo, eles vieram aqui e falaram com minha mamãe para que ela desse uma parte do lote porque tinha muita extensão e eles precisavam de um lote. Ela respondeu que não, que ela o tinha comprando e que tinha papeis. Eles foram embora e não aconteceu nada. A polícia não faz nada, só passa revista, estão aqui para dar a imagem de ordem e controle. Aqui não podemos deixar a casa sozinha porque roubam. Minha família não lhes dá poder aos muchachos, ela soluciona diretamente os problemas.

ANEXO H – Guia entrevista

Pretensão

Busca-se reconstruir a partir dos relatos dos agentes entrevistados o processo participativo na intervenção urbana.

Agentes entrevistados

Representantes do governo (Departamento Administrativo de Planejamento - DAP, Empresa de Desenvolvimento Urbano - EDU, profissionais que participaram na formulação e execução do projeto); participantes no processo e representantes de organizações sociais, moradores dos bairros intervindos, pesquisadores de universidades públicas com incidência na intervenção, gestores dos equipamentos públicos.

A seguir, o roteiro para conduzir a entrevista:

Participação e política urbana

- Implementação do PUI-nor no marco da política urbana de melhoramento integral de bairros: novidades e permanências. Porque o espaço público e não a moradia no centro? Reação da população pela intervenção só no eixo do Metrocable

Condições para a participação durante o processo

- Destinação de recursos para a participação
- Dinâmica que mobiliza a participação: endógena, exógena
- Interesses institucionais versus necessidades sociais. Obras construídas em Andalucia
- Temporalidade da participação

Convocatória e agentes participantes

- Habitantes: moradores, organizações sociais
- Institucionalidade pública/privada/social: governo, organismos multilaterais, ONGs, universidade, atores à margem da lei
- Interações entre moradores e institucionalidade

Práticas participativas

- Noções/enfoques: discursos orientadores
- Participação nas fases do processo diagnóstico, formulação, gestão, controle, execução, avaliação, pós-obra. Incorporação da participação da população como exercício permanente durante o processo?
- Ações coletivas institucionais e populares, espaços e estratégias para o debate público (comitês comunitários, assembleias de bairro, reuniões, oficinas de imaginários, pactos cidadãos, comitês de obra, eventos massivos).
- Contradições, disputas, conflitos, tensões. Formas de dirimi-los, de estabelecer acordos e negociações (despejos, custo moradia, pagamento taxas, tempos da

construção das obras, apartamentos não entregues às pessoas, locais que não estão em funcionamento).

- Níveis de envolvimento da população: notificação, consulta, execução técnica, toma de decisões
- Projeção territorial da participação: área de intervenção, outras escalas da cidade
- Qualificação do projeto inicial: alterações do projeto pela participação da população durante o processo (reconhecimento de desejos e necessidades da população e das condições do território)
- Possibilidades da participação urbana: benefícios, ganhos para os moradores, para a institucionalidade (continuidade do PUI La Herrera com Salazar)

Transformações no bairro e na vida cotidiana pela construção de espaços e equipamentos públicos

- Mudanças e permanências de imaginários e práticas sociais que ressinificam a vida da população

TAL, Fulana de. Entrevista I. [fevereiro 21/2015]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín.

Novas precariedades: novas formas de expulsão

As intervenções urbanas trazem novas lógicas de expulsão visíveis na incorporação de dinâmicas por fora da vida da população que fazem atrativo o território para outra população, gerando processos de mobilização involuntária por valorização. Para onde vão os pobres? Que tão *sostenible* para a população residente são as transformações territoriais?

Construção de 21 moradias em Pajarito que gerou 80.000 empregos no setor da construção

Primed

Primeira fase recursos municipal, federal, cooperação internacional

A segunda fase foi desestimulada pela descontinuidade da política federal na melhora de bairro, pela falta de investimento local, a inflexibilidade da cooperação alemã, o modelo organizacional não se instalou como política ficando à vontade do governante. Não teve aval financeiro federal, só técnico e a cooperação alemã solicitava aval financeiro.

Primed: Programa para em essência pretendia resgatar a governabilidade dos assentamentos pela via da pacificação e (processo de negociação de condições in situ com diferentes agentes), descentralizou a ação governamental nas zonas de intervenção (Planos de Intervenção Zonal-Piz). Inovação: vontade política, grandes aprendizagens: participação da população, aliança com Ongs e Universidade, com coordenação e convergência institucional, escritórios nos territórios intervindos, baseado nas demandas do reordenamento do território e de seu reconhecimento tal e como esta, não desde a normativa que fechava as possibilidades de intervenção segundo o estipulado no ordenamento territorial, transformou os territórios ao oferecer bens sociais e coletivos com impacto na população, dinamizou o processo de gestão urbana. A lógica era então melhorar o território desde suas particularidades e não desde a generalidade da norma urbanística. Isso foi aprendido pelo **Pui** e replicado.

Tensão: norma urbanística e implementação de Primed que atuou segundo a realidade e não a norma, dessa forma fazia-se realidade a premissa de que a norma deve se iluminar pela realidade e não ao invés. Primou a realidade. Processo conjuntural que afetou a cooperação internacional ocasionando sua descontinuidade, com essa descontinuidade se perde todo o realizado, ficando na história da construção de cidade.

Luís Pérez

A nível local a resposta a crises econômica foi pela via da construção massiva de moradia de interesse social que gerou emprego informal

Reflexo da crise econômica no setor público: Aplicação da lei 617 que reduzia os gastos no funcionamento do Estado: redução de pessoal, eliminação de entidades e criação de novas com perspectiva de mercado (se elimina CORVIDE e a função da construção é transferida ao mercado encarregado de assumir a função do Estado). Dessa maneira fica ressegada a perspectiva de direitos consagrada pela democracia participativa, predominando o tratamento mercantil na produção de moradia de interesse social. A descontinuidade das políticas tem sérios empecilhos no desenvolvimento de processos urbanos.

O discurso da política urbana cidades e cidadania que entendia a cidade como construção social e ao cidadão como portador de direitos, era desmentida pela criação de entidades e instrumentos normativos que mercantilizavam a cidade, entendendo o cidadão como cliente.

Nessa conjuntura, os bens sociais começam a se desenvolver desde uma perspectiva mercantil, sendo a moradia um deles.

PUI

Política pública não inserta no modelo de gestão urbana municipal. Fundamentasse na vontade política dos governantes de turno. Ruptura de processos de transformação social. Ainda o governo 2012-2015 não cambiou a orientação da política urbana local, eliminou do modelo de gestão urbana (coordenação interinstitucional) e do discurso político o urbanismo social e o Projeto Urbano Integral, agora denominados UVA. Dessa forma, o Pui fica na mesma categoria do Primed que não passa de ser um projeto de intervenção urbana de um prefeito descontinuado pelo sucessor (perspectiva cíclica de Medellín). Não permanente no tempo, vulnerável à vontade política do seguinte prefeito.

Avanço em matéria de intervenção em assentamentos precários com problemas que subsistem. O aprendizado de Primed para o Pui foi evidente no sentido de que a intervenção transcendeu a lógica da norma urbanística, rompendo com a rigidez histórica ao homogeneizar a cidade segundo os padrões normativos. Nesse sentido, o Pui também escutou e observou as demandas da realidade para realizar a intervenção, flexibilizando a norma às características do território e às necessidades da população. O PIZ e o PUI como instrumentos saíram da norma urbanística, trabalhando sobre a norma social, e das negociações com a população (metodologia de imaginários). Fatos urbanos por cima da norma urbana, mas sem chegar a se converter em norma.

Combinação do modelo barcelonês com a perspectiva de direitos e de pagamento da dívida com a população mais pobre

A formulação do Pui é estruturada segundo conhecimentos técnicos segundo as características do território, os desejos e as demandas da população e os interesses do governante de turno.

O Pui intervém no sistema estrutural da cidade: o espaço e equipamento públicos (colégios de qualidade e parques). Não sobre o privado: a moradia. O Primed ao invés. O PUI-Nor não foi pensado como um projeto de melhoramento ou consolidação de bairros, e sim como um projeto urbano estruturante do sistema público. Ainda deve se reconhecer que a intervenção (na rua 107) teve impacto na moradia e dinamizou a economia popular (Cedezo integrados ao parque biblioteca dinamizadores da educação, cultura e tecnologia).

É integral por seu caráter setorial urbano que reúne diferentes componentes com estratégias de participação, coordenação interinstitucional.

Esquema de gestão urbana fundamentalmente municipal com o concurso de poucos recursos federais, com coordenação e convergência institucional

(40min): serviu-lhe ao mercado e às comunidades

Velocidade da intervenção que mostrou resultados importantes à população que tinha sido abandonada depois do Primed. O Pui teve a capacidade de desenvolver, em curto período de tempo, fatos concretos que respondiam a demandas sociais.

Condições: Contexto político com condições financeiras positivas, clareza dos eixos estratégicos nos que ia a atuar como governante (educação, cultura e equipamentos coletivos como pagamento da dívida social). Capacidade de olhar a cidade desde intervenções focais.

Paralelo se deram intervenções em moradia (Juan Bobo e a Herrera).

Posteriormente, as intervenções feitas em cada território foram integradas na denominação Pui.

Impactos. Pela via da construção de equipamento e espaços públicos de qualidade (em aliança com o setor privado e as “cajas de compensación familiar” para emprestar os serviços culturais) pretendia-se resgatar a autoestima, a dignidade, o sentido de pertença da população por seus territórios.

Um dos **impactos** visíveis é a integração da cidade informal à lógicas da cidade formal: mobilidade da população de outros bairros para participar em eventos culturais realizados na biblioteca.

Tensões

- As zonas em alto risco para a que a população more, mas não assim para a construção de obras monumentais.
- Os interesses do governante em frente às políticas de competitividade econômica que encontraram no formato dos grandes equipamentos urbanos com o concurso da arquitetura a possibilidade para a venda da cidade: perguntas associadas à sustentabilidade dos processos de transformação da cidade, nesse caso desde as obras emergem e a operação de seus serviços, apropriações e usos. Isso de cara à descontinuidade governamental que bem pode pôr em desuso a bandeira usada por outro governante.
- A analisar PUI: Atendimento às demandas sociais serviu para a venda de cidade pela via dos equipamentos e para gerar espaços para a inclusão, o acesso e a prestação de serviços e igualdade da população. Desde 2004 a construção de equipamentos na cidade gerou despejo involuntário de população, iniquidades, processos de gentrificação (conflitos derivados da estratificação socioeconômica e da valorização da propriedade).
- Disputas políticas: Pui, Uvas, que colocam a construção da cidade popular desde discursos e práticas diferentes.
- Como se tem transformado a vida da população pela intervenção? Como é visto desde a vida das pessoas?
- Não existência de linha base para saber desde metas se atingem
- Intervenção urbana para que? Cidade para quem?
- Que transformações territoriais estão em andamento? Desvendar desde as políticas urbanas em assentamentos precários as contradições derivadas do encontro neoliberal com a democracia participativa.
- A dívida social atrelou outros assuntos
- As intervenções urbanas em assentamentos precários têm tido que enfrentar condições de ilegitimidade e ingovernabilidade profundo que levaram ao ponto de ser territórios fechados para o Estado. O tratamento variado da problemática urbana (como mostra a tabela 1) tem sido historicamente em Medellín um canal para que a institucionalidade trabalhe em melhorar (ou não), os níveis de legitimidade e governabilidade. No resgate dos territórios precários da ingovernabilidade causada pelos agentes à margem da lei, tem sido fundamental o uso de discursos e práticas políticas concretas, que demonstram ter incidência direta na refundação e reconfiguração dos territórios de cara à abertura de novas lógicas e dinâmicas sócio-espaciais.

Na última década se observa intervenções como o Pui que trazem novidades nesse sentido a diferença das anteriores intervenções, que construíram processos de diálogo com os diferentes agentes, acordos e negociações, sem conseguir abrir completamente o território ao controle do Estado. A novidade consiste em que o Pui conseguiu abrir os territórios ao controle do estado ao romper o cotidiano histórico de violência e precariedade. Essa refundação atingiu-se pela via ideológica do urbanismo social, que usou a arquitetura monumental nos assentamentos precários.

TAL, Fulana de. Entrevista II. [maio 23/2015]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín.

Participação e política urbana

Depois da morte do ícone da violência na Colômbia e em Medellín “Pablo Escobar Gaviria”, a cidade tinha que se refazer.

Medellín é uma cidade com uma crise histórica própria porque foi o lugar onde se viveu grande parte da problemática do narcotráfico que depois se misturou com a sua problemática urbana. Essa realidade crítica é leva até a nação e a partir daí se promovem processos com a união de esforços locais, estaduais e nacionais.

A participação em Medellín na década de 1990 foi promovida pela “*Consejería para Medellín y su Área Metropolitana*” num tento por enfrentar com a prefeitura a complexa problemática social da cidade. Teve-se que unir esforços de múltiplos agentes do país, já que a cidade era incapaz de sair sozinha da crise. Promoveram-se formatos de participação: Cenários de futuro. Talvez, o mais importante desse momento foi o despertar de uma consciência urbana, coletiva profundamente comovida e dolorida pela crise profunda que invadia todas as esferas da vida cotidiana e pública dos habitantes da cidade: sem distinção de classe social, nem de hierarquias políticas ou sociais. Era a cidade mesma a que estava morrendo.

Torna-se como principal potencialidade da participação, a possibilidade que diversos agentes, que historicamente nunca tinham convergido em nenhum espaço nem em nenhuma construção de ideia conjunta, se reuniram em diferentes espaços públicos para manifestar seu pensamento e prática sobre a crise, encontrando coletivamente, soluções.

Na prefeitura de Serio Naranjo (1995-1997) formulou-se o Plano Estratégico para Medellín e sua Área Metropolitana, com um grande componente participativo recolhido do trabalho realizado pela CMAM. Dessa forma se legitimaram e continuaram processos participativos que viam em andamento.

Essa prefeitura teve que implementar as novas disposições geradas pela CP/1991, isso implicava colocar a participação no centro dos processos sociais e políticos da cidade. A formulação do plano de desenvolvimento tinha que seguir os parâmetros regidos pela lei 152 de 1994, que ordenava tempos específicos, além de que sua formulação tinha que corresponder com o programa de governo.

Todos podemos querer muito, mas para isso temos que chegar a acordos os diferentes atores para que o estado que é o responsável

Com a Constituição Política de 1991, um novo imaginário e ideário se colou no cotidiano da população. Esse grande ideário, que exigia para o momento histórico novas visões e práticas que geraram as grandes pretensões da carta magna, encontrou um país despreparado: sem conhecimento da norma, com atuações tradicionais na forma de fazer política, com restrições de recursos de todo tipo, com a crença e prática da nova CP como mero requisito (É o caso da formulação dos planos, da vinculação da participação nos processos de planejamento urbano, da conformação do Consejo Territorial de Planejamento de Medellín-CTPM como mero requisito).

Ainda se contasse com uma estrutura política que não lhe dava a suficiente importância e acreditava na CP como mero requisito, o Consejo Territorial de Planejamento em Medellín começou a ganhar espaço em matéria participativa porque uma entidade como Corporação Região começou a insistir no tema da participação associado ao desenvolvimento da nova Constituição. Essa ONG gerou uma proposta que foi apresentada antes instancias políticas; tal proposta não teve inicialmente resposta (no período de Luis Alfredo Ramos Botero). Essa proposta foi leva para a prefeitura de outro município de Antioquia (San Carlos), sendo implementada no plano de desenvolvimento. A proposta buscava, em essência, a identificação de líderes, a vinculação de representantes, e sua organização no planejamento territorial. Uma

vez implementada a proposta em São Carlos, a prefeitura seguinte de Medellín, correspondente a Sergio Naranjo, com o apoio da Corporação Região e alguns movimentos sociais da cidade aproveitaram o caráter obrigatório da lei para conformar o CTPM. Esse CTPM é conformado por representantes de setores (industrial, acadêmicos, sociais, étnicos, sindical, JAL). Reunião de agentes diversos e plurais que conseguem movimentar propostas coletivas de cidade, mediante mecanismos de pressão, de discussão e negociação e acordo, nunca pela via da eliminação. Instância política e social importante que obriga à prefeitura a movimentar processos em prol da cidade.

Ong, movimentos sociais e cidadãos aproveitaram a oportunidade de se vincular formalmente à formulação, avaliação dos processos de planejamento urbano na cidade (CTPM).

O CTPM criado pela primeira vez na prefeitura de Sergio Naranjo teve um funcionamento tem tido câmbios importantes de prefeitura a prefeitura. As mudanças respondem à aprendizagem dos membros que o constituem, às dinâmicas políticas conjunturais, ao amadurecimento dos processos participativos da cidade (que em tendência melhoram). Ainda tem tido prefeituras que não deram importância ao CTP, ele continuou, sem se deixar eliminar, sendo uma instância de peso importante nas decisões políticas da cidade.

Sergio Naranjo, Juan Gomez Martinez, formularam o plano de desenvolvimento como requisito.

Luis Pérez, Fajardo e Salazar sabiam que haviam escrito no plano de desenvolvimento, o formularam, falam com o povo, não leem discursos.

Resgata-se a importância da construção de cidade a várias mãos. Nesse caso, foi a força social gerada por uma ONG a que pressionou dinâmicas políticas institucionais para que se implementasse a lei.

1930-1980. A participação em torno ao problema urbano

Lideranças tradicionais – JAC, tem possibilitado a construção de cidade mediante o estabelecimento de relações de clientela com os partidos políticos que estendem a maquinaria política ao território: obtenção de benefícios por votos. Organizações enquistadas às JAC.

Descrever a problemática urbana da cidade com foco na zona nordeste

A profundidade e complexidade dessa problemática na zona nordeste da cidade tem feito com que historicamente a população moradora gere processos participativos variados, com diferentes agentes da sociedade, que buscam melhorar suas condições de vida, e de lado institucional, que se realcem intervenções públicas.

1980-2003

Década de 1990: intentos pela implementação da carta magna pela via do plano do desenvolvimento (constitucionalismo, pluralismo e transição democrática na América Latina: Milena Petters Melo) fala do caráter progressista da CP da Colômbia

Proliferação do social

2004-2011: Novas formas de participação e de política urbana, novas transformações territoriais

Rompimento da relação político institucional com a JAC, gerou outras possibilidades de criação de organizações de base social.

Estratégias de futuro como os cenários de futuro e a formulação participativa do plano estratégico para Medellín e sua área metropolitana (não obrigatório segundo a lei, mas inspirado no trabalho realizado pela CMAM) tinham colocado em outro nível o assunto da representatividade. Nações Unidas promoveu e financiou o desenvolvimento do PE. Nos técnicos que participaram dos processos foi ficando cada vez mais clara a importância da prática da participação como necessidade, como algo possível, realizável e com benefícios coletivos no planejamento urbano. A formulação dos posteriores planos de desenvolvimento (Naranjo, Luis Perez, Fajardo, Salazar) e de ordenamento territorial (visão de longo prazo,

obrigatório por lei) teve como necessidade a consulta ao plano estratégico, que se converteu num referente da participação e da política urbana da cidade pela visão de longo prazo e as linhas que orientadas à solução do problema urbano.

O governo sempre tem construído infraestrutura física pública para atender as necessidades da população, mas essa necessidade soluciona o problema que a população tem? Muitas vezes temos levado soluções a necessidades, mas não a problemas. As necessidades são criadas, mas para que? Se nos perguntáramos pelo problema que temos e respondemos o frio, esse pode ser solucionado com uma camisa, terno ou calefação. Se se identificam os problemas existentes é possível ter uma quantidade de alternativas que ofereçam solução. Placas, escolas, cenários esportivos sempre têm sido construídos, mas com que objeto? O labor da política tradicional é dar, mas isso que se oferece se estava precisando?

O sistema de Parques bibliotecas cobriu o problema da carência de espaço público com a construção predominante de equipamentos e espaços públicos nos assentamentos precários, possibilitando, ao mesmo tempo, que a cidade como um todo se voltasse atrativa. Entrevista a professor da Universidade que mora em Aranjuez e que é crítico do PUI.

MORAVIA

Problemas adicionais: derrubar mais casas para a construção do centro infantil

PUI: 2004-2011

“Indiscutível êxito”

Estratégia de intervenção que se avançando de período a período, segundo ênfases de cada perfeito. Em Alonso: infantes e convívio. Medellín sempre tem sido consultado em temas de assentamentos precários e de mobilidade urbana.

Construção política institucional e social. Exercício constante de intervenção sem fim, plano permanente, mas a falta de continuidade governamental o interrompeu como política. Pactos com comunidade, isso foi o mais importante. A ideia é que emerga dele as demais intervenções. Aníbal Gaviria sepultou a palavra PUI, mas continuou fazendo intervenção nos mesmos territórios, como se chamam agora essas intervenções no imaginário das pessoas? A construção de cidade permanece, de que maneira?

Jhon Octavio, Maria Victoria, Edgar Diaz (sociólogo)

Continuidade da política

Estratégia metodológica desenvolvida participativa mente em territórios consolidadas, sendo os lugares onde teve maior participação pela população.

Dificuldades (conflito): o ressurgimento dos grupos armados que ameaçavam aos construtores fez com que a força pública aumentasse e o acompanhamento à comunidade para a denúncia e a presença permanente da prefeitura na zona de intervenção. Os líderes conhecedores das bancas davam informação à prefeitura para que se geraram processos de aproximação, diálogo e escuta que fizeram entender aos atores à margem da lei a importância da obra no território. No governo tinham pessoas com habilidades para abordar essas pessoas. Onde o Estado não este esse espaço será ocupado por outro.

Credibilidade: governos aceitados pela população, oposição de agentes tradicionais que estavam em contra do processo (Partidos políticos tradicionais, JAC, JAL: relação unipessoais, de benefícios individuais enfrentados à população que foi capaz de responder e limitar algumas práticas individualistas, discussão sobre iniciativas frente às que se perguntavam que problema está solucionando? Muito importante.

Existiam várias secretarias (INDER, educação, obras públicas, saúde, desenvolvimento social e comunitário). A indicação do prefeito foi concentrar todos os esforços institucionais na zona nordeste. A diferença da presença institucional nos territórios com a de em períodos passados, foi que neste momento, de modo ordenado e planejado, toda a prefeitura concentrou seu investimento na zona. Na prefeitura de Fajardo já tinha sido entregue a obra do Metrocable

que tinha sido construída no período governamental passado (2001-2003). Essa intervenção realizou obras ao redor das estações do cable. A Empresa de Desenvolvimento Urbano-EDU com a equipe de governo definiram a estratégia de intervenção sob o eixo estruturante trabalhado pelo Metrocable.

Aparece dos anos depois de Fajardo ter começado. O prefeito tinha como premissa de atuação pagar o passivo urbano histórico acumulado com a cidade de Medellín. O ponto de partida foi que as pessoas pobres da cidade moram na zona norte, comuna 13 e no centro, sendo por isso que a institucionalidade devia fazer presença central ali. Assim os assentamentos precários passaram a ser objeto de atuação governamental.

No POT eram claras duas coisas: a primeira que Moravia tinha formulado com a Universidade Nacional, na prefeitura de Luis Pérez um plano parcial, dois Fajardo o encontro formulado e o implementou.

Aprendizagem

As estratégias participativas do PUI: assembleias de bairro, comitês do bairro, pactos cidadãos, oficinas de imaginários... romperam com a tradição de liderazgo das JAC, colocando a discussão dos problemas da zona no conjunto da população e em representantes, não só na representatividade do líder de JAC.

As estratégias participativas não foram formatos institucionais predeterminados por lei, em sua totalidade elas derivam das características do território, da tradição de luta da população, e dos pontos de encontro entre governo-moradores durante a implementação da intervenção.

A EDU organizou-se para chegar até o território. Projeto urbano foi um processo de fazer, errar, voltar a uma nova rota, conversar, ver factibilidade. Processo de negociação sempre foi com as pessoas.

Luis Fernando Restrepo coordenou as ações a serem realizadas em torno ao cable como sistema estruturante que conecta os bairros da parte alta da zona nordeste com a cidade, sendo que as intervenções realizadas no seu entorno iam ter uma grande repercussão.

“*Acciones para mi barrio*” denominou em principio o projeto a se realizar em zonas em condições precárias difíceis com as quais era preciso pagar o passivo urbano, foram denominações do hoje reconhecido como o Projeto Urbano Integral. Carlos Mario Rodriguez participou nas primeiras ações que deram corpo a “*Acciones para mi barrio*”: inventários com a comunidade, nas oficinas de imaginários: análises do entorno imediato ao cable (resolução de questões não resolutas pela intervenção anterior), identificação de problemas, imaginários de como a população queria que fosse o lugar.

“*Acciones para mi barrio*” como projeto inicial não tinha contemplado a construção de biblioteca, no cotidiano da população não estava a construção de uma megabiblioteca, essa ideia via do prefeito. A pretensão era solucionar os problemas do cotidiano da população. Enquanto o Plano de Desenvolvimento Municipal soluciona problemas de cidade.

Na implementação do Plano de Desenvolvimento Municipal o prefeito propõe a construção de 3 bibliotecas que tem como objetivo principal contribuir ao melhoramento da educação dos cidadãos (San Javier – comuna 13, Santo Domingo –comuna 1-2, La Quintana -12 de octubre, depois, com recursos adicionais, construíram-se a Biblioteca doada o desenho pelos japoneses – Belén, La Ladera com recursos adicionais). Ou seja, priorizara-se a construção das bibliotecas nos assentamentos precários.

O plano de ordenamento territorial orienta a consolidação de centralidades, entendidas como lugares que concentram a maior quantidade de bens e serviços para a cidade. Uma das centralidades existentes na zona nordeste era Santo Domingo Savio, o POT orientava sua potencialização e desenvolvimento, por isso a construção da biblioteca devia ser na centralidade como elemento atrator para que a população descesse do cable e visitasse o lugar. Ao começo com a construção do Metrocable, as pessoas iam para conhecer, mas não desciam pelo medo, mas quando a zona se pacifica, se constrói a biblioteca, a inaugura o rei de

Espanha, e começa a ganhar prêmios internacionais, as pessoas começam a descer e visitar o lugar. Foi a biblioteca a que fez com que a centralidade se comportara como tal.

O sitio ideal para a sua construção foi o Cerro de Santo Domingo, lugar que concentrava o maior número de moradias em condições precárias (aproximadamente 92 “ranchos”), considerada zona de risco recuperável (causada pelas condições em que se tem assentado a população: sem aqueduto nem esgoto desestabilizam o solo). “A decisão tomada pela prefeitura foi construir a biblioteca como possibilidade desde a política pública para solucionar dos problemas simultaneamente: um problema de dotação de espaço público e um de reassentamento de população em condições precárias”.

Com a intervenção do Metrocable pela empresa Metro de Medellín se tinha experiência com a compra de prédios para a construção das estações. Nesse momento as pessoas venderam facilmente seus prédios pela violência, mas a situação foi diferente no momento do Pui pelo processo de pacificação, as pessoas já não queriam ir embora do lugar; eram outras as condições. As famílias não eram donas da terra, as casas não valiam nada (eram 100% informais, a luz e a água eram de contrabando). Para enfrentar esse problema o Plano de Desenvolvimento que estava em formulação incorpora um programa denominado “Moradia para realocação por obra pública”, especialmente para população afetada por obra pública: se identificam cada uma das famílias afetadas às quais se reconhece o valor de 22 milhões de pesos (experiência aprendida do Metrocable), dinheiro com o qual podiam aceder a compra de Moradia de Interesse Social, também se identificou no entorno moradia onde as pessoas puderam viver, enfim, a prefeitura fez seguimento e acompanhamento a compra das moradias por parte das famílias assegurando compra em lugar apto para urbanização, outras famílias voltaram para suas cidades de origem no estado de Antioquia. Outro programa do plano de desenvolvimento foi “O Retorno”, sendo o município de San Carlos uma das cidades onde mais famílias que moravam na zona nordeste retornaram.

Aqui colocar informação que tenho da demanda.

A população não sabia como ia ser a construção da biblioteca, nos imaginários da população se encontrava essa construção monumental que finalmente foi. Comprados os prédios e demolidos os assentamentos, os urbanistas começam a pensar no tipo de biblioteca a construir.

O PUI é a confluência entre as ideias do governante e as de a população. Tem coisas que a cidade precisa e que são de benefício coletivo, isso é definido pelo governante. Outras coisas do cotidiano da população são decididas por elas.

O **trabalho** se interveio com uma estratégia de cultura E (empreendimento): cluster. Formação para o emprego (Centro de Desenvolvimento Empresarial-CEDEZO em parceria com caixas de compensação, Câmara de Comercio (formalização do negócio) e com o Banco das oportunidades: assessora, atende e oferece microcréditos para montar acompanha população que não é atendida pela banca financeira porque não tem propriedade, nem salário fixo, nem codevedores, na montagem de negócio). Interesses baixos (mapa de CEDEZOS). Começou com Fajardo?

Uma chave importante é para a data da intervenção os grupos à margem da lei tinham entregado as armas num processo de negociação. Por isso as pessoas e ao ambiente estava mais tranquilo.

O processo participativo foi pedagógico, a informação fluiu desde o começo, criando-se vários espaços para os encontros dos agentes participantes que permitiram o desenvolvimento de discussões, reclamos, demandas, perguntas, a institucionalidade fez presença permanente durante o processo. A população vivenciou processos de diálogo e comunicação, que a levaram a que aprendesse dos problemas, e a que encontrasse a grande riqueza de conversar, debater e decidir conjuntamente, sobre um tema em comum.

Altos níveis de consciência coletiva modificam padrões historicamente estabelecidos. As novas organizações de base da cidade constituem uma nova geração (processos associativos dos jovens –arte, musica, esporte) porque começam a ser conscientes e entender as novas dinâmicas sociais e políticas, sua exploração faz públicas vantagens e limitações que renovam práticas sociais construtoras de cidade. Inauguram-se novos imaginários e formas de relacionamento da sociedade com o Estado que rompem e despessoalizam a cultura do relacionamento clientelista que leva ao benefício individual, a centralização e eternização da liderança (favor por voto). Esse momento mostra outros caminhos: participação em convocatórias públicas em condições de igualdade, ganho por reconhecimento, meritocracia. Processo participativo na medida em que, conjuntamente, prefeitura e moradores discutiram, priorizaram problemas e construíram alternativas e soluções. São tantos os problemas da zona nordeste que definir e construir uma melhor alternativa para enfrentar um problema é complexo.

TAL, Fulana de. Entrevista III. [dezembro 10 de 2015 e 13 de março e 1 de abril de 2016]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín.

Percepção da mudança depois do PUI (poderia relacionar com o comentário de Adolfo dos imaginários que ficaram nas pessoas)

A primeira vez que eu fui a Santo Domingo fiquei surpreso porque era à noite e vi muitas pessoas na rua, sentadas nas calçadas, montando bicicleta e me senti que algo estava passando, algo tinha cambiando, o bairro era muito distinto. Antes do Metrocable eu trabalhava lá com o Politécnico Jaime Isaza Cadavid no processo de regularização urbanística e sempre tínhamos que sair a meio dia porque começavam os enfrentamentos entre as bandas.

Entrada da Empresa de Desenvolvimento Urbano aos bairros, notificação do projeto

Como já conhecia o território e os líderes convidei aos líderes que eu conhecia a uma reunião para lhes falar sobre o PUI (Dona Rosalba Cardona, Maria Eugenia Mazo etc.), lhes diz que eu estava trabalhando na EDU e que precisava que reuniram as pessoas para apresentar a nova proposta do prefeito, já sabem que para no território se construirá uma biblioteca, mas também queremos saber que necessidades têm vocês, como está o território. Na entrada em Santo Domingo também ajudou o fato de que a prefeitura passada tinha deixado uma obra sem concluir no parque a Candelaria. Nós nos comprometemos a terminar o parque com a participação de vocês.

No caso de Andalucia fizemos uma articulação com o Metro porque eles estavam ainda ali fazendo sensibilização da cultura Metro. Convocamos líderes que reconhecíamos conjuntamente e começamos as reuniões explicativas do projeto. Em Popular foi a mesma coisa.

Fizemos um primer evento grande em Andalucia que reuniu gente dos três bairros, usamos um cartel grande com informação sobre as linhas do plano de desenvolvimento do prefeito. O resultado da reunião foi a coleta de informação sobre pessoas que quiseram participar no processo PUI.

Metodologia de intervenção PUI-nor, uma construção sociocultural? Convocatória

Quando o Departamento Administrativo de Planejamento Municipal toma a decisão de fazer um convenio com a EDU para formular o PUI, se conforma uma equipe com profissionais da área social que tinha experiência em intervenções passadas como Primed e no processo de regularização urbanística da zona centro-oeste e nordeste (comuna 1). Além de recolher os aprendizados dessas experiências, também se tivera em conta o plano de desenvolvimento local da comuna 1. Particularmente os conhecimentos em participação social obtidos na experiência Primed foram muito importantes e valiosos, dessa forma, alguns deles se transferiram esses aprendizados ao PUI, se melhoraram processos, e se criaram novos. Por exemplo, o que em Primed se denominou Projetos de Intervenção Zonal, no PUI se chamou de cartografia social para a elaboração de planos mestres. Era praticamente o mesmo, só que no PUI cada passo da metodologia implicou novos aprendizados. Se bem a equipe social tinha uma proposta clara de intervenção: intervenção focada no eixo estruturante do Metrocable, divisão do território por zonas (Andalucia, Popular, Santo Domingo Savio), conformação de comitês comunitários por território delimitado.

Construção de cidade a várias mãos, projeção territorial: área de intervenção, outras escalas da cidade

Assuntos que fizeram com que a participação chegasse até a tomada de decisões: a) Vontade política do governante de turno, b) conformação de uma equipe de profissionais com experiência, conhecimento das pessoas e do território, e comprometidos socialmente com a

comunidade, com o projeto, c) ter possibilitado espaços para o diálogo fez com a que as pessoas expressassem tudo o que sentiam e nós escutávamos, d) gerar espaços participativos permanentes para o diálogo, a escuta, a negociação e a decisão onde todos éramos iguais, falávamos não desde promessas, mas sim desde o que realmente era possível fazer), e) tradição de luta social da população da zona nordeste, que foi modelo para a implementação do PUI nas outras zonas, possibilitando que a mesma população pedira a continuidade do PUI na mesma zona e sua implementação em outras zonas da cidade no período governamental seguinte, que se descontinuou entre 2012-2015 e se retomou entre 2016-2019. f) o processo de reinserção anterior ao PUI na zona nordeste avivou forças e desejos de trabalhar coletivamente, g) trabalho articulado desde a participação do gerente da EDU, técnicos, comunidade, organizações de base e corporações de atores reinsertados.

Destinação de recursos para a participação

Ainda o componente social registra como um dos mais importantes da intervenção, na realidade a disponibilidade financeira para a parte social foi mínima. Nunca oferecemos refrigério, não dispnhamos de recursos para isso, escassamente tínhamos para fazer uns volantes e com o transcurso do tempo dispusemos recursos para fazer a “galeria urbana”. O apoio logístico saía da mesma Edu ou até da mesma população que emprestava o vídeo beam e nós andávamos com a CPU, as aulas para trabalhar. No momento em que fizeram o investimento desde a parte técnica não consideravam que se precisara muito investimento para o social. Eu acho esse assunto interessante porque a população sempre estava acostumada a assistir a reuniões de anteriores intervenções só pelo refrigério. Em nosso caso foi distinto porque nós não oferecíamos nada e eles ficavam realmente interessados no tema que estávamos tratando, eles tinham desejo de participar, de continuar a luta que tinham.

A área social tinha recursos mínimos que se investiram de modo planejado em refrigérios, almoço e transporte; foi o caso da realização de encontros com os líderes das três zonas e apresentar como seria o desenvolvimento nos territórios, assim todos conheciam os projetos das outras zonas. Nos outros espaços como comitês comunitários, assembleias comunitárias, percorridos pelo bairro não dispnhamos de recursos.

Dinâmica que mobilizam a participação: endógena, exógena

Ambas. Exógena na medida em que foi o ente governamental quem em um começo estimulou a participação, endógena porque a participação foi permanente pelo interesse dos envolvidos. Além foram as pessoas as que decidiram a localização, o tipo de espaço e equipamento e seu nome.

Em resumo, o PUI foi ideado de maneira geral seguindo as linhas estratégias do plano de desenvolvimento municipal, os interesses institucionais do prefeito da época, Sergio Fajardo Valderrama, incluídos no Programa de Governo, e as necessidades da população. Dessa forma era claro que a intervenção seria feita na área de Metrocable para aproveitar o construído e que sua ênfase seria o espaço público (entendido como ponto de encontro cidadão, como a oportunidade para romper fronteiras invisíveis), em consequência já estava projetada a construção de projetos chaves como o passeio urbano da rua 107 em Andalucia, sistema de bibliotecas, colégios de qualidade e Centros de Desenvolvimento Zonal - Cedezos em toda a cidade, sendo os bairros pobres a área de intervenção. Os demais subprojetos emergiram do trabalho participativo realizado entre comunidade e técnicos.

Se bem o anterior significa que a EDU tinha o projeto formulado com os assuntos gerais também é certo que os participantes incidiram na sua qualificação e na inclusão de novos projetos. Isto se atingiu mediante diferentes reuniões (comitês comunitários, percorridos pelo território, assembleias) que fazíamos tendo em conta a divisão do PUI em linhas de ação (espaço público, mobilidade e conectividade, equipamento, participação).

A equipe da EDU teve que enfrentar vários desafios: terminar a construção de obras inconclusas do Metro em Santo Domingo Savio e Popular, a desconfiança da população no Estado pela dívida histórica. A geração de confiança foi permitida pela terminação das obras inconclusas, o acompanhamento e presença permanente da institucionalidade na zona (tanto às empreiteiras que construíram as obras quanto às comunidades), reuniões semanais com a comunidade.

Temporalidade da participação, projeção territorial: área de intervenção, outras escalas da cidade: transferência de conhecimentos e práticas participativas

O processo participativo começa em meados de 2004 e termina com a construção de outras obras e com sua entrega na prefeitura de Salazar com o parque linear a Herrera, a casa de justiça em Santo Domingo Savio. De fato, quando estávamos implementando o PUI da comuna 13 em 2006 se fez uma transferência da metodologia da zona nordeste a esse novo PUI que consistia em que pessoas que tinham participado no processo participavam em encontros com líderes das outras comunas para contar a experiência, também se levou os líderes da comuna 13 às comunas 1 e 2, de dessas comunas à comuna 13. Assim enquanto a equipe da EDU se mobilizava em outras comunas para implementar o PUI, na zona nordeste ficava uma equipe reduzida que continuava com o processo até a finalização das obras.

Os processos participativos gerados foram deixados a cargo do Metro, da biblioteca. Em Santo Domingo Savio conformou-se uma Mesa chamada “Visão Nordeste” que é importante retomar nesse momento. Produto do trabalho dessa Mesa saíram os “Festivais de mingó” que consistiam na realização de atividades culturais e comerciais no bairro. Quando a EDU saiu do território falamos com os integrantes da Mesa para que continuaram com a realização do trabalho.

Incorporação da participação da população como exercício permanente durante o processo

A participação foi permanente, de começo ao fim. De fato, quando se iam entregar os equipamentos à comunidade se planejava com o comité comunitário, todos nos uníamos, colocávamos recursos e fazíamos a entrega. Simultaneamente nos uníamos com as secretarias de educação e cultura cidadã para a realização de “pactos cidadãos” para cada obra. A prefeitura era a encarregada de fazer seguimento a esses pactos.

Agentes participantes e interações

Habitantes

- a) moradores sem vinculação com organizações sociais que se interessaram pelo que o governo ia fazer no seu bairro
- b) representantes de instituições educativas e da igreja com presença no bairro.
- c) representantes de organizações sociais, corporações de agentes desmobilizados. A entrada aos bairros foi diferente em termos das conversas e negociações com os agentes desmobilizados que pertenciam mais ao bairro a Francia e San Pablo. Ao começo da intervenção a equipe PUI deveu fazer várias reuniões para entrar ao território, devia explicar quem eram, a que iam, como ia a ser o trabalho.

Lembro que no começo do processo convidamos a todo mundo, tratava-se de um espaço aberto, porém teve organizações que não quiseram participar. Com o decorrer do tempo elas se foram involucrando.

Também me lembro de uma primeira ação conjunta entre organizações do bairro Santo Domingo, no momento em que estávamos na compra de prédios para a construção da biblioteca. Quando as famílias desocupavam outras pessoas iam e se levavam as janelas. Frente a essa situação pedimos à Junta de Ação Comunal e a Corporipaz da comuna 1, que

trabalhava com desmobilizados do conflito armado, que se uniram para trabalhar conjuntamente na vigilância do projeto e na demolição das casas onde se construiria a biblioteca. Com eles a EDU assinou um contrato. A inclusão desses agentes no marco do processo de desmobilização foi proveitosa para o projeto, além disso, a zona já estava tranquila. Não teve arrego, nem ameaças durante o projeto.

Um assunto importante do PUI nordeste foi o fortalecimento de lideranças, é dizer, de pessoas que antes do PUI não apareceriam na cena social do bairro porque não pertenciam às Juntas de Ação Comunal, nem às JAL, mas que com a intervenção tiveram um protagonismo importante.

Institucionalidade pública/privada/social

Governo: a EDU teve a capacidade de articular várias secretárias da prefeitura em torno à implementação do PUI com funções específicas que incluíam os investimentos das secretárias nos bairros

Organismos multilaterais de Espanha doaram computadores para a biblioteca Espanha e o BID também financiou alguma coisa, o resto dos projetos foram financiados com o investimento de cada secretaria.

A gerência da EDU criou “Medellín de cores”, junto com a *empresa privada* Dicente, Argos, Pintuco quem fizeram doação de concreto, areia e pintura, a EDU fez a assessoria técnica, as famílias colocaram a mão de obra para arrumar as fachadas das moradias localizadas na centralidade de Santo Domingo, especificamente no lugar onde se localizava o maior equipamento construído o parque La Candelaria e o CEDEZO (piloto).

Como uma segunda fase com *ONGs* com Convivamos da comuna 1 e Nuestra Gente da comuna 2 com vinculação da empresa privada: TIGO, empresas públicas de Medellín e Corona trabalhou-se com grupos artísticos dos bairros contratados para que desenhasssem uma intervenção artística em fachadas e culatras em diferentes lugares. “Galeria urbana” foi uma atividade pontual em setores onde a EDU não tinha construído projeto físico. A atividade, que derivou de oficinas de imaginários com a população quem elegia os desenhos e as mensagens, foi levada a cabo em Santo Domingo, Popular, Granizal e setor do Parque Lineal da Quebrada a Herrera.

Universidad. A sistematização da metodologia participativa PUI-nor foi liderada pela Universidad de Antioquia. O SENA participou na formação de um grupo de pessoas de 45 pessoas aproximadamente, dos bairros para serem guias turísticos. Aproveitaram-se as condições geradas pelo Metrocable na zona já que muitas pessoas iam visitar, o mesmo pessoal do Metro convidava a que as pessoas desciam e o grupo de guias visitavam com eles o bairro.

Noções/enfoques: discursos orientadoras das práticas participativas

O **urbanismo social** começou na zona nordeste, de fato foi ali que se fizeram as primeiras conversas sobre urbanismo social com diferentes convidados. As clarezas saíram das intervenções nessa zona. Trata-se de transformações territoriais com participação social. Também se falou do **melhoramento integral de bairros - Mib** com o tema de moradia e entorno no projeto de Juan Bobo (primeira etapa com Fajardo e segunda e a Herrera com Salazar). A partir da primeira intervenção a população falava com familiaridade do mib.

Participação nas fases do processo diagnóstico, formulação, gestão, controle, execução, avaliação, pós-obra

A intensidade da participação dependeu da fase em execução. Ao começo íamos até 3 vezes por semana, sempre semanalmente estrabamos lá, já, quando tivemos algo mais estruturado as reuniões eram cada vinte dias.

Ações coletivas, espaços e estratégias comunicativas para o debate público

Comitês comunitários em Andalucia, Popular, Santo Domingo Savio e em Juan Bobo Comité de moradia por sua especificidade (quando conformamos esse comitê as pessoas não tinham ideia de nada, de como se conformava um comitê, de suas funções, de participação. Eles conformaram o comitê com pessoas de diferentes bairros e começou o processo de capacitação para a participação, as atas foram feitas por eles).

Eram aproximadamente 100 pessoas em total as que pertenciam aos comitês. Esse espaço foi um aprendizado de Primed no que foi trabalhado como comitês por componente. Os comitês comunitários eram o centro da intervenção no que estavam presentes todas as forças vivas da zona, e serviam para informar, planejar, discutir, negociar e decidir sobre todos os componentes da intervenção. No comitê de Andalucia participavam pessoas dos bairros a Francia, Villa Niza, Villa del Socorro. No comitê de Popular participavam pessoas dos bairros Popular I e II, Nuevo Horizonte y Granizal. No comitê de Santo Domingo participavam pessoas dos bairros da Esperanza, Santo Domingo I e II. Cada comitê era conformado aproximadamente entre 20-25 pessoas.

Quando os assuntos ficavam claro nos comitês então emergiam outros espaços específicos abertos à participação da comunidade:

Percorridos por bairro (identificar e validar). Técnica implementada em intervenções anteriores. Especificamente, no bairro Popular não tínhamos projetos claros para executar então fizemos uma reunião com líderes e percorridos pelo território para saber que havia e que se necessitava desde o conhecimento dos habitantes. Foram eles que nós mostráramos o que não tínhamos visto: vimos potencialidades da água nos Pozos, assunto tradicionais que se deviam conservar como os lavadeiros. Dessa forma surgiu desde a comunidade a ideia de fazer uma oficina onde as pessoas desenhassem o que se imaginavam no e sonhavam seu território.

Oficinas de imaginários (contribuições para o desenho arquitetônico). As oficinas de imaginários foram uma estratégia que emergiu do processo com as pessoas. Os técnicos sempre acompanharam a realização das oficinas para poder ter uma interação com as pessoas e explicar assuntos de viabilidade técnica, jurídica, econômica e social dos projetos que eles desejavam para o bairro. Assim começa a se implementar esta estratégia como uma contribuição ao perfil do projeto.

Uma vez se fazia a oficina de imaginários que contribuía ao perfil do projeto a equipe técnica voltava à comunidade para apresentar o projeto, o qual se enriquecia com a participação das pessoas que modificavam coisas. Já com um anteprojeto quase pronto, voltávamos à comunidade e finalmente emergia o projeto final com desenhos definitivos. O que seguia era o processo de contratação da empreiteira, o qual devia ser apresentado à comunidade.

A cartografia social consistia em que entregávamos mapas com alguns referentes e as pessoas identificavam problemas e fortalezas em moradia, espaço público, vias, ambiente, etc. Havia a possibilidade de desenhar e de colocar o nome que eles queriam que levassem os espaços construídos. Posteriormente se fazia uma reunião e se listavam os nomes ditos e se fazia uma votação e daí sai o nome do espaço público.

Reuniões informativas usadas para tratar temas específicos por setores da comunidade.

Assembleias de bairro (usada para fazer uma socialização e comunicação massiva sobre uma obra a construir em um bairro específico)

Eventos massivos (usados para realização de eventos que reuniam todos os bairros impactados pela intervenção). Participação aberta para todo mundo em momentos específicos, como

exemplo quando íamos a começar o processo o quando íamos a entregar as obras. Uma das atividades de entrega foi uma carreira de observação na que participaram 500 pessoas entre líderes e moradores não organizados, que consistia em que um percorrido por todas as obras construídas desde Santo Domingo até Andalucia.

Comitês de obra. Dentre dos comitês comunitários pedia-se a eleição de uma pessoa da comunidade que a representasse nos comitês de obra conformado com pessoal da EDU, empreiteira, interventor e comunidade quem faziam controle à obra e tomavam decisões. Me lembro de Orlando Garcia, Maria Eugenia Mazo, Carlos Mario.

Níveis de envolvimento da população: notificação, consulta, execução técnica, toma de decisões. Qualificação do projeto inicial: alterações do projeto pela participação da população durante o processo (reconhecimento de desejos e necessidades da população e das condições do território)

O PUI foi um projeto institucional executado pela EDU em convenio com a secretaria de planejamento local que obedeceu às diretrizes de ordenamento territorial (POT) e estratégias associadas com a construção de espaços e equipamentos públicos nos bairros pobres da cidade (bibliotecas, escolas de qualidade, CEDEZOS, parques e praças), mas também, recolheu os elementos positivos de Primed e possibilitou uma ampla a participação da população moradora da área de intervenção. O projeto tinha umas linhas de intervenção (mobilidade urbana, equipamento, espaço público, participação, moradia). O diagnóstico foi realizado de forma documental e participativa. Na primeira abordagem se estabeleceu a realidade de precariedade e informalidade urbana sobre o eixo do Metrocable e as principais ações de melhora. Já na abordagem participativa o trabalho realizado por linhas de intervenção mediante oficinas de imaginários que permitiram, por sua vez, a construção de um Plano Mestre que continha os subprojetos (planos mais imaginários da população), que posteriormente se priorizavam tendo em conta os de maior impacto para os habitantes (o Plano Mestre que deu o caminho de intervenção no território tinha um passo a passo: diagnostico social e físico-espacial e ambiental, oficinas de imaginários como insumo para os desenhos arquitetônicos, comitês comunitários, planos mestre, priorização de projetos). O resultado da implementação das estratégias participativas permitiu a formulação da parte do PUI.

Já na priorização de projetos, por exemplo, em Andalucia, se priorizou a construção de pontes que conectam bairros. Nas estações de Andalucia e Popular o Metro tinha deixado espaços públicos sem terminar e a EDU prefigurou ali uns desenhos específicos. Numa reunião as pessoas desaprovaram as maquetes e os desenhos desses espaços porque não tinham emergido de um processo participativo. A equipe colocou o material do lado e fez oficina de imaginários para estabelecer o que seriam esses espaços.

Se bem a empreiteira colocava a mão de obra qualificada e parte da mão de obra não qualificada, um dos compromissos realizados nos comitês comunitários foi a inclusão de mão de obra não qualificada das comunidades, eles mesmos recolhiam os currículos de quem queriam trabalhar nas obras e decidiam que devia ser maior de idade, ter conhecimento na matéria e morar no bairro. Por meio da participação do representante do comitê comunitário no comitê de obra se decidia em última instancia quem participariam.

A definição dos nomes dos lugares, dos pactos estabelecidos.

Contradições, disputas, conflitos, tensões e possibilidades da participação urbana

Antes da intervenção a empreiteira chegava ao território com seu equipo e ninguém sabia o que estava passando. De vez em quando alguém perguntava o que estavam construindo no lugar. Quando a EDU chega ao território nos encontramos um tema de ignorância e de não ter

em conta as comunidades em processos participativos, as pessoas se queixavam que o governo só os tinha em conta para lhes entregar as contas de serviços públicos e as taxas prediais. Então quando nós chegamos com a proposta de involucrar as pessoas, de estar permanentemente nos bairros, de articular o trabalho das secretarias e de escutar as queixas que tinham das secretarias da prefeitura, a atitude das pessoas foi cambiando. Nós levamos a cada uma das secretarias para que escutassem as pessoas e deram soluções ao que eles estavam precisando.

Ao começo tivemos contraditores da biblioteca e agora são defensores. As pessoas falavam que o lugar onde ia ser construída a biblioteca não era de alto risco si não de alto custo, insistiam em porque construir uma biblioteca e não moradia e na condução da compra dos prédios às famílias que ali moravam.

Ter pessoas encadeadas a uma das pilhonas do metro, situação presenciada pelo prefeito que subiu com uma delegação suíça porque íamos inaugurar um dos parques, foi muito forte e mereceu o tratamento especial.

O padre Julian Gomez conformou uma Mesa “Unidos por Santo Domingo” com lideranças dos bairros que estavam a favor e em contra do projeto Parque Biblioteca, para fazer *veeduría*, ao processo de compra de prédios e de reassentamento, com participação da EDU e da prefeitura. Eles mesmos nos comunicavam que algumas pessoas estavam trazendo famílias que não moravam ali para sair beneficiados. Esse espaço foi efetivo, eles participaram nos comitês comunitários. O Padre comunicava as necessidades urgentes que tinha a comunidade: população sem comida, moradia, aqueduto, esgoto (ver ata do Conselho de 2006).

No parque linear a Herrera não tivemos nenhum problema na compra de lotes porque já tínhamos a experiência da biblioteca, em Juan Bobo também, não tivemos nenhum problema, me na construção da placa poliesportiva de Granizal. A experiência do Metro não foi positiva na compra de prédios para a construção do Metrocable porque as pessoas se queriam ir pela violência. Quando nós chegamos com o PUI com o complemento de espaço público as pessoas já não se queriam ir porque já tinham um sistema de transporte e melhores condições de segurança.

Equipamentos públicos pozos: os jovens dos bairros cuidam e colocam pezes nos estanques para consumir. Frequentados e cuidados por jovens que fumam droga e por combos, os jovens tomam banho, as pessoas que não têm serviços da água vá para lavar roupa.

Transformações na vida cotidiana pela construção de espaços e equipamentos públicos. Novas complexidades para a participação

- Descobrimiento de novas lideranças, fortalecimento de lideranças tradicionais. A participação maioritária foi de adultos não de jovens.
- Mudanças e permanências de imaginários e práticas sociais que resinificam a vida da população
- Com a intervenção se pretendia cambiar a imagem da zona e do território mais violento de Medellín. A oportunidade era o Metrocable como primeiro sistema público aéreo urbano. Necessariamente o Metrocable ia levar turistas ao sector o qual somado ao PUI com uma biblioteca novedosa, premiada e construída no cerro, gerava praticamente um passo obrigatório dos turistas. O trabalho conjunto com o Metro e a comunidade possibilitou que as pessoas desceram com confiança para reconhecer, percorrer, e desfrutar o bairro. Em razão disso motivou-se a geração de comercio para que tivesse como atender ao turista. O impacto foi impressionante ultrapassando as expectativas institucionais e da comunidade. A vinculação da empresa privada com entidades bancarias, uma filial de atendimento ao cliente das empresas públicas de Medellín, presença institucional mediante o Cedezo, cooperativas.

Espaços e equipamentos públicos como soluções momentâneas e não duradouras: apropriações em disputa pelos meninos, jovens, animais, polícia, adultos, motos e carros. No percurso que fiz em janeiro o pelo setor vi destruição do público, abandono, deterioro social e físico dos espaços, desasseio com rebatimento na saúde pública pelo tema do lixo, não motivação como espaço agradável de encontro e reunião, pobreza. Preocupa a falta de corresponsabilidade da comunidade, si não está o Estado então as pessoas não cuidam. O que aconteceu com os pactos? É preciso reconhecer que quando a EDU saiu do território não saiu da maneira mais adequada porque a equipe não tinha um plano de saída da zona e já começávamos a intervir outra zona, a comuna 13. Ou seja, que os temas de sustentabilidade e de apropriação não foram trabalhados como se devia, o que se trabalhou foram pactos deixados em mãos da população e outras entidades sociais, porque a EDU já tinha cumprido com formular, executar e avaliar o projeto. A cidade não precisa tanto cimento, mas assuntos sociais, devemos pensar nos recursos para o mantimento de obras tão caras. Essas obras dão soluções durante a obra, mas não ao longo tempo. Reconhecemos como problemáticas para esses setores a cobertura educativa.

Presença institucional e corresponsabilidade social

Porque as instalações públicas como praças e parques do Metro estão conservadas? Porque eles continuam fazendo presença no território, acompanhando, vigiando.

O processo teve formação, mas a EDU só cumpriu até a entrega e depois? É preciso que as secretarias da prefeitura façam presença como projetos posteriores à intervenção, com manutenção física e social, isso não é consequente (pergunta minha, porque o único equipamento com manutenção foram os espaços de cidade orientados desde a prefeitura e não assim os projetos da comunidade?).

Câmbios na vida das pessoas. Veio novos ranchos, novas invasões em Pinar e as Flores em comuna 1, no limite com canaleta negra com Bello. Crescimento impressionante. O despejo continua. Há pessoas que moram na comuna e por negócio loteiam na parte da cima do morro para alugar. Converte-se em um negócio.

Valorização imobiliária. Progresso à custa de quem? A inquietação da população mais frequente durante o processo era vão aumentar o imposto predial? O estrato será igual? Cada 5 anos se faz atualização catastral, ao melhorar as condições aumenta o custo. Ao parecer a problemática não é essa nesse momento. Por isso é importante ir com outro tipo de programa que lhe de a possibilidade à população de ficar no território. Si não se gera despejo, por fazer bonito fazemos feio.

Os problemas mais urgentes nesse momento são: Carpinelo e a Avanzada não dispõem de aqueduto por falta de rede por tema de topografia ou cota urbana por ultrapassa-la, redes de esgoto, falta de moradia digna, equipamento em saúde (o existente não cobre as necessidades da comuna). O projeto de EPM a futuro é a pila pública que coloca controle ao consumo pelo desperdício de água no setor (JAC).

As pessoas citaram à EDU a reunião pra perguntar pelo que ia ser feito no novo plano de desenvolvimento. Ver a biblioteca assim da tristeza porque foi um projeto que gerou tantas expectativas e tanto reconhecimento da mesma comunidade, é um elemento da cidade que gera identidade nas pessoas do bairro. Os arquitetos são ambiciosos, menos cimento e mais conteúdo social.

Erros

A experiência PUI não se sistematizou, ficou na memória da população e dos técnicos da EDU. Das pessoas que entrevistaram o PUI só ficam 4 na EDU.

Falta de continuidade da política urbana

TAL, Fulana de. Entrevista IV. [mar. 19/2016]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín.

Chegando a Medellín, ao bairro

4 filhos homens, de dos deles moram com ela, um trabalha no Metrocable e o outro na seccional de saúde, 4 mulheres casadas (umas moram em Itagui e outra em Espanha).

Moro em Santo Domingo Savio faz 45 anos (interrompe um dos filhos que está saindo a trabalhar dizendo “todos estamos muito bem graças a ela ... graças a ela temos os empregos que temos”).

Em 1970 eu cheguei ao bairro fugindo de uma massacre de San Carlos Antioquia, o ônibus no que nós víamos fugindo foi parado por uns homens armados que pediram a meu irmão e ao esposo de minha sobrinha desceram e os mataram em frente de todos, depois esses homens nós faláramos às outras pessoas que íamos no ônibus tínhamos que contribuir para a causa.

Eu tinha uma irmãzinha que morava aqui em Medellín, casada, eu com tanta pobreza e medo, já com filhos. Então subi aqui a Medellín e ela me falou que me mudara que ela me ajudava no local aonde ela trabalhava que era uma casa de família. A patroa dela me falou que me dava trabalho que podia me vir sem problema e que podia ingressar meus filhos em creches onde cuidavam deles. Por aqui as pessoas ajudam muito com roupa e com coisas.

Tome a decisão e me vim morar aqui com minha irmã que morava no Popular. Ao mês de estar morando aqui a minha irmã a matou um ônibus e deixou 4 crianças e eu tive que cuidar deles, então fiquei com 12 filhos, 8 meus e 4 dela (os dela moram uns em Cali e outros em Panamá). Em Popular vivi só alguns meses porque meu cunhado pagava aluguel (ele se entregou ao vício e nunca soubemos nada dele). Já depois da morte de minha irmã nos mudamos para Santo Domingo porque nos encontramos a um amigo do povo ele tinha uma casinha aqui que tinha um quarto afora, ele me diz que me acomodara nesse quarto. Combinamos em que se conseguia emprego lhe pagava pelo aluguel e se não então teria que voltar para a montanha de São Carlos. Ali moramos.

Mas, Deus sempre tem alguma coisa guardada pra mim, ele ia tecendo minha vida como uma novela.

Quando eu tinha 18 anos tinha sido representante em São Carlos para pedir a construção de uma via e de uma ponte que chegara até a cidade, nesse ir e vir conheci a um agrônomo cafeeiro que me deu seu cartão pessoal por si algum dia eu precisava de alguma coisa. Eu guardava muito bem esse cartão como um tesouro. Já quando estava aqui então me diz eu vou buscar esse doutor a ver se pode me ajudar com trabalho para meu esposo ou para mim. Já nessa época ele era gerente dos consumos de Antioquia e lute até que pude falar com ele, teve que lutar muito porque não permitiam que falasse com ele porque eu toda malvestida, com sapatos de caucho e despenteada. Quando o doutor me viu me cumprimentou pelo meu nome e eu lhe falei pelas que estava passando e chorei muito. Ele me falou que eu devia cuidar os meninos e que ia a dar oportunidade de emprego a meu marido, que não sabia ler nem escrever. Meu marido trabalhou com ele 25 anos e se aposentou e morreu no ano depois da aposentadoria. Eu fiquei com a aposentadoria dele.

Esse dia o doutor me deu comida e 5 pesos e pediu a um de seus trabalhadores que me ajudasse a pegar ônibus. O ônibus não chegava até minha casa porque não tínhamos vias, eu tinha que caminhar muito. Esse doutor me ajudou muito, já quando estava na Junta de Ação Comunal, eles me deram um lote para que eu construísse um quarto e esse doutor foi o que me ajudou com matérias para a construção. Com as 4 crianças pequenas ele me ajudou para que ingressassem a um internado dos rotários em Itagui e eles ficaram 2 anos. Eu via e me trazia aos meninos cada fim de semana. Quando saíram de lá já sabiam escrever, ler, reconheciam os números, as cores.

Depois foi uma continua luta para que os meninos continuassem estudando. Consegui construir uma casa formosa, mas depois da morte de meu marido fiquei muito triste, então a vendi e compre esta (em 1997 a vendi em 8 milhões e compre esta em 12 milhões).

Nesse ir e vir e me fui voltando líder do bairro. Quando eu chegue ao bairro havia um comitê de moradia que era quem dava os pedacinhos de lote aos pobres para que construíssem os ranchos. A agua tínhamos que trazê-la de umas quebradas. Eu fui fazendo contatos, me aderi a uns políticos, construimos um tanque para que chegasse a agua da quebrada e consegui mangueiras para que a cada setor chegasse agua. E pertenci a esse comitê. Esso passo na década de 1990.

Violência

O Estado não fazia nada, não colocava atenção nesse tipo de bairros, nem vias para que os carros pudessem vir a surtir os negócios, tinha que ser todo nas costas, nem escolas nem colégios dignos, nem um habitat que valga a pena. Frente a ausência do Estado as pessoas se sublevam, se tomam o poder por suas mãos, se acreditam os mandões assim não o sejam.

Na época da guerra foi muito duro porque havia bandas por setores e eles disparavam com armas de largo alcance. Eu presencie quando veio Pablo Escobar aqui ao bairro e começou a citar as pessoas para a conformação de um comitê, mas aqui não se conformou comitê. Ele prometeu a construção de umas casas e efetivamente construiu as casas na Milagrosa. Meu marido me falou que si continuava assistindo nessas reuniões ele me deixaria, porque isso era muito perigoso. No bairro não fizeram caso a Pablo Escobar, ele aqui não teve acolhida, não fizemos compromissos com ele nem recebemos nada, nada. Uma que outra pessoa fiz caso e tiveram sorte e lá estão morando, no bairro Pablo Escobar.

Eu fui por 10 anos consecutivos presidente da Junta de Ação Comunal, entre 1996-2006. Com ajuda do doutor e de Bem-estar Familiar construimos uma creche que atendia 200 crianças e 22 trabalhadores. No início do ano 2000 eu era vice-presidente da Junta e nesse tempo foram assassinados quase todos os membros da Junta, o tesoureiro, o presidente, o fiscal, o assessor social. Ao morrer todos fiquei eu de representante legal. Nesse momento estávamos lutando por melhorar as condições do bairro, estávamos pensando em trazer um posto de polícia e coisas que melhoram e aí começo a matação porque eles falavam que não queriam polícia porque eles os prendiam. Além, eles não gostavam que alguém diferente deles tivesse o mando comunitário. Era muito difícil porque meu marido me falava que me retirara da Junta porque iam me matar e as pessoas me falavam que não porque se acabava a creche, que só eu sabia ler e escrever e eles não, que eu era a que conseguia todo e a que sabia falar. Teve momentos muito duros como quando ao rancho onde funcionava a Junta lhe fizeram um atentado dinamiteiro, perdemos todo: livros. Eu tive que ir embora daqui porque estava assustada, morei em Itagüí 1 ano e até lá me chamavam as pessoas para que eu voltasse porque tinham-se que fazer os pagos aos empregados da creche.

Depois entraram as milícias, paramilitares ao bairro e me contataram para que voltasse ao bairro continuará na Junta que nada ia a acontecer, que a creche se estava ciando e que precisava mantimento e não se podia deixar cair porque era o único valioso que tinha o bairro, a educação aqui era um desastre. Eles me falaram “nós vamos a cuidar de você, a violência se vá a acabar”. Eu muito chateada de tanta violência conversei com alguns deles para que nos reuníssemos a falar da situação de violência do bairro. Diz-lhes que eles podiam e citar no lugar que quisessem e que a reunião seria só comigo. Bom muchachos (forma como 60 pessoas), lhes falei: vou-me armar e vou armar minha família e vocês vão me conseguir as armas, porque eu não aguento mais violência, vocês matam os vizinhos por qualquer coisa ou entre vocês mesmos, me falam a que bando me tenho que integrar ... eles não paravam de me olhar como assustados, outros se riam, outros sérios, outros com raiva. Falei, si aqui vamos a lutar vamos a lutar por coisas importantes para todo mundo, não por roubar, uns têm um

boné, um terno, a vida vale muito para que vocês a tirem por qualquer coisa, vocês matam a pessoa que sai a trabalhar, a que chega, matam porque sim e matam porque não, isso é horrível, na igreja as vezes celebravam missa com 3 ataúdes. Falei: Eu vou lutar com vocês e vocês vão fazer meu exército, mas vamos lutar por outras coisas. Eles me perguntaram então você que propõe, eu falei que nos devíamos unir a trabalhar pelo bairro e deixar a bobagem de estar matando as pessoas. Vamos a falar com o governo para que eles nos ajudem, foi nesse momento que nos deu a mão o governo.

Então foram cambiando as cosas, se conformou uma mesa de negociação bem constituída com representantes da Igreja, a polícia, setor educativo, a comunidade, empresários e devagar fomos involucrando “os muchachos”. Eu falo uma coisa para vocês: quando você logre que um violento se sente na mesma mesa a compartilhar uma “agua de panela” e uma torrada, já você ganho ele, já o tem de sua conta, porque eles são ressentidos, mala classe.

No processo de negociação do ano 2002 muitos deles entregaram as armas, outros se foram daqui e outros os mataram. Já não se escuta um tiro, nem mortes violentas.

Transformações territoriais: sono do que ainda não acordamos, passamos de um martírio, crueldade, desassossego à completa calma

Santo Domingo começou a viver bom depois da construção do Metrocable, nesse então eu era da Junta. Este bairro só tinha uma via de acesso, se um carro ou moto tivera algum problema se forma um problema maior porque as ruas são muito estreitas. Ano traz ano nós rogávamos e mandávamos cartas aos políticos para que construíssem uma nova via. Aproveitamos a construção do Metrocable para voltar sobre o tema das vias. Nesse momento montaram um posto de polícia com 80 polícias, e uma base militar com 180 militares. Isto nunca antes se havia visto no bairro. Eles fizeram amizade com nós os adultos maiores e estava muito pendente de todo o que passava no bairro. Aí começo o câmbio, a pacificação: nunca mais ameaças, *balaceras*, roubos, ainda os muchachos continuam existindo como bandas comuns do bairro, nos conhecemos, sabemos que eles têm por ali suas coisinhas guardadas, e são os que cobram o arrego.

A gente sabe que eles trabalham, uns em construção, outros de motoristas. Eles sabem que os mais antigos os conhecemos, sabemos quem foram, nos respeitam. Nesse momento há dos bandos, um a polícia, outro “os muchachos” que controlam o gás, as arepas, os ovos, isso quer dizer que aqui não pode vir um carro vendendo esses produtos, os donos das tendas sabem que têm que comprasse-los a eles, aos preços que eles estipulem. Eles têm um modo de subsistência que não é violento como antes que entravam às tendas e matavam ao dono. Agora é diferente. Todas as empresas transportadoras têm que pagar \$25.000 semanalmente, menos Metrocable. Em frente a essa situação as pessoas estão divididas porque umas querem denunciar, mas não o fazemos e há outras conformistas que dizem que de todas formas têm que comprar gás, ovos, arepas sem importar quem os vende, “os muchachos” ou as empresas. “Os muchachos” compram ao por maior esses produtos e os vendem nas tendas com um valor maior, mas não é caro, não nós parece que seja caro. A “rapadura”, por exemplo é vendida 200 pesos mais barata. Nós já temos falado desse tema com o padre em reuniões não oficiais, mas analisamos que de todas formas temos que comprar os produtos sem importar quem o vende, mas na venda de muitas unidades é que se vê o ganho.

“Os muchachos” também têm incidência nas relações dos casais sempre e quando os chamem para solucionar alguma coisa. Não chamam à polícia porque eles se demoram e pedem testemunhas, enquanto “os muchachos” chegam rápido não com uma arma não mão como era nos anos 70 e 80, agora eles conversam com as pessoas que têm o problema e fazem conciliações e acordos que devem ser cumpridos, fazem ameaças caso não cumprir. Eles ajudam também quando há alguma pessoa doente que mora no morro até onde não chegam os carros, eles vão e auxiliam as pessoas e as trazem até o centro de saúde. Todos aqui somos

solidários com qualquer que o precise, sem importar a hora, todos nós ajudamos, por exemplo todos os que temos carro nesse bloco (que somos a maioria) ajudamos aos outros.

Na prefeitura de Alonso Salazar eu trabalhe com ele durante 1 ano com atividades com os re-insertados, ganhava \$1.000.000. Eu me reunia com eles três vezes por semana na sala da Junta de Ação Comunal para fazer manualidades, eu também tinha que assinar um vale para que lhes pagaram aos muchachos \$ 600.000 por participar nas atividades.

Depois do Metrocable chegou o PUI com o progresso para o bairro com a biblioteca, o CEDEZO, a casa de justiça, os colégios com educação de qualidade (Antonio Derka).

Desde 201 só na centralidade tem gás, foi uma odisseia, foi um convenio com políticos que intermediaram para que emprestaram o serviço.

Um sábado de quinzena aqui não cabem as motos nem os carros. Meus filhos têm dos motos e dos carros e muitas vezes não têm nem onde estaciona-las e eu tenho que brigar com eles. À noite não temos por onde caminhar de tanta gente de toda parte, fumam maconha, veem grupos de homens vestidos de roupa preta com música alta. Em frente à perturbação os moradores se unem para ligar à polícia.

No morro há muita gente nova. Antes havia muito roubo, a gente não podia sacar a roupa ao sol para secar porque quando ia pega-la já não estava. Agora com tanta segurança não se perde nada (polícia em patrulha, carro, moto, a pé).

TAL, Fulana de. Entrevista V. [abril 13/2016]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín.

Origens do bairro

Ocupação ilegal, luta pela construção dos bairros desde as entranhas individuais e coletivas em prol de uma melhor vida para a comunidade.

Violência

Los poderes das “arepas”

Transformações territoriais: desenvolvimento em mobilidade urbana e espaço público

O sentido de Parque ao bairro foi uma proposta realizada por uma equipe constituída desde o começo da abertura da biblioteca. A pretensão era que os serviços da biblioteca fossem descentralizados dos prédios construídos e se estenderam até as comunidades dos diferentes bairros do setor Santo Domingo Savio. É dessa forma que se atinge o sentido social do espaço público, nesse caso da biblioteca que não é só infraestrutura, ela é vida. É estranho que só agora com o seu fechamento a proposta seja implementada, e é doloroso que a institucionalidade tenha desatendido o chamado da comunidade, mas é bom saber que está em andamento e que pode funcionar segundo as necessidades das comunidades. Hoje essa medida aparece como panos de água morna em frente de um processo que posso ter sido bom desde o início de sua inauguração.

Isso acontece porque as dinâmicas administrativas prevalecem sobre as sociais, isto é, sobre as necessidades reais das pessoas, porque se conforma em ficar em quatro paredes e não sair nem se trasladar até as comunidades.

Relações comunidade-governo: descontinuidade institucional e de processos, social, temporalidade da transformação, estratégia social do PUI, relação entre biblioteca e necessidades da população

A confiança no só se gera com a construção de uma grande infraestrutura como a biblioteca Espanha, esta se deve sustentar no tempo com presença efetiva, com o diálogo para o reconhecimento das necessidades da população, e isso não é o que aconteceu com a prefeitura. Posterior à construção da biblioteca com toda a briga que se desenvolveu nós atingimos a construção de casa de justiça. É difícil quando as intervenções não partem das necessidades das pessoas.

Desde o ano 2000 começa o grande processo de transformação no que tem a ver com o espaço, equipamentos públicos e mobilidade urbana que transcendeu fronteiras, mas isso não é o mais importante, o mais importante é a sustentabilidade do construído, a continuidade do pensamento e da vontade política que vai mais lá do mantimento das obras, tendo a ver com seu cuidado no tempo, com a prolongação das ideias de cambio e com o fortalecimento da organização social. O anterior implica que é importante o reconhecimento da continuidade dos processos sociais impulsados, mas isso é o que não aconteceu com o PUI nesta zona. Esse assunto fratura processos e a mesma comunidade.

Círculo vicioso. As consequências da descontinuidade não só é o abandono, o lixo, o descuidado, a bandagem dos espaços públicos, é também a diluição de ideias, de projetos, de poderes, de pessoas que se vão perdendo, se sente como uma espécie de fracasso que descoraça, mas ao mesmo reconstrói porque regeira fazendo reflexionar o porquê do estado das coisas, fazer também explodir processos, gera novas situações que reorientam a vida.

O erro do governo, das instituições é não se aproximar à população para perguntar o que eles precisam. Nós temos muitas famílias sem água, sem energia, sem teto, que moram na absoluta pobreza, que passam fome. Por isso cimento é bom, mas com referência às necessidades da população, cimento sem sensibilidade social significa não apropriação. Por exemplo, nós sabemos que o espaço da construção da biblioteca é estético e se localizou ali para que se viesse desde qualquer parte de cidade.

Estratégia social do PUI foi importante porque se intervieram todos os setores do território, mas se invisibilizaram as lideranças tradicionais dos bairros não só silenciando suas propostas, também não dando continuidade aos processos

Estratégia institucional: invisibilização agente social

Muitos dos processos derivados do PUI tiveram grande carga emocional, desgaste jurídico e falta de liderança da organização social (para conduzir processos) que impactou negativamente os processos de luta ao fazer que a organização, a participação e a luta se cansaram e desistiram no tempo. Isso é claramente uma estratégia de desgaste social. Exemplo: o espaço que fica do lado da biblioteca foi desenhado como espaço público com fonte de água para que as crianças brincaram, mas não ficou assim, nós insistimos muito, falamos muito, investimos muito tempo, mas não foi feito o comprometido. Ninguém respondeu. Pode ser que para eles o parque seja qualquer coisa mais pra nós o parque é significativo. Por isso hoje nós apropriamos desse espaço de muitas formas, segundo o que queiramos fazer, muitas vezes sem licença da prefeitura.

Si internamente as organizações sociais estamos fragmentadas é muito difícil atingir processos de apropriação dos espaços públicos.

Em frente à falta de escuta do governo então a comunidade age até o limite tendo que se encadear para que a escutem.

A liderança também deve estar preparada para assumir os processos em andamento, mas essa parte é fraca aqui pela convergência de agentes, pelos interesses individualistas, solidão das lideranças, fragmentação social, sede de poder, pela descontinuidade da vontade social, pelo silenciamento e invisibilização social. **Para que não se dilua nossa voz:** A luta deve-se fazer pelos interesses coletivos mediante o reconhecimento e expressão de dores (atores armados pedir perdão às famílias), a escritura crítica e construtiva do que está acontecendo, a avaliação e seguimento dos processos, contar histórias, expressar formas de resistência para não calar a luta e si para visibiliza-la como murais com nomes de nossos mortos.

Entendendo os momentos das transformações: antes, durante e depois da biblioteca, casa da justiça, Cedezo, rua Puerto Rico: entre mudanças nos imaginários e nas práticas sociais: apropriação, história

Antes que a biblioteca existisse os bairros tinham diferentes lugares para que as pessoas fizessem suas tarefas acadêmicas, consultas e demais. Nesse momento dispomos de uma boa infraestrutura que devemos aproveitar e por isso a biblioteca deve estar perto das pessoas, mas também as **pessoas e a comunidade devem entrar**. Tem escutado muitas pessoas falar que não entram à biblioteca porque não sabem ler nem escrever então para que ir lá? Ou que não vão à casa da justiça porque é a casa da injustiça. Acho que si minha visão é essa então é importante eu me apropriar desse espaço que já existe e começar a conhecer que outras coisas tem a biblioteca para mim, o que posso fazer para que a casa da injustiça vire em casa da justiça. As vezes ficamos distantes falando só desde nossas perspectivas. Esta bem, trás a biblioteca teve um monte de despejos, brigas, processos sociais difíceis de entender, mas devemos reconhecer que agora ela está aqui, que também trás bem-estar e que é preciso nos

apropriar dela por interesse próprio, no meu caso pelo literário mais também pela possibilidade de conhecer gente nova, de me sentar e poder pensar e olhar a cidade desde ali, de me reunir com integrantes da Mesa ou de outras organizações. Quando a biblioteca chegou ao bairro nós nos aproximamos a ela como organizações, mas continuávamos com o trabalho fragmentado. Ainda a comunidade não foi consultada sobre o projeto da biblioteca nem sobre o lugar de construção temos que querê-la por já está ali.

Entender o processo do parque biblioteca não é fácil. Agora nós podemos observar três pedras pretas, mas os processos sociais intangíveis que se mobilizaram ao redor dela continuam doendo, as dificuldades para emprestar um auditório para nos reunir. Desde o começo tentamos que não fosse algo esquisito no bairro e eu fui querendo a biblioteca apesar dos despejos forçados pela decisão da prefeitura, das mortes, das desconsiderações na negociação dos prédios, da saída das pessoas e famílias do bairro. Por isso não é fácil querer a biblioteca da noite à manhã.

Ainda no processo participativo nós falamos da importância do componente histórico na construção dos espaços a prefeitura não o incorporou nem o teve em conta na apropriação, não partiu dele como referente. Durante o processo participativo de oficinas de imaginários nós apoiamos muitas coisas porque esta comunidade tem sido desprotegida desde seus inícios e era preciso aproveitar o investimento em educação, corredores turísticos espaços públicos, mas é necessário reconhecer a imposição que ali se deu.

Por exemplo, a prefeitura decidiu sobre a construção do CEDEZO, mas não teve em conta o que significava para a comunidade o espaço destruído: um bloco imenso onde funcionava uma porqueira onde se criavam porcos, culturalmente esse espaço tinha um significado pra nós que com a intervenção se perdeu. Nesse caso não se deu transcendência à história, ao significado do espaço, isso faz com que se perda o sentido das obras, do cimento.

Rua Puerto Rico. Você sente o ambiente de cidade pequena ao caminhar por ele e nunca se restituiu o seu sentido histórico. A história dos bairros se está perdendo também porque os meninos que fazem o percurso com os turistas narram uma história do bairro baseada num discurso institucional: quem construiu a obra, que a construiu, não falam o que se fazia primeiro nesses lugares (escutar a gravação das crianças com turistas).

O uso dos mesmos espaços é muito difícil, não sendo um espaço social. Por exemplo, quando a comunidade quer festejar alguma coisa com tarimas, jogos, brincos tem que levar um monte de documentação à prefeitura para pedir licença para o uso do espaço, esse processo é muito desgastante e por isso nós usamos sem pedir licença porque não estamos fazendo nada mal. Nós nos temos ido apropriando sem importarmos dos tramites que dificultam o uso.

A Mesa também se tem apropriado com atividades sociais nos espaços que ficam ao redor do Metrocable e não tem sido fácil, ao começo foi difícil porque o pessoal nega o uso, mas nos insistimos, insistimos até que atingimos, acho que é um assunto de apropriação mesmo. Também aconteceu com o uso da biblioteca e os espaços vizinhos.

A ponte de guadua que caiu hoje é apropriada por agentes que consomem substâncias psicoativas

Ao mesmo tempo temos de reconhecer que a chegada da institucionalidade com o PUI foi positiva porque trouxe inúmeros benefícios e desenvolvimento para a comunidade: ajudou muito na diminuição da violência por isso hoje podemos caminhar e sair com tranquilidade a qualquer hora, meio de transporte e biblioteca assim fora para atender necessidades turísticas, fortaleceu e contribuiu com processos de reestruturação social e do tecido humano, na mudança do pensamento das pessoas. Mas fica uma pergunta, de que forma chega a institucionalidade, chega para fazer grandes investimentos e ficar gerando bem-estar ou para fazer processos que depois se esquecem, não são sustentáveis, o desenvolvimento não foi

sustentável. O PUI trouxe desenvolvimento com as diferentes intervenções para os bairros, mas pra nós é muito difícil manter esses processos.

Construções como a casa de justiça aproximaram a prefeitura à comunidade ao ter um lugar que empresta os serviços que antes estavam concentrados no centro da cidade e que agora se encontram aqui no bairro. Isso muda o pensamento das pessoas em frente à institucionalidade, antes longe agora perto.

A cidade se abrindo. O Metrocable possibilitou que muita população pudesse aceder à cidade, a seus serviços e dinâmicas, assuntos que no bairro era impossível ter. Hoje é possível que nós estudemos, hoje podemos sonhar. Hoje si podemos. Tem-se dignificado a nossa vida. Damos conta que podemos fazer muitas coisas, que temos muitos por fazer. Muda nossa mentalidade, entramos ao global.

Espaços de morte. O lugar onde fica a biblioteca nesse momento era um terror, um lixo de pessoas mortas. Devemos ter em conta as coisas más das intervenções mais também as mudanças positivas porque as construções não só tiram memórias e histórias boas, também despejam práticas negativas. A construção de obras sem sensibilidade social, sem continuidade, apresentados como novidade num determinado momento (festas para a entrega da obra: Mingos) poderia explicar a falta de significado dos espaços construídos para a população quem os habita como espaços estranhos, isso também poderia explicar porque não todas as pessoas dos bairros se apropriam da biblioteca.

Eu existo na medida em que me aproprio dos espaços, não só porque moro no bairro, mas porque o aproprio.

Agentes em diálogo construindo a cidade a várias mãos

Ao começo do processo participativo muitos setores da comunidade e da prefeitura nos sentamos a falar com muito entusiasmo sobre como seria a transformação, falamos do projeto de moradia de interesse social, de suas implicações, das obras a construir, dos corredores de viários, da integralidade do projeto. De todo o que eles nos falaram finalmente fizeram muito pouco.

Centralidades. De quem é Santo Domingo Savio? Antes e depois

Antes das transformações o bairro não era da comunidade sobre tudo à noite éramos escondidos, com medo, não podíamos sair, os donos eram as balas e a morte.

Agora é um espaço de todos, de quem está e existe nele, de quem desce do Metrocable, de quem investe aqui.

Supostamente o bairro contém famílias localizadas nos estratos 1, 2 e 3, mas os custos são altíssimos.

Comercio local ativo para as famílias do bairro.

Ainda moram muitas pessoas de tradição do bairro e há também muita gente nova, flutuante.

É preciso percorrer outros territórios por fora das centralidades que se aproveitam dos serviços disponíveis nela.

A falta histórica de espaços e equipamentos públicos, de bens e serviços nos diferentes bairros e sua dotação e concentração em três pontos específicos da zona nordeste localizados no eixo do Metrocable está gerando conflitos no uso e apropriação derivada da pouca oferta em frente da grande procura da população que coexiste no espaço pequeno: a população moradora, da zona, os habitantes do resto da ciudad e os turistas estrangeiros. A pressão sobre os recursos naturais como a água e a energia, a procura por alimentação, educação, comercio, por mobilidade urbana tanto de pedestres quanto de veículos e animais, a congestão veicular, a inadequada disposição de resíduos sólidos, a contaminação auditiva y visual, o uso de espaços e equipamentos públicos com fins privados e públicos é notória. Santo Domingo está assumindo toda essa carga. Essa pequena praça que você vê ali os fins de semana vira espaço

de todos por ser o único espaço atrativo de Santo Domingo para pessoas que moram nos outros bairros. Não sabemos o que vai acontecer com essa situação.

Temos contradições porque a biblioteca de 8 andares tem água, mas você caminha 5 minutos dentro dos bairros e se encontra com famílias sem água: iniquidade social.

Geram-se novas precariedades urbanas?

O PUI capitalizou espaços públicos, ampliou um novo conceito do valor, gerou a vinda de serviços domiciliares concentrados no eixo do projeto, mas ao mesmo tempo se descuidaram outros assuntos associados com a forma como foram despejadas as pessoas que muitas delas construíram um barraco na esquina. As pessoas pobres estão chegando à parte alta do morro. Criam-se periferias dentro das periferias. Criam-se novas necessidades que antes não tínhamos apegadas ao transporte, que é bom, mas quanto tem problemas gera problemas graves. O PUI reestruturou a vida de muitas pessoas, as consciências, o valor das coisas, a vida mesma, ampliou o conceito e a prática da legalidade ainda muitos não a praticam, entrega e cuidado dos espaços.

Reiterar às novas prefeituras o descuido dos processos do PUI na zona durante as prefeituras de Salazar e o seguinte.

Santo Domingo no futuro, como é visto, para quem o progresso. Por economia muita se vão para melhorar sua qualidade de vida o por aumento no custo de vida. O desenvolvimento afasta gente, isso não se justifica, não se justifica que o progresso ou o desenvolvimento afaste as pessoas dos bairros. Mas essa não é a situação de Santo Domingo agora. Zona de alto custo, de alto investimento para poder se intervir publicamente, como fizeram como a biblioteca, mas as pessoas não podem construir outros andares porque é zona de alto risco.

Carrera de observação para apropriar os espaços. Reconheçamos a Mingo foi ideia da comunidade, mas a institucionalidade se apropriou dela.

TAL, Fulana de. Entrevista VI. [maio 16/2016]. Entrevistadora: Lilibiana María Sánchez Mazo. Medellín.

Transformações em processo. A participação no projeto: uma emergência necessária

Processo permanente. Esse processo participativo teve uma dinâmica constante

O lugar da participação no PUI. Nenhum projeto implementado na zona nordeste tem sido acordado com a comunidade, todos os projetos que chegam de fora já estão prontos, desenhados.

No caso do PUI-nor, as oficinas de imaginários foram uma “ferramenta protocolo”, os “imaginários eram programáticos” porque os desenhos já viam prontos dos arquitetos e engenheiros. Era muito difícil que a população que estava participando conhecesse assuntos técnicos. A resposta à pergunta pelo queríamos em nosso território transcende as nossas condições porque implica reconhecer à integralidade das obras a construir, em termos técnicos e sociais (o que elas implicaram na vida das pessoas), então, dessa forma, a participação torna-se superficial e legitimadora de um projeto programático, já concebido e estabelecido (que atua de forma exógena), sobre o qual se nos consulta assuntos associados ao nome, à forma, ao que queremos fazer ali ou o que queremos que seja. Dessa maneira se subtraem ideias sociais que legitimam processos que vêm de fora (**conjunção entre dinâmicas exógenas e endógenas**).

Por isso as oficinas de imaginários não podem ser a escusa para dizer que o processo foi participativo. A participação foi um canal de legitimação do processo, é dizer, de assuntos que já estavam decididos e que se impuseram (como a biblioteca), e de outro lado, de assuntos que nesse marco, ainda estavam por decidir. Nossa participação implicou que nós autorizamos que algo entrara e fizera parte nas nossas vidas. Nós legitimamos o PUI ao assistir a espaços públicos programados para conhecer o que ia ser feito, mas não para decidir pelos espaços a serem construídos, a decisão de fundo já estava tomada, de fato para nós foi uma decisão restrita, delimitada a uns interesses preestabelecidos. Foi dessa maneira que se deram as combinações e os acordos. Por exemplo, nós nunca pedimos a construção dessa fonte de água, espaço que hoje é usado para outras atividades porque como fonte de água não serviu. Quando chove se inunda esse lugar porque os desafogues ficaram com problemas técnicos (Figura 1).

Nos encontros com gente da equipe social e técnica da EDU e com pessoal da comunidade (jovens, igreja, meninos, estudantes, comerciantes, representantes de organizações sociais, comunidade em geral,) descrevia o que ia ser construído, perguntavam a nossa opinião, e conversávamos ao respeito, nós avaliávamos e enriquecíamos o que eles traziam, isso é importante, mas a gente falava sobre coisas que já estavam prontas.

Mais que queixas, aprendizados do PUI-nor: para ser cada dia melhores

- Pela experiência vivida hoje já sei que o desenho e o investimento para a construção de um espaço público afetam todo, e durante o processo nós não fomos conscientes disso. Hoje já sei que há outros critérios a ser tidos em conta na construção de uma obra como o número de famílias que têm que sair pela construção. Contudo, reconhecesse nos espaços públicos construídos a possibilidade da transformação social.
- PUI permitiu o encontro de agentes contraditores. Poder tecer novos relacionamentos, que em processo, geraram articulação, confiança, respeito, o encontro entre agentes diversos para dialogar e discutir sobre assuntos em comum sobre um mesmo tema, escutar e reconhecer as outras dinâmicas dos bairros estimularam-se novos imaginários sobre nossos territórios que depois plasmaram-se em novas práticas. Teve enriquecimento pessoal e coletivo.

- As relações sociopolíticas que se tecem ao interior de um processo participativo têm que ser continuas e douradoras depois da intervenção, de modo que fortaleça a participação popular de base social. É preciso o apoio, a gestão, a ativação permanente de processos, que as negociações sejam coletivas. Isso não foi o que aconteceu com o PUI, este interrompeu, não permaneceu.
- A participação cambia o estado das coisas para melhor, com esforço e trabalho coletivo, conjuga o que é meu, seu e nosso, junta ideias em meio às diferenças.
- Caso o governo voltara nossos bairros com outra intervenção teremos que fazer o que não fizemos no PUI, participação desde o começo, durante todas as fases. O primeiro seria avaliar o PUI.
- Detrás da contratação da mão de obra popular. A implementação da obra deve ter em conta a ativação de emprego de mão de obra não qualificada, isso aconteceu no PUI, mas isso deve gerar autonomia e não cooptação, lealdades e compra de vontades. A JAC da época ganhou a contratação para demolir as moradias localizadas no local onde iria ser construída a biblioteca Espanha. Por sua vez, a JAC contratou muitos dos agentes, entre eles “os muchachos”, sendo assim que possibilitou que gente que se odiava por histórias passadas se juntara a trabalhar por uma mesma causa. Lembro-me desse tempo, agentes que simbolizavam a paz e a guerra trabalhando juntos num mesmo cenário, pessoas que no passado tinham assassinado familiar do outro hoje se olhavam para trabalhar juntos. Isso implicou processos de reconhecimento de erros e perdão.

Emergência de iniciativas comunitárias e novas possibilidades

Do PUI emergiram processos sociais gerados pela comunidade. No processo da biblioteca a EDU perguntou-nos individualmente por questionário: você venderia sua casa, sim ou não. A negociação individual tirou o poder coletivo para a reivindicação de direitos e o fragmentou. Teve despejos de famílias. Um grupo de pessoas, por fora da JAC, e em associação como o pároco do bairro Julian Dario Gómez, se opôs a o que eles consideraram como violação de direitos no processo de negociação de prédios para a construção da biblioteca. A consigna era que eles não se oponham ao progresso que implicaria a construção da biblioteca, mas sim aos atropelos visíveis na falta de informação clara, de sensibilização e nos critérios injustos sobre os quais se levaram a cabo a negociação da compra dos lotes.

A raiz desse contexto, todos nos juntamos e nos sentamos numa mesma mesa para discutir o problema e foi onde nasceu a organização social “Unidos por Santo Domingo”, que se constitui em apoio ao PUI não em contra como pensavam alguns, na medida em que tentava fortalecer o positivo e atacar o negativo. A mesa esteve integrada por representantes do comercio, da igreja, de organizações sociais, do governo, “dos muchachos”. Essa força social, fortemente apoiada pelo sacerdote Julian Dario Gómez Mejía, esgotou-se com o fechamento do PUI e com o traslado do sacerdote Julian do bairro, 1 mês depois que a biblioteca fosse inaugurada. Achou que o traslado do padre foi para minguar a atividade social do bairro dada sua grande influência, ele era uma liderança muito importante para mobilizar a comunidade em contra de atropelos. O sacerdote atual é de baixo perfil social, e ainda ajuda, não movimenta processos sociais com a comunidade.

Muitos foram os mecanismos estabelecidos para poder dialogar com o governo: mobilizações e protestos (pessoas encadeadas a umas das pilhonas do Metrocable), solicitar aclarações de informação, reuniões com secretários da prefeitura, interposição de direitos de petição, de comisiones accidentais. Quando eu me encadeei, o secretário de justiça falou que o governo não negociava com encadeados, ele não tinha razão, tiveram que negociar.

No começo a ideia era me encadear dentro da igreja, mas era mais impactante o encadeamento numa cabine ou colunas do Metrocable. Fiz isso com outros 3 companheiros não por estar em contra do progresso e sim pela violação de direitos, sendo a mais importante

não partir das necessidade da população: falta de sentido social das obras, incumprimento de compromissos, maltratou, não escuta, não pagamento justo do valor das casas, pelos despejos e a fragmentação dos grupos familiares ocasionada (integrantes de uma mesma família indo para lugares diferentes), o desgaste que tínhamos com os direitos de petição e de comissões accidentais no Concejo De Medellín. Produto desse processo teve implicações na minha vida individual: comecei a sofrer de problemas renais, perdi peso, e sociais: teve conflito com as pessoas da Junta de Ação Comunal que apoiavam e legitimaram a intervenção da prefeitura. Muitas das famílias foram embora para outros bairros da cidade ou para outros Estados do país, a uns deles se lhes melhorou a vida, outros não puderam comprar em outro lugar pelo valor que foi pago pela prefeitura então ficam de alugados. Conhecemos o caso de duas pessoas que faleceram de pena moral por ter que sair de suas casas: eles se sentiram atacados porque si assinavam para vender sua casa seriam expropriados.

Ganhos. Produto do encadeamento, a prefeitura me ofereceu trabalho, não aceite porque isso era uma forma de me comprar e de gerar benefícios individuais e não coletivos. Conformou-se uma comissão accidental para ser escutados pela prefeitura, negociar o custo das moradias, não remover às últimas famílias que faltavam por sair: lutávamos por proteger o direito à permanência da população no bairro.

A Edu aprendeu que deve fazer um bom processo de sensibilização e negociação na construção de obra pública.

Pela luta social também conseguimos que o 80% da mão de obra fosse gente dos bairros.

O PUI-nor como interesse institucional e programático teve uma duração de 4 anos, entre 2004-2008, mas sua continuidade como a execução de outras obras foi um ganho social produto da luta durante o processo. A construção das casas de Justiça foi ideia nossa, era uma necessidade muito importante e com sua construção: assegurávamos a presença permanente de entidades do Estado que protegem os direitos da população, promovem a boa convivência, o bem-estar familiar concentra serviços básicos como atendimento aconteceu porque nós negociamos.

“Unidos por Santo Domingo” como iniciativa comunitária, logrou que depois de 2007 o PUI continuasse e se prolongasse no tempo com a construção da casa de justiça de Santo Domingo Savio durante a prefeitura de Alonso Salazar, 2008-2011. Essa obra emergiu como ideia nossa, como necessidade da comunidade de possuir um local que concentrasse: inspeção de polícia, “bienestar familiar”, atendimento para a proteção de direitos humanos. Quando estávamos terminando o PUI com Fajardo combinamos a disponibilidade o investimento para a obra (300.000.000).

Também criamos o “Festival de Mingo” foi pensado como uma feria artesanal ao redor da qual se juntavam a associação de comerciantes, representantes de organizações sociais e comunidade em geral para ativar a dinâmica comercial do bairro. O CEDEZO e o METRO apropriaram-se da proposta e pretenderam institucionaliza-la. Não gostamos que fosse institucional por isso já não se faz mais esse festival. Um assunto é que o CEDEZO apoie o festival e outro que pretenda institucionaliza-lo coo sua prática. Pudemos fazer 3 ou 4 festivais.

Disputas, conflitos

As disputas têm a ver com a pugna entre a adaptabilidade do processo participativo e às exigências programáticas e institucionais em simultaneidade com as exigências e reivindicações de direitos por parte dos moradores. Da disputa entre interesses programáticos e comunitários emergira participação popular com decisão sobre o destino comunitário: escuta do governo, negociação, famílias que ficaram no lote onde foi construída a biblioteca, investimentos para a construção de casas de justiça, presença da institucionalidade na zona para a nossa proteção. O ganho foi que a institucionalidade chegasse e ficasse aqui, perto de nós.

Emergiram conflitos de interesses pela presença diversa de agentes no processo se fazendo evidente a fragmentação territorial porque cada um queria benefícios para sua comunidade específica sem pensar na zona como um todo. A isso somou-se à inflexibilidade do Pui evidente em não ultrapassar a linha do Metrocable como área de intervenção gerou tensão. Para nós é inconcebível que o desenvolvimento chegue só até um ponto concreto e que até uns quantos blocos dele continue a mesma pobreza. Por isso também falho o direito à igualdade e à equidade.

Nos nossos bairros acontecem coisas sem que nós as conheçamos. Por exemplo, com o fechamento da biblioteca, neguem explicou nada à população, isso é desrespeitoso porque eles entraram a nossa casa (o nosso bairro). Esse processo não foi fácil, sua entrada ao bairro foi complexa, só ficou um tempo e agora fecha. Esses processos devem ser entendidos pelos usuários e os habitantes mediante processos de sensibilização

Processo participativo

Não teve controle nem avaliação na pós-obra. A EDU terminou e saiu voando para começar o PUI de outra comuna, falhou o processo de apropriação dos espaços construídos. O que mais foi trabalhado foi a formulação, no diagnóstico e na execução não teve processo de sensibilização adequado nem de negociação.

Oficinas de imaginários. Os arquitetos estavam presentes para nos explicar assuntos técnicos dos desenhos, nos opinávamos, depois a equipe social ficava conosco nos explicando o processo que implicaria a construção das obras. Na próxima reunião o desenho voltava com muitas de nossas ideias, foi assim que se qualificou o projeto, na etapa de formulação.

Transformações. À volta ao bairro e à cidade depois do PUI. Ressignificação do cotidiano da participação

Mudanças individuais e coletivas. Teve câmbios na mentalidade das pessoas, no seu comportamento, gerou-se maior sensibilidade pelas necessidades sociais, e em consequência, afiançaram-se os critérios participativos para futuras intervenções.

O Cedezo um projeto de transformação empresarial que nem soa nem troa pela descontinuidade. Depois de finalizar o PUI-nor em 2008 teve descontinuidade pelo prefeito seguinte Salazar falou que não ia investir nada na comuna 1 porque não obteve votos, os moradores da zona não o apoiaram. Só se terminaram de construir equipamentos faltantes pelos compromissos e os investimentos já assegurados com a prefeitura anterior e porque a pressão social continuava. Tudo o que você está olhando ficou abandonado desde 2007.

Não mais participação de fora e imposta. Vigiantes do território. O abandono institucional visível descontinuidade da intervenção e na falta de manutenção dos espaços construídos na zona nordeste incide em que se derrubem processos sociais e em que se enfraqueçam relações sociopolíticas. Na atualidade as lideranças possuam critérios para se relacionar com o governo. Sua entrada deverá ser informada e com a aquiescência da população. Não se permite a entrada de nenhum agente que pretenda intervir o território sem a participação popular o que implica partir de suas necessidades, informa-la oportunamente, sensibiliza-la, demonstrar os benefícios sociais, ficar no território acompanhando os processos que ativam os espaços construídos.

Apropriação social. Os espaços públicos, com a capacidade de fecundar vida, são hoje entendidos como possibilidade para a transformação social, pelo qual as apropriações devem ser definidas pela mesma comunidade sendo os assuntos culturais os de maior repercussão.

No programa “Pintando a esperança” teve incidência empresas locais, tratava-se de desenhar imagens associadas à história do bairro em setores onde o PUI-nor não tivesse intervindo. Aqui em Santo Domingo se fizeram uns desenhos que hoje estão apagados (Figura 2) por falta de continuidade. Nós decidimos pintar de branco a parede e fazer outros desenhos com as crianças do bairro. E uma forma de reapropriar o esquecido, já não queremos ver essa parede porque sem continuidade não nos serve de nada. Em popular também aconteceu o mesmo. A arte é muito importante para nós.

Santo Domingo Savio como local de interesse turístico

Violência: controle urbano

As dinâmicas do bairro vão ao ritmo que os agentes ilegais imponham, eles orientam o que é possível fazer e o que não, os limites são estabelecidos por eles, por isso impera o poder ilegal. Reconhece-se que a presença da polícia pode ajudar em alguma coisa, mas com pressão da comunidade, se a comunidade relaxa-se, eles não fazem nada (relacionar o que tenho de todos os informantes). A polícia não estava presente no bairro desde a década de 1990 quando uma facção do ELN dinamitou a estação de polícia, os organismos de segurança foram embora. A diferença entre ambos os agentes é a efetividade com que respondem ao chamado dos moradores, dita efetividade é legitimidade pela população ao possibilitar que sejam eles quem solucionem os problemas cotidianos. “Os muchachos solucionam falando com as pessoas que têm o problema, chegando a ameaças e despejos, os organismos de controle mediante protocolos que nunca chegam a nada e demoram muito”.

Existem dos controles, um público e outro ilegal, ambos os armados.

De alguma maneira o controle urbano ilegal é promovido pelo governo porque si ele fizesse presença ou um acompanhamento efetivo à segurança da população os muchachos não cobriam arrego pelo estacionamento nas calçadas, nem extorquiriam aos tendeiros fazendo os preços dos produtos mais custosos para o consumidor, nem cobriam pela prestação da água. É a mesma desatenção do Estado a que gera estes fenômenos.

Nós não concordamos, mas ficamos calados, ou seja, também legitimamos seu acionar porque não podemos pôr em risco nossa vida. Mas às vezes não obedecemos: eu compro os ovos na Minorista e os subo escondidos assim não compro na tenda do bairro e às vezes, até vendemos aos vizinhos ao preço legal, sem que os muchachos fiquem sabendo.

Depois da intervenção diminuíram praticas violentas associadas com mortes, já se pode dialogar, antes não. Faz 10 anos não levantamos nenhum morto no bairro, antes eram 4 mortos por dia.

TAL, Fulana de. Entrevista VII. [18 junho e julho 11/2016]. Entrevistadora: Liliana María Sánchez Mazo. Medellín.

Intervenções informais

As pessoas têm construído seu habitat de maneira precária, o uso do cabalo era muito usado e ainda continua misturando-se recentemente com as intervenções urbanas formais do governo.

Disputas. Os tempos das consolidações habitacionais do governo eram uns, os da comunidade outros, conflito armado

Nós tivemos que brigar muito para que fossem construídas a tempo as moradias fazendo reuniões com a comunidade, direitos de petição, denúncias públicas pelos médios de comunicação, inclusive íamos nos tomar o Metrocable para que pudéramos ser escutados e efetivamente fomos escutados. Juan Bobo foi posso ser terminado com militarização do prédio porque as bandas existentes na época pediam as empreiteiras com pedido de material de construção. Por isso a obra teve que ser interrupta e para ser reaberta teve que se militarizar o prédio.

Teve dificuldades com o tempo que as pessoas tiveram que pagar aluguel enquanto construíam suas moradias, teve famílias que estiveram até 5 anos pagando aluguel e ainda era a prefeitura quem pagava as vezes não pagava e as pessoas tinham que sair. Esse assunto foi forte porque as pessoas sofreram muito.

“Eu sempre tenho pensado que se a comunidade soubesse toda a fora que tem quando se une lograva o que quer, mas acontece que quando as pessoas logram o que querem se dispersam e fragmentam, e aí acaba tudo”.

Mas tenho por reconhecer que a maioria das discussões das lideranças com a prefeitura são conjunturais, emotivas, orientadas a interesses individualistas, fragmentadas, sem visão de futuro. Isto é um problema na participação.

Disputas

- Lideranças comunitárias: organizações tradicionais e novos grupos de jovens que queriam pertencer ao processo. Os primeiros não aceitavam aos segundos.
- Entre lideranças e governo: pela causa de trazer o projeto pronto sem contar com a população. Nós não ficamos quietos, sempre estivemos atentos e informados sobre a intervenção, dessa forma a prefeitura viu que era necessária que a intervenção fosse feita conosco. Eu sei de outros PUIs nos que foi a prefeitura a que diz o que fazer e a população ficou quieta e calada. Pelo contrário, aqui tivemos que ter briga para poder ter alguma coisa pra nós.

Limites políticos administrativos

A intervenção chega até onde se tenham estipulados os limites político-administrativos, têm pontos na comuna que não são considerados parte dela, mas os habitantes usam bens e serviços.

Participação

Na comuna 2 há problemas sérios de ciúmes das lideranças. Por exemplo, uma liderança de um bairro não pode intervir em outro, por isso eu só participei na intervenção da Francia e assossorei na Andalucia à organização social de Juan Bobo.

Nós tivemos incidência no PUI porque brigamos e propusimos muitas coisas, por exemplo, demolição de obras que não queríamos ou que estavam mal desenhadas e não iam nos gerar

bem-estar, essa rampa foi construída para que a população descapacitada pudesse descer, mas quando eu vi o nível de inclinação, pensei, ele vai morrer se descem por ali, então falamos com os técnicos e demoliram o que tinham construído, iam também a demolir uma palmeira e nós nos opusemos porque era bonita e os técnicos não tinha licença para derruba-la, muitas obras foram mal construídas.

Realmente não era que a prefeitura tivesse a intenção de gerar um processo participativo, de fato trouxeram o projeto pronto, nós participávamos em oficinas de imaginários que complementavam ou modificavam os desenhos trazidos pelos técnicos, quando começaram a surgir dificuldades nos tiveram em conta. Se a participação se vincula desde o começo todo processo seria muito mais fácil e teria menos problemas.

No processo do PUI participaram diferentes pessoas com “liderança informal” com força, a liderança tradicional como as JAC não participou do processo na Herrera e sim em Juan Bobo.

Nós tínhamos um discurso informado do que ia acontecer, argumentado desde o conhecimento e a vivência no território e formado porque conhecíamos a normatividade. Por isso tínhamos força desde a mobilização.

É importante reconhecer como se transforma o habitat, como é sentido, vivido pelas pessoas. Quando a gente se apropria destes processos que transformadores é muito mais proveitoso pra todos, mas nós não temos uma cultura da participação, por isso é tão complicado lograr quer os habitantes tenham incidência nestes processos e em sua continuidade. Mas temos experiências que nos dizem que quando as pessoas nos unimos num mesmo propósito logramos o que nos propomos. Por isso as lideranças temos que estar informadas, formadas, capacitadas, organizadas e com respaldo das pessoas para poder dialogar com o governo e poder dar a discussão, a luta. Isto significa que estamos implementando o que diz a CPC, mas como o governo não vê em nós interlocutores validos, então fazem seus interesses. Se não for assim, não podemos construir nem incidir em nada, todo de cima para baixo e não de baixo pra cima. Isto é poder social. Dessa maneira, a participação não se esgota com a chegada do benefício coletivo, esta deve continuar.

Penso que nós temos muitas ferramentas para poder participar nas transformações de nossos bairros, mas as temos que reconhecer, usar, errar e voltar a usar. Assim somos coparticipes, mas para ser coparticipe as lideranças devem atuar em representação do coletivo, estar informados, formados e capacitados.

Qual participação, quem participaram, quem se incluíram na toma de decisões. Essas perguntas são importantes em frente dos usos dos espaços públicos atuais, do descuido, isso manifesta como se o espaço construído não fora das pessoas, como se não lhes importara cuida-lo.

A identidade se constitui com os lugares construídos pela população, pela via da resistência, defesa a luta. Essas lutas têm sido transformadas, hoje são outras. Devemos continuar lutando em frente de necessidades resolutas e as outras que se vão criando e emergindo. Construção do sentido novo do público, do comunitário, em meio às novas transformações, crises e às formas de vida. O tecido social, a gestão comunitária.

Novos agentes participantes

Os jovens não se estão sintindo recolhidos nos programas governamentais, por isso atuam em outro tipo de cenários mais desde o artístico, o cultural e o musical. O Centro de Integração de Bairro Santa Cruz foi desenhado pela população e implementação, dessa maneira, sua apropriação é de uso coletivo.

Mão de obra da comunidade

A contratação de mão de obra da mesma comunidade foi uma estratégia muito boa, mas também gerou dificuldades porque “os muchachos” das bandas também se vincularam e começaram a exigir o pagamento de arrego.

Impactos moradia

A regularização fundiária do PUI ocasionou que as pessoas investiram na melhoria de suas moradias que consideram próprias: fachada, construção de novos andares, moveis novos. Assumir novos custos do progresso: desde antes da intervenção as pessoas pagavam os serviços públicos domiciliares. Não se observa que o econômico seja o ponto de inflexão, mas sim o convívio em comunidade gera problemas (barulho, brigas, individualismo, colocar roupa fora ainda não é permitido é uma prática que continua imperando)

Na Herrera cada bloque tem um administrador diferentes, e, por conseguinte, nomes e regras diferentes

O PUI diz que nos 5 primeiros anos as pessoas não podiam vender nem alugar, mas teve gente que não cumpriu pela falta de controle do Estado.

Em oficinas de imaginários as pessoas solicitaram que nas construções dos blocos de moradia foram fogões de lenha e espaços para jogos como possibilidade para os habitantes se integrem em atividades comunitárias

O PUI tinha também um componente de empreendimento, por isso capacitaram algumas pessoas que tinham pequenos negócios e prometeram que, entre eles, iam fazer um sorteio de locais comerciais construídos, que nunca foram adjudicados, e que hoje ficam fechados. A JAC da Francia fica longe daqui e não tem nenhum interesse nesse tipo de tema e a JAC de Andalucia são interesseiros e também não tem feitos nada.

Vimos a ampliação de uma moradia “ilegal” que fica próxima da consolidação habitacional, no espaço vazio lugar onde as crianças aproveitam para brincar, situação que incomoda à família porque não deixam dormir. Perguntamos para os donos sobre a construção e eles responderam “sabemos que não se pode fazer, mas o estado não controla nada, e quando eles construíram essas casas prometeram-nos queriam melhorar a nossa casa e como o dono do segundo andar morreu e acabou o investimento, por isso, eles não fizeram nada” esta casa, por exemplo, ficou em planos. Nas melhoras de moradia propostas pela prefeitura teve melhoria sim, mas também deixaram processos iniciados sem janela, sem portas, sem tetos, as pessoas que se organizaram lograram que eles arrumaram algumas coisas, mas os que ficaram calados a casa ficou assim.

Vimos outro espaço vazio onde “os muchachos” construíram barracos para a distribuição, armazenamento e o consumo de droga.

Por falta de controle do Estado já se ocuparam de novo espaços vazios deixados pela prefeitura. Muitos processos e projetos que ainda estavam orientados no POT ficaram interrompidos pela descontinuidade governamental.

Ainda tem apartamentos que não entregaram às pessoas

Juan Bobo

Ainda o processo foi similar ao de A Herrera, marca-se uma diferença na temporalidade de execução (construiu-se primeiro JB), no nível de precariedade (precariedade muito maior à de A Herrera porque as pessoas moravam praticamente na quebrada e jogavam todo lixo nela, não tinham nenhum nível de consolidação, era só barraco, a intervenção foi na mitigação do risco por inundação), no processo participativo (participou JAC: lideranças fragmentadas, sem representação na base social, desunidos, com muita briga entre eles porque falavam desde o sentimento e não desde o conhecimento, as lutas com a prefeitura caíram-se, a luta foi

individual não coletiva) e em apropriação social do espaço construído (os problemas de lixo na quebrada continuam, falta sentido de pertença, o construído está deteriorado, não é cuidado nem lavado, o governo não faz mais presença). Talvez a forma de vinculação das lideranças ao processo durante o processo explique a falta de sentido de pertença e de apropriação atual em Juan Bobo. (Teresa participou no processo de JB, buscar em atas).

Uma forma de resistência é não se apropriar do espaço construído por não ter sido considerado durante o processo. Isso se observa tanto em JB quanto em alguns dos outros espaços públicos.

Na Herrera não jogam lixo na quebrada pela existência de carro coletores, em Juan Bobo sim, a figura 2 observa-se limpa porque jogam colchoes, camas e outro tipo de lixo pesado.

Impactos no comercio, rua 107 entre tranquilidade e progresso. Para quem mora na 107 é um inferno para que tem comercio é progresso

Antes às 8 da noite todo era muito solzinho e perigoso, as pessoas sentiam medo de serem assaltadas, agora não, as pessoas podem sair as 24 horas do dia, em qualquer momento se nenhum problema.

Antes da intervenção a oferta de comercio de era mínimo, eram negócios era de 19, tínhamos que caminhar muito para comprar algum produto. Trata-se de um lugar que gera oportunidades de melhora da vida para pessoas do bairro e de fora. Por isso, agora se vêm muitos carros bonitos e muita congestão, antes não era assim. Com a intervenção mudou muito todo, agora é praticamente impossível encontrar uma moradia só de usos residencial, todo é venda de serviços variados.

A intervenção dessa rua dá a ideia de progresso pelo viés econômico, dessa forma, gera-se emprego (local e de fora) e dinamismo econômico (Os moradores do setor não tinham capacidade de montar negócios, por isso preferiram alugar e ir embora). Mas também tiveram que sair muitas pessoas que alugaram ou venderam a pessoas que não são da comuna. As poucas famílias que ainda moram nessa rua sofrem as implicações de viver numa zona comercial: barulho, apropriação das calçadas por veículos e comercio informal. Há casa que se estão vendendo faz tempo e não é comprada por esse problema.

Remoção por obra pública

Removera-se história com a demolição de moradias consolidadas e barracos, a remoção de pessoas, de processos. Vêm mais remoções e transformações associadas a novas intervenções urbanas planejadas no Bio 2030 como: “Cinturon Verde” ou Jardim Circunvalar (na parta da cima da montanha), Rio Norte articulada a Parques do Rio, sete Planos Parciais (na parte de embaixo, próximo ao rio Medellín). Ainda se ser intervindos já começaram a chegar grandes supermercados à zona, shoppings como “Fazenda do Rio Norte”. Com todo isso estamos muitos atentos porque sabemos que estão acontecendo transformações e nós temos que defender o nosso território.

Outros tipos de remoções geradas depois da intervenção

Algumas pessoas estão se indo do bairro pelo barulho, pelo perigo representado em ameaças, pela intranquilidade gerada nos bairros.

Pontes: por fora do PUI

Antes os bairros não estavam conectados, agora com a intervenção temos sendeiros e pontes que os conectam. A configuração do terreno e as demandas da população fez em que em alguns momentos a prefeitura tivesse que modificar o PUI. Ainda que a ponte “O Mirador” não estivesse projetado no PUI e fosse construído como uma necessidade para poder passar os

materiais de construção até o lugar da consolidação habitacional, a obra possibilitou a articulação, resgate de amigos, de relações, mobilidade urbana pedestre e de motos. Nos envolvimos a encontrar.

Conflito Armado – polícia controle dissimulado, Violência escondida, territórios controlados.

De muitas bandas à colonização quase total da cidade por parte de única banda os Triana, que cooptou as bandas existentes que logo sumiram, a disputa é com o Estado e de maneira diferente. As bandas são mais organizadas que o mesmo Estado, têm níveis jerárquicos, desse modo, existe um chefe de zona, de setor e de bairro. Este espaço, por exemplo, tem características de apropriação interessantes: é um lugar de consumo de drogas de menores de idade e jovens, os quais moram, em sua maioria fora do setor, ou seja, não são habitantes do bairro. Isto acontece porque aqui não tem liderança neste momento, então não há quem organize e pelo abandono é total por parte de governo

A polícia é uma figura de adorno nos nossos bairros, não tem controle, simulam que tem controle, não soluciona os problemas das pessoas enquanto se você liga para “os muchachos” o problema é imediatamente solucionado. Os muchachos abordam às pessoas de forma diferente, antes o modo de relacionamento era pelo viés da morte, o maltrato e a ameaça. Agora eles primeiro te falam sobre o problema e o que a pessoas deve fazer para solucioná-lo. Os muchachos não gostam que os habitantes liguem pra a polícia quando tem algum problema, eles mesmos dizem que liguem para eles primeiro. Um habitante falou que teve um problema com um vizinho e ligou pra a Curadoria, como eles nunca resolveram nada, então falei com um dos muchachos, ele solucionou o problema e me diz que quando tivesse algum problema os chamasse a eles primeiro.

Nesse sentido a institucionalidade não é a primeira opção. Isso acontece porque em Medellín as bandas fizeram um pacto com a prefeitura de Alonso Salazar entre 2008-2011, o qual ainda se respeita. Dessa forma, eles têm que pedir licença a seu chefe para matar a alguém ou pra brigar.

Os muchachos resolvem os assuntos problemáticos do cotidiano da população

“Pildamos a licença pra brigar, pildamos luz verde”, uma liderança escutou dizer a dois dos muchachos que queriam brigar.

“Primeiro fala conosco” essa é a premissa básica de relacionamento para resolver os problemas.

Negociação com o governo Salazar: Se não temos mortos na cidade, a polícia não mexe com vocês, até agora eles têm cumprido.

Polícia serve pra fazer um simulacro de controle territorial “Eu tem visto a mesma polícia distribuindo drogas com os muchachos, por isso muitas pessoas ficam caladas sem denunciar nada, porque sabem que a polícia está do lado deles”.

Os percursos pelos bairros geram-nos sensações de risco e de incerteza, até quando será esta aparente tranquilidade. Ela, a violência, continua vinculando-desvinculado, legitimando-deslegitimando sua intervenção nos bairros. A tensão e o risco continuam se sentindo, são manifestas.

Todos os negócios (formais e informais) têm que pagar arrego aos muchachos. O primeiro que têm que fazer os comerciantes é tirar o dinheiro dos muchachos, depois o deles. O Estado abriu o território, mas não o resgatou do controle das bandas.

Apropriação dos espaços públicos construídos ausência do governo, disputa entre diferentes sujeitos. Lugar para a prática de esporte e consumo de droga, não dá

Quando o PUI construiu os poucos espaços públicos da comuna 2 eram muito usados pelas crianças, mas com a presença “dos muchachos” todo mudou. Aqui não temos espaços públicos, o PUI construiu poucos espaços públicos. Em alguns deles os meninos brincam de vez em quando porque as mães não deixam que eles venham por causa dos “muchachos” que vivem fumando maconha ali. Isso gera outro problema para as famílias que moram perto desses espaços porque todo dia o fumo entra na sua casa. Os espaços mantêm vazios e aí é onde aproveitam os muchachos para estar ali, pra fazer esporte e fumar.

Esse parque não é frequentado pelas crianças porquê de manhã eles estão se preparando pra ir à escola e à tarde o sol é insuportável, e à noite é perigoso, por isso não deixo ir a meu filho lá.

É comum ver adolescentes de 11, 12 ou 13 anos, de outros setores da cidade, consumindo drogas nos espaços públicos do bairro, eles vêm aqui com o uniforme da escola. Eles se apropriam de nossos poucos espaços, fazendo que as crianças não os frequentem, que não tenham sentido de pertença nem identidade com o construído pelo PUI.

O bairro a Francia não tem quase espaços públicos, são puras casa e nada mais. A placa poliesportiva não dá a basto porque todo mundo quer usa-la, sempre alguém está esperando turno para usa-la.

Ficam duas reflexões: o que nós fazemos pra evitar isso? O que faz a prefeitura? Porque eles constroem esses espaços, mas informam nem criam consciência nas pessoas sobre a importância de sua apropriação coletiva, depois não o mantêm, controle: corresponsabilidade.

É clara a disputa dos habitantes do lugar, dos habitantes de outros bairros e dos jovens consumidores de maconha pelo uso dos espaços públicos. Mas é importante refletir como as organizações sociais podemos gerar processos de apropriação desses espaços para fazer outras atividades: a arte, a música são estratégias muito forte para dar outro significado aos espaços públicos, nos distanciando de formas violentas e privatizantes de apropriação.

Alternativas sobre os usos. Qual é o sentido do público nessas novas transformações?

Espaços públicos tomados e dominados pelos muchachos e por pessoas de outras zonas da cidade para o consumo de droga: parque dos maconheiros. No percurso, quando passávamos perto deles, escondiam a maconha, e quando nós íamos, continuavam. Isso significa que a presença de outras pessoas os inibe e poderia se assumir como uma estratégia para resgatar os espaços. Descrever as Cargas (quais?) E os benefícios (quais?), é dizer, as externalidades não planejadas nem intencionadas pelo projeto, mas que se desenrolam pela intervenção (Falar do POT).

Transformações territoriais, a contradição impera. Detrás da transformação urbanística vem a transformação social. Os custos do progresso, transformações para quem

Antes nós não tínhamos acesso a quase nada, o pouco que possuíamos tinha sido construído por nós mesmos com muito esforço. Agora os bairros oferecem muitos serviços que atraem a pessoas daqui e da fora.

Conclusão

Entre alegria e tristeza. Alegria pelo progreso e a melhora evidente para algumas pessoas, possibilidade de uma vida diferente no mesmo bairro; tristeza pela contradição gerada nos processos de apropriação, uns se têm que ir para que outros novos chegem, uns usam o espaço público com atividades que privatizam e impedem o uso de outros.

... desarraigar, população que entra, que sai.... Porque as pessoas querem e não querem continuar morando nos bairros intervindos? Eu por exemplo sou daqui e mantenho aqui, mas

teve que ir embora porque me ameaçaram e porque meus filhos que já estão na universidade não suportam o barulho e a fumaça de maconha. O bairro antes não era assim, tinha consumo de droga, mas os consumidores que eram daqui mesmo respeitavam aos moradores, nós como lideranças falávamos com eles e éramos escutados e obedecidos sem problema. Mas como a intervenção abriu estes bairros ao fazê-los atrativos para gente de fora, é bem mais difícil falar com pessoas desconhecidas. Nesse sentido, o PUI foi bom porque possibilitou que nós tivéssemos escolas melhores, centro de saúde, moradias, mas fez mal porque abriu o território a dinâmicas e pessoas de fora, que vem aqui a fazer coisas que não querem que os vejam fazendo nos seus bairros. Os moradores ligam para a polícia, mas eles não fazem nada

Andalucia é o setor de maior consolidação da zona nordeste. Morar nesse lugar dava às pessoas o imaginário de progresso. Por isso quando demoleram as casas para a construção do Metro foi muito forte pela demolição de casas consolidadas, teve muitos mortos, “os muchachos” aproveitaram e venderam o material demoldo (portas, janelas, equipos sanitários). Dava tristeza quando estavam demolindo essas casas, era muito bonito. Isto foi muito bom, mas tbm com sangue.

Todo está mudando muito rápido nos bairros da comuna 2, cada dia há coisas novas, que ficam, momentâneas, que me assombram. Nosso cotidiano está cambiando rapidamente. Fazer estes percursos gera consciência porque trata-se de percorrer um lugar que é familiar desde uma perspectiva diferente.

Como seguir aprendendo... Como continuar resgatando a memória urbana, reconstituindo-a. A primeira escola do bairro foi construída pelos habitantes e não pela institucionalidade, a Igreja da Asunção.

A cidade popular tinha sido transformada pela ação conjunta de diferentes agentes. A defesa do território tem sido sempre premissa de gestão comunitária.

Como incide na transformação a mudança geracional

PUI: articulação de diferentes políticas urbanas e aprendizados de intervenções anteriores, Consolidações Juan Bobo e a Herrera

O PUI foi apresentado como um único projeto que articulou a construção de espaço público como eixo estruturante com ações de melhoramento integral de bairros na Francia e em Andalucia, mas nesses bairros não cumpriu a orientação da política urbana porque só foi construída moradia e uma ponte, sem equipamento comunitário. A implementação de experiências anteriores ao PUI trazem luz a alguns aspectos estruturantes da participação, no caso de Primed retomaram-se os Piz e do processo de regularização fundiária levado a cabo em 2003 pelo Politécnico Jaime Isaza Cadavid e a Universidad Nacional, o diagnóstico territorial derivado de oficinas de imaginários. A ideia desse processo, projetado a 2020, era intervir integralmente os bairros começando por no Santo Domingo Savio e a Francia, para com posterioridade se expandir aos outros bairros.

Juan Bobo, A Herrera. Entre interesses institucionais e sociais

Depois desse processo continuou o PUI, mas não seguindo um processo contínuo, tratava-se de outro processo que teve em conta alguns dos assuntos diagnosticados em moradia, serviços públicos domiciliares, espaço público, sendo tidos em conta na consolidação de Juan Bobo e a Herrera. Essas obras foram de alto custo porque foram construídos prédios no leito da quebrada (10 metros de distância), pela alta pendente do terreno localizado em alto risco recuperável e porque iriam ser construídas em tempo Record. Nas áreas de alto risco não recuperável construíram a placa poliesportiva e academias ao ar livre. As consolidações

habitacionais implementaram-se com a pretensão de limpar o leito dos córregos e eliminar o risco. Na Herrera construíram-se 126 apartamentos para serem habitados por pessoas que antes moravam do lado da quebrada e no entorno 85 melhoramentos de moradias: divisões, banhos. Tinham direito à moradia nova quem cederam o terreno para a construção (com subsídio completo), os que moravam no córrego da quebrada (com subsídio completo), quem moravam em condições de habitabilidade inadequadas, e finalmente, pessoas de além do anterior, tinham condições econômicas muito precárias. Essas últimas pessoas que foram adjudicadas as moradias tinham que contribuir com uma porcentagem do pagamento total do valor da moradia, sendo que muitos de eles não dispõem de renda fixa. É por essa razão que ainda esses apartamentos continuam vazios.

A ponte da paz que une os bairros Villa do Socorro y Andalucia estava planejada, mas a construção da Ponte Mirador que une Andalucia com a Francia não estava planejada.

Na Herrera deu resposta à necessidade da população e ao interesse institucional, mas não está claro sua implementação como projeto PUI o como projeto de melhoramento integral de bairros.

Na Francia se melhorou a escola “A primeira do Povo” autoconstruída como primeira escola do bairro, que agora é um colégio de qualidade, denominado Instituição Educativa Bairro Santa Cruz, localizada no bairro Moscu.

Interesses institucionais: em termos administrativos lograr boa imagem política pela gestão pública local (reconhecimento e visibilidade mundial), isso explica porque a intervenção foi feita no eixo do Metrocable desconsiderando o entorno imediato com a mesma problemática. A gente via que o interesse da prefeitura era mostrar a intervenção, vende-la a outros países como experiência novedosa, gerar uma boa imagem para o turista. Em termos sociais investir nos bairros pobres da cidade pagando a dívida social histórica e melhorar suas condições de vida.

Interesses habitantes. A população vizinha não intervinda dizia “E nós quando seremos intervindos?” Eu como liderança do bairro falava que a Herrera era a intervenção piloto, mas que segundo o POT e a prefeitura a 2020 continuariam as intervenções nas outras quebradas. Do bairro a Francia só interviram uma das 6 quebradas existentes, o resto ficou nas mesmas condições de precariedade e informalidade urbana. Tivemos casos muito tristes não só de pessoas vizinhas que ficaram por fora do limite da intervenção, lembro-me de uma senhora que no primeiro plano do projeto estava incluída para o melhoramento de moradia (foram construídas 126 unidades habitacionais novas e 86 melhoramentos de moradia), mas de um momento para outro não saiu como beneficiária porque mudaram o perímetro de intervenção e foi desvinculada (descontinuidade da política).

Orientação do PUI-nor, o construído na consolidação habitacional da Herrera na Francia, agentes armados

“Eu sabia que meu bairro tinha que ser intervindo porque depois da construção do Metrocable pela atração dos turistas, já que a prefeitura se preocupava muito porque o que estava embaixo se viesse bem”. O discurso institucional também se fundamentou em devolver às comunas a dívida social histórica que a prefeitura tinha com elas, dessa forma, na prefeitura de Sergio Fajardo investiu-se o que em 54 anos não tinha sido investido pelo governo, dessa forma a ação governamental voltou às comunas já não desde a ação politizada e clientelista e sim participativa: Para as comunidades era uma dívida enquanto para o governo um presente (9:55). Lembro-me que citaram as lideranças dos bairros a uma reunião para tratar um tema muito importante com a prefeitura. A arquiteta apresentou a proposta: tratava-se da construção de prédios no bairro A Herrera com subsídios federais, estaduais e locais. Eu perguntei pela

relação entre esse processo e o processo de regularização fundiária que tinha sido realizado pela prefeitura anterior, a resposta foi: serve de insumo, mas realmente este é um projeto diferente. Nas explicações oferecidas nos falaram que as famílias iam sair de suas moradias entre 3 e 6 meses e que a prefeitura pagaria o aluguel durante esse tempo.

O PUI construiu no bairro Santo Domingo Savio o CEDEZO, o Parque Biblioteca Espanha, corredor artístico da Herrera que liga comuna 1 e 2, no bairro Andalucia a consolidação habitacional Juan Bobo, construiu o passeio 107, Villa del Socorro construiu a ponte da paz, o “Parque da Imaginación” e em Villa Niza o “Parque da Transfiguración”, no bairro A Francia a ponte o Mirador (apresentado na mídia como elemento de transformação para a paz, mas não foi a necessariamente a construção da ponte a que gerou tranquilidade no bairro, ela ajudou sim, mas foi a confluência de vários fatores entre os quais destacam o pacto entre bandas que derivou na “colonização do conflito” ao ser uma única banda a predominante na zona, a negociação “Pacto Fúsil” entre governo e agentes ilegais) e a consolidação habitacional a Herrera. A construção da ponte foi antes da consolidação da Herrera, veja bem, a ponte não estava planejada dentro do PUI, mas sua construção foi necessária para permitir o passo do material até o lugar da construção. Nessa obra nós não participamos, mas sim tivemos presença na sua inauguração.

Particularmente a consolidação habitacional da Herrera teve impasses com os agentes ilegais por cobrar “arrego” à empreiteira e aos funcionários da prefeitura, eu como liderança mediava nesse assunto falando que o arrego estava muito alto que o diminuíssem porque a construção das moradias seria para os mesmos habitantes do bairro. Com a construção do Metrocable e do passeio da rua 107 tivemos muitos mortos porque os agentes armados pegaram como negócio a venda dos materiais da demolição das moradias, eles venderam as portas, janelas, banheiros. As pessoas venderam as suas casas ao Estado, sendo ele o encarregado do processo de demolição e transporte dos materiais das moradias, aí entravam na cena os agentes ilegais. O mesmo Estado permitiu o arrego e sabia do negócio da venda dos materiais das casas, mas não fazia nada.

A pressão social. De participação consultiva (convite para informar, dialogar) a participação propositiva (pela luta social)

Muitos diagnósticos e pouca intervenção.

Durante o processo eu entendi muitas coisas que antes não sabia, para falar com a prefeitura você tem que estar informado e ter argumentos para debater porque eles só falam em termos técnicos. Por exemplo, entendi que o PUI não fez um processo de melhoramento integral de bairros tal e como diz a política que deve ser feito, porque só se construiu e melhorou a moradia e um pouco o espaço público.

A participação desenvolvida foi uma e outra a que estava intencionada. A ideia era convidar a população a assistir a reuniões para contar o que seria o projeto, mas nas *comunas* 1 e 2, apesar de terem lideranças fragmentadas sabemos que o que seja com o Estado deve-se discutir, sabemos que com antecedência devemos construir acordos, ter clareza sobre os nossos processos, necessidades e aprendizados de outras intervenções. A prefeitura pensou nos reunir para contar o que iam fazer implicava “participação”, eles conformaram uns comitês técnicos e na hora de tomar as decisões nós não aparecíamos, eles tomavam as decisões (26:40). A prefeitura chegou com uma proposta e a comunidade lhe demandou outras coisas que colocou como premissa que se devia contar com a população porque também eramos parte do processo. Ainda finalmente se fez o que a prefeitura queria, nós pudemos, nesse marco, mudar muitas coisas.

Em frente dessa atitude cada *comuna* respondeu de maneira diferente. Em **Juan Bobo**, por exemplo, as pessoas eram mais passivas para discutir e debater, mas mais agressiva para se relacionar com a prefeitura (maltrato aos funcionários, roubos, impedimentos para entrar ao

bairro). **Na Herrera** nós não éramos agressivos, preferíamos estudar a norma (a universidade nos ajudava), dialogar entre nós e com os funcionários, estar bem informados para poder argumentar. Na Herrera tivemos menos problemas que em Juan Bobo. Na Herrera conformamos um grupo com pessoas interessadas em participar no processo, uns pertenciam a organizações sociais como eu que era Edil da JAL, enquanto outros não tinham filiação a nenhuma organização comunitária. Nós não tínhamos JAC nem Junta de Moradia Comunitária. As pessoas que participaram éramos os mesmos que morávamos aqui toda a vida, que crescíamos juntos, os que tínhamos laços afetivos, os que fazíamos “sancochos comunitários”, arroz com leite e os que compartilhávamos tudo. Tínhamos o mesmo interesse: ajudar a quem sofre. Citávamos a reunião e chegava todo mundo. Durante o processo a prefeitura começou a dilatar assuntos importantes para a comunidade:

- a) O que inicialmente duraria entre 3-6 meses de construção virou em 3 e 4 anos, sendo difícil para as famílias que saíram de suas casas para pagar aluguel. Essa situação fraturou processos: a prefeitura não cumpria a tempo com o pagamento dos alugueis razão pela qual as famílias tinham problemas com os donos dos prédios, também não cumpriram com o pagamento das primas de traslado (auxílio para mudar de casa).
- b) Na Herrera tivemos paradas as obras até 2 anos, nesse tempo “nós aproveitamos espaços vazios para fazer placas esportivas e poder jogar, a nossa ideia era não deixar esses espaços sem uso”
- c) Quando a prefeitura começou a descumprir o pactuado nós tivemos diferentes mecanismos para obter resposta da prefeitura: para informação, conciliação e negociação usou-se solicitude respeitosa a funcionários, citação pública a funcionários específicos para abordar temas problemáticos. Para solucionar assuntos prioritários: direitos de petição como mecanismo expedito para receber pronta resposta. Para efetivar a resposta governamental comunicados públicos a traves de internet (mecanismo de pressão mais efetivo), a manifestação dos problemas mediante denuncia, carteis etc. Teve numa oportunidade a necessidade de interpor como ameaça a toma do Metrocable para poder ser escutados, em frente da ameaça fomos escutados. “Já tínhamos tudo planejado, íamos nos encadear dentro do Metrocable, mas no outro dia chegaram, nos lhes falamos si a única forma de sermos escutados é nos encadeando no Metrocable o faremos, a pronta resposta tem a ver com que a prefeitura não gosta que os **turistas** vejam esse tipo de cenas”.
Depois de serem escutados nos sentávamos e fazíamos agenda com data para abordar problemas.

Assuntos que mudamos “Nossas conquistas”: a) participação nos comitês técnicos de obra que antes eram conformados só por pessoal da obra, nós conseguimos ser parte dele e intervir na toma de decisões.

Duração da participação

Nós participamos na consolidação habitacional e eu particularmente fui convidado depois da inauguração da Ponte O Mirador. Eu participei durante todo o processo, de começo ao fim, fim que ainda não chegou porque a obra começou em 2008 e acabou em 2013, mas faltam 5 aptos por entregar (ficam fechados e vigiados 24 horas para não serem ocupados) e locais comerciais (ficam fechados) que a prefeitura prometeu às pessoas que tinham negócios nas moradias. Ainda acontecem problemas que nós temos que solucionar, a participação já não é tão veemente como durante o processo de construção, mas continua. Nas oficinas de imaginários saiu a necessidade de que o projeto respondesse à população que tinha negócio na sua casa mediante a ativação de unidades produtivas. Isso em atenção a que esta população derivava seu sustento de dita dinâmica familiar. Dessa forma o projeto capacitou o pessoal em

empreendedorismo e construiu locais comerciais com a pretensão de serem adjudicados à população identificada: as pessoas ficaram com o certificado na mão, mas sem o benefício.

Desgaste da participação

No começo a intensidade da participação esteve ligada ao benefício coletivo e individual, foi muito forte, mas, durante o processo, ao atingir tais benefícios foi perdendo força até ficar só orientada pela consecução de interesses individuais. Isso explica porque não tem sido feito nada ao respeito dos apartamentos e locais que ainda não foram adjudicados.

PUI: Entre benefícios e dores

No processo participativo da Herrera participaram moradores, representantes do ISVIMED, da EDU, contratistas. Cada um respondia a interesses particulares, e em ocasiões, não conversavam entre eles. Os agentes armados tiveram uma incidência direta no processo mediante a vigilância do material de construção. Ainda não mediu nenhum contrato, eles recebiam o pagamento mensal.

Relacionamento com o Estado: relacionamento por conveniência, houve momentos de aproximação, de trabalho conjunto, comunicação fluida, e outros de distanciamento, enfrentamento. Não houve uma coesão contínua nem permanente. Momentos efêmeros nos que a prefeitura aparecia e sumia. Se ficarmos calados só escutando não tínhamos nenhum problema, mas se discutíamos e falávamos que não estávamos de acordo, a prefeitura dizia que éramos problemáticos. Nunca nos acomodamos à situação, sempre lutamos e resistimos. Tínhamos diferentes canais para a resolução dos conflitos, desde estratégias institucionais como acudir à casa de Justiça até a pressão popular e a ameaça e morte declarada pelos agentes em conflito.

Fases do processo participativo

Processo irregular com momentos de participação coesionada, ativa, e outros momentos em que se enfraquecia. Os descumprimentos institucionais incidiam negativamente.

Os formatos institucionais foram muito interessantes como proposta, mas se abordaram para a legitimação do processo. A medida que nós íamos perguntando, nos informado, opinando, discutindo, eles viam que não era fácil. A prefeitura pretendia que todo fosse transparente. Nesse contexto que surgiram formatos participativos.

Estratégias populares: reuniões coletivas, denúncias públicas (o mecanismo mais efetivo, medida de pressão). Lembro-me de uma pressão da prefeitura associada a que tínhamos que constituir uma veeduria cidadã para poder continuar com o processo participativo, nós fizemos o exercício, a ata de início, mas nunca funcionamos como veeduria. Sempre estevemos pendentes de todo o processo.

Pacto de convívio realizado na entrega da Ponte: ficou no papel. Compromissos realizados entre prefeitura e comunidade para cuidar o espaço construído. Ainda apesar do descuido do Estado das obras construídas, na Herrera as obras se mantem limpas, são usadas. Mas em Juan Bobo, por exemplo, as pessoas não cuidam nada, não há sentido de pertencia, as coisas se estragam e ninguém faz nada. Isso se deve à descontinuidade institucional, acaba o governo, acaba a intervenção. Não tinha sustentabilidade no tempo, nem revisão.

Ainda a participação operou segundo interesses restritos, se realizou como estratégia de resistência que possibilitou ter alguma incidência na toma de decisões. Foi a participação social, pelo viés da pressão e a resistência a que possibilitou a abertura de outros espaços de negociação. Exemplos: a EDU queria cortar uma árvore considerada pelos habitantes patrimônio natural do bairro. Nós nos opusemos a essa ação. Pedimos informação e demos a briga para evitar que fosse cortada (tirar fotografia). A rampa, que foi construída para

população descapacitada, não seguia os requerimentos técnicos associados com a inclinação, razão pela qual solicitamos que fosse derrubada e efetivamente foi derrubada e novamente construída. Foram construídos passa mãos que não estavam no projeto, mas que os moradores precisavam para sua segurança. Tínhamos programada a construção de alguns parques, mas com o nosso trabalho conseguimos a construção de outros assim como de academias ao ar livre no bairro, sendo também um ganho sua construção. Brigamos com assuntos que não iam deixar-nos benefícios e sem problemas (a análise dos planos iniciais demonstra mudanças importantes derivadas do processo participativo: perímetro de intervenção que antes era mais amplo e foi reduzido sem mediar explicação nenhuma, pessoas que já tinham sido anunciadas que entrariam na intervenção de repente não foram beneficiadas: as pessoas ficaram desesperançadas, desenhos, localizações de equipamentos, quantidades).

Confronto entre discurso institucional e realidade imperante: entre o sono do prefeito as necessidades sociais. Sonhando com os pés na terra

Qualificação do projeto pela participação

O projeto foi susceptível de melhor durante o processo

Teve muitas transformações físicas e sociais

Projeção da participação do PUI em outras zonas da cidade

Chamavam-nos de outras zonas para conhecer de perto a experiência da zona nordeste, eu fui entrevistado várias vezes pela mesma administração. Resgatou-se o saber popular para ser apresentado em eventos públicos. Passavam programas em televisão narrando a experiência.

O problema da precariedade, pobreza, violência, exclusão, desigualdade não se resolve com a construção de obras em um momento específico, deve ser um processo paulatino com continuidade, que trabalhe no pedagógico.

Depois da intervenção chamaram-nos para apresentação de programas de televisão, entrevistas. A prefeitura sempre apresentava o lado bom e não o lado ruim, sabendo que o lado ruim ajuda a gente a melhorar futuras intervenções.

ANEXO J – Consentimento Livre e Esclarecido

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulado "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea*" desenvolvida por Lilliana María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (X) não poderá () ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Medellín, Fevereiro 3 de 2017

Local e data

Alba Lizet Roldan Sánchez

Nome participante

Alba Lizet roldan sánchez

Assinatura participante

Lilliana María Sánchez Mazo

Lilliana María Sánchez Mazo

Pesquisadora

Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulado "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos?* Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Liliana María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (☒) não poderá (☐) ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Entrevista realizada em Medellín, abril 13, maio 24 de 2016

Local e data

Adolfo Taborda
Nome participante

Adolfo Taborda Ribeiro, cc 98.562035.

Assinatura participante

Liliana María Sánchez Mazo

Liliana María Sánchez Mazo
Pesquisadora
Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulado "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos?* Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Liliana María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (X) não poderá () ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Medellín, Fevereiro 3 de 2017

Local e data

Anderson Urrego Castaño

Nome participante

1152142042.

Assinatura participante

Liliana María Sánchez Mazo

Pesquisadora

Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulada "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos?*" Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Liliana María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (✓) não poderá () ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Entrevista realizada em Medellín, junho 3 de 2016

Local e data

Carolina Marín
Nome participante

CAROLINA MARÍA MARÍN

CE 43427.311

Assinatura participante

Liliana María Sánchez Mazo

Liliana María Sánchez Mazo
Pesquisadora
Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado referente à pesquisa intitulado "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos?* Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Liliانا María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (X) não poderá () ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Medellín, Fevereiro 3 de 2017

Local e data

Christian Álvarez López

Nome participante

Christian Álvarez López C.C. 1214727022

Assinatura participante

Liliana María Sánchez Mazo

Liliana María Sánchez Mazo

Pesquisadora

Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulado "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos?* Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Liliana María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (X) não poderá () ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Entrevista realizada em Medellín em dezembro 10 de 2015, março 13 e abril 1 de 2016
Local e data

Edgar Díaz
Nome participante

Edgar Díaz
CP 41.626.562
Assinatura participante

Liliana María Sánchez Mazo
Liliana María Sánchez Mazo
Pesquisadora
Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulado "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos?* Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Liliana María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (X) não poderá () ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Entrevista realizada em Medellín, junho 18, 11 julho de 2016

Local e data

Faber Alonso Gómez Murillo

Nome participante

c c 98581993

Assinatura participante

Liliana María Sánchez Mazo
Pesquisadora

Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulada "*Medellin, uma cidade construída a várias mãos?*" Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Lilliana María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (X) não poderá () ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Medellin, Fevereiro 3 de 2017
Local e data

Henry Valencia Rojas
Nome participante

Assinatura participante
10395936243

Lilliana María Sánchez Mazo
Pesquisadora
Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulada "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos?*" Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Liliana María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (☒) não poderá (☐) ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Medellín, Fevereiro 3 de 2017

Local e data

Isabel Cristina Echavarría Rodríguez

Nome participante

Isabel Cristina Echavarría Rodríguez ce 1020462174

Assinatura participante

Liliana María Sánchez Mazo

Pesquisadora

Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulada "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos?*" Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Liliana María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (x) não poderá () ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Entrevista realizada em Medellín, abril 13 de 2017

Local e data

Jhonatan Macias
Nome participante

1.649.140.706 Jhonatan Macias Torres Jhonatan M.T.
Assinatura participante

Liliana María Sánchez Mazo
Pesquisadora
Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulado "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos?* Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Liliana María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (x) não poderá () ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Medellín, maio 23 de 2015

Local e data

Juan Diego Lopera

Nome participante

Assinatura participante

Liliana María Sánchez Mazo

Pesquisadora

Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulado "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos?* Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Lílana María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (☒) não poderá () ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Entrevista realizada em Medellín, fevereiro 21 e 5 de 2015

Local e data

Maria Victoria Rivera

Nome participante

227 32.539.919

Assinatura participante

Lílana María Sánchez Mazo

Pesquisadora

Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulado "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos?* Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Liliانا María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (X) não poderá () ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Entrevista realizada em Medellín, abril 7 de 2016

Local e data

Mary Luz Correa

Nome participante

CC 1128339344

Assinatura participante e identificação

Liliانا María Sánchez Mazo

Pesquisadora

Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulado "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos?* Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Lilliana María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá ☒ não poderá ☐ ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Entrevista realizada em Medellín, março 19 de 2016

Local e data

Rosalba Cardona
Nome participante

Maria Rosalba Cardona 21997077
Assinatura participante

Liliana María Sánchez Mazo

Liliana María Sánchez Mazo
Pesquisadora
Nº USP 8487700

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) referente à pesquisa intitulado "*Medellín, uma cidade construída a várias mãos?* Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea" desenvolvida por Lilliana María Sánchez Mazo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que em linhas gerais é revelar a disputa contemporânea em que se debate a produção de espaço popular no âmbito da participação popular e da política urbana, tendo como experiência o Projeto Urbano Integral da zona nordeste de Medellín.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá (☒) não poderá () ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Medellín, Fevereiro 3 de 2017

Local e data

Sergio Higuín Usuga
Nome participante

Assinatura participante
C.C. 105464304.

Lilliana María Sánchez Mazo
Pesquisadora
Nº USP 8487700

ANEXO K – Canções produto da “Memória constrói-se caminhando”

ESPERANZA

Autores

Anderson Suarez

Felipe urrego

Quiero caminar bajo la noche en mi ciudad con la tranquilidad de que nada malo me va a pasar. A pesar de los muertos sin olvidar, aún hay vida joven por la que estamos dispuestos a luchar.

Esta vez, no será igual, no permitiré que la maldad me quite la oportunidad de poder respirar en paz, de con mis vecinos estar en unidad. De Santo Domingo a Granizal de Anda lucía a Popular. Junto con parceros llenaré de arte, vida y sueños a esta hermosa ciudad.

Hoy quiero pensar de manera distinta que por medio de mi tinta los barrios se vistan de armonía. Que reconozcan que la comuna está llena de poesía. Y sé que la apropiación no debe ser solo mía. Juntos con alegría haremos posible que el amor en la comuna conviva.

Reconocer y respetar las diferencias hace la igualdad. Sobre lo que no concordamos podemos dialogar, sin necesidad de hacerme o hacerte sentir mal.

Y es que ya lo dijo Shotta, no se trata de tú o yo, sino, de tú y yo.

Y por eso hoy siento orgullo de donde soy. Porque Medellín es el pueblo que gracias a la Esperanza sobre la violencia marcada, jamás cayó.

JHASZ

Canción nororient

Coro

Y ahora se vive otra historia ya no es lo mismo que era años atrás...

Y Medallo ya es un lindo espacio y existen artistas que creen en la paz.

Yo no sé qué te han contado, pero la guerra ha pasado ya Santo domingo no es un suelo abandonado, ya se vive diferente el comercio es diferente, hasta las mismas personas ya caminan más conscientes. Sin embargo, no todo tiene un color de rosa, hay historias que aún destrozan, como el nombre de los muertos que sobre un muro reposa. La tristeza aún se posa no creas que es poca cosa la vida aquí es brumosa. Más aún, al fin conocemos la armonía las noches no son tan frías, y el romance con las calles ya no solo es por el día, ahora cuidamos más la vida y en momentos tempestivos nos visita la alegría. Popular, mi barrio, mi comuna mi ciudad, donde se ocultan las cosas porque duele la verdad, los vicios, la violencia el sacrificio y algo más, donde hay que pedir permiso hasta para caminar.

Nororient, donde la existencia es más vehemente, aquí donde al turista se le trata como cliente, donde la noche el día no comparten sus ambientes, donde se cambian los sueños por algún vicio frecuente. Andalucía, donde la esperanza no existía y la universidad era un lujo al que pocos accedían. Fantasía, ahora solo me resta por decir que Medellín no lleva el alma tan vacía...

Y la memoria y la memoria
y la memoria se construye caminando
y su trayectoria es contando historias
entre barrios y comunas que se han ido transformando

Nos cambian el entorno a favor del extranjero si no te adaptas te golpean no eres indispensable porque el gringo aquí se queda aunque no pase nada de día de noche la emboscada está a la espera disfrazando la guerra con discursos de alcaldías somos el control y aún así no tenemos el poder vaya ironía nos pinta fantasías meten dedos en las bocas construyen bibliotecas con educaciones flojas dicho en forma breve qué será lo que ellos quieren en unos cuantos años pronostica lo que viene resulta necesario dejar establecido todo aquello que conviene y nos concierne unión transformación y apropiación del territorio por parte de la música el amor se hace notorio alternativa libertaria somos favelas somos calles somos barrio defendiendo el territorio incitando este legado y esta tierra es de nosotros

Y la memoria y la memoria
y la memoria se construye caminando
y su trayectoria es contando historias
entre barrios y comunas que se han ido transformando

Qué es lo que pasa detrás de la fachada bendita legitimación instaurada replicada lo institucional se cree superman la comunidad es la presa que vino a auxiliar memoria hecha de violencia y cemento mientras se nos da algo que no queremos mucho sin saberlo no saben que se está vendiendo una estética sólo imagen en la cual las necesidades siguen en el mismo puesto las dinámicas construidas por el pueblo por un lado son mediocres en el otro idealistas esto sólo crea relaciones consumistas en las cuales agentes internos y externos crean imaginarios resumidos en el suelo que después de vivificados se desmoronan lunas y soles que no son antecesores a las actuales acciones la población está dividida en fracciones esta causa no efectúa las mismas sensaciones dioses creados para comercializar

Y la memoria y la memoria
y la memoria se construye caminando
y su trayectoria es contando historias
entre barrios y comunas que se han ido transformando(×2)

ANEXO L – Fotopoemario produto da “Memória constrói-se caminhando”

Jhonatan Macías Torres

Autor

Christian Álvarez López

Henry Valencia

Luis Alberto Hincapié Ballesteros

Fotografía

La memoria se construye caminando

Se hace memoria de lo propio, se hace memoria de los lugares que sentimos propios, a veces nos quitan los lugares que nos pertenecen y nos imponen otros caminos, otros formas de habitar y es ejercicio personal y colectivo re-significar las formas de estar en lo nuevo.

Éste foto-poemario nace durante 2016 a raíz de un ejercicio de recorrer las comunas 1 y 2 de la ciudad de Medellín, más específicamente los barrios Santo Domingo Savio, Granizal, Popular, Andalucía y la Francia, todos los caminos alrededor de la reflexión de los usos y las apropiaciones de los espacios arquitectónicos; transformaciones que se dieron en el marco del Plan Urbano Integral (PUI) de los últimos años.

Volar

Aquí toda la humanidad.
El deseo de futuro
toca el cielo.

La cometa es
una de las más simples formas
de aprender a volar
como lo sabe hacer también
la sonrisa del niño
que mira el azul del presente.

A la distancia

A la distancia
el recuerdo
de un juego polvoriento.

Un mismo lugar
al llegar la noche
y al cerrarse los ojos
es otro lugar.

Contemplación

Al borde
de las maravillas grises
ella sale a mirar la vida
por su ventanal de pasado.

Tríptico de la apropiación

I
Jardines que se elevan por la vida
abrazan los edificios.

II
Nada borra la naturaleza del viento
que seca la ropa recién pasada
por el cuerpo.

III
Imitación.
Los edificios tratan de alcanzar
el firmamento,
no entienden que las flores,
los árboles y el alma
sin exigir presencia
son visitadas por el cielo
cada lluvia y cada sol.

Puente Colgante

La casa va creciendo,
el sillón en la esquina,
la virgen en la mitad de la cuadra,
y las pieles
ya están en el barandal del puente;

¿Quién habitará esta casa?

Panorama: lugares y encuentros

Un lugar
mirado a tres tiempos:

En la cofradía de voces,

a la hora de la ausencia,

y en el justo instante
donde se muestra la vía
para trasegar
hacia otros sitios.

¿Quién falta en esta fotografía?

Ofrenda a la virgen del progreso

Diagonal al vuelo
los escombros, dadivas para el altar,
adornan la pintura de la inversión.

Memorial

Tras la mirada transeúnte
los ojos de lo lejano
se pierden al abrigar
las palabras de los caídos
que se levantan a decir,
tomados de las manos,
¡Que no nos vuelva a pasar!

Lectura

La memoria se lee,
se escribe, se transita,
se toca.

En cada frase
se vuelven a vivir los pasos,
los sonidos,
las ausencias de los primeros días.

A la memoria
se vuelve como visitante
y ella nos recibe como bienvenidos
aunque a veces duela.

Memoria recreada

Resbaladizos encuentros.
Niñez, travesura, agua que fluye,
caminos actuales, vida sencilla.

Las calles respiran la tradición
con los nativos habitantes
de los nuevos barrios.

Intervención

Las manos jóvenes
tocan las paredes
como lienzo.

Mapas.

Los pasos calcan la forma
de los hábitats en que se permite
el papel memorable
posar.

Traza el carboncillo la imagen
que los gestos de los pies
recuerdan.

Lugares que caminan el alma.

La estrategia del reflejo

El ajedrez se ahoga.
Las transformaciones urbanas
son pasadas por el fuego de agua
que prueba las intenciones.

Gimnasio al aire libre

En la sala del barrio
la imagen del nazareno
desnuda de techo
es tocada por el sol.

Al aire libre
los devotos del cuerpo
le encomiendan
el cuidado del gimnasio
al zarco.

Des-montaje

El agua, el smog,
el tiempo,

el polvo, el moho,
el olvido.

Todos van llegando
a llevarse su porción.

Todo se va corriendo
si no hay atención.

Lo que no se hunde

En el reflejo
algunas cosas no se ahogan.

Las cabinas anfibas
aprenden a volar
en el agua.

La naturaleza
en el cielo y en la tierra;
en el reflejo.

El juego de los niños
se taponó,
en la lluvia la laguna flota.

La espiritualidad transitoria
del autobús nuevo
envuelve el lugar
donde ha morado la calma
desde ese ayer rojo
ahora emblanquecido.

Otoño en la pared

Las flores de cemento
también se marchitan.

Calma

Se encuentra
en la tarde
de la calle Puerto Rico
un habitante del barrio.

La travesía del pasado
trajinada de miedo
y el paseo turístico
del presente
reposan en calma.

Abandono

Des-uso:
La conciencia
de que los hombres gobernantes
han hecho la ceremonia
y han vuelto
a su lugar distante.